

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**  
**LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS – LIPED**

**EMERSON FELICIANO MATHIAS**

**HISTÓRIA DA GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO**  
**POLÍTICA DA ASSOCIAÇÃO DOS**  
**PROFESSORES DA PONTIFÍCIA**  
**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**APROPUC (1976 - 1985)**

**SÃO PAULO**

**2017**

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**  
**LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS – LIPED**

**EMERSON FELICIANO MATHIAS**

**HISTÓRIA DA GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DA  
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO APROPUC (1976 - 1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), sob a orientação do professor Dr. Carlos Bauer de Souza, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**SÃO PAULO**

**2017**

Mathias, Emerson Feliciano.

História da gênese e consolidação política da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo APROPUC-SP (1976-1985). / Emerson Feliciano Mathias. 2017. 164 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2017.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. Apropuc. 2. Associativismo. 3. História da educação. 4. Transição política.
- I. Souza, Carlos Bauer de. II. Título

CDU 37

# **HISTÓRIA DA GÊNESE E CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO APROPUC (1976 - 1985)**

**EMERSON FELICIANO MATHIAS**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

**SÃO PAULO  
2017**

***Banca examinadora***

---

---

Presidente: Professor Dr. Carlos Bauer de Souza – Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Orientador

---

Examinador: Professor. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade – Universidade de São Paulo – USP – Titular.

---

Examinador: Professor Dr. Celso do Padro Ferraz de Carvalho – Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Titular.

---

Examinadora: Professora Dra. Silvana Fernandes Lopes – Universidade Estadual Paulista – UNESP – Titular.

---

Examinador: Professor Dr. Amarilio Ferreira Júnior – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Suplente.

---

Examinador: Prof. Dr. José Eduardo de Oliveira Santos – Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Suplente.

São Paulo, 28 de Março de 2017

---

## *Agradecimentos*

---

Nasci no dia 16 de dezembro de 1970 em São Paulo, na capital do Estado. Em meio ao auge da ditadura militar. Nesta conjuntura venho ao mundo como o terceiro filho do casal David Feliciano Mathias e Rute Cintra Mathias. Ele, filho de mineiros que ganhava a vida como operário da construção civil na capital de São Paulo, com um diploma do antigo primário. Ela, trabalhadora doméstica, oriunda de uma família rural de Sorocaba em São Paulo que tentara a sorte na cidade, apesar dos estudos limitados. Ambos sonhando em poder construir uma vida e garantir um futuro para seus três filhos.

Cursei o ensino fundamental duas escolas diferentes. A primeira, foi a Escola Estadual Prof.<sup>a</sup> Lais Amaral Vicente na capital paulista. A segunda foi a E.E.P.S.G. Prof.<sup>o</sup> Alfredo Pirró, onde completei o antigo ginásio que hoje corresponde ao Ensino Fundamental II. Meu colegial, hoje Ensino Médio, foi realizado na modalidade supletivo no Colégio Ibope no centro de São Paulo.

Voltei aos estudos em nível superior apenas aos 39 anos de idade. Sempre tive vontade de me relacionar com o conhecimento e sempre adorei história, e foi esse curso de graduação que concluí no ano de 2013 na Universidade Nove de Julho.

Antes de concluir a graduação, conheci o professor Carlos Bauer e o PPGE – Programa de Pós Graduação em Educação da Uninove, e tive a grande oportunidade de entrar no Grupo de História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social – GRUPHIS como aluno bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Tive a felicidade de participar de congressos, encontros, reuniões, aulas, além de uma convivência com pessoas envolvidas com a temática do sindicalismo e do associativismo dos trabalhadores em educação que contribuíram para minha decisão de realizar o mestrado estudando essa temática tão pouco explorado dentro do campo da educação brasileira.

À todos os amigos e camaradas do GRUPHIS - Grupo de Pesquisa Teoria do Trabalho Docente do Educador Social, desde minha iniciação científica no ano de 2012 – Alessandro Matos, André Gabriel, Cássio Diniz, Nelson Solha, Maria Inês Paulista, Carin Sanches, Maria Crisneilândia Bandeira, Miriam Bernardi e à todos os alunos de educação científica que participaram do grupo neste período.

Aos professores do PPGE com os quais, durante nossas conversas e suas excelentes aulas, pude aprender cada vez mais, propiciando os subsídios necessários para a elaboração do projeto de pesquisa e da dissertação. Especial agradecimento ao professor Celso do Prado Ferraz de Carvalho, que me permitiram aprofundar em temáticas que foram fundamentais para este trabalho. Aos professores, Jason Mafra e José Eduardo de Oliveira, pelas conversas que tivemos durante as disciplinas e nos corredores.

À Luiz Quagliotto funcionário da associação analisada, pelo apoio às pesquisas no arquivo da APROPUC-SP.

Aos professores entrevistados, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Erson Martins Oliveira e Maria Beatriz Abramides.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Ao setor de biblioteca da Universidade Nove de Julho.

Aos dirigentes sindicais e aos trabalhadores da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Apropuc).

À Universidade Nove de Julho, que me acolheu academicamente, com também ofereceu a bolsa que tornou possível os meus estudos pós-graduados.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), pela outorga da bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), o que viabilizou o financiamento de minhas atividades de pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, professor Carlos Bauer de Souza, pela ajuda e companheirismo em momentos de dificuldades pessoais e acadêmicas e pela paciente orientação e reflexão sobre o meu trabalho de elaboração da presente dissertação.

Aos meus pais Rute Cintra Mathias e David Feliciano Mathias (in memoriam), que por diversas vezes me ensinaram importantes e significativos valores morais e éticos.

Por fim, agradeço todos que contribuíram, direta e indiretamente, com a construção desse estudo, agradeço sinceramente.

## ***Resumo***

A pesquisa visou resgatar a história da APROPUC – Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que emergiu em um período histórico-político de grande importância para a sociedade brasileira, o esgotamento da ditadura militar e o processo de transição democrática que trouxe novas formulações nas políticas educacionais e a expansão do ensino privado no país. Entre os meados das décadas de 1970 e 1980, estudantes e trabalhadores pertencentes a distintas categorias profissionais vieram à luz do dia, entre outras coisas, reivindicando o restabelecimento da democracia, melhores condições de vida, trabalho e salário, acesso a saúde, a escola básica e ao ensino universitário; não obstante, a vigência de focos de luta armada e a intensa ação repressiva estatal, as campanhas pela anistia, ampla geral e irrestrita para os presos políticos e aqueles que se encontravam banidos ou exilados e o movimento exigindo o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República percorreram as ruas de todo o país. O presente trabalho preconizou analisar, em perspectiva histórica e educacional, alguns aspectos da atuação de uma das principais entidades do associativismo sindical paulista atuante no âmbito do ensino superior privado e de caráter confessional, procurando dimensionar o seu papel numa época, reconhecidamente, crítica, povoada de tensões sociais e considerada como divisor de águas no ordenamento político nacional.

Palavras-chave: Apropuc, associativismo, história da educação, transição política.

## *Abstract*

---

The research aimed to rescue the history of APROPUC - Association of Teachers of the Pontifical Catholic University of São Paulo, which emerged in a historical-political period of great importance for Brazilian society, the exhaustion of the military dictatorship and the process of democratic transition that brought new Formulations in educational policies and the expansion of private education in the country. Between the mid-1970s and 1980s, students and workers belonging to different professional categories came to light, among other things, calling for the re-establishment of democracy, better living conditions, work and salary, access to health, basic schooling And university education; Nonetheless, the existence of pockets of armed struggle and intense state repressive action, campaigns for amnesty, widespread and unrestricted for political prisoners and those who were banished or exiled, and the movement demanding the reinstatement of the direct elections for president of the. The streets all over the country. The present work advocated analyzing, in a historical and educational perspective, some aspects of the performance of one of the main union associations in the state of São Paulo, working in the field of private higher education and of confessional character, trying to scale its role in an era, Of social tensions and considered as a watershed in the national political order.

Key words: Apropuc, associativism, history of education, political transition.

## *Resumen*

---

La investigación tuvo como objetivo rescatar la historia de APROPUC - Asociación de Profesores de la Universidad Católica de Sao Paulo, que surgió en un período histórico-político de gran importancia para la sociedad brasileña, el agotamiento de la dictadura militar y el proceso de transición democrática que ha dado nueva formulaciones en las políticas educativas y la expansión de la educación privada en el país. Entre mediados de los años 1970 y 1980, los estudiantes y los trabajadores pertenecientes a diferentes categorías profesionales han salido a la luz, entre otras cosas, exigiendo la restauración de la democracia, mejores condiciones de vida, el trabajo y los salarios, el acceso a la salud, la educación básica y la educación universitaria; Sin embargo, la presencia de brotes armados intensa lucha y represión del estado, las campañas de amnistía, y el barril grande para los presos políticos y los que estaban desterrar a y el movimiento que exigen el restablecimiento de las elecciones directas para presidente República caminaba por las calles en todo el país. En este trabajo se defiende analizar desde una perspectiva histórica y educativa, algunos aspectos de la actuación de una de las principales asociaciones sindicales de Sao Paulo entidades activas en la educación superior privada y carácter confesional, tratando de caracterizar su papel a la vez, la verdad es crítico poblaron social y considerado como un hito en las tensiones del orden nacional políticos.

Palabras clave: Apropuc, asociaciones, historia educación, la transición política.

### *Listas de abreviações e siglas*

---

ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas

ABHO – Associação Brasileira de História Oral

AD's – Associações Docentes

AFAPUC – Associação dos funcionários da Pontifícia Universidade Católica

AI-2 – Ato Institucional número 2

AI-5 – Ato Institucional número 5

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPOCS – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANPUH – Associação Nacional de História

AP – Ação Popular

APROBASP – Associação dos Professores da Faculdade de Belas Artes de SÃO Paulo

APROPUC – Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASRP – Associação Sul Riograndense de Professores

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

CONTAP-USAID – Conselho da Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DOI-Codi – Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna

ENE – Encontro Nacional de Estudantes

FAS – Fundo de Desenvolvimento Social

FUNDASP – Fundação São Paulo

IES – Instituição de Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OPEP – Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

POC – Partido Operário Comunista

PROSUP – Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rede ASTE – Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República

UERJ – Universidade do Estadual do Rio de Janeiro

SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

URFS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>Resumo.....</b>	<b>06</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>07</b>
<b>Resumen.....</b>	<b>08</b>
<b>Lista de siglas.....</b>	<b>09</b>

<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
-------------------------	-----------

### *Capítulo 1:*

#### **As condições de emergência do associativismo no ensino superior privado.**

1.1. A questão do associativismo dos trabalhadores em educação no campo do ensino superior.....	22
1.2. A PUC/SP e sua luta pela redemocratização brasileira.....	29
1.3. O contexto político, econômico e social: antecedentes de uma representação de professores na PUC-SP.....	35

### *Capítulo 2:*

#### **A emergência da APROPUC – Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica.**

2.1. O florescer de uma organização: lutas e contradições de uma categoria.....	44
2.2. Nasce a APROPUC/SP, Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.....	49
2.3. Os primeiros desafios da Apropuc em busca de consolidação política .....	56

### *Capítulo 3:*

#### **As lutas, reivindicações e embates da APROPUC – Associação dos Professores Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**

3.1. Breve histórico sobre as condições políticas e econômicas da PUC/SP.....	67
3.2. APROPUC/SP – da consolidação de sua representação sindical a deflagração da greve dos professores de 1979.....	72

3.3. As greves de 1980 e 1985: permanências e continuidades.....	83
3.4. A presença da Apropuc na formação da ANDES.....	94
<b>Considerações finais</b> .....	99
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	102
<i>Anexos I:</i>	
Transcrição de entrevista	
Entrevista do professor Erson Martins de Oliveira.....	106
<i>Anexos II:</i>	
Fontes, Atas, Jornais impressos.....	115

## *Introdução*

---

*Nos tempos sombrios se cantará também?  
Também se cantará sobre os tempos sombrios.  
Bertold Brecht (Poesia do Exílio)*

O objetivo desta dissertação foi compreender quais foram as principais motivações políticas e como se deu a construção e a fundação da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Apropuc) que estão imersas na temporalidade do processo histórico que se convencionou chamar de transição democrática brasileira. Em meados da década de 1970, o Brasil experimentava uma série de acontecimentos e episódios políticos e sociais de grande magnitude. O engajamento social da juventude e dos trabalhadores, principalmente organizados em movimentos sociais, associativistas e sindicais se relacionava com campanhas de forte componente político, como era o caso da Campanha da Anistia para os presos políticos do regime militar instaurado em 1964, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, pela legalização dos partidos políticos etc.

Porém, nesse mesmo período ainda se registram a presença de grupos de esquerda armados, vinculados a perspectivas foquistas de inspiração maoista ou mesmo castroguevaristas, como também ações truculentas das forças repressivas do Estado e de aparatos paramilitares, como, por exemplo, foram os casos dos assassinatos de Fiel Filho ocorrido em 1976 e de Santos Dias, em 1979. Esses episódios truculentos foram intermediados pela invasão da PUC-SP por forças da Polícia Militar comandadas pelo coronel Erasmo Dias, em 1977, os atentados do Riocentro em 1981 e diversos incêndios em bancas de jornal que distribuíam os materiais impressos e tabloides alternativos contra o regime.

Esse período marcado por grandes e efervescentes mobilizações sociais também registrou o advento do que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*, e se constituiu pelos autodenominados *autênticos* do movimento sindical. Perspectiva essa de atuação sindical que procurava romper com a estrutura burocratizada do sindicato de Estado, preconizando a possibilidade de organização independente e autônoma dos trabalhadores do Brasil.

Esses movimentos atravessaram o país de norte a sul tendo como centro de gravidade política entidades como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Petroleiros

de Paulínia, bancários de Porto Alegre e São Paulo, os professores das escolas públicas estaduais de Minas Gerais, São Paulo etc. Tais entidades preconizavam, além da independência em relação ao Estado, mecanismos de organização horizontal e a criação de uma central única dos trabalhadores, que tivesse a capacidade de aglutinar as lutas e as reivindicações específicas e gerais da classe trabalhadora no país.

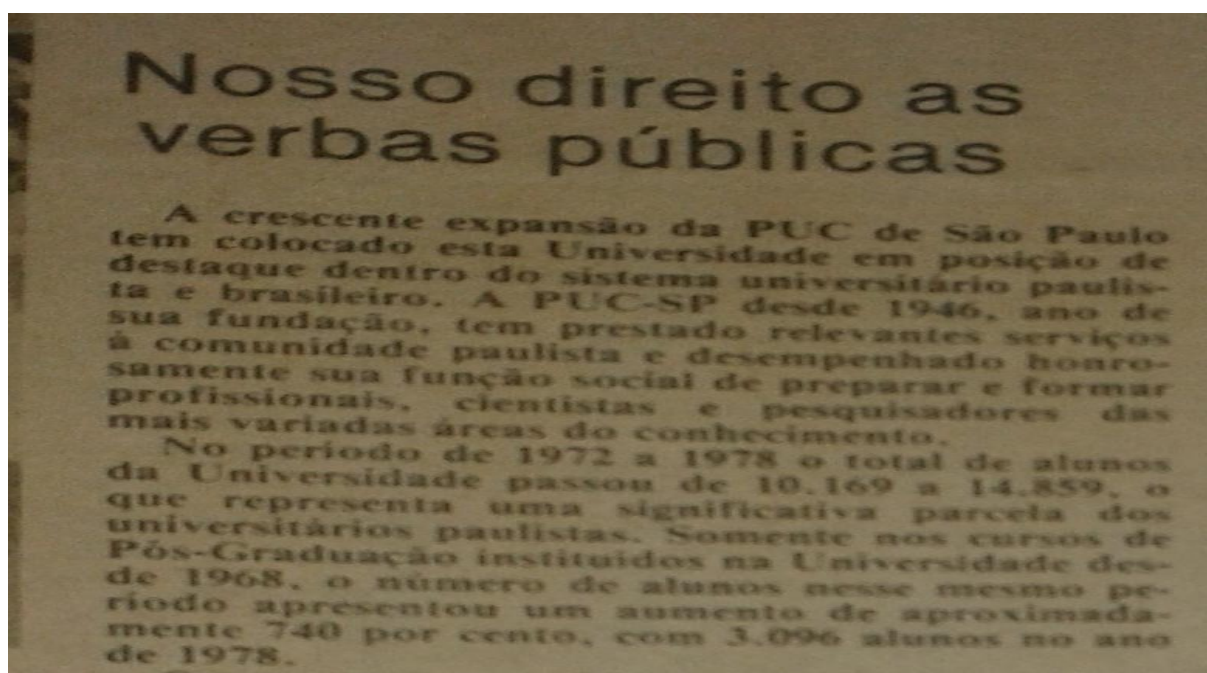
Nesse percurso, todo um esforço organizativo foi colocado em marcha, com realizações de encontro de oposições, congressos de trabalhadores, articulações com os movimentos populares e sociais, que traziam à tona para a cena política não apenas reivindicações específicas – que não eram esquecidas – mas, também, reivindicações de cunho político e social que marcaram esses tempos árdios de transição política experimentada pela sociedade brasileira.

É nesse quadro de vertiginosas transformações sociais e políticas que o nosso estudo se propõe a localizar os acontecimentos que engendraram a presença histórica da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Apropuc); desde a sua gênese ocorrida no turbilhão de episódios que se produziam no bojo da transição política, pelo menos, desde meados da década de 1970, até sua consolidação e reconhecimento social que pode ser identificado uma década depois.

A universidade pública brasileira viveu nesses dias episódios de prisões de estudantes, perseguições, cassações, e decretação de aposentadorias compulsórias aos seus professores que trouxeram enormes instabilidades no seu transcurso político e educacional. Basta lembrar que, para os arautos da ditadura, os professores e estudantes universitários estavam disseminando *a insídia da subversão* nas universidades do país!

No que tange ao ensino superior privado, verificou-se por esses dias uma enorme expansão que atingiu a maioria das instituições, inclusive, as confessionais que receberam recursos e obtiveram algumas facilidades governamentais para que pudessem desenvolver seus interesses educacionais.

A atuação do Estado na formulação e no incremento das políticas educacionais destinadas a expansão do ensino superior privado no Brasil é muito controversa, particularmente, no que diz respeito à forma pela qual as instituições privadas assumidamente confessionais recebiam recursos públicos para a sua manutenção e desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Evidentemente, isso é algo que não intencionamos estudar, mas é bom dizer que essa questão em muito animou os debates dos professores filiados da Apropuc e, até mesmo, os estudantes e funcionários participantes de suas atividades políticas, culturais e assembleias nos idos da fundação da associação.



Jornal Debate Apropuc nº 3, maio de 1979, p. 05.

Mas, retomando algumas características do quadro institucional que se configurou no país, a partir de 1964, podemos dizer que o mesmo se apresentava da seguinte forma:

1) um Estado autoritário, dotado de grande capacidade superordenadora da sociedade civil; 2) um sistema produtivo baseado na grande empresa privada, apoiada por uma importante rede de empresas de serviços públicos; e 3) um conjunto de normas e medidas, explícitas e implicitamente orientadas no sentido da exclusão seletiva, de qualquer forma apreciável de poder ou influência dos intelectuais, da Igreja, e de grupos organizados de estudantes, trabalhadores e representantes autônomos de setores e interesses populares, ou seja, de quaisquer núcleos capazes de constituir um centro de aglutinação de formas efetivas de oposição ao regime. (FERREIRA, 2006, p. 17-8)

Por sua vez, o viés econômico do Estado, cada vez mais subordinado aos ditames estadunidenses ficou ainda igualmente evidente quando observamos com mais atenção a intensificação dos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA), que se desdobraram em diferentes áreas.

Na esfera econômica o então, chamado *milagre brasileiro*, a *expansão do sistema de créditos e abertura externa da economia* foram pontos importantes para os porta-vozes ditatoriais que irradiavam discursos ufanistas e crivados de euforia pela chegada dos investimentos estrangeiros, a instalação das empresas multinacionais que, rapidamente, passariam a ter um controle absoluto de setores nevrálgicos da atividade produtiva industrial

como é o caso dos setores eletrônicos, automobilístico, farmacêutico, mecânico, metalúrgico, químico etc.

No campo educacional ao longo da década de 1970, cresceu entre os professores que atuavam, mormente, nas instituições públicas a insatisfação com o governo militar, pois as suas reivindicações pertinentes ao processo de formação e atualização pedagógicas, assim como as expectativas trabalhistas não eram satisfeitas e o processo daquele conjunto de transformações na profissão docente, que se convencionou chamar de proletarização, já se evidenciava para aqueles que viviam do próprio trabalho no mundo educacional.

Criada em 1961 no período da chamada Guerra Fria, a USAID (Agency for International Development) tinha como objetivo assessorar os países subdesenvolvidos da América Latina. Essa assessoria ocorreu em diversas áreas como, por exemplo, na agricultura com o acordo CONTAP-USAID assinado em 1966 para o treinamento de técnicos rurais. Também se previa o assessoramento na área da educação, em especial, no ensino superior. Também nesse setor, a guerra fria constituía o elemento que dirigia as ações do acordo. O pano de fundo da contribuição técnica da USAID para o ensino superior se transformar em prioridade para esse investimento foi o conflito EUA versus URSS, pois “a chave para que o Brasil pudesse manter-se uma sociedade livre e um país amigo próximo dos EUA estava no ensino superior” (SANTOS, 2005, p. 117).

Ao longo da década de 1970, foram se desenvolvendo as formas organizativas entre os trabalhadores da educação, sobretudo os que atuavam nas instituições públicas, manifestavam a insatisfação com os governos estaduais e mesmo com o governo federal, que era reticente no atendimento de suas reivindicações trabalhistas e expectativas quanto à valorização da carreira docente. Para alguns autores, pode-se vislumbrar a partir daí, um irresistível processo de depreciação das atividades laborais que, em apenas poucos anos, haveria de corroer os alicerces da carreira docente.

Neste contexto surgem professores jovens, lideranças sindicais e estudantis com posições radicalizadas, começaram a se organizar dentro ou fora das organizações e instituições estabelecidas. O resultado foi um cenário mais combativo, política e organizacionalmente. Esta é, resumidamente, a situação política e organizacional dos trabalhadores em educação quando começa o ciclo de mobilizações de 1978 (GINDIN, 2013, p. 77).

A PUC-SP entrou para a história da educação brasileira pela sua importância no exercício do ensino universitário, formação acadêmica crítica, firme presença em atividades

de extensão, sociais e comunitárias e destacada atuação na pós-graduação, mas também por estar presente nos movimentos de organização política e cultural, além de ser lócus de atividades pela redemocratização e de resistência à ditadura militar. Na noite de 22 de setembro de 1977 o campus da universidade foi brutalmente invadido pela Polícia Militar paulista. A razão imediata da invasão foi o fato de haver se realizado ali, na tarde daquele dia, o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), cujo objetivo maior era reorganizar a UNE (União Nacional dos Estudantes), então na ilegalidade. O ENE havia sido terminantemente proibido pelo governo, e sua realização já havia sido impedida, dias antes, em Belo Horizonte e, em seguida, no campus da Universidade de São Paulo (USP). A reitoria recusou-se a responder e a ceder pressões das autoridades e, dias depois, apresentou uma queixa-crime contra a Secretaria da Segurança Pública pela invasão e pelos danos causados a suas instalações.

Na articulação entre o contexto político do Brasil dos anos 1970, nas ações de resistência ao regime ditatorial e nos embates pela redemocratização, aliada às questões mais prementes relacionadas às condições de trabalho docente, especificamente no ensino superior; é que se desenvolveram os movimentos organizados com o viés de reivindicação e luta pelos direitos dos professores que lecionavam na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que, então, atuaram com a perspectiva de criar a associação que ato contínuo seria conhecida como Apropuc.

Portanto, quando da fundação da entidade, desde os anos iniciais da década de 1970, o processo que culminou na efetiva associação formal dos professores já se desenrolava em parte também favorecida pela declamada tradição democrática de atuação dos profissionais que atuavam na PUC-SP naquele período.

Foi nesse cenário de grande agitação e de resistência que no ano de 1976 efetivou-se a criação da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ou, simplesmente, a Apropuc. Entre os sócios fundadores da associação e aqueles que redigiram seu primeiro documento, constam os nomes dos professores Samira Chalhub Jorge Rosa, Silvia Pimentel, Alípio Casales, Erson Martins, Sérgio Luna, Franco Montoro, Anna Maria Marques Cintra, entre outros.

Nas palavras da atual diretora da associação, professora Bia Abrâmides (2013), a história da entidade confunde-se com a própria história da PUC-SP. Além disso, desde a sua fundação a entidade procurou apoiar a maioria dos movimentos sociais que construíram a história social do país. Exemplo dessa prerrogativa, conforme nos explicaram os dirigentes

sindicais da Apropuc, foi à criação “do Instituto de Planejamento Regional e Urbano (URPLAN), criado em 30 de maio de 1974, anexo à Fundação São Paulo. Dessa data até 1979, o Instituto desenvolveu pesquisas e projetos, principalmente junto à área pública, tendo ainda oferecido diversos cursos de extensão e de especialização na área de planejamento urbano, sempre se pautando por uma crítica da sociedade e do papel do Estado nos processos de planejamento”.

É importante lembrar que entre os objetivos desta pesquisa estiveram os de procurar contextualizar o período histórico sob o qual entendemos ter se desenvolvido as condições necessárias para a gênese da Apropuc, um período no qual o associativismo e o sindicalismo foram parte importante de transição política brasileira.

Por fim, também é necessário observar que as nossas preocupações no desenvolvimento dos estudos acadêmicos educacionais é a história do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação que atuam no Brasil. Procurando destacar, nesse universo, os que atuam como professores no ensino superior privado e carregam consigo a necessidade da reconstrução histórica e o exame crítico dos percalços e possibilidades de ação enfrentada por aqueles que estavam presentes na germinação da associação por nós estudada.

### **Aportes teóricos**

Utilizamos, como principais referências, no constructo dessa pesquisa, os estudos produzidos pelos pesquisadores que são aglutinados pela Rede de Pesquisadores Sobre o Associativismo e o Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede Aste). Os esforços investigativos produzidos por estes autores neste campo de pesquisa e que estão intimamente vinculados à temática que nos propusemos estudar foram de grande auxílio para o desenvolvimento e a sustentação de nossas próprias reflexões. Entre os autores que utilizamos como importantes referenciais estão Sadi Dal Rosso, Julian Gíndin, Amarílio Ferreira Jr, Adrián Ascolani, Márcia Ondina Vieira Ferreira, Cássio Diniz, Carlos Bauer etc.

Segundo GINDIN (2013, p. 76), embora tenhamos um *corpus* de pesquisas significativo sobre a atividade associativa e reivindicativa dos professores brasileiros, é difícil construir generalizações empiricamente fundamentadas sobre a realidade desse segmento de assalariados, o que nos sugere aprofundada disposição à pesquisa da literatura e à

possibilidade de contribuição referendada na construção conjunta de um referencial específico a esse tipo de pesquisa.

Sadi Dal Rosso (2011), em *Condições de emergência do sindicalismo docente*, faz duas perguntas cruciais para refletirmos sobre nossa pesquisa. O que é o sindicato e qual seu papel na sociedade, diante de outras formas de associação de trabalhadores? E quando se constituiu a organização sindical docente? O sindicato recebe uma ampla gama de conceituações, dependendo dos papéis que é chamado a exercer em determinados momentos na sociedade.

Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar (2006), em sua obra intitulada *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)* discorrem sobre os processos que levaram a proletarização dos docentes fazendo uma análise desse fenômeno baseada nas reformas educacionais realizadas pela ditadura. Este trabalho será importante para lançarmos luzes sobre os processos políticos, econômicos e sociais que nortearam o período de formação da Apropuc.

Nas páginas do livro *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil* (2013), Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista, apontam que o golpe militar de 1964, representou uma opção para a burguesia brasileira integrar o país no sistema capitalista mundial, produzindo o “capitalismo dependente” ou “associado”, concretizado pelos processos de concentração e centralização do capital por meio das empresas multinacionais, especialmente as norte-americanas, japonesas e europeias. Dessa maneira, podemos concluir que o milagre econômico brasileiro de desenvolvimento capitalista, a repressão, a censura e muitas outras manifestações da economia política da ditadura têm muito a ver com a economia política da grande burguesia estrangeira que marcaram os primeiros tempos do contexto social sobre o qual surgiu a entidade associativista que nos dispusemos a estudar. Desta forma, procuramos estabelecer uma interpretação dos processos históricos e sociais ocorridos na construção do associativismo docente no ensino superior privado estudando a gênese da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica.

Em suas análises sobre *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra (1844-45)*, Engels (2008, p. 63) procurou desvelar a condição social da classe operária e a entendê-la como a base real na qual emergiu a noção de movimentos operários e a disposição política de se organizarem em sindicatos. A sociologia apresenta paradigmas importantes para a análise

do sindicalismo, construídos no meio ambiente europeu da primeira revolução industrial, mas é recorrente a dificuldade de transpor no tempo as ideias e interpretá-las à luz dos acontecimentos contemporâneos (DAL ROSSO, 2011, p. 20).

As informações, os aportes teóricos e instrumentos metodológicos fornecidos pelos pesquisadores da Rede Aste nos serviram de base para o estabelecimento das análises, conexões e reflexões acerca da história das lutas e dos desafios políticos dos trabalhadores em educação do, particularmente, os que atuam no ensino superior privado, de caráter confessional e lecionaram na PUC-SP, entre os anos de 1976 e 1986.

Para alguns autores, como é o caso de LEFEBVRE (1995), justifica-se o método dialético, em detrimento de outros tipos de metodologias de pesquisa, devido a este penetrar sob as aparências na busca do movimento essencial que se oculta sob o movimento superficial, permitindo interpretar a conexão dos acontecimentos e suas contradições.

A natureza do componente investigado requer uma forma de análise que nos possibilite compreender as contradições inerentes ao processo histórico, político, social e econômico que envolve os elementos singulares que estão presentes no objeto do presente estudo. A perspectiva dialética nos parece adequada para tratar destes conflitos entre trabalhadores da educação em relação aos processos sociais e políticos, culturais e econômicos que perpassam e constituem a concretude da cotidianidade social.

De acordo com Marx (2006), a mera noção de população é esvaziada de significados políticos e econômicos, sem o entendimento da classe social à qual as pessoas pertencem. A classe social ultrapassa as fronteiras da categoria dos trabalhadores de um ramo específico qualquer. Os professores do ensino superior privado são um grupo social, dentre vários outros, que pertencem ao mundo do trabalho educacional. Mundo esse, aliás, que está na própria essência da compreensão que temos da produção da humanização dos homens:

[...] o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens; e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Conseqüentemente (sic), o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e

concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1984, p. 2)

Desta forma, a pesquisa assume o associativismo como expressão consciente das relações políticas inerentes à organização dos que vivem do próprio trabalho no universo educacional, para a resistência e para a ação pró-ativa dos seus signatários. Do ponto de vista das relações sociais, muitas vezes, a associação é uma organização mais abrangente que o sindicato. Ela tem o condão de reunir pessoas que se encontram na situação de assalariamento, bem como grupos fora dessa relação econômica laboral. Sindicato, por sua vez, opera com a relação de assalariamento, direitos trabalhistas, conquistas profissionais, planos de carreira etc. dos seus representados.

Além dos autores acima citados, no computo geral do exame que realizamos, utilizamos também os escritos de autores como Edward P. Thompson, Demerval Saviani, Carlos Bauer, Maria Helena Moreira Alves, Ricardo Antunes entre outros, que trabalham com a produção do conhecimento, o fornecimento de informações e a produção de análise que se mostraram imprescindíveis na fundamentação e a construção da presente investigação.

## **Capítulo 1:** **AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO**

---

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.*

*Bertold Brecht*

Este capítulo aborda o contexto histórico-social brasileiro em que os professores e a própria PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) vivenciava na década de 1970. Foram apontados e discutidos os aspectos econômicos e políticos que ajudam a retratar uma época de acontecimentos efervescentes no cenário em que se fez emergir a APROPUC – Associação dos professores da Pontifícia Universidade Católica.

Os aspectos políticos e econômicos expõem o contexto em que se situará a organização associativa. Os seguintes itens compreendem este capítulo: 1. 1. A questão do associativismo dos trabalhadores em educação no campo do ensino superior. 1. 2. A PUC-SP e sua luta pela redemocratização brasileira. 1.3. O contexto político, econômico e social: antecedentes de uma representação de professores na PUC-SP.

### **1.1. A questão do associativismo dos trabalhadores em educação no campo do ensino superior**

A primeira preocupação que nos parece importante desenvolver é aquela, que diz respeito à revisão da literatura e o resgate dos estudos e pesquisas que dizem respeito ao associativismo e ao sindicalismo dos trabalhadores em educação. De pronto, é importante reconhecer que os estudos preocupados em analisar as perspectivas de organização dos professores e demais trabalhadores que atuam no ensino superior privado são escassos e pouco visíveis na área da educação. Razão pela qual, teremos que lançar mãos dos escritos produzidos pelos pesquisadores acadêmicos que estudaram, sobretudo, as associações e

sindicatos de professores que atuam nas instituições e redes públicas de ensino, procurando trazer seus ensinamentos e reflexões críticas para o nosso próprio objeto de estudo.

Conforme alguns autores que consultamos, as investigações sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação estão distribuídas pelo país de forma assimétrica (GINDIN, 2009), como também, são ainda escassas pesquisas empíricas que permitam interpretar o ocorrido durante o surgimento das organizações associativistas e sindicais nos diversos estados do Brasil (DAL ROSSO, 2011).

Na medida em que se constatou a pouca presença de estudos e pesquisas acadêmicas sobre as questões inerentes a organização social e política dos professores, funcionários, diretores, etc., foi criada, em 2007, a Rede ASTE – Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, que passou a congregiar pesquisadores com intuito de levar a cabo estudos sobre essa temática. Dentre esses pesquisadores podemos citar: Robson Camara, Cássio Diniz, Erlando Rêses, Adrián Ascolani, Amarílio Ferreira Jr., Carlos Bauer, Julián Gindin, Márcia Ondina Vieira Ferreira, Sadi Dal Rosso, Savana Diniz Gomes Melo, entre tantos outros.

A Rede Aste tem se dedicado aos estudos sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina, Estados Unidos da América e Europa, buscando desenvolver e preencher um espaço de pesquisa à medida que ocorrem as transformações da sociedade burguesa na qual estão imersos e desenvolvem suas ações. (DAL ROSSO, 201, p.13).

Considerando um número crescente de abordagens que englobam questões de gênero, consciência de classe, identidade docente, etc., inclusive, problemáticas de ordem teórica e metodológica; a Rede Aste vem se constituindo como um centro aglutinador para todos aqueles que estão preocupados em desenvolver e disseminar os estudos sobre a organização política, sindical e associativista daqueles que vivem do trabalho e atuam na esfera educacional.

A Rede tem se constituído como um espaço aberto para pesquisadores e núcleos de pesquisas, sindicalistas, trabalhadores da educação e estudantes que se dedicam as temáticas concernentes do sindicalismo e do associativismo dos trabalhadores em educação estabelecendo o esforço consciente para debater e divulgar suas produções. A cada dois anos têm ocorrido o Seminário Internacional da Rede Aste para debate, discussão e publicação de trabalhos e pesquisas sobre essa temática com pesquisadores de diversos países, como é o

caso da França, Inglaterra, Argentina, Chile, Colômbia, Portugal, Estados Unidos da América, México, Equador, Peru, Uruguai etc.

Observando que um dos esforços produzidos pela Rede Aste e que julgamos importante mencionar é o editorial. Tem sido possível publicar nos últimos anos livros com estudos sobre os elementos para a teoria do sindicalismo na educação, os movimentos dos professores e organizações de esquerda, os conflitos nas organizações sindicais, sindicalismo e gestão democrática, associativismo mútuo docente, internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores da educação na América Latina; como também preocupados com a presença dos funcionários na história da educação e a constituição sócio-histórica do sindicalismo na educação em alguns estados brasileiros, entre outros.

Porém é importante reconhecer que, as lacunas teóricas e metodológicas sobre as organizações associativistas e sindicais sobre os trabalhadores da educação são enormes e ainda não se consegue despertar grande interesse de pesquisadores e universitários sobre o tema (DAL ROSSO, 2011, p. 12).

Em pesquisas bibliográficas parciais em trabalhos acadêmicos e em banco de dados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e de várias universidades brasileiras, podemos constatar um variado conjunto de pesquisas que analisam o tema.

Focando o objeto de análise no sindicalismo dos trabalhadores em educação, realizamos neste estudo uma pesquisa por meio eletrônico (internet) baseando em uma busca por palavras-chaves como ASSOCIATIVISMO + SINDICALISMO + SINDICATO + DOCENTE + TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. O resultado parcial obtido no portal da CAPES e das universidades consultadas apontou sessenta e quatro dissertações de mestrado e vinte e três teses de doutorado, que após uma filtragem mais detalhada, chegamos a quarenta e duas dissertações e cinco teses.

Conforme estudado por Julián Gindin (2009), a distribuição de pesquisas, sobre o sindicalismo docente no Brasil ocorre de forma assimétrica. No levantamento que elaborou em 2009, encontrou dois trabalhos sobre a temática na região Norte, nove sobre o Centro-Oeste, dezessete sobre o Nordeste, catorze sobre o Sul e quarenta e um sobre o Sudeste.

Voltamos a ressaltar a escassez de estudos sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação, até mesmo, na Rede ASTE (Rede de Pesquisadores Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação), quando se trata do associativismo no ensino superior privado as pesquisas são ainda mais escassas.

No entanto, também podemos constatar que alguns trabalhos que tratam o tema só foram publicados nos bancos de dados da coordenação das instituições onde foram elaboradas. Neste caso a pesquisa direta nas universidades, e mesmo diretamente com outros pesquisadores da área se torna importante. Dessa maneira, por intermédio da rede mundial de computadores, empreendemos consultas de fontes secundárias constituídas de teses e dissertações nos bancos de dados das seguintes universidades e associações da área de humanidades: ABHO – Associação Brasileira de História Oral, SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia, ANPOCS – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ANPUH – Associação Nacional de História, Biblioteca Digitais de Teses e Dissertações da USP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Unicamp Faculdade de Educação, Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas, Universidade Federal da Bahia, Unicamp Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) etc.

Foram encontrados poucos estudos, referente ao associativismo e sindicalismo e ainda assim, em campos relacionados a outras áreas, como exemplo, farmacêutica, aeronáutica e administração. Localizamos apenas dois estudos que se aproximam de nosso tema, ambos da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, um da Faculdade de Educação e o outro do Departamento de Sociologia respectivamente. A dissertação de Marisa Nunes Galvão, intitulada *Sindicalismo e Universidade: Trabalho, ciência e democracia na construção do movimento sindical nas universidades estaduais paulistas* e a tese de Ignez Pinto Navarro, *Intelectuais e sindicalismo no Brasil – História e memória: um resgate da trajetória da ANDES-SN, com ênfase na política educacional (1981-1994)*.

Buscamos localizar pesquisas sobre o associativismo no ensino superior privado, após intensa busca, não logramos sucesso em encontrar trabalhos sobre nosso objeto de pesquisa. Podemos afirmar com grande possibilidade de acerto, que não existe nenhum estudo sobre a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Por seu turno, em que pese o significado de tamanha lacuna, a ajuda destes trabalhos, num primeiro momento, mostrou-se crucial para o início deste trabalho. Gostaríamos de relatar alguns destes trabalhos pesquisados que mais se aproximam da temática proposta aqui.

Destes trabalhos, percebe-se que a maioria das análises trabalha a compreensão do papel do sindicalismo docente na atualidade. Um destaque para o insignificante número de trabalhos que versa sobre o sindicalismo docente do ensino superior atinente as instituições privadas.

A tese de Sérgio Ricardo Pereira Cardoso, *Associação Sul-Riograndense de professores: um nicho de desenvolvimento da consciência de classe docente em Pelotas (1929-1979)* estuda o associativismo no período anterior ao que se denomina “novo sindicalismo” que teve sua emergência na década de 1970. Neste trabalho Cardoso parte do pressuposto de que as associações mutualistas promoveram uma possível e discutida consciência de classe, a tese discute e analisa processo histórico da Associação Sul-Riograndense de Professores (ASRP), desde sua fundação na década de 1920 até a década de 1980.

Também localizamos a tese de Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos, *Professores em movimento: A Emergência do associativismo docente na Corte Imperial*, da Universidade Federal de Minas Gerais. O autor pesquisou as formas de organização dos professores primários no Brasil nos tempos do Império; realizou um mapeamento das primeiras iniciativas associativas desses professores do século XIX, analisando notícias de jornais, cartas enviadas ao Inspetor Geral e a outros professores, abaixo-assinados que descreviam as dificuldades e as condições as quais estavam submetidos os professores públicos primários da Corte no século XIX, surgiram às condições para a emergência do associativismo docente na Corte Imperial.

O trabalho de Cássio Diniz Hiro, *História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983)* procurou recuperar a gênese deste sindicato e discute teoricamente a formação da consciência de classe entre os professores mineiros. Discutindo ainda os processos de lutas, embates e conquistas até uma ‘possível’ formação de consciência de classe.

Também localizamos a dissertação de Alessandro Rubens Mattos, *Trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004*, que analisa o papel deste sindicato docente municipal da cidade de São Paulo junto à categoria a partir de uma perspectiva histórico-social, trazendo para o campo da pesquisa, na área educacional, estudos que se preocupem com as experiências e formas de organização política e sindical dos professores.

Julian Guindin, pesquisador da Rede Aste, realizou estudos nos principais países da América Latina, entre eles, México, Venezuela, Argentina, Brasil, Chile e Bolívia. Levanta hipóteses que podem contribuir para a interpretação da história docente na América Latina a partir da análise dos contextos políticos e econômicos desses países. Guindin (2013) investiga as práticas sindicais dos trabalhadores em educação nesses países da América latina sob a perspectiva comparada. O estudo trata do sindicalismo de professores cujo vínculo

empregatício é o Estado e as relações de cooperação, tensão ou enfrentamento das entidades de representação dos trabalhadores do magistério com os governos desses países. O esquema metodológico deste trabalho utiliza a análise de fontes bibliográficas e documentais na identificação das práticas sindicais, o que será útil para nossa pesquisa.

Robson Santos Camara Silva em sua tese de doutorado, *O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato*, faz um breve contexto de emergência do associativismo e sindicalismo no Brasil desde o Brasil Império na década de 1870 até a emergência do “novo sindicalismo” na década de 1970, apontando aspectos políticos, sociais e econômicos. Levanta uma extensa pesquisa bibliográfica de pesquisadores que tratam sobre a temática, principalmente, Sadi Dal Rosso pesquisador da Rede Aste e seu orientador. A elaboração do seu trabalho é fruto de uma extensa pesquisa documental e bibliográfica, além de ter recorrido a fontes orais para compor as lacunas que as exiguidades de registros deixam. Importante citar, que o documento não é mais visto como uma prova, mas como um meio em que o historiador reabre o passado e constrói os dados necessários para trazer luzes as suas hipóteses, que responderiam aos problemas postos, ligados à sua experiência do presente (REIS, 2000, p. 76).

Além das tradicionais fontes bibliográficas, lançamos mãos da imprensa sindical, atas, resoluções congressuais, teses, fotografias, boletins internos, panfletos, entre outros documentos pertencentes ao acervo da entidade estudada. Por sua vez, as fontes orais, alcançadas pela coleta de depoimentos ou pela realização de entrevistas semiestruturadas são fundamentais para as pesquisas sobre o associativismo, devido à escassez de estudos neste campo, mormente, no âmbito do ensino superior privado.

THOMPSON (1992) defende o uso da História Oral como um método que pode auxiliar os pesquisadores a se aprofundarem nas lacunas históricas confrontando com outros documentos escritos e assim possibilitando um maior conhecimento sobre o objeto pesquisado. A História Oral pode nos revelar maiores contradições e discrepâncias entre a evidência escrita e oral, ampliando nossa percepção histórica e tornando-a mais rica.

[...] a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a História. Enquanto os historiadores estudam os atores da História a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma História que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. (THOMPSON, 1992, p. 137).

Ao realizarmos entrevistas com os fundadores da associação o resgate da memória desses personagens se mostrou fundamental para reconstruirmos sua trajetória de lutas, embates, contradições e antagonismos desde sua gênese até sua consolidação política. “Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, (...) resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade”. (BOSI, 1994, p. 63).

A investigação relaciona-se, com a compreensão dos processos sócio-históricos que culminaram na origem da entidade de representação dos trabalhadores da PUC-SP. A reconstrução do processo histórico envolve não só o tratamento de categorias como associativismo, sindicalismo, organização de trabalhadores, docentes universitários, bem como o levantamento empírico dos processos por meio dos quais se deu a organização de defesa dos trabalhadores em educação do ensino superior privado. Desta forma, o trabalho desenvolvido apresenta discussões teóricas e conceituais sobre a análise da realidade. Tais quais muitos outros estudos, este opera com uma perspectiva, simultaneamente, teórica e empírica.

A perspectiva do lugar de fala e de estudo dos movimentos sindicais a partir da periferia corrige excessos de concepções estreitas formuladas a partir de realidades unilaterais. A construção de uma visão a partir da periferia do sistema mundo pode ser empreendida mediante a realização de pesquisa empírica original e mediante o esforço de conceituação e teorização original. É necessário estimular a realização de estudos empíricos rigorosos que possibilitem o acúmulo de conhecimentos a respeito das realidades concretas da organização sindical, seu papel de transformação da sociedade, a relação de autonomia do sindicato perante o Estado e outras instituições sociais, além de inúmeras outras questões que infernizam as mentes dos pesquisadores e dos atores sociais. É gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos. Os estudos empíricos permitem desenvolver conceituações e teorias calcadas na realidade específica da periferia, observando, a partir dela, a totalidade do sistema global. (DAL ROSSO, 2011, p. 27).

Dessa forma, um dos aspectos importante do debate metodológico é o caminho que procuramos seguir para obter informações empíricas acerca do objeto estudado. Tais informações, no entanto, são elementos brutos, são importantes e decisivas matérias-primas, mas que devem ser submetidas à análise e à interpretação do pesquisador.

## 1. 2. A PUC-SP e sua presença na luta pela redemocratização brasileira

O trabalho que vem sendo realizado de sistematizar e compreender a presença do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação como parte do campo dos estudos acadêmicos que se tem realizado em diferentes universidades nacionais e estrangeiras foi de crucial para a construção de nossa pesquisa, preocupada em compreender a presença da Apropuc no bojo dessa história.

A associação surgiu inserida nos efervescentes anos da década de 1970, marcados pelas lutas em defesa das liberdades civis, políticas e manifestações sociais que haveriam de pôr um fim ao regime de arbitrariedades instalado de forma golpista em 1964.

Maria Helena Moreira Alves, em sua obra *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, caracterizou, em três, os ciclos de repressão com a implantação do Ato institucional número 5 (AI-5). O primeiro foi a partir de 1964, que expurgou pessoas ligadas a governos populistas, especialmente o governo Goulart. A repressão física diretamente nos trabalhadores e camponeses foi à estratégia de classe para eliminar a resistência desses setores. O segundo ciclo entre os anos de 1965 a 1966, após a promulgação do Ato institucional número 2 (AI-2), intencionava concluir os expurgos nos cargos eleitorais e na burocracia do Estado. O terceiro ciclo, por exemplo, se caracterizou em

[...] expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes. Os desafios ao Estado por parte das classes médias, especialmente o movimento estudantil, convencera as forças de repressão da existência de áreas de “pressão” em todas as classes. Desse modo as campanhas de busca e detenção em escala nacional estenderam-se a setores da população até então não atingidos. (ALVES, 1984, p. 141).

Neste contexto BAUER (1995) discorre que entre os anos 1968 e 1974 a classe operária viveu um período marcado por lutas sempre isoladas, que eram sistematicamente soterradas pela repressão. Diante desse quadro o trabalho político e sindical acaba sendo realizado discretamente e cotidianamente dentro das fábricas, elemento que denota uma autonomia operária de base. Esse processo era fundamental para a expansão do “novo sindicalismo” que começava a se tornar uma vigorosa força política, mas que, a partir de

1977, como resultado de anos de luta para readquirir o controle dos sindicatos sob a intervenção do Estado (ALVES, 1984, p. 240), passou a ter maior visibilidade política e social.

Este ano assistiu também um intenso debate entre as organizações e correntes de esquerda que lutavam pela conquista da autonomia operária (BAUER, 1995, p.198), entre as diversificadas análises de grupos revolucionários que atuavam no movimento operário e sindical, destacavam-se, a caracterização do POC – Partido Operário Comunista, que toca no dilema do atrelamento do sindicalismo ao aparelho do Estado burguês e os problemas do movimento operário naquele momento histórico.

Os trabalhadores brasileiros foram colocados pela ditadura militar como alicerces para o reerguimento da economia brasileira. E, por isso, tinham que suportar todo o peso dessa reconstrução sem direitos sindicais, sem melhoria nas condições de vida e sem liberdade de associação partidária. A necessidade econômica da super exploração dos assalariados e da classe operária tornou-se inseparável da necessidade política de reprimi-los. A repressão estendeu-se por todos os poros da vida operária, procurando anular as fissuras porventura existentes contra o regime. Ao mesmo tempo, para manter a existência de um regime tão monolítico e concentrado, é fundamental um crescimento econômico que mantenha unidos todos os setores da burguesia. Porém, desde fins de 1973, a crise econômica solapa essa unidade e obriga o poder a procurar medidas de ‘reorientação da economia’. Essas medidas são, em linhas gerais, o aprofundamento da abertura para com o imperialismo e uma exploração das massas assalariadas.<sup>1</sup>

Ainda na análise do POC, a crise econômica seria favorável à reorganização da classe operária. Vários fatores contribuem para isso, vejamos três deles: (a) A crise abre brechas e põe em conflito frações da classe dominante dividindo-as sobre a melhor maneira de dominar os trabalhadores, minando a estabilidade da ditadura; (b) O grande crescimento material dos últimos anos e a enorme concentração industrial produziram também uma alta concentração de operários em grandes fábricas e em grandes regiões fabris; (c) Há um amplo sentimento nos assalariados de reação diante dos efeitos da crise (atrasos de pagamento, baixa qualidade das condições de vida, desemprego, escassez de horas extras etc.). A análise final da POC acabou concluindo que a exploração absoluta e a falta de liberdades democráticas atingiriam um o grau máximo naquele momento histórico, enquanto a classe dominante e o poder burguês se “confundem e embatem sobre como controlar a situação e manter o regime”.

---

<sup>1</sup> Problemas de Organização do Movimento Operário Brasileiro. In: Cadernos Brasileiros de Crítica da Economia Política do Partido Operário Comunista (POC). In: BAUER, Carlos. A Hegemonia Vermelha: Contribuição para a História dos Trabalhados Brasileiros, Vol. II. Editora Pulsar. São Paulo, SP. 1995, p. 199.

Se levarmos em consideração a análise do POC, que a crise abriria brechas e punha em conflito frações da classe dominante dividindo-as sobre a melhor maneira de dominar os trabalhadores, minando a estabilidade da ditadura e abrindo o caminho para a crise do regime, no campo da educação que se encontrava inserido no mesmo contexto, o cenário de crise não seria diferente, especificamente no ensino superior.

Para o professor Erson Martins de Oliveira (2015)<sup>2</sup>, um dos fundadores da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no ano de 1976, naquele momento a questão fundamental na pauta das universidades do país, era as liberdades democráticas e os centros acadêmicos que haviam sido abolidos pela ditadura militar e viraram diretórios acadêmicos, no período entre 1976 e 1978. Havia uma intensa campanha para reconstituir os centros acadêmicos e lutar contra a rigidez da ditadura militar dentro da universidade quanto nas questões, lutas, embates e reivindicações de diversas categorias de trabalhadores da sociedade civil.

Nesse percurso, tivemos como o nosso principal objetivo compreender essa associação numa perspectiva histórica e social, nascida das contradições e antagonismos que estiveram presentes nos primeiros anos de sua criação.

Delimitamos o período estudado entre os anos de 1976 e 1985, em razão de estarmos preocupados em compreender os principais episódios que marcaram e estiveram presentes desde o nascimento até a consolidação política dessa entidade. Dois fatos importantes na trajetória da entidade foram às greves de 1979, em um período embrionário de sua formação, e a greve de 1985, em uma conjuntura política no interior da universidade, com aspectos totalmente diferentes daqueles encontrados na primeira greve de 1979. Esses dois episódios foram apresentados e analisados, no capítulo 3 do presente trabalho, de forma mais profunda e detalhadamente.

Desta sorte, acreditamos que se faz necessário apresentarmos simultaneamente, entre alguns aspectos históricos da própria instituição e a sua influência sobre o cotidiano dos professores que estiveram à frente da criação da associação estudada.

Os anos das décadas de 1960 e 1970 foram abalizados por intensas discussões e mobilizações no interior da PUC-SP. Esse tempo foi marcado por uma série de reformulações que se registraram no ceio da Igreja Católica e que trouxeram nítidas influências no cotidiano

---

<sup>2</sup> Professor Erson Oliveira Martins, um dos fundadores da APROPUC. Entrevista realizada em set/2015. Anexo I, p. 103.

de suas instituições educacionais. Dessa maneira, os professores e os estudantes que atuavam em seu interior viram-se compelidos a incrementar um ideário reformista e que pudesse nos termos da legalidade, então vigente, questionar o governo militar que havia se instalado no país em 1964.

Este mesmo período foi impregnado pelas brutalidades do regime o que trouxe incontáveis perseguições e mortes como foi o dos assassinatos do jornalista Vladimir Herzog em 1975 e do operário Manuel Fiel Filho, em 1976 nas dependências no DOI-Codi. Essa onda repressiva pode ser constatada, no calor da hora, pelos redatores do jornal da PUC-SP. Está edição, do não menos conturbado ano de 1977, relatou o assassinato do operário Santo Dias, que a convite da universidade, participava e colaborava ativamente com professores e alunos do curso de Psicologia, debatendo em sala de aula acerca da Educação Popular, Profissionalização Operária e Perfil Psicológico do Trabalhador.

A notícia terminava enfatizando que Santo Dias fora um mártir pela visão profética da Universidade do Povo, antecipando a utopia da própria PUC-SP. Esses fatos acabaram precipitando o processo de redemocratização do país, pois a decisão do General Ernesto Geisel de exonerar o general D'Ávila, mostrava que ele não admitiria retrocessos políticos. Em agosto de 1974, no primeiro ano de seu mandato, Geisel anunciou a abertura política da ditadura militar, em discurso no Palácio da Alvorada aos dirigentes da Arena (Aliança Renovadora Nacional). Na ocasião, ele prometeu uma lenta, gradativa e segura distensão política no país (GASPARI, 2004, p. 127). Maria Helena Moreira Alves (1984) discorre sobre esse momento histórico em seu livro, *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*:

Após a morte de Manoel Fiel Filho, o governo Geisel viu-se sob forte pressão para acabar com a repressão em São Paulo. Os chefes das forças de segurança em São Paulo – o comandante do Exército, Ednardo D'ávila Mello, e o Coronel Erasmo Dias – integravam o setor de linha-dura contrário a política de “distensão”. Estimou-se que suas atividades em São Paulo redundavam no exercício de poder paralelo que poderia ameaçar a atividade do Executivo central e do próprio Estado de Segurança Nacional. O presidente Geisel agiu com rapidez para recuperar o controle da situação. Dois dias depois da morte de Manoel Fiel Filho, ele afastou o General D'ávila Mello, substituindo-o, no comando do Segundo Exército, pelo General Dilermando Gomes Monteiro (ALVES, 1984, p. 207).

Para o historiador Marcos Napolitano (2014), em sua obra intitulada, *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, quando pesquisada a lista de mortos e desaparecidos pela ditadura notamos um dado inovador. Em regra, as repressões no Brasil eram ferozes com os

trabalhadores e camponeses, os “chamados” de baixo e moderadas com os de cima. A prisão e o exílio eram reservados às lideranças dos movimentos rebeldes vindas da elite ou das classes médias superiores. A repressão aos grupos de oposição entre 1969 e 1974 não poupou ninguém. Um dado indicativo da composição social da guerrilha e da repressão é a formação escolar. “Dos 17.420 processados pela justiça militar que compõem a base do arquivo do Projeto “Brasil Nunca Mais”, 58% tinham formação superior, completa ou incompleta, e 16% tinham ensino secundário. No geral, calcula-se que metade dos presos e processados era formada por estudantes universitários” (NAPOLITANO, 2014, p. 116).

Todos estes acontecimentos foram vividos intensamente pela PUC-SP, direta ou indiretamente como constatamos na historiografia, documentos e relatos dos personagens que viveram aquele momento. Um dos fatos marcantes e de grande repressão foi à invasão do campus da PUC, situado na Rua Monte Alegre, no bairro paulistano das Perdizes, por forças da Polícia Militar comandadas pelo coronel Erasmo Dias, no dia 22 de agosto de 1977. O seu intuito confesso era o de desbancar um Congresso da UNE – União Nacional de Estudantes que havia sido posta em ilegalidade pelo regime militar (ALVES, 1984, p. 207). Nas palavras do professor Erson Martins Oliveira (2015) uma linha de ação contra as leis impostas pela ditadura era reconstituir a UNE e os centros acadêmicos um movimento que ocorria nas universidades e que de certa maneira, estava ligado com o que já estava se passando, no movimento operário que era também de recuperar os sindicatos dos interventores.

Fatos semelhantes a estes, ocorriam por toda a cidade de São Paulo e em diversas universidades paulista, como podemos verificar na edição do Jornal Debate Apropuc, de setembro de 1979, que noticiou a invasão do Centro de Física e Matemática da USP em 1977, onde suas instalações foram depredadas e as paredes pichadas com as siglas CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

No dia 30 de março de 1977, tropas policiais invadiram o Largo do Arouche com o objetivo de impedir uma manifestação de estudantes em frente à Secretária da Educação para reivindicar maiores verbas para o setor. Foram detidas dezenas de estudantes que foram encaminhados ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). No mesmo dia mais de 5.000 estudantes dirigiram-se ao Largo de Pinheiros onde foi lida uma carta aberta à população. “A instalação do regime militar acentuou o traço autoritário e excludente que historicamente assinalou o processo de formação social brasileiro”. (FERREIRA, 2006, p. 19).

Do ponto de vista educacional propriamente dito a reforma puciana (que havia tido início em plena década de 1960) vislumbrava um fazer acadêmico que pudesse permitir a inserção dos seus alunos numa perspectiva da formação de cunho humanístico e crítico; mas que fosse suficientemente abrangente para que o mesmo fosse capaz de responder a exigências políticas da realidade brasileira sem negligenciar sua futura atuação profissional. Ponto marcante dessa inflexão didática pedagógica foi à criação do Ciclo Básico de Ciências Humanas em 1971, e que rapidamente se desdobraria em praticamente todas as esferas do ensino superior efetivado por esta instituição.

Notadamente, a década de 1970 no Brasil é marcada pela continuidade da ditadura militar instaurada em 1964, pelos reflexos da crise econômica mundial causada pela crise do petróleo em 1973 e pelo alinhamento político e ideológico do país à posição hegemônica imperialista dos Estados Unidos da América (EUA) como liderança do bloco capitalista. “A ditadura civil-militar estava imbuída de um conjunto de desígnios e ações reacionárias e fascistas” (BAUER, 2012, p. 125).

É nesse contexto de grande agitação e de resistência que no ano de 1976 se efetivou a criação da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conhecida pelos seus adeptos pela sigla Apropuc. Entre os sócios fundadores da associação e aqueles que redigiram seu primeiro documento, constam os nomes dos professores Erson Martins, Alípio Casalle, Sérgio Luna, Franco Montoro, entre outros. Nas palavras da Prof.<sup>a</sup> Bia Abrâmides, atual diretora da associação:

A PUC-SP tem um legado democrático na produção do saber, no ensino, na pesquisa e na extensão, construído por professores, estudantes e funcionários. Esse legado é o que referencia essa instituição de ensino, no âmbito nacional e latino-americano. A pluralidade de ideias, o debate intelectual e acadêmico, a livre expressão e manifestação é que a tornou uma universidade viva, atuante, referenciada socialmente. Os professores, por intermédio de sua associação, a Apropuc, que tem 37 anos de existência, conquistaram o contrato por tempo, em ensino, pesquisa e extensão. Uma entidade combativa, autônoma, que não se rendeu ao longo de todo esse período e permanecem em defesa das lutas específicas dos professores, articuladas às lutas mais amplas da classe trabalhadora. (2013, p. 288).

Em nossa opinião a história da Apropuc está intrinsecamente ligada aos acontecimentos políticos, acadêmicos e culturais que se produziram no ambiente da PUC-SP. Desta sorte, os caminhos trilhados pela associação de professores e os da instituição se cruzam e mesmo se confundem, sobretudo, se tomarmos o período instalado com a ação

golpista militar de 1964, que produziu uma frente ampla em torno da consigna “Abaixo a ditadura”!

Mas, essas características haveriam de mudar, principalmente, quando foi lançado em 1978 o boletim da associação Debate Apropuc nº 1, ficava claro que essa entidade, a partir deste instante passaria a trilhar seu rumo independentemente, deixando explícito o objetivo de divulgar suas atividades, discussões, preocupações e propostas de soluções nos vários aspectos educacionais da vida universitária e da legislação trabalhistas que afetava diretamente a vida dos professores.

As motivações que nos levaram ao presente objeto de estudo, dizem respeito ao reconhecimento de que existem grandes lacunas no campo das pesquisas referentes às perspectivas de organização associativista, sindical e política dos trabalhadores em educação, notadamente, aquelas que estão associadas ao esforço compreendido pelos professores que atuam no ensino superior privado. Foi esta constatação que nos colocou o desafio de estudar a Apropuc.

### **1.3. O contexto político, econômico e social: antecedentes de uma representação de professores na PUC-SP**

Até o presente momento efetivamos um levantamento preliminar sobre a produção acadêmica preocupada em estudar e analisar as associações e os sindicatos dos trabalhadores da educação espalhados pelo Brasil e outras partes do mundo. Para tal consultamos bancos de teses e dissertações, obras e artigos publicados, anais de eventos e congressos, matérias disponibilizadas pela Rede Aste, fontes primárias da própria associação, como é o caso de atas, fotografias, panfletos, jornais impressos e revistas on line.

Foi essa investida, na coleta e reunião de fontes primárias, secundárias e bibliográficas, inclusive, que nos permitiu constatar a pouca incidência de estudos acadêmicos preocupados em estudar os esforços organizativos produzidos por aqueles que vivem do próprio trabalho e atuam como professores ou funcionários no ensino privado reinante no país.

Por conta disso, mas, também de outros fatores, como veremos logo a seguir, estudar a gênese da Apropuc não é uma tarefa das mais fáceis. Dentre outras coisas, por termos que lançar mãos de uma compreensão do controverso contexto histórico e social sob o qual essa associação surgiu e se desenvolveu, como também, estabelecer um dimensionamento das posturas políticas e sociais daqueles que estiveram presentes no momento de sua formação e que haveriam de se esforçar para sua consolidação. Esses passos precisam ser acompanhados de uma compreensão mais geral, ou clássica do papel do associativismo e do sindicalismo na sociedade capitalista contemporânea, como também estabelecer os nexos que existem entre esses e os movimentos organizados pelos trabalhadores da educação.

Tendo em vista as lacunas em torno do assunto e a necessidade de ampliar os estudos e pesquisas nesse campo, sob uma perspectiva histórico-social, formalizamos algumas questões iniciais que fundamentam esta investigação ora apresentada. Como o contexto social, histórico, econômico e político influenciaram as condições para a emergência da Apropuc? Quais condições objetivas e subjetivas que se apresentavam na Pontifícia Universidade Católica para a emergência da Apropuc? Qual a origem social dos professores da PUC-SP na década de 1970? Como os professores se entendiam socialmente neste contexto? Quais as principais lutas enfrentadas por esta organização? “O movimento sindical dos professores, sendo a mais expressiva manifestação de associativismo profissional, constitui um espaço privilegiado de estudo sobre os processos de afirmação e de crise da(s) identidade(s) docente(s).” (TEODORO, 1999, p. 62).

A articulação o movimento dos professores não acontece sem que as condições históricas da sociedade, na qual se organizam, o mobilizem para tal. Pretendemos estabelecer um quadro conceitual que nos permita a reflexão sobre nossos questionamentos sobre a emergência da Apropuc em um contexto conturbado e intricado. Com isso é possível compreender que

A insatisfação aumenta e o combate à ditadura envolve todos os setores da sociedade: movimento estudantil, OAB, ABI, igrejas, classe operária, trabalhadores rurais, intelectualidade. Esse processo alcançou a própria capacidade de sustentação da ditadura militar, com o aprofundamento dos pontos de divergência, tanto entre os militares, quanto entre seus apoiadores civis. (...)

Portanto, o reinício dos movimentos grevistas em 1978 e 1979, depois de dez anos de jejum, encontra o conjunto do movimento social e as organizações de esquerda num momento diferenciado do anterior. (...) Inúmeras greves por empresa já vinham “pipocando”, frutos desse trabalho persistente. Mas, agora, tinham um acúmulo

Nesse aspecto, autores como Sadi Dal Rosso (2011, p. 113), nos informam que a gênese sindical é estudada, mormente, por autores que se debruçam sobre o papel histórico, político, etc., do sindicalismo dito operário, com pouquíssimas referências ao sindicalismo dos trabalhadores em educação ou de outros trabalhadores que atuam na esfera educacional. Mas, para esse autor é crucial que esses estudos sejam cotejados, substancialmente, pela gama de contribuições analíticas e conceituais que são capazes de nos oferecer de acordo com suas palavras, uma questão conceitual significativa é aquela que procura responder o que é um sindicato? Outra ainda diz respeito às quais são as características que deve ter uma instituição para receber o nome de sindicato? Para ele ainda, a definição geral de sindicato proposta pelos Webb<sup>3</sup> (1973) perdurou durante anos e nos permite iniciar e se inserir nesse debate: “um sindicato é uma associação contínua de assalariados com o objetivo de manter ou melhorar as condições de suas vidas”. (DAL ROSSO, 2011, p. 113)

Como vimos, anteriormente, existem muitas lacunas que precisam ser preenchidas pelos pesquisadores das humanidades caso queiram contribuir com uma efetiva compreensão do papel que as associações e os sindicatos veem desempenhado na vida social dos países que constituem o mundo capitalista contemporâneo. Por sua vez, no Brasil, na área educacional os estudos preocupados com essa temática são pouco usuais e ainda mais raros quando se referem à dinâmica instalada nas relações produzidas no universo do ensino superior privado. Nesse caso as dificuldades são muitas e, basicamente inexistem associações que se organizam, se estruturam e se consolidam no interior das instituições de ensino superior privado.

Logo, as poucas existentes se constituíram em importantes células de formação política, resistência e lutas pelas garantias dos direitos sociais e corporativos dos seus representados. Evidentemente, esse quadro traduz um cenário mais remoto e de características estruturais, no âmbito das relações entre os interesses privatistas dos mantenedores e os seus assalariados. Porém, tais condições ficam ainda mais acirradas, num tempo em que havia o cerceamento da liberdade, dos direitos civis e vigorava a opressão social imposta pela ditadura militar. “Uma caracterização, mesmo que rápida, dos anos 1970 no Brasil deve levar

---

<sup>3</sup> WEBB, S.; WEBB, B. The history of trade unionism. New York: Augustus M. Kelley, 1973. In: Condições de emergência do sindicalismo docente. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 2 (65), pp.. 111-131, maio/ago. 2011.

em conta, no plano político, que o período inaugurou-se em meio à fase mais violenta da repressão às oposições do regime militar (...)”. (MATOS, 2009, p. 109)

Esse quadro acima descrito esteve presente no momento em que a proposta de criação da Apropuc foi colocada em movimento, todavia:

As condições de gênese do sindicalismo docente podem ser divididas em materiais e subjetivas. Entre as condições materiais, estão aquelas discutidas até este ponto, a saber, a existência de um número grande de trabalhadores docentes em condição precária de assalariamento, política educacional elitista com restrição ao acesso massivo da população, entre muitas outras. Entre as subjetivas, podem ser arroladas a consciência, o controle social sobre a formação dos docentes e sobre o exercício do magistério, o lugar da ideologia e da política. (DAL ROSSO, 2011, p. 114).

Amarillo Ferreira Jr e Marisa Bittar, em *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*, abordam as transformações ocorridas na categoria de professores no regime militar entre os anos de 1964 e 1985. Apesar de analisar os professores do ensino básico público, podemos fazer um paralelo com o ensino superior privado, evidentemente, guardadas algumas diferenças. A obra aponta que houve uma intensa depreciação social, econômica e profissional dos docentes oriundos das classes médias e das elites econômicas, passando a constituir-se de camadas urbanas populares, gerando um processo de substancial mudança no perfil social da categoria.

Por sua vez, em sua tese de doutorado *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*, Amarílio Ferreira Júnior (1998) pesquisa o contexto histórico de proletarização dos professores do 1º e 2º graus paulistas. Por meio de entrevistas com os trabalhadores da educação identifica em suas falas que entre 1970 e 1980 o arrocho salarial era uma das marcas da política econômica do regime militar. O processo da sua proletarização teve um impulso acelerado no final da década de 1970. A perda do poder aquisitivo dos salários assumiu um papel relevante na ampla mobilização dos professores e culminou no curso de várias greves estaduais entre 1978 e 1979 (FERREIRA, 1998, p. 87).

Essa dinâmica da inserção e enredamento dos professores no mundo do trabalho desmistificou a profissão como uma atividade especializada pertencente ao campo dos profissionais liberais, com a perda de *status* social e profissional a categoria inicia uma nova identidade do professorado do ensino básico paulista, ou seja, a de um trabalhador da educação submetido às mesmas condições econômicas como de qualquer outra categoria.

Simetricamente a isso podemos pensar na hipótese de que os professores do ensino superior privado também sofriam com esse processo, recebendo baixos salários e com constantes atrasos no pagamento. Premissa que pudemos constatar ao resgatar a entrevista do professor Mário Sérgio da PUC-SP, publicada em 1978, no Jornal Debate Apropuc com o título, “*Sou um bóia-fria da educação*”:

Os meus credores não querem saber se a PUC tem uma missão histórica no processo de construção da realidade brasileira. Eles querem receber o que eu devo. (...) Acho que a Universidade Católica é uma das que remuneram mais baixo. Até certo ponto ela desvaloriza o profissional, provocando uma evasão de professores para outras faculdades que pagam mais. Qualquer faculdade paga mais que cem cruzeiros a hora. A PUC paga menos do que o primeiro e o segundo graus do Estado. Paga até menos que o primeiro grau da Prefeitura. (...) Para professor atraso de salário traz uma grande insegurança. Programar a vida numa situação de salário irregular é impossível. O meu senhorio, a Light, meus credores não querem saber se a PUC tem uma missão histórica na realidade brasileira.<sup>4</sup>

Na historiografia contemporânea, o documento não é mais visto como uma prova em si mesmo, mas como um meio em que o historiador “reabre o passado e constrói os dados necessários, (...) à prova de suas hipóteses, que responderiam aos problemas postos, ligados à sua experiência do presente” (REIS, 2000, p. 70). Ocorre que se pode constatar, perfeitamente, pelo registro das palavras do professor Mário Sérgio, as formas pelas quais aquele contexto no qual as dificuldades econômicas experimentadas pela sociedade brasileira emergiam no interior da PUC-SP. Seu relato reforça também a questão da proletarianização dos professores do ensino superior privado, devido à política de arrocho salarial do regime militar, porém, notamos uma contradição no seu discurso quando relata que os professores tem a opção de trabalhar em outra faculdade que remuneram melhor que a PUC-SP. Se as empresas privadas estavam crescendo no setor do ensino superior privado pagando melhores salários, os professores universitários tinham opção de mudar de trabalho e minimizar os efeitos da sua precarização, diferentemente dos professores do ensino básico de 1º e 2º graus. “(...) a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 375-399 *apud* SAMARA, 2007, p. 123).

---

<sup>4</sup> Jornal Debate Apropuc, nº 1, maio de 1978. Anexo II, págs. 121-122.

Em diferentes incursões pelo acervo da associação verificamos que em 1978 a categoria dos professores da PUC-SP estava em campanha salarial e negociando com a reitoria suas reivindicações. O jornal Debate Apropuc como meio de comunicação entre os professores da universidade era uma forte ferramenta para mobilizar os docentes para participar da luta por melhores salários e conseguir mais adesões e associados para a entidade.

Este processo de proletarização dos professores ocorreu devido ao plano econômico do regime militar que foi marcado por altos índices de crescimento econômico, caracterizado pela ditadura como “milagre econômico”, que consistia em forte recessão provocada pelo governo nos anos anteriores, gerando maior concentração de capital em torno de grandes grupos empresariais e do sistema financeiro. Essa política impulsionava os investimentos em infraestrutura e favorecia o mercado financeiro internacional e o Estado subsidiava as empresas privadas por meio de insumos de baixo custo nas estatais. Apesar de o país demonstrar um alto crescimento econômico, isto não se refletia entre os trabalhadores;

A ênfase da estratégia econômica do governo dos bens de consumo duráveis impunha, na prática, um padrão específico de concentração de renda. A argumentação produtivista justificava a concentração da renda pela necessidade de assegurar um robusto mercado interno para os produtos do setor. De acordo com essa orientação, a política governamental elevou acentuadamente a participação dos membros mais ricos da população na renda global e diminuindo dos 80% mais pobres (ALVES, 1984, p. 149).

Ainda em sua tese doutoral Amarílio Ferreira Júnior realizou um levantamento sobre a influência de partidos e organizações de esquerda sobre os movimentos grevistas de 1978 e 1979 dos professores da educação básica dos 1º e 2º graus do Estado de São Paulo que culminaram com a fundação de associações e sindicatos da categoria. Para o autor a partir de 1976 os dois movimentos políticos organizados pelos professores da escola pública do Estado de São Paulo de 1º e 2º graus: o Movimento pela União de Professores e o Movimento de Oposição Aberto de Professores, atuando como vanguarda na luta por melhores salários estava vinculada a influência dos partidos de esquerda.

Nesta mesma conjuntura no interior da PUC-SP, aconteciam diversas reuniões e discussões para a organização de professores da educação básica aos universitários, onde circulavam dirigentes das mais diversificadas tendências ideológicas de esquerda e de trabalhadores de diferentes categorias da região do ABC, como já citamos anteriormente nesta pesquisa por meio das fontes impressas do Jornal Debate Apropuc. O quadro abaixo apresenta algumas organizações de esquerda entre 1970 e 1980, onde militavam em seus quadros

dirigentes vindos dos movimentos estudantis, dos trabalhadores de outras categorias que eram vanguarda nas lutas pela redemocratização e por melhores condições de trabalho e salário. Alguns professores que deram origem a Apropuc pertenciam a esses partidos como veremos;

<b>Partidos</b>	<b>Origem</b>
Organização Socialista Internacionalista (Liberdade e Luta)	Dissidência do Partido Operário Revolucionário (Trotskyista), fundado em 1976
Convergência Socialista	Dissidência do Partido Operário Revolucionário (Trotskyista), fundado em 1976
Movimento de Emancipação do Proletariado	Dissidência da Organização Revolucionária Política Operária, fundado em 1976
Ação Popular Marxista-Leninista	Juventude Universitária Católica, fundada em 1962
Partido Comunista do Brasil	Dissidência do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1962

Tabela parcialmente reproduzida. FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 91.

O professor Erson Martins de Oliveira<sup>5</sup> se lembra, com muita clareza e vivacidade, que os professores fundadores da Apropu militavam em diferentes partidos e movimentos sociais de esquerda. Ele mesmo participou da chamada corrente Organização Socialista Internacionalista (Frente Socialista) que depois se transformou em Liberdade e luta (Libelu) que foi uma corrente estudantil muito ativa nos 1970, mas que não existe mais e muitos dos seus antigos militantes estão vinculados até hoje, a tendência petista que se reúne em torno do jornal O Trabalho. Outras correntes existentes no interior da PUC-SP eram a Caminhando, ligada ao PC do B, havia o Refazendo que era mais ligado ao pessoal que vinha da Ação Popular (AP) e o pessoal da Convergência Socialista.

Apesar de forte influência de professores que eram militantes da esquerda a primeira diretoria da associação foi composta por docentes que tinham uma ligação mais próxima com a instituição. Erson Martins de Oliveira (2015) afirma que ainda participaram dessa construção professores da Teologia da Libertação entre outras correntes que não eram propriamente ditos da esquerda. A própria reitoria tinha uma política mais progressista, tanto que, o Jornal Porandubas, da PUC-SP, será também o primeiro canal de comunicação da Apropuc nos primórdios de sua atuação.

<sup>5</sup> Entrevista realizada em set/2015. Anexo I, p. 104.

Com este cenário de condições socioeconômicas, políticas e sociais efervescentes e em constante ebulição, surge às contradições, antagonismos, embates e lutas, nas quais foram plasmadas as condições para o surgimento de uma organização associativa na Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo. Foi a partir dessa iniciativa que os professores associariam seu destino político aos professores da educação básica paulista e de outros segmentos das classes de trabalhadores imersos nas lutas sindicais. Analisando os momentos de construção da “autoconsciência e de organização alcançado pelos grupos sociais”, Gramsci, afirmou que

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: (...) sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele que se adquire a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mais ainda no campo econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando a alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes. Um terceiro momento é aquele que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais aberta política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em choque e lutam até que uma delas ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral (GRAMSCI, 1978b, p. 49-50 apud FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 89).

Na argumentação de FERREIRA (1998) o comportamento dos professores da educação básica de 1º e 2º graus já demonstrava uma solidariedade de interesses entre a classe trabalhadora nos de 1975 e 1980, que questionava do ponto de vista econômico as bases jurídicas do Estado ditatorial brasileiro. Para o autor as vanguardas da categoria do Estado de São Paulo tinham atingido o terceiro momento descrito por Gramsci, isto é, alcançado o amadurecimento social necessário para criar organizações políticas para as lutas levadas a cabo pelos professores nacionalmente. Como já demonstramos em nossa pesquisa anteriormente com os trabalhadores do ensino superior não foi diferente.

Trata-se, portanto, de trazer para o campo de pesquisa na área educacional, estudos que se preocupem com as experiências e formas de organização sobre o associativismo no ensino superior privado. Aprofundarmos as discussões nesta arena será de grande importância para recuperar e manter vivas as reflexões sobre os processos de lutas, embates e resistência dos personagens que constituíram a história da Associação dos Professores da Pontifícia

Universidade Católica e que demonstraram tenacidade e perseverança no cumprimento desse intento.

## **Capítulo 2:**

### **A emergência da APROPUC – Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica**

---

*Mas quem é o sindicato?  
Ele fica sentado em sua casa com o telefone?  
Seus pensamentos são secretos,  
suas decisões desconhecidas?  
Quem é ele? Você, eu, vocês, nós todos...*

*Bertold Brecht*

Este capítulo aborda o processo de formação da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Apropuc), apontando e analisando as principais características que levaram a gênese da entidade. Levantando ainda questões sobre a necessidade de fortalecimento e organização política dos docentes da PUC-SP, em um período conturbado e efervescente, no apareciam consubstanciados a luta pela redemocratização do país e por melhores condições de ensino, trabalho e salário para os professores.

Todos esses processos, com seus antagonismos e contradições expõem as fissuras do tempo histórico em que emergirá a organização associativa. Os seguintes itens compreendem este capítulo: 2. 1. O florescer de uma organização política: antagonismos e contradições de uma categoria. 2. 2. Nasce a APROPUC-SP, Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2. 3. Os desafios da Apropuc em busca de sua consolidação política.

#### **2. 1. O florescer de uma organização política: antagonismos e contradições de uma categoria**

No senso comum os acontecimentos são tais como se apresentam: estáticos e factuais, congelados em um determinado momento, fruto das ações aparentemente iniciadas e findadas em si mesmas. Nada é mais enganoso que esta observação. Os acontecimentos são nada menos que o reflexo de um processo histórico, que vai caminhando e se desenvolvendo ao longo do tempo; no tempo histórico, nada é fato, tudo é processo.

BAUER (2012) em seu trabalho *A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo: elementos de história e questionamentos políticos* procurou demonstrar que, dentre os aspectos mais característicos da dominação burguesa no Brasil, estava o seu caráter antidemocrático. Ao analisar a incapacidade da burguesia brasileira em estruturar um projeto nacional que fosse além de seus próprios interesses e os consequentes e pequenos avanços, além dos contínuos recuos do processo democrático no Brasil.

Com a compreensão desse caráter peculiar de nossa natureza e da perspectiva histórica, em linhas gerais, podemos afirmar que qualquer que seja a organização representativa de trabalhadores, ao fincar suas linhas de conduta na persistente luta pelos seus direitos e melhoria de condições no trabalho, deverá trazer incômodos para os detentores do poder. Por conseguinte, não serão poucos os embates, os entraves e a resistência às ações violentas praticadas pelo patronato, pelo Estado e por seus aparelhos de repressão imbuídos de medidas coercitivas e antidemocráticas com o intuito de pressionarem e amedrontarem os trabalhadores.

Os processos pelos quais se deram a emergência da Apropuc, confundindo-se com a própria história da PUC-SP, são complexos como já foi mencionado em um primeiro momento desse estudo. Indubitavelmente, as condições objetivas para a formação da entidade enquanto forma de resistência e de ação proativa dos trabalhadores em educação do ensino superior privado, na década de 1970, moldaram a ideia entre os professores de uma maior participação na vida da universidade. Isso decorre, entre outras coisas, pela presença desses docentes na luta pela redemocratização brasileira, na formulação de reivindicações por melhores condições de trabalho, na realização de greves, congressos, pela influência na criação de organizações políticas, pela presença na luta pela anistia, etc.

No depoimento que colhemos do professor Erson Martins de Oliveira (2015), algumas dessas características do comportamento dos docentes aparecem dirimidas da seguinte forma:

A APROPUC foi bem assim. Depois que ela vai assumir esse caráter sindical (...) inicialmente não (...) ela era muito mais uma expressão política dessa maneira do que uma organização sindical não é (...) tanto é que Sérgio Luna, Alípio né eles sempre (...) principalmente o Alípio ele tinha muita ligação com a instituição (...) eles eram da Apropuc, mas eram muito ligados a instituição (...) diferente da minha militância na APROPUC da Priscila que era uma militância da Esquerda que passava por outro caminho (...) então a APROPUC na sua origem ela esteve vinculada a instituição né (...) a independência dela é um processo que vai se dar ali (...) então ela se confundia (...) a democratização da PUC trazia a chamada Apropuc

tanto é que ela vai ser importante na discussão de mudar o estatuto da PUC e ser a primeira universidade para intervenção para reitor (...) (OLIVEIRA, 2015, p. 106).

Também nos parece importante procurar compreender o papel jogado pela PUC-SP e seus mantenedores nesse conjunto de acontecimentos interligados entre si pelos fios das relações políticas, acadêmicas, profissionais e mesmo religiosas. Para tal, tomamos as palavras da professora Bia Abrâmides para exemplificar as linhas de ação e posicionamento político dessa instituição, portanto, de sua atuação frente às demandas sociais em geral e, particularmente, dos seus trabalhadores.

O Projeto de Universidade da FUNDASP é o projeto da Igreja, que pretende sempre formar seus quadros. E isso não é novo. Nos anos 60, 70, 80 seu projeto era humanista vinculado à Teologia da Libertação, em toda a América Latina, longe da posição conservadora, reacionária que está presente no Vaticano nas últimas décadas e se expressa claramente na PUC-SP. Esse é um fenômeno mundial. A Igreja não suporta mais uma universidade como a PUC-SP, mesmo com sua democracia extremamente limitada. Nos EEUU, houve intervenção em PUCs progressistas, e, recentemente o Vaticano fez com que a PUC do Peru deixasse de ser PUC. Ou seja, ou segue o receituário ou se desvincula. Basta analisar as declarações da candidata ilegítima, nas quais diz claramente que a PUC é da Igreja, e, portanto, deve seguir a ela. Aí nos perguntamos como debater temas tão fundamentais como a questão do aborto, das drogas, da sexualidade, da criminalização dos movimentos sociais, da luta contra o capital e por uma sociedade igualitária, sem exploração de classe e opressão social, de gênero, étnico-racial, em uma universidade que reprime a liberdade de manifestação, expressão, do conhecimento e da práxis necessária a uma vida emancipada? Essas respostas devem ser pautadas em um processo de resistência e luta permanentes por uma universidade autônoma e democrática na perspectiva da emancipação humana. (ABRAMIDES, 2013, p. 294).

Ao relacionarmos as palavras da autora, nomeadamente no que tange ao conservadorismo do Vaticano na figura da Fundação São Paulo – FUNDASP nota-se uma profunda contradição. A própria razão de ser de uma universidade fundamentalmente ligada a todos os aspectos que compreendem as atividades de uma educação emancipatória, pela qual, os sujeitos recebem formação que o livre do jugo da natureza assumindo o domínio de suas competências por meio do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade lhe é negado a partir de ações discriminatórias ligadas às questões econômicas, de cunho social, político e cultural. Aliás, algumas dessas contradições e problemáticas dicotômicas sociais, aparecem sinalizadas nas palavras de Erson Martins de Oliveira:

(...) tanto é que foi aprovado um estatuto a Apropuc se meteu inclusive junto com as forças (sic) né (...) de modificar o estatuto fizeram um estatuto muito mais democrático vamos dizer assim sempre pondo aspas no democrático né (...) mas muito mais do que tinha o estatuto anterior que tinha a intervenção da fundação diretamente da igreja (...) então se pretendia um movimento aqui era muito mais um movimento civil do que da igreja (...) olha aqui uma contradição aqui (...) tanto é que essa contradição foi resolvida com a intervenção da igreja (...) se a igreja voltou a intervir voltou a controlar diretamente com a crise econômica com a crise financeira né (...) então ela veio entrou aqui falou aqui quem manda é nós e acabou (...) mas antes os setores ligados a igreja aqui eram mais liberais mais democratizantes (...) então a Apropuc ela vai ter também essa função política. (OLIVEIRA, 2015, p. 106).

Podemos também deduzir daí o caráter mercantilista que o Estado e seus aliados tentam imprimir à educação, pelo qual, a redução de custos e a dita *otimização* dos processos de aprendizado, como também as fórmulas *infalíveis* de sucesso na gestão, invariavelmente, significam, respectivamente, arrocho salarial e demissões de trabalhadores, depreciação das condições de trabalho e sua plena subordinação e, como resultado disso, a proletarianização dos professores. “A organização do trabalho na sociedade pode ser cooperativa ou conflitiva. A prevalência de sistemas sociais de acumulação privada fez com que, ao longo da história, as relações conflitivas tenham se mantido através do tempo” (DAL ROSSO, 2011, p. 19).

Além disso, ainda que nos esforcarmos em utilizar de forma otimista alguns conceitos do capitalismo, essa oferta de produto “educação”, ao contrário do que preconizam os gurus do liberalismo, muitas vezes, contradizem a lei da oferta e da procura. As instituições oferecem os cursos que consideram viáveis, em detrimento da procura por eles e muito menos de seu valor social, como bem demonstra Abrâmides, tomando a PUC-SP como exemplo:

A PUC-SP sobrevive do aumento constante das mensalidades, o que elitiza o ensino e precariza cada vez mais as condições de trabalho. Um número significativo de cursos considerados de baixa procura, configuram-se em cursos com demanda reprimida. No lugar de se pensar em mensalidades reduzidas que garantam a existência desses cursos, fecham-se turmas e alguns deles poderão ser extintos, pois os alunos que os procuram são os trabalhadores e seus filhos, que não tem como suportar os preços das mensalidades e, por isso, se inscrevem nas universidades privadas mercantis com mensalidade inferiores. Esses cursos são basicamente da área das Ciências Sociais, incluído o curso de Serviço Social, de Educação, de Letras e de Filosofia e são imprescindíveis por sua função social, além de representarem uma universidade que deve conter a pluralidade das áreas de saber. (ABRAMIDES, 2013, p. 292).

No período entre os anos de 1972 a 1978, na PUC-SP o crescimento do número de alunos matriculados na universidade saltou de 10.169 alunos para quase 15.000. O crescente

desenvolvimento da instituição, pelo menos, para os seus professores e estudantes, teria que ser acompanhado de grande esforço para a manutenção de um bom nível de ensino. Ocorre que esta expansão estava obviamente dependente de elevações nos custos operativos que eram inerentes ao seu desenvolvimento.

Um debate que a universidade discutia naquele momento e que levantamos em nossa pesquisa é a questão contraditória das verbas públicas. Com o aumento do número de alunos e a diminuição das verbas cedidas por parte do MEC, para as universidades católicas a PUC-SP praticamente se obrigou a transformar-se em uma empresa comercial. Daí se dá a contradição em uma instituição privada de ensino superior que defende o ensino público e gratuito receber subsídios governamentais e ao mesmo tempo se vê obrigada a aumentar a mensalidade dos alunos devido à diminuição desses recursos pelo governo. Este quadro foi relatado, no Jornal Debate Apropuc, nos seguintes termos:

Esta Universidade, como instituição privada que presta um serviço público à comunidade, dispõe de duas fontes de rendimento como forma de cobrir seus custos operacionais, de manutenção e de expansão. A primeira delas é interna constituída não só pelas crescentes anuidades pagas pelos alunos (que constitui maior parte do orçamento real interno: 82,30 por cento em 1968 e 61,10 por cento em 1978), como a constante deterioração dos salários do corpo docente. A segunda fonte, a externa, advém de recursos do próprio poder público, aqui representado pelo Ministério da Educação e Cultura. Este órgão que em 1962 chegou a subsidiar 76,47 por cento do orçamento geral da PUC-SP, no ano de 1978 participou com a aviltante cifra de 3,58 por cento do orçamento geral desta Universidade. Quando transformamos este índice e comparamos com outras Universidades públicas, a situação nos parece ainda mais absurda: por exemplo, no ano de 1975, o custo anual de cada aluno para a PUC de São Paulo era de 14.541 cruzeiros, dos quais 611 cruzeiros eram devidos a subvenção do MEC. Um aluno da USP ou aluno da UNICAMP, nesse mesmo ano custavam ao poder público respectivamente 37 mil e 63 mil cruzeiros. (...) Este crescente e humilhante queda de recursos públicos atribuídos a PUC-SP faz, portanto, com que os esforços para prestar um serviço público e, desta forma, cumprir seu papel social e cultural, recaiam quase que integralmente sobre aqueles que compõem essa instituição,<sup>6</sup> *provocando a consequente proletarianização e atrasos nos salários dos trabalhadores em educação da PUC-SP.*<sup>7</sup> (grifos no original)

Tais implicações podem ser apreendidas de modos distintos pelos professores que tem em uma associação representativa um canal direto para a construção e a disseminação dessa percepção e passa a se organizar para intervir nos assuntos pertinentes a sua profissão dentro e fora da universidade.

---

<sup>6</sup> Jornal Debate Apropuc nº 3, maio de 1979. Anexo II, págs. 124-125.

<sup>7</sup> Grifo nosso.

## **2. 2. Nasce a APROPUC – Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**

A Apropuc tem sua própria existência ligada às lutas democráticas que eclodiam país a fora na contemporaneidade de sua criação, desenvolvimento e reconhecimento pelos professores de sua pertinência político social. De fato, a entidade surgiu no bojo das lutas contra a ditadura militar, com as suas ações marcadas pela presença no processo de defesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, à luta ativa pela anistia, da autonomia universitária e da redemocratização brasileira, episódios que estão expressos radicalmente em sua história.

Por conta disso, mas também, de outros fatores, como veremos no decorrer dessas páginas, alguns professores engajados nesse processo propuseram a criação de uma associação que os representasse de maneira direta e efetivamente nos tramites corporativos e profissionais, acadêmicos e culturais que diziam respeito aos mantenedores representados pela Fundação São Paulo. Podemos consultar no site da instituição atualmente a transcrição do texto de uma circular de 1976, que serviu como consulta a todos os professores da PUC-SP para levantar a opinião dos docentes sobre uma possível associação.

Esse material que agora está disponível no portal da Apropuc, dizia então:

Alguns professores desta universidade estão sentindo necessidade de se organizarem numa associação de professores da PUC-SP que discuta e encaminhe situações-problemas das mais diversas ordens que nos afetam como professores. Para isso vimos consultá-lo: Acha você que vale a pena fundarmos esta associação? Você gostaria de fazer parte? Que problemas você colocaria como prioritários?

O grande número de respostas enviadas estimulou o grupo a fundar a Apropuc, que teve como seu primeiro presidente o professor Sérgio Vasconcelos Luna.

Os questionários foram enviados para os seguintes professores: Lauro Camargo Fabretti (FEA), Franco Montoro (Direito), Silvia Pimentel (Direito), Eliseu Cintra (Filosofia), Ana Maria M. Cintra (Português), Maria do Carmo Guedes (Psicologia), Antônio J. Neto (Ciências Sociais e Serviço Social), Edgar de Assis Carvalho (Antropologia), Célia C. L. Cursino (Matemática), Carmem Junqueira (Pós), Lucrécia D. Ferrara (Pós), Sérgio Luna

(Pós), Antonio Joaquim Severino (Educação), Maria C. Bártollo (Ciclo Básico), Suzana Medeiros Serviço Social), Marcos T. Masetto (Ciclo Básico).

Cássio Hideo Diniz Hiro (2012) analisou em seu trabalho essa perspectiva da necessidade de construção do movimento sindical docente por parte dos professores que se percebem como trabalhadores da educação. No senso comum parte-se do pressuposto que os acontecimentos são factuais e estáticos, frutos das ações aparentemente iniciadas e findadas em si mesmas, congeladas em um determinado momento. Esse pensamento se revela meramente expressionista. Os acontecimentos são reflexos de um processo histórico que vai desenvolvendo-se ao longo do tempo. Para compreender o ponto de vista dos professores da PUC-SP naquele instante da gênese de sua associação, precisamos observar que o ser humano constrói-se a partir de sua própria existência, ao longo da história. A história não é apenas um amontoado de fatos de um passado distante, mas configura-se enquanto um processo em constante transformação. O ser humano como um ser social não vive no mundo sozinho e isolado, sobrevivendo apenas em sua individualidade. Sob as mais diversas formas da vida em sociedade ele interage com outros seres, de forma direta ou indireta, na busca por sua sobrevivência. Desde as primeiras comunidades (de forma simples) até a atualidade (de forma complexa), os homens relacionam-se entre si na formação das condições que garantam a sua existência material, mesmo que essa busca seja motivada por interesses individuais. Dessa forma estabelecem relações econômico-sociais entre as partes, em que o trabalho é a principal produtora e transformadora dos recursos materiais necessários para a sobrevivência humana.

É nesse quadro que emergiu, no dia 25 de setembro de 1976, a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em sua gênese a entidade contou com cento e doze professores fundadores das diversas áreas, entre eles, Erson Martins de Oliveira nosso entrevistado que atua na diretoria da entidade até os dias atuais. A Diretoria provisória eleita após votação ficou definida com os membros, Sérgio Vasconcelos Luna (Presidente), Casemiro dos Reis Filho (Vice), José J. Queiroz, Ceres de Carvalho Medina, Silvia Carlos da Silva Pimentel, Marcos Lorieri, Marcos Tarciso Masetto e Sonia B. C. Iglioni.

No Livro Registro de Atas de Assembleias (*sic*) da Apropuc do ano de 1976 encontramos a Ata de fundação da entidade e, da qual, transcrevemos algumas linhas dos principais pontos que foram registrados desse significativo momento histórico que foi a fundação da entidade:

*No dia 25 de setembro de 1976, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, à Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo, reuniram-se os abaixo assinados, professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a finalidade de fundarem a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Constituídos em Assembléia Geral, os presentes decidiram:*

- 1. Que, nesta data, fica fundada a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A finalidade desta associação é congregar os interesses do corpo docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tais interesses serão especificamente determinados nos Estatutos da Entidade.*
- 2. Que todos os professores presentes, signatários desta Ata são considerados sócios-fundadores da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

*A assembléia passou em seguida, à eleição de uma Diretoria provisória, com poderes para representar ativa e passivamente a Entidade, até o prazo de 60 (sessenta) dias, convocar nova Assembléia Geral, na qual deverá apresentar aos associados, anti-projeto dos Estatutos da Entidade, a ser discutido e aprovado pelos Constituintes, ocasião em que será também eleita a nova Diretoria, nos termos estatutários.<sup>8</sup>*

Após dois meses, no dia 20 de novembro de 1976, foi realizada a Assembleia Geral para a realização de uma nova eleição para a Diretoria e para deliberar sobre o Estatuto da entidade. Transcrevemos abaixo o primeiro capítulo, artigo primeiro e segundo que consideramos fundamentais para contextualização de nossa pesquisa na qual a entidade estudada se mostra preocupada com o desenvolvimento de uma série de ações de ordem política, acadêmicas, culturais, aprimoramento profissional, relações de ensino-aprendizagem, organização de intercâmbios internacionais, simultaneamente, ao seu compromisso precípua de zelar pelos interesses corporativos, jurídicos, salariais e laborais dos seus associados:<sup>9</sup>

#### *CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE*

*Artigo 1º: A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO é uma entidade sem fins lucrativos com sede a Rua Bartira, 407 - Perdizes, Cep 05009-000 e foro na cidade de São Paulo-SP.*

*Artigo 2º: A Associação tem por finalidade:*

- 2.1 - congregar os professores da Pontifícia Universidade Católica e desenvolver sua participação nos vários aspectos da vida universitária;*
- 2.2 - estimular o relacionamento interdisciplinar na Universidade;*
- 2.3 - colaborar com a Comunidade, como órgão técnico e consultivo, o estudo e solução dos problemas que relacionam com o ensino-pesquisas;*
- 2.4 - zelar pelo aperfeiçoamento profissional dos associados;*
- 2.5 - manter os professores informados sobre a legislação trabalhista e do ensino;*

---

<sup>8</sup> Livro de Registro de Atas de Assembleias da Associação de Professores da Pontifícia Universidade Católica – APROPUC/SP, p. 2-3. Anexo II.

<sup>9</sup> Ata da Assembléia Geral da APROPUC/SP do dia 20/11/1976.

- 2.6 - defender os direitos, interesses e prerrogativas dos professores e, especialmente, reivindicar melhores condições de trabalho - adequadas ao magistério superior;
- 2.7 - incrementar o desenvolvimento cultural do corpo docente, mediante a realização de debates conferências, reuniões, cursos e congressos;
- 2.8 - promover o relacionamento da Associação com entidades congêneres, e participação dos professores em atividades culturais no âmbito municipal, nacional, internacional.
- 2.9 - manter serviço de assistência judiciária trabalhista para os associados.

Márcia Ondina Ferreira (2006) em seu trabalho intitulado “*Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas*” discorreu sobre a posição de Arroyo na época das lutas por liberdades democráticas, que sistematiza algumas posições, encontradas nas práticas das mobilizações dos docentes a respeito da nova identidade. Por isso, defendia que esta revelaria o tipo de articulação entre a categoria dos docentes e os demais trabalhadores, necessária para “lutar contra a escola burguesa” (ARROYO, 1980, p. 16 *apud* ONDINA, 2006, p. 230).

A nova consciência e nova prática dos trabalhadores da educação é se sentirem como trabalhadores e sentirem a necessidade de se associarem como tais, e organizarem sua luta nos mesmos moldes dos trabalhadores da produção, do comércio [...] e sobretudo se sentirem solidários nos mesmos objetivos de questionar o modelo sócio-político e econômico, o Estado, a organização do trabalho [...] que os gera e explora como trabalhadores. (ARROYO, 1980, p. 17-18 *apud* ONDINA, 2006, p. 230)

Uma questão importante de ser levantada se trata da adesão dos professores a APROPUC-SP. Se os professores passam a se sentir trabalhadores e necessitam se associar para organizarem suas lutas isso não se reflete apenas entre os associados da entidade como aponta Cardoso,

[...] a filiação não pode ser tomada como medida universal da legitimidade vertical da representação do sindicalismo, seja porque parte dos não-filiados também participa da ação coletiva, seja porque muitos filiados não participam. (1999, p. 96-97).

Erson Martins de Oliveira (2015) nos revelou que a adesão política dos professores a entidade foi grande em sua fundação. As assembleias da Apropuc em sua gênese eram massivas e reuniam entre 300 e 400 professores.

Corroborando com as análises de Arroyo e Cardoso, podemos inferir do que nos foi dito pelo professor Erson e pelo exame das fontes impressas localizadas e analisadas que parte do corpo docente da PUC-SP articulava-se nas lutas pela redemocratização do país e nas mobilizações reivindicadas por melhores condições de trabalho e salário. Nesse quadro é importante levar em conta que muitos professores ainda não tinham quaisquer experiências associativistas e sindicais, algo que passou a ser incrementado, a partir de 1976, com a efetivação de uma entidade representativa no âmbito de sua atuação profissional na PUC-SP.

A primeira preocupação que nos parece importante desenvolver é aquela que diz respeito à primeira fase da gênese da associação. De pronto, ela nos parece contraditória, no que tange alguns estudos realizados pelos pesquisadores do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação que apontam que as características de uma organização sindical em sua formação são voltadas para as lutas e reivindicações de uma determinada categoria com relação às questões trabalhistas. “A compreensão do sindicalismo docente como movimento implica a abertura de inúmeras questões de pesquisa que se desdobram para além dos limites da instituição e da categoria.” (DAL ROSSO, 2011, p. 19)

Não que a Apropuc, não tivesse essa característica em sua urdidura, mas a entidade em sua gênese teve uma característica totalmente diferente de outras instituições formadas nas universidades. Como a primeira associação dos trabalhadores do ensino superior privado ela extrapolou os muros da universidade, emergiu como uma organização política em seus primeiros anos de vida. Segundo o professor Erson Martins de Oliveira:

Assim que ela surgiu que houve a assembleia que a gente aprovou a ideia de uma fundação da associação me parece que houve uma direção provisória que depois se fez a eleição (...) eu se não me engano eu não participei na primeira diretoria direto, mas eu participava do conselho dela (...) o pessoal do conselho eu era da linha de frente (...) eu era um dos principais (...) acho que na segunda diretoria depois que eu comecei a participar né (...) mas a Apropuc ela tem uma particularidade que eu falei para você de expressar um movimento mais geral da democratização do país porque (...) porque ela confundiu um pouco com a história da própria PUC...porque a PUC acabou sendo a universidade que sediou um encontro para reconstituir a UNE e por isso foi a universidade que sofreu a intervenção do Erasmo Dias foi uma violência danada né...então a PUC se transformou num pontal nacional de todas as faculdades era um baluarte NE (...) era uma escola particular etc etc (...) então ela se destacou com uma importância assim incrível era de um lado a USP que o movimento estudantil reanimou e começou a ter greves do movimento estudantil na época...a

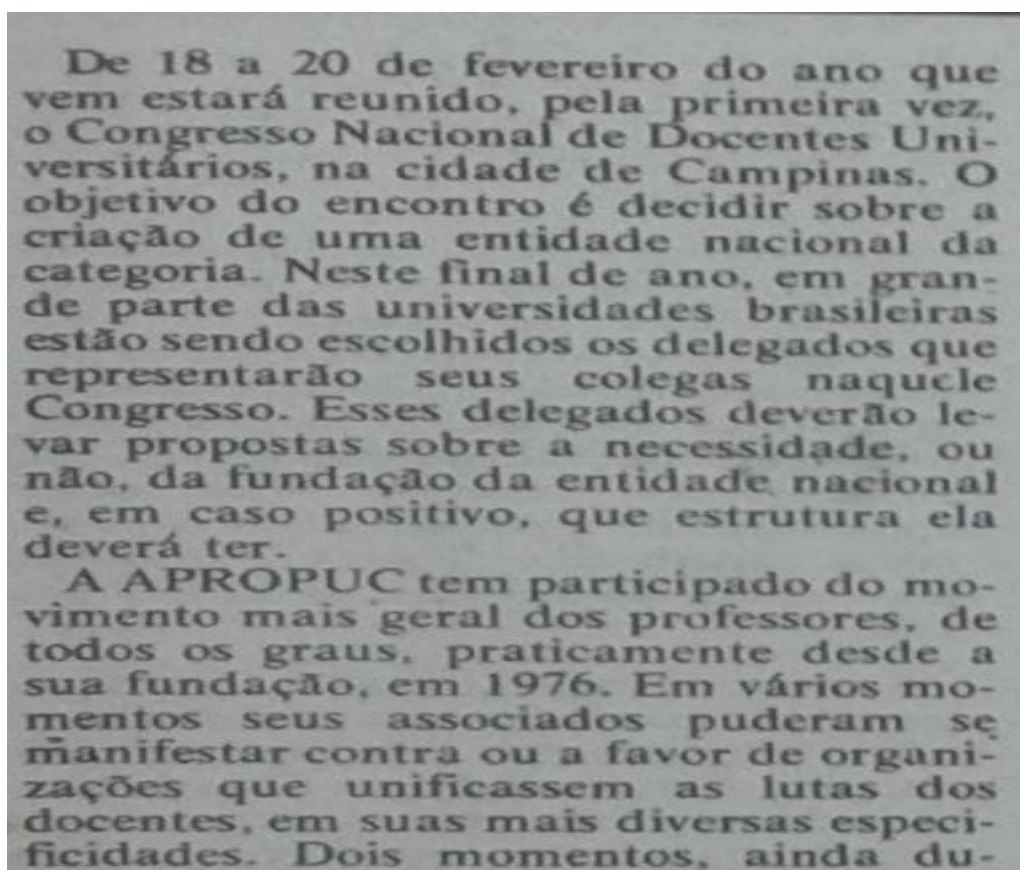
greve na FAO nessa época NE (...) e eram todas reivindicações políticas que se fazia contra a intervenção militar e a PUC das particulares é aquela que apareceu porque (...) porque tinha uma ala da igreja que era a ala do Dom Evaristo Arns não é...que se engajou para a democratização (...) então se a igreja apoiou a ditadura militar o golpe militar de 64 depois uma ou outra ala dela vai recuperar o espaço perdido pela direita da igreja (...) e a PUC é praticamente um instrumento...então você imagina com essa ação da igreja a universidade virou um burburinho virou uma vida política...tinha uma vida política aqui intensa (...) hoje a PUC é uma escola morta né (...) mas na época era todas assembleias eram reuniões e era assembleia estudantil era reunião de coisa e vinha gente de fora e eram palestras (...) todas as coisas políticas concentravam na PUC (...) então a APROPUC ela nasceu nesse caldeirão nesse bojo. (OLIVEIRA, 2015, p. 44).

As palavras do nosso entrevistado, acima reproduzidas, denotam que os professores da PUC-SP, mormente, aqueles que estiveram engajados ao longo da trajetória, de quase quatro décadas da Apropuc, como é o seu caso, reconhecem a sua participação no contexto das lutas que se colocaram em defesa da redemocratização brasileira. Com uma forte e expressiva representatividade política e cultural, porém, ainda sem características propriamente ditas sindicais, na sua gênese, “a Apropuc foi bem assim, depois que ela vai assumir esse caráter sindical (...) inicialmente não (...) ela era muito mais uma expressão política dessa maneira do que uma organização sindical não é (...)”. (OLIVEIRA, 2015, p. 42)

A Apropuc reconhecidamente foi participante ativa no processo de lutas, embates e enfrentamentos, que tem lugar de destaque na organização das entidades classistas e de representação, como no caso de sua presença no processo na criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Nas palavras de Erson Martins Oliveira, muitas das reuniões que marcaram a gestação do futuro sindicato nacional dos docentes universitários brasileiros eram realizadas na sede da associação, em sua visão a entidade também se fortaleceu e se beneficiou muito dentro desse processo:

(...) então vai surgindo a idéia de que era preciso ter uma organização própria dos professores aqui que seria uma associação porque o sindicato é um sindicato extremamente fechado pelegos etc (...) e também estava ocorrendo em todo país a idéia de criar organizações independentes assim como os centros acadêmicos tinham se reconstituído né...assim como a UNE tinha que ser reconstituída tinha que se reconstituir o movimento nacional dos docentes (...) você vai ver que vai surgir o ANDES também certo (...) e a APROPUC então vai nascer como parte desse movimento não foi um movimento isolado pequeno aqui (...) não ele foi parte desse movimento.” (OLIVEIRA, 2015, p. 43).

É importante destacar aqui a posição que hoje ocupam os entrevistados ao sublinharem negativamente o papel dos sindicatos dos professores como extremamente fechados e “pelegos”, na medida em que, em muitos casos, em sua recomposição do passado, tendem mais a valorizar as práticas políticas e sindicais que estavam sob a sua direção. Neste sentido, corroboramos com a premissa de que o trabalho de memória com os entrevistados está delimitado pelos “quadros sociais da memória”, noção formulada por Maurice Halbwachs (2013), para quem a memória precisa ser projetada como uma construção grupal exercida aqui e agora pelos indivíduos. A memória seria um trabalho coletivo, uma tarefa não individual, mas social. Como assinalou Ecléa Bosi (1994, p. 56), ao comentar a obra de Halbwachs, “se lembramos, é porque os outros a situação presente nos fazem lembrar.”



Debate Apropuc nº 4, dezembro de 1980, p. 8

No percurso de localizarmos a presença da Apropuc nos fóruns nacionais do movimento docente, cumpre resgatarmos que sua intervenção nos debates e discussões que culminaram na criação da Andes, foi parte fundamental fazendo parte da Coordenação

Nacional dos Docentes Universitários. Participando ativamente da urdidura do movimento, com mais de vinte professores da PUC-SP engajados na formulação de suas diretrizes e princípios de funcionamento, foram realizadas reuniões periódicas em todo o Brasil no intuito de fortalecer as entidades de base existentes. Esse também foi, objetivamente, um movimento em defesa da educação, pública, gratuita e laica para todos, devido ao crônico descaso governamental que atingiu níveis insuportáveis afetando os salários dos professores, suas condições de trabalho e a qualidade do ensino oferecido à população.

A partir da greve dos professores da PUC-SP em 1979 e da participação na criação da ANDES, é que a Apropuc começou a apresentar em sua trajetória, aquilo que poderíamos chamar de um segundo momento de sua história, no qual passou a se aproximar dos aspectos e características de lutas sindicais em defesa dos direitos trabalhistas de seus associados. Esses pontos são abordados e analisados em nosso trabalho no terceiro capítulo da presente pesquisa.

### **2. 3. Os primeiros desafios da Apropuc em busca de consolidação política**

Nos dois primeiros anos de sua fundação as preocupações centrais da Apropuc eram os assuntos internos pertinentes aos professores e a PUC-SP. Nos dois primeiros anos de sua atuação a entidade centrou seus esforços nas reivindicações salariais, na luta pela revisão e mudança do estatuto da universidade, eleição direta para reitor (um professor um voto) e reivindicação por maiores valores em verbas públicas para a instituição.<sup>10</sup>

Logo em seu primeiro ano de existência, depois de um longo período de lutas e embates com a Reitoria na figura da FUNDASP, até então, composta por bispos da igreja a entidade foi vitoriosa na realização de eleições direta para reitor e na mudança dos estatutos da universidade durante a transição democrática ocorrida na gestão da Reitora Nadir Gouvea Kfoury. Também conquistou contrato de trabalho por tempo tornando a PUC-SP a primeira instituição do ensino superior privado no país a ter esse tipo de acordo com os professores.

---

<sup>10</sup> Livro de Atas de Assembleia Geral da APROPUC/SP do ano de 1976.

(...) inclusive aqui a PUC conseguiu um contrato de trabalho que era um contrato excepcional que era contrato por tempo (...) você tinha (...) então você tinha tempo integral que era 40 horas depois você tinha 30, 20, 10 (...) não é (...) não tinha acabou com professor hora aula...essa foi umas das conquistas aqui que nenhuma universidade (...) que universidade que tem que não é professor hora aula (...) isso foi uma conquista da Apropuc não é (...) e é claro que havia uma certa (...) como o reitor passou a ser eleito então começou a ter uma pressão da base sobre o reitor então foram cedendo (...) mas como é uma escola...como a PUC era subsidiada pelo governo...havia um subsídio do governo NE (...) enquanto o governo subsidiava era possível avançar nas condições de trabalho (...) no momento que o governo cortou tudo isso daí e ela teve que viver das mensalidades dos alunos teve que suspender mensalidade e começou a retroceder as conquistas tanto é que hoje está desintegrado (...). (OLIVEIRA, 2015, p. 64-65)

Apesar dessas primeiras conquistas que trouxeram maior autonomia e participação aos professores, os problemas financeiros que a PUC-SP passava com a diminuição dos recursos públicos tornaram difíceis os dois primeiros anos da Apropuc. De fato, entre negociações salariais com a reitoria e a repressão do regime militar, a entidade docente enfrentava seu próprio processo de maturação para consolidar sua representação política de uma forma combativa e atuante junto aos professores da universidade católica paulista.

A crise financeira que a PUC-SP enfrentava, no momento da fundação da associação, pode ser contextualizada com a entrevista do presidente da associação Laurindo Leal Filho, concedida ao Jornal Porandubas, de outubro de 1978, na qual, Lalo como era chamado pelos seus colegas, dizia que os salários dos professores e funcionários estavam atrasados “há mais de três meses”.

Esses problemas, contudo, não eram novidadeiros. Na ata da Assembleia Geral Extraordinária, do dia 03 de setembro de 1977, presidida pelo então presidente Sérgio Luna, foi decidida e encaminhada para a reitoria uma proposta para pagamento dos professores e funcionários nos seguintes moldes: “os salários do mês de julho seriam pagos até 15 de setembro; os salários do mês de agosto, até 03 de outubro e os do mês de setembro, até 20 de outubro” daquele mesmo ano.

Neste ponto é importante recordar de uma importante lição historiográfica, na qual somos advertidos de que os documentos não falam por si mesmos (CARR, 1982), os documentos são vestígios de uma determinada época que precisam ser analisados e interpretados por aquele que se interessa em recompor um determinado instante histórico e social. É a capacidade de formular perguntas que poderá elevar ou diminuir a importância de

uma fonte documental produzida em uma determinada época no constructo dos nossos estudos históricos (BLOCH, 2001).

Por sua vez, a história oral possibilita o aparecimento de um tipo especial de fonte, o registro da memória dos protagonistas dos episódios sociais que julgamos relevantes preservar. Para THOMPSON (1978) dar ouvidos aos que viveram a história é empreender a representação do passado. A palavra daquele que viveu a história assume um papel muito significativo. Ao utilizarmos as entrevistas e os documentos da associação empreendemos maior esforço e análise, buscando com essa metodologia compreender e reconstruir a história da entidade e entender os processos que levaram a associação a ocupar um papel político dentro e fora dos muros da PUC-SP, e identificando as possíveis dificuldades que impediram um maior avanço.

Apesar das fontes empíricas (documentos e entrevistas) que localizamos, nos acervos da associação, demonstrarem certa animosidade reinante entre os professores associados na figura da Apropuc e a reitoria da PUC-SP, como também nas entrevistas com os seus dirigentes, identificamos diversas semelhanças ideológicas e educacionais entre as partes citadas.

De fato, os seus personagens têm contrapontos, mas convergem diversas vezes em meio aos embates que marcaram aquele período histórico. Por exemplo, em seu depoimento Erson Matins de Oliveira (2015) nos disse que Sérgio Luna que, aliás, foi o primeiro presidente da Apropuc e a maioria dos membros eleitos que assumiram a diretoria da associação tinham uma relação mais institucional junto a reitoria da PUC-SP que, naquele tempo, era toda composta por membros da Igreja católica. Corroborando com essa ideia, nos parece oportuno lembrar que, a maioria dos quadros que compunham a direção da universidade, pelo seu caráter confessional católico, tinha como premissa, publicamente assumida, “Trazer o povo para dentro da Universidade e levar a Universidade ao povo (...). A nossa identidade aqui na PUC-SP é o Evangelho, é a orientação da Igreja no Brasil e da Igreja de São Paulo, ligada à Igreja que é Universal.”<sup>11</sup>

A PUC-SP historicamente foi marcada pelos movimentos de vanguarda políticos e culturais, expressando-se de forma forte e contundente como a universidade que contestava abertamente o regime militar vigente, com isso se tornou modelo para os movimentos sociais

---

<sup>11</sup> Palavras de Dom Paulo Evaristo Arns. PUC-SP : 65 anos de história, tradição e vanguardismo, 1946-2011 / Odilo Pedro Scherer... et al. – São Paulo : EDUC, 2011, p. 26.

em geral e, especialmente, para o movimento estudantil que procurava ressurgir da clausura e da clandestinidade que lhe foram impostos pela ditadura.

Não foi por acaso, portanto, que uma grande parcela dos docentes que foram arbitrariamente transformados em perseguidos políticos, catedráticos que haviam sido excluídos e aposentados compulsoriamente das universidades públicas, docentes de notório saber e reputação acadêmica reconhecida, no Brasil e nos exterior, foi abrigada e passou a desenvolver os seus estudos e trabalho acadêmico na PUC-SP, recuperando parte dos seus direitos trabalhistas e laborais, na medida em que passaram a compor o quadro de professores dessa universidade.<sup>12</sup>

Este cenário, de certa forma, pode ser recomposto e o seu significado político e social melhor balizado, pelo teor do relato que foi oferecido pelo professor Erson Martins Oliveira (2015):

(...) então a PUC se transformou num pontal nacional de todas as faculdades era um baluarte né (...) era uma escola particular etc etc (...) então ela se destacou com uma importância assim incrível era de um lado a USP que o movimento estudantil reanimou e começou a ter greves do movimento estudantil na época (...) a greve na FAO nessa época né...e eram todas reivindicações políticas que se fazia contra a intervenção militar e a PUC das particulares é aquela que apareceu porque (...) porque tinha uma ala da igreja que era a ala do Dom Evaristo Arns não é (...) que se engajou para a democratização (...) então se a igreja apoio a ditadura militar o golpe militar de 64 depois uma ou outra ala dela vai recuperar o espaço perdido pela direita da igreja (...) e a PUC é praticamente um instrumento...então você imagina com essa ação da igreja a universidade virou um burburinho virou uma vida política (...) tinha uma vida política aqui intensa (...) (OLIVEIRA, 2015).

Em seu primeiro ano de atuação como uma entidade de representação dos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Apropuc enfrentou os rescaldos de uma das piores crises financeiras experimentadas pela instituição ao longo de sua história, problemas esses, advindos dos cortes das verbas públicas destinados aos gastos com a educação.

Atrasos constantes nos salários de professores e funcionários, precarização das condições de ensino e o aumento das mensalidades dos cursos de graduação eram o mote das discussões e dos embates que a associação travou em seu primeiro ano de atuação. No jornal

---

<sup>12</sup> *Ibidem* 12.

Porandubas, de setembro de 1977, encontramos uma notícia intitulada “Quebrando o gelo”, pela qual se procurava retratar a má situação financeira da universidade, afetando sua vida acadêmica sensivelmente. A notícia, entre outras coisas dizia que, a situação econômica não destoava do resto dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira em seu conjunto. “Os salários de funcionários e professores são baixos e atrasados (recentemente festejaram o recebimento de maio)”. Os residentes da Faculdade de Medicina, inclusive, “tiveram que impetrar mandato para que seu salário fosse aumentado para Cr\$ 2.300,00”. Não bastasse tudo isso, seguia a matéria, “faltam estágios, existindo poucos convênios”. Por estas dificuldades formulou-se, por várias vezes, a proposta de federalização ou mesmo a estadualização da universidade devido à necessidade urgente de resolver a questão econômica. Um dos fatores de hostilidade perpetrado contra os alunos foi a elevação em cerca de 150% das mensalidades, “há mais ou menos 6 anos”. Também pesava a distância física e a falta de maior permanência dos professores que na maioria dão suas “aulinhas” e se “mandam” o que, segundo o texto jornalístico, impedia a criação de um ambiente universitário, no campus de Sorocaba (SP), nos moldes daquele encontrado na capital paulista.

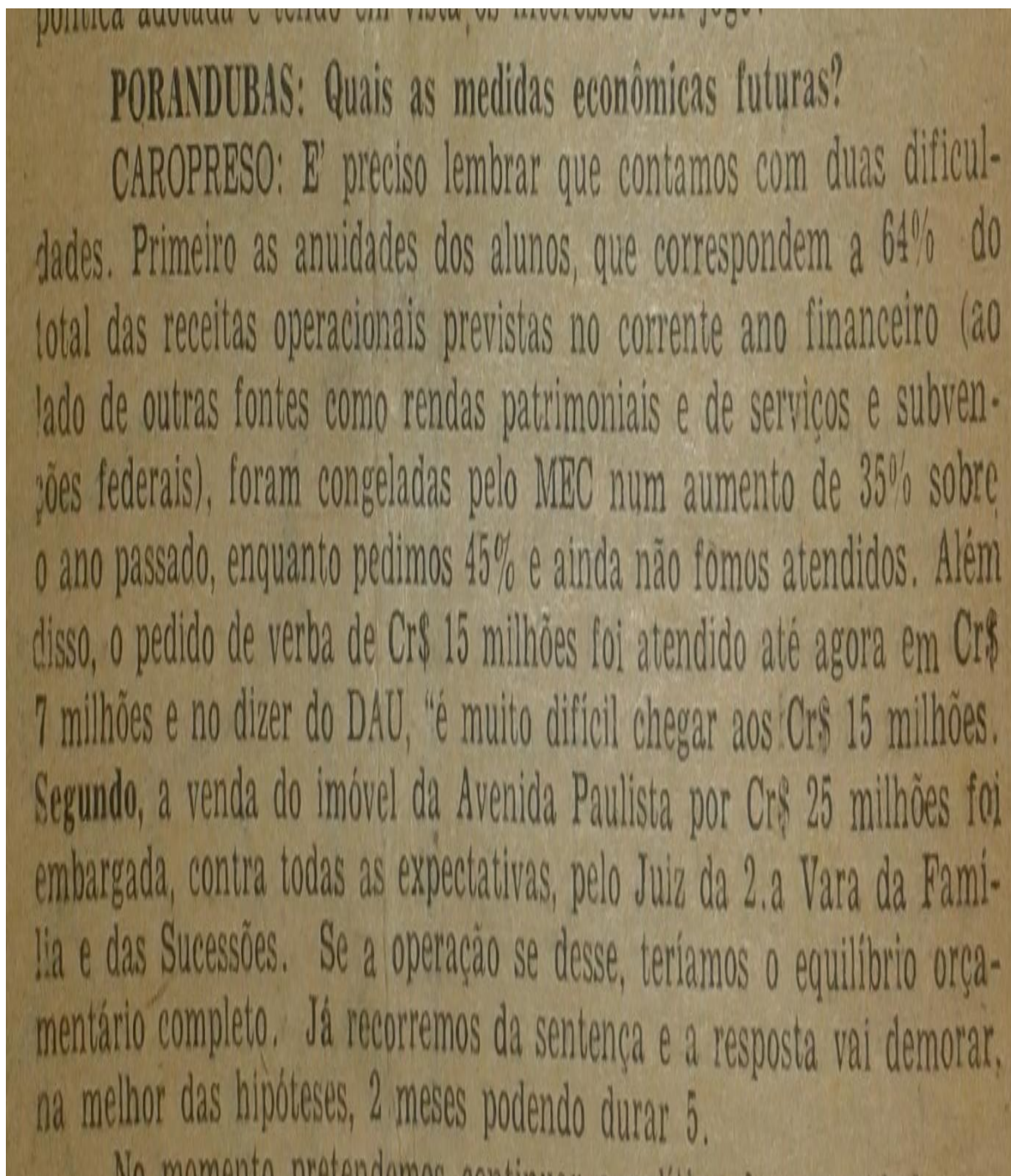
O quadro de forte crise financeira nos anos de 1976 e 1977 atingiu, drasticamente, a instituição, o que levou a cena o questionamento sobre a viabilidade econômica da PUC-SP. À época a universidade era administrada pela Fundação São Paulo (FSP), trazendo as marcas de uma administração sócio-comunitária, confessional, cujo objetivo primordial não seria a obtenção do lucro pelo desempenho de suas atividades acadêmicas educacionais, fundamentalmente, a FSP visava a manutenção e preservação do seu patrimônio cultural e as realizações de suas atividades existenciais inerentes as concepções cristãs que, então, dizia acalentar.

No jornal Porandubas, de setembro de 1977, em uma notícia intitulada “Nosso milagre econômico”, o Vice-Reitor Administrativo professor Armando Caropreso, informou aos leitores que “a FSP fechou o ano de 1976 com uma dívida com o Fundo de Desenvolvimento Social (FAS) de Cr\$ 60 milhões além da correção monetária dívida esta acrescida de Cr\$ 15 milhões do déficit do ano de 1976”. Valores que traduziam um formidável endividamento da PUC-SP naquele período e que permitia para muitos analistas apontar a sua condição de estar vivendo uma falência anunciada.

Essa difícil situação administrativa e financeira era debatida constantemente nas assembleias realizadas pela Apropuc, a preocupação dos associados com os destinos da universidade propiciou um engajamento político de muitos professores que não tinham nenhuma informação sobre o que ocorria na PUC-SP. Erson Matins de Oliveria (2015) nos relatou que as assembleias de professores nos primeiros anos de fundação da associação para deliberarem sobre os assuntos pertinentes a vida da universidade chegavam a reunir entre 300 e 400 professores. O debate sobre a destinação de mais verbas públicas para as universidades privadas e, ao mesmo tempo, a necessidade política que muitos tinham de defender o ensino público gratuito, criavam muitas contradições entre os que se posicionavam nesses acalorados fóruns de discussão.

A PUC-SP, pelo menos, naqueles dias, trazia um determinado tipo de funcionamento que não era usual no dia a dia de uma escola privada. Porque, normalmente, as instituições privadas de ensino assumem um caráter empresarial e, nesse aspecto, a Universidade no universo das escolas particulares; possivelmente, devido ao seu caráter comunitário e confessional, mas também muito em função dos subsídios governamentais que eram injetados na instituição.

Desta forma, foi possível avançar nas condições de trabalho, com a criação de planos de carreira, valorização do trabalho e qualificação do docente, outorga de bolsas para o alunado, desenvolvimento de incontáveis trabalhos de extensão universitária, com o estímulo a pesquisa e a pós-graduação etc. Desta forma, assim, que o governo passou a cortar constante e substancialmente as verbas que lhes eram destinadas e a universidade teve que viver das mensalidades dos alunos, começou a retroceder as conquistas laborais e sua presença, pública, mas, não estatal, desinteressada e comunitária na vida social também foram colocadas em risco de se perder.



Entrevista do Vice-Reitor Armando Caropreso ao jornal Porandubas - nº 5, setembro de 1977 foto 05, p. 02 – Sobre a crise financeira da PUC/SP em 1977.

A dificuldade de se produzir uma articulação política entre os professores da PUC-SP, neste conturbado cenário, que fosse capaz de amalgamar uma proposta unitária, com capacidade de congraçamento, dos estudantes e dos funcionários da instituição, nos parece que foi um dos maiores problemas enfrentados pela Apropuc em seus primórdios

organizacionais. Muitos não tinham conhecimento da entidade criada e não havia uma efetiva e constante troca de informações sobre a vida universitária e como dirimir os seus problemas entre os diversos departamentos e faculdades que constituíam a universidade naquele momento histórico.

No que tange as questões de ordem corporativa, Ata da Assembleia Geral do dia 03 de setembro de 1977, registrou de forma bastante nítida os pontos que foram discutidos e deliberados por seus membros, buscando soluções para o recebimento dos salários atrasados junto à reitoria e buscando apoio de professores não associados para fortalecer e consolidar a entidade. Transcrevemos os trechos mais relevantes para essa reflexão:

(...) Iniciando os trabalhos o professor Sérgio apresentou alguns dados sobre a situação de atraso dos salários, obtidos pela Diretoria da APROPUC-SP. Relatou a solicitação feita ao Departamento Pessoal, de todas as datas, desde o início do ano, de liberação do salário para cada uma das unidades da Universidade. (...) Foi relatado ainda, um contato feito pelo professor Sérgio com o Vice-Reitor para assuntos administrativos para obter dados sobre eventuais contra proposta a proposta dos professores de pagamento de multa sobre salários atrasados.<sup>13</sup>

Nessa mesma ata temos algumas propostas discutidas e aprovadas pela Assembleia referente à busca de novos associados, maior comunicação entre os departamentos e faculdades, informações sobre a situação da PUC-SP e o direito de participação das decisões sobre a política salarial da universidade:

(...) propomos que a APROPUC envie uma carta a cada chefe de departamento solicitando que: a) realize uma reunião para que os professores do departamento se posicionem frente ao comunicado da Reitoria sobre a viabilidade da universidade e os prazos para pagamentos de salários em atraso; b) os departamentos solicitem uma nova reunião com a Reitoria, onde serão discutidas as posições de cada Departamento. (...) A terceira proposta aprovada, referia-se a uma forma de pressão junto a Reitoria pelo endosso de nossas reivindicações “por outros professores, que não da APROPUC-SP, para tanto, seria feita uma coleta de assinaturas, ou em reuniões de Departamentos, ou em contatos individuais ou de pequenos grupos”. A quarta proposta era assim redigida, considerando a necessidade de uma ação dos professores que não só os mobilize mas também leve-os a alguma forma de organização, propomos como forma de ação conjunta dos professores o pedido de “vales” em massa. A eficácia prática dessa ação, evidentemente, é limitada, mas num sentido mais amplo ela permitirá que os professores se constituam em grupos de pressão direta. Por outro lado, essa ação não deverá ocorrer desvinculadamente da APROPUC-SP.<sup>14</sup>

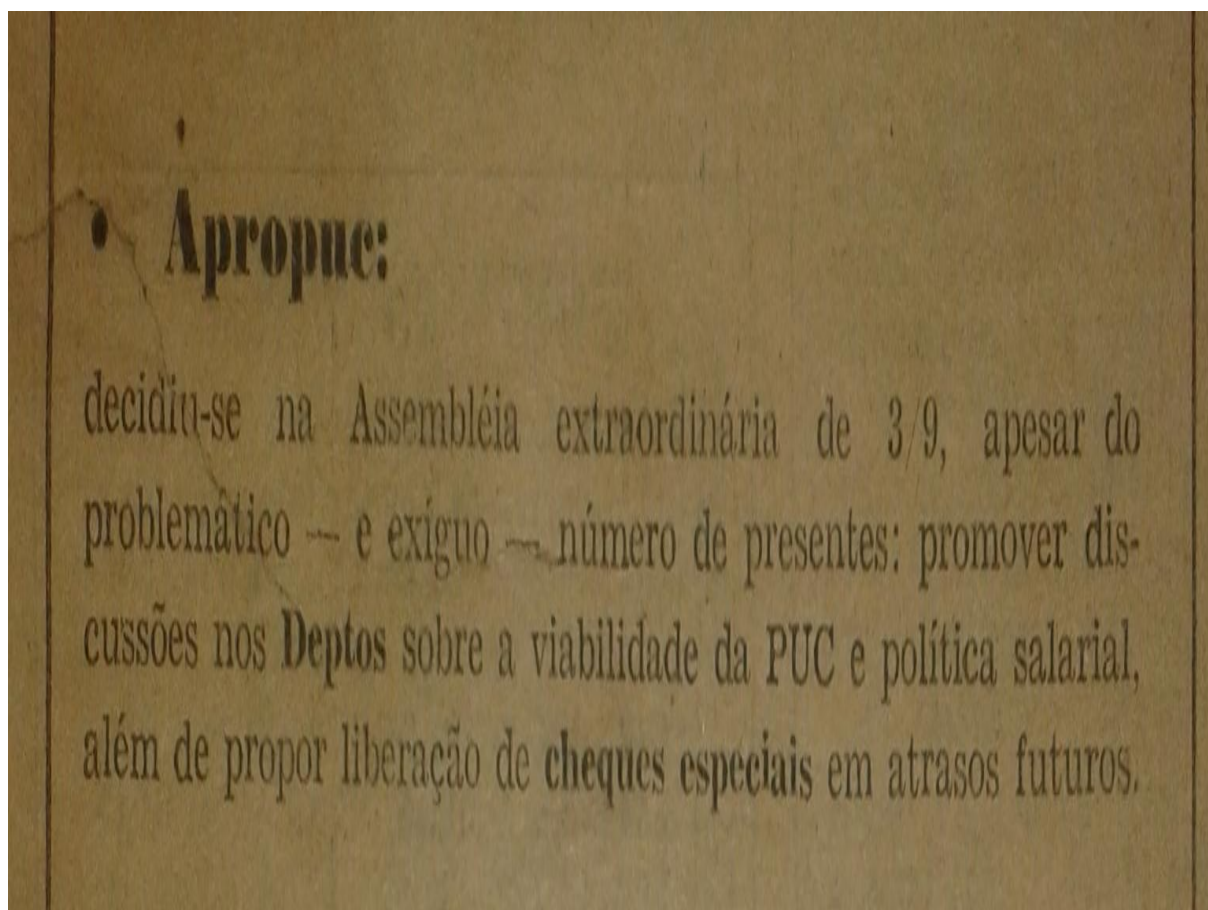
---

<sup>13</sup> Ata da Assembléia Geral do dia 03/09/1977, da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – APROPUC/SP.

<sup>14</sup> *Ibidem* 14.

Neste ponto nos parece relevante retomar o depoimento do professor Erson Martins Oliveira (2015) no momento em que ele nos relatou que as primeiras reuniões da associação tinham assistido uma afluência massiva de pessoas e que “(...) eram assembléias que reuniam 300 professores 250 professores eram assembléias massivas (...)”

Porém, pelos registros que encontramos, pelo menos, nesta assembleia do dia 03 de setembro de 1977, os participantes eram poucos, apesar de ser uma reunião já realizada no segundo ano de fundação da Apropuc, mas, é importante lembrar que essa trazia consigo o desgaste de haviam ocorrido muitas atividades como essa por aqueles dias. Quando consultamos o jornal Porandubas que também relatou esse encontro, são apresentados números bem diferentes em relação aos que nos foram passados pelo professor Erson.



Jornal Porandubas - nº 5, setembro de 1977 foto 08, p. 04

Segundo a caracterização do professor Erson Martins de Oliveira (2015), o jornal Porandubas pertencia a universidade, embora trouxesse uma feição democrática e procura expressar todas as opiniões reinantes no campi universitário, sua origem institucional não poderia ser esquecida. Todavia, pode-se dizer que suas páginas eram o reflexo de um clima de afirmação das liberdades democráticas que estava tomando conta do país, uma atmosfera na qual todos aqueles que opinavam almejavam respirar os ares da liberdade de opinião.

Deste contexto de efervescência política e cultural é que surgem essas contradições de termos um jornal oficial da PUC-SP e, ao mesmo tempo, ter tido a oportunidade de registrar e expressar as vozes daqueles que estiveram presentes no início de movimento político de professores dessa instituição. Frise-se ainda que, entre muros universitários, não havia outro meio de comunicação e informação que congregasse os professores, os alunos e os funcionários dos diferentes campi, departamentos e faculdades; com o tempo foi se formando um movimento mais articulado como expressão da vida política, pois, como observamos, anteriormente, o que sucedia na PUC-SP era um reflexo do que estava acontecendo em geral no país com o declínio da ditadura.

No emblemático dia Primeiro de maio de 1978, a Apropuc lançou o seu próprio jornal, então, denominado de Debate Apropuc, em seu editorial a associação informava que, a partir daquela data, a associação teria finalmente o seu próprio e independente canal de comunicação para divulgação de suas atividades, preocupações, análises e propostas de soluções. Prometendo congregar os professores e desenvolver sua participação nos vários aspectos da vida universitária e mantê-los informados sobre a legislação trabalhista e de ensino, com os acontecimentos da conjuntura nacional e internacional, como também garantir o espaço para a livre manifestação dos articulistas interessados.

Consultando a série histórica dos jornais Debate Apropuc, observamos a preocupação da associação com a filiação dos professores para consolidar e fortalecer as lutas da entidade junto à reitoria. Em toda edição consultada do jornal era veiculada uma nota para os professores se associarem a entidade.

Os dois primeiros anos de atividades da associação em busca de representar os interesses dos professores e defender o ensino público e gratuito trouxeram maturidade e experiência para as lideranças da entidade. Como representante dos professores ela

pavimentou o caminho para diversas negociações salariais e melhores condições de trabalho para os professores da universidade. A partir de 1978, quando começam a surgir greves de diversas categorias de trabalhadores a entidade já estava discutindo e negociando há mais de um ano com a reitoria da PUC-SP os salários de professores e funcionários que corriqueiramente atrasavam. Estavam assim consolidadas as condições para o surgimento de movimentos paredistas massivos, como foi caso da greve deflagrada em 1979, a primeira a ser detonada por professores de uma universidade confessional católica durante a vigência da ditadura militar brasileira.

### **Capítulo 3:**

## **As lutas, reivindicações e embates da APROPUC – Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

---

*Uma greve não é um acontecimento comum no Brasil. Se a greve é de professores, trata-se de caso ainda mais raro (...)*

*Carlos Drummond de Andrade*

Este capítulo abordará a atuação da entidade como uma representação política e sindical que foi além das questões internas da PUC-SP, discutirá as greves de 1979 e 1985 ocorridas na universidade sob sua liderança. Apontando e analisando as principais características que levaram a entidade a tomar suas decisões. Levantando questões e hipóteses sobre a necessidade de fortalecimento e organização política dos docentes da PUC-SP, em um período conturbado e efervescente de luta pela redemocratização do país e por melhores condições de ensino, trabalho e salário para os professores.

Todos esses processos, com seus antagonismos e contradições expõem o contexto em que emergirá a organização associativa. Os seguintes itens compreendem este capítulo: 3.1. Breve histórico sobre as condições políticas e econômicas da PUC-SP. 3. 2. Apropuc – da consolidação de sua representação sindical a deflagração da greve dos professores de 1979, 3. 3. As greves de 1980 e 1985: permanências e continuidades, 3. 4. A presença da Apropuc na formação da ANDES.

### **3. 1. Breve histórico sobre as condições políticas e econômicas da PUC-SP**

Para sistematizar e compreender as greves de 1979, 1980 e 1985 eclodidas na PUC-SP é crucial que façamos um breve histórico sobre como as condições políticas e econômicas no mundo e no Brasil influenciavam a vida da universidade, e impulsionaram os professores a deflagrar as primeiras greves de uma instituição confessional católica durante os anos de vigência da ditadura militar no país.

De pronto é importante sinalizar que um dos principais fatores foi os cortes dos subsídios governamentais às universidades públicas, confessionais, comunitárias e sem fins lucrativos que atuavam no ensino superior brasileiro. A história social da educação brasileira, entendida de forma processual, viva e, portanto, não estática e ossificada, nos revela que desde o golpe militar de 1964, a PUC-SP passou por inúmeras crises econômicas e financeiras que, gradativamente, debilitaram o seu desenvolvimento acadêmico e a sua presença social. As fontes produzidas pela Apropuc que consultamos nos demonstram diversas discussões, debates e reivindicações sobre a necessidade de maiores verbas públicas para a educação, melhores condições de trabalho e, principalmente, trazem denúncias sobre os constantes atrasos nos salários de professores e funcionários atuantes na universidade.

No cenário mundial convém ressaltar o que se acordou chamar de a “crise do petróleo”, registrada a partir do ano de 1973, na medida em que, sabidamente, o petróleo era um recurso não renovável, ocorreram diversos conflitos nos países árabes integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Em apenas cinco meses, entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do petróleo triplicou, desestabilizando a economia nos Estados Unidos e na Europa, que tinha, até então, garantia de obter esse importante insumo energético e industrial em preços extremamente baixos e vantajosos para a expansão dos seus interesses econômicos. É justamente nesta conjuntura que coincide com o fim do chamado milagre econômico ocorrido na ditadura militar brasileira. A “crise do petróleo” barrou os altos índices de crescimento do Brasil e foram fundamentais para a sociedade civil se articular na atuação contra o regime militar no país.

A partir de 1978 a transição democrática entrou numa nova fase, principalmente após a revogação do Ato Institucional número 5 (AI-5), um dos piores e mais violentos implantados pelo regime militar, que passou a ser acossado pela pressão da sociedade civil e dessa maneira obrigado a reorganizar o seu projeto original. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o movimento sindical dos trabalhadores passaram a questionar a legitimidade ditatorial do Estado brasileiro e ampliaram seus espaços de atuação e luta política. Com isso, sociedade civil por meio dessas organizações conseguiu bloquear as tentativas de medidas coercitivas e jurídicas, exigiu o desmantelamento do aparato repressivo e a mudança do modelo econômico do Estado democrático de direito. (FERREIRA, 1998, p. 174)

Nesses mesmos dias, de acordo com ALVES (1984, p. 220) importantes grupos da elite sentiam-se ameaçados com o rígido controle repressivo e a centralização do poder.

Muitos integrantes de diversos setores da elite se sentiam pessoalmente ameaçados com a repressão e violência do regime militar. Dessa forma passaram a considerar o próprio Estado autoritário e contrário a seus interesses, e passaram a considerá-lo um estorvo do que como um aliado.

No início da década de 1970, fatores como a modernização administrativa, a retomada do crescimento econômico e a especialização crescente da máquina burocrática concorreram para capacitar o Estado brasileiro para definir metas e formular políticas. Mergulhado em uma dinâmica que se orientava para a ampliação de suas funções e para o fortalecimento de seu papel em diversas áreas, o Estado operava fundamentalmente por meio de políticas setoriais. Havia uma política industrial, uma política científico-tecnológica e uma política de habitação. A área de ensino superior não fugiu à regra. Vigorava uma política voltada para a expansão da oferta de vagas por meio da criação de estabelecimentos privados, com algumas medidas de aprimoramento da qualidade do ensino nas instituições públicas.

Na interpretação de VELLOSO (1987), a expansão do ensino superior no Brasil a partir do final da década de 1970 se deu devido ao crescimento do setor privado, cuja participação no total de matrículas se elevou de 44,3%, para 63,3%, entre 1960 e 1980. Nesse cenário a PUC-SP, assim como a maioria das universidades confessionais existentes tinham seus orçamentos reforçados com um fluxo considerável de recursos do governo até aproximadamente o ano de 1975.

Por volta de 1976, esgotou-se a capacidade de o Estado brasileiro de financiar seus próprios programas, comprometendo com isso muitas das políticas em andamento. O cenário que passa a prevalecer a partir da segunda metade da década de 1970, é o de cortes drásticos no orçamento da maioria das agências governamentais, o Estado se enfraquece em sua capacidade de formular políticas.

O “milagre econômico” começa a dar sinais negativos com a queda da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com os seguintes índices; em 1975 (5,6%), 1976 (9,0%), 1977 (4,7%). Nos anos seguintes os índices não apresentaram mudanças significativas, acentuando a crise econômica brasileira. (ALVES, 1984, p. 145).

A partir de 1977, surgiram os primeiros indícios de uma era de escassez dos investimentos. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) passou a executar com rigor a política orçamentária, com o objetivo de diminuir os gastos de toda a máquina estatal. As políticas de financiamento do ensino superior foram gestadas em uma fase de excepcional folga financeira do Estado. Sua implantação transcorreu em um período marcado por cortes drásticos no orçamento da quase todos os Ministérios, agências e

empresas estatais. A SEPLAN de um órgão que planejava e estimulava o desenvolvimento, passou a ser uma instituição de contenção de gastos que centralizava os recursos para as agências e instituições governamentais.

[...] o final da década de 1970 foi marcado pela desaceleração no ritmo de crescimento do modelo econômico, baseado na modernização autoritária das relações capitalistas de produção que o regime militar havia implementado desde 1964. (FERREIRA Jr. 2006, p. 41)

Com a derrocada do sistema econômico brasileiro escancarou-se as contradições sociais, e permitiu o surgimento de forças sociais que questionavam a ordem econômica instaurada pelo regime político. O movimento sindical voltou como força social e política e, junto com outros movimentos sociais, desencadeou as grandes mobilizações de massa que provocaram a queda da ditadura. “Apesar de a saída imposta não ser a popular, o que não permitiu rupturas profundas no modelo econômico-social, nem fraturas na elite dominante do país.” (HIRO, 2012, p. 70).

Foi sob esse cotidiano, finda a euforia do “Milagre” e com afloramento da crise econômica, que as greves operárias deflagradas a partir de maio de 1978 encontraram suas raízes. Não restava outra alternativa para a ação operária; ao barulho ensurdecedor da produção, via-se agora o silêncio das máquinas paradas. Nasceu, a partir de então, o ciclo grevista mais importante da história social do país. Sua essencialidade era dada pela luta contra a superexploração do trabalho. Econômica na sua causação inicial, política na sua significação mais profunda, as greves de 1978/1980 estavam eivadas de um potencial de ofensividade no confronto com a política econômica vigente. (ANTUNES, 1991, p. 122).

Neste conturbado cenário, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo costumeiramente tinha grandes dificuldades em sanar suas finanças e honrar os compromissos com professores e funcionários.

O Jornal Porandubas, de outubro de 1978, editou uma matéria, na qual se informava que os professores e funcionários da universidade se encontravam com mais de três meses de salários atrasados, inclusive, com pendências relativas aos pagamentos dos honorários que vinham, pelo menos, desde o ano de 1976, portanto, ainda antes da fundação da Apropuc.

Nesse mesmo jornal, em sua edição de número 5, pertinente ao mês de setembro de 1977, o periódico entrevistou o professor Armando Caropreso que, na época, era o Vice-Reitor da universidade. Nessa entrevista foi discutida a viabilidade financeira da PUC-SP que, por não ter o viés de uma empresa que objetiva o lucro, por meio da FSP – Fundação São Paulo, os mantenedores da universidade pretendiam controlar os gastos e administrar o

patrimônio de uma forma que pudesse contemplar as exigências para a sobrevivência econômica e educacional da instituição.

Conforme se registrou, no livro de Atas de Assembleias (1976 a 1979) da Associação de Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo existia todo esforço dos professores associados e da diretoria da entidade em reivindicar os salários que eram, corriqueiramente, atrasados por diversas vezes durante o ano letivo. Nas assembleias de negociação sempre era designada uma comissão para buscar um diálogo com a Fundação São Paulo por meio da Reitoria para uma melhor solução dos problemas financeiros e que não afetasse a vida cotidiana da universidade e principalmente dos alunos. A associação também defendia conforme constam registrado em suas atas, lavradas neste período, o acesso às verbas públicas como forma de sanar os problemas financeiros e continuar com seu projeto educacional de caráter filantrópico e comunitário sem fins lucrativos.

A PUC-SP, sem os recursos governamentais que estavam cada vez mais escassos, rapidamente, na ótica dos seus mantenedores, se tornava inviável e corria o risco de insolvência. O jornal *Porandubas*, de 1979, procurava demonstrar esse quadro de preocupações, com a publicação de uma entrevista com Laurindo Leal Filho, o Lalo, que ocupava a presidência da Apropuc naquele ano:

Em [19]79 houve uma reunião da Coordenação Nacional das Associações de Docentes com o Ministro Portela. Na ocasião, Lalo mostrou a situação específica das Católicas ao Ministro, o qual reconheceu a gravidade do problema dizendo que ele estava nas mãos do Presidente da República. “No entanto, conta Lalo, uma solução curto prazo não foi obtida e estamos diante da insolvência iminente da universidade. De um lado isso traz intranquilidade ao docente quanto a seu salário. Essa intranquilidade se reflete na qualidade do ensino: sabemos de professores que queriam dedicar mais tempo a PUC e que se viram obrigados a buscar outras atividades para não serem surpreendidos pela falta de um meio de sobrevivência. De outro lado, a possível interrupção do funcionamento da PUC pode causar pesado ônus à vida cultural do país.”<sup>15</sup>

Neste quadro de anunciada insolvência institucional, imbricadas com as condições políticas e econômicas em que se encontrava o país e seus desdobramentos na cotidianidade da PUC-SP, os elementos para a deflagração de uma jornada grevista, como definiu Engels (2008) em seus *Escritos sobre o sindicalismo*, estavam postos em movimento. Na clássica visão desse autor, os sindicatos surgem para lutar e impedir que os níveis salariais e as condições de trabalho não fiquem abaixo do mínimo necessário para a manutenção da sobrevivência do trabalhador e de sua família. Os sindicatos são instituições reconhecidas

---

<sup>15</sup>Jornal *Porandubas* de 1979 - defesa de verbas para ensino superior privado. Anexo II.

pelas classes de trabalhadores que as representa junto aos patrões para a regulamentação e fiscalização dos salários, da legislação social e da jornada de trabalho.

Nestes termos, “os sindicatos representaram, conforme acrescentou Lenin, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe.” (ANTUNES, 1994, p. 13)

Mas, como dizíamos, anteriormente, as condições objetivas para eclosão da primeira greve de professores de uma universidade confessional católica, realizada durante os anos de ditadura, já se encontravam em formação há muito tempo, mesmo antes da gênese da Apropuc.

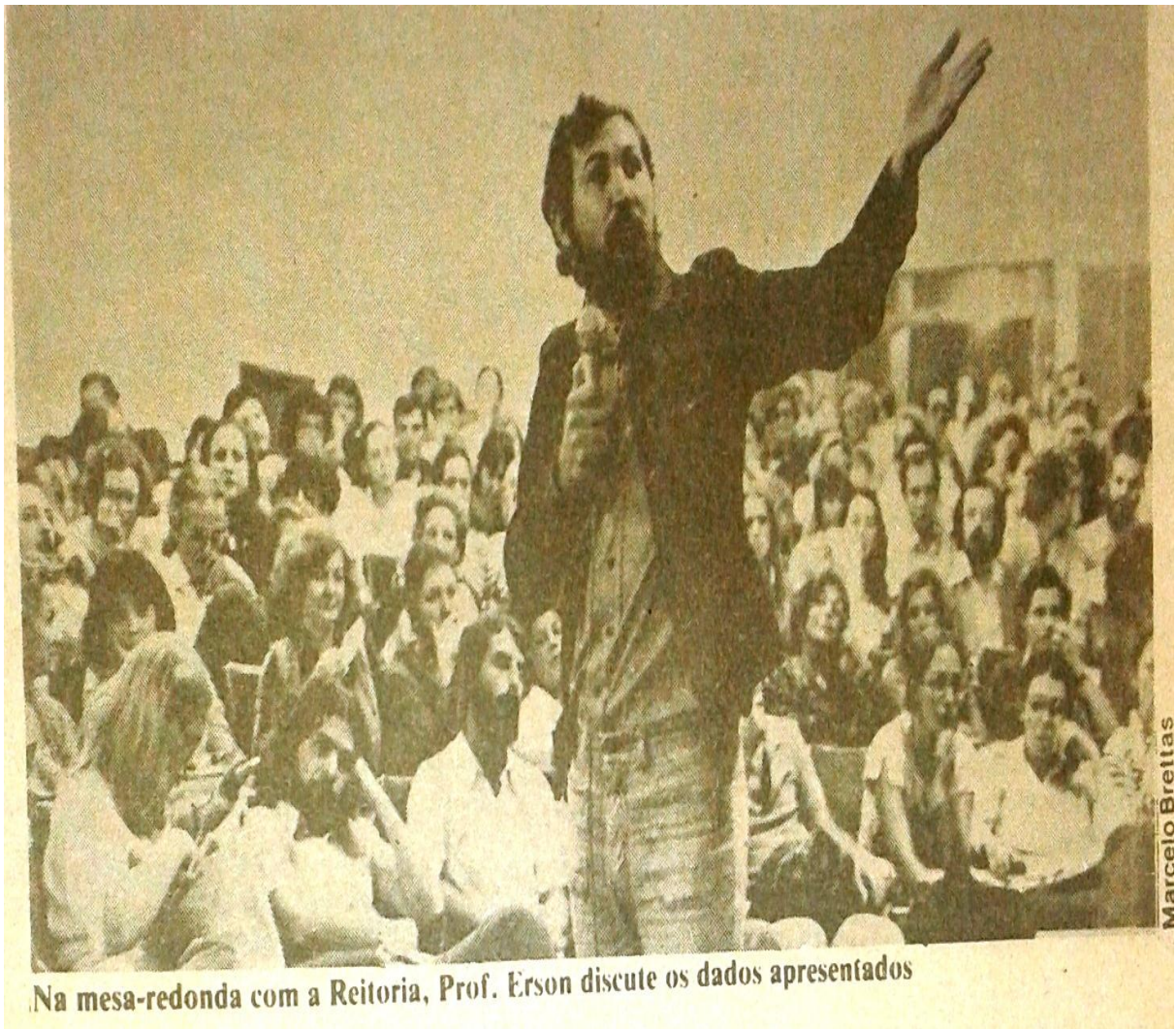
### **3. 2. APROPUC – da consolidação de sua representação sindical a deflagração da greve dos professores de 1979**

Conforme encontramos registrado em suas atas, no dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e nove, às vinte e uma horas, após intensa campanha salarial e diversos diálogos com a Reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que haviam sido realizados, pelo menos, desde o final do ano de 1978, a Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Apropuc) decretou a greve dos professores dessa instituição.

Ainda conforme o que foi inscrito nas páginas do livro de atas, cerca de trezentos professores discutiram durante quatro horas as propostas que foram formuladas e apresentadas ao plenário no decorrer dos trabalhos. Ao final da assembleia os professores decidem deflagrar a greve. Foram apresentadas três propostas para ampla discussão dos presentes e submetidas à mesa, então, presidida pelo professor Laurindo Leal Filho, diretor presidente da Apropuc. A chamada proposta II após intenso debate foi à vencedora, sendo então definida e registrada, em Ata, da seguinte forma:

- a) A greve imediata; criação de comissões para negociações. Central de informações e divulgação de informes; levantamento e análise da questão salarial (CLT) e condições de trabalho (ponto de vista pedagógico)
- b) Proposta II – Entendemos que nossa luta se desencadeia em dois níveis, interno e externo. Interno – continuação do movimento de paralisação cujo objetivo central é a reposição salarial de 12 a 20 % e negociação com a Reitoria via APROPUC-SP. Durante o

movimento propomos; 5ª feira e 6ª feira trabalhos com grupos de organização; 4ª feira – Debate co Gerenciação (noite); 5ª feira Assembléia Deliberativa (noite) 03 de maio de 1979. Até a Assembléia contato com outras Universidades Católicas – Grupos de Trabalho para discussão dos temas específicos (CLT – Conferência – Questão de verbas Federais – Relação MEC-PUC. Externo – Luta pelas verbas federais – Relação das várias Pucs com o Mec – Aliança a ser montada no processo entre os vários setores da Universidade (professores, alunos, funcionários e talvez a Reitoria) na luta por verbas federais.



“Assembléia decisiva. Cerca de trezentos professores lotaram a sala 333, onde durante quatro horas discutiram as propostas indicativas das reuniões diurnas e as que foram sendo formuladas no decorrer dos trabalhos. Ao final foi decidida a deflagração imediata da greve mantendo a reivindicação escalonada de 20 a 12 % e a formação de três comissões de professores que, durante a paralisação, para analisar o recebimento de verbas públicas pela Universidade, o cumprimento dos dispositivos da CLT pela PUC e o orçamento da instituição”. In: Debate Apropuc nº 3, maio de 1979, p. 3.

Simultaneamente, aos assuntos de ordem específicos do cotidiano da PUC-SP, o Jornal Debate Apropuc, publicado no dia 02 de fevereiro de 1979, em sua página 03, também trazia à tona alguns questionamentos pertinentes a representação sindical dos professores

atuantes nas instituições do ensino privadas paulistanas, que surgiu, no ano de 1975, da fusão do Sindicato dos professores de 1º e 2º graus (SINPRO) com o Sindicato dos Professores do Ensino Comercial (SPEC). Na matéria a Apropuc deixava claro o seu posicionamento de que a criação da entidade havia sido importante, uma vez que os dois sindicatos não abrangiam toda a categoria, excluindo os professores universitários. Entretanto, na avaliação da associação, o surgimento deste órgão não garantia a plena representatividade da categoria. Na avaliação da associação a diretoria que foi eleita para o sindicato em 1978 era composta por membros das antigas entidades, que já não representavam a totalidade dos professores, além disso, no ano de 1978, houve uma grande mobilização e greves de professores de diversas categorias e o sindicato possuía apenas 1.200 associados, enquanto a categoria em São Paulo era composta por, aproximadamente, 60.000 professores.

Desta forma, é importante ressaltarmos que a Apropuc decidiu fazer sua campanha salarial paralela a do Sindicato Único de Professores da Rede Particular de Ensino do Estado de São Paulo, por divergir dos índices de reajustes estipulados pelo sindicato que, enquanto os índices inflacionários, daquela época, eram estratosféricos, reivindicava reposição junto ao patronato educacional de apenas 50% das perdas salariais.

A associação questionava a direção do sindicato sobre como chegaram a esse percentual, baseados em qual índice de reajuste? Os números que a entidade reivindicava surgiram por mágica? Por não obter resposta do sindicato a associação decidiu em assembleia se filiar ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) órgão em que “os dados podem ser recebidos sem desconfiança pelos trabalhadores”, com isso a associação buscava por meio de dados concretos, estipular suas próprias reivindicações de reajuste.<sup>16</sup>

A luta política é tão complexa e ampla do que a luta econômica. Ocorre que, na sociedade capitalista, a luta econômica é fundamental como ponto de partida para a consciência do trabalhador. Lênin enfatizou que o movimento de massas, em sua espontaneidade, não conseguiu ir além do reformismo que, por sua vez, limita suas reivindicações ao universo burguês; a participação propriamente política implica numa concepção de revolução que se fundamente na luta concreta das massas operárias e que as direcione para a conquista do socialismo e da emancipação humana. O que significa que, para o operariado tornar-se revolucionário, é preciso ir além da luta imediata; é preciso

---

<sup>16</sup> Debate Apropuc nº 2 fevereiro de 1979, p. 03. Anexo II.

compreender o poder político e o papel do Estado que garante a dominação capitalista. (ANTUNES, 1994, p. 34).

A luta da Apropuc no nível externo de sua proposta na greve de 1979 denota esse desejo de ir além da luta interna e imediata, portanto, meramente corporativista e economicista. Sua direção buscava a resolução dos problemas internos da PUC-SP por meio de sua representação política nas esferas institucionais de poder político do Estado que pudessem emancipar e dar autonomia financeira a PUC-SP e também a outras Católicas. No contexto da greve de 1979, ainda sob a forte repressão do regime militar, a luta política se tornou consideravelmente mais difícil em função da inexistência de liberdades mínimas tanto para a luta sindical quanto à luta política. (ANTUNES, 1994, p. 34).

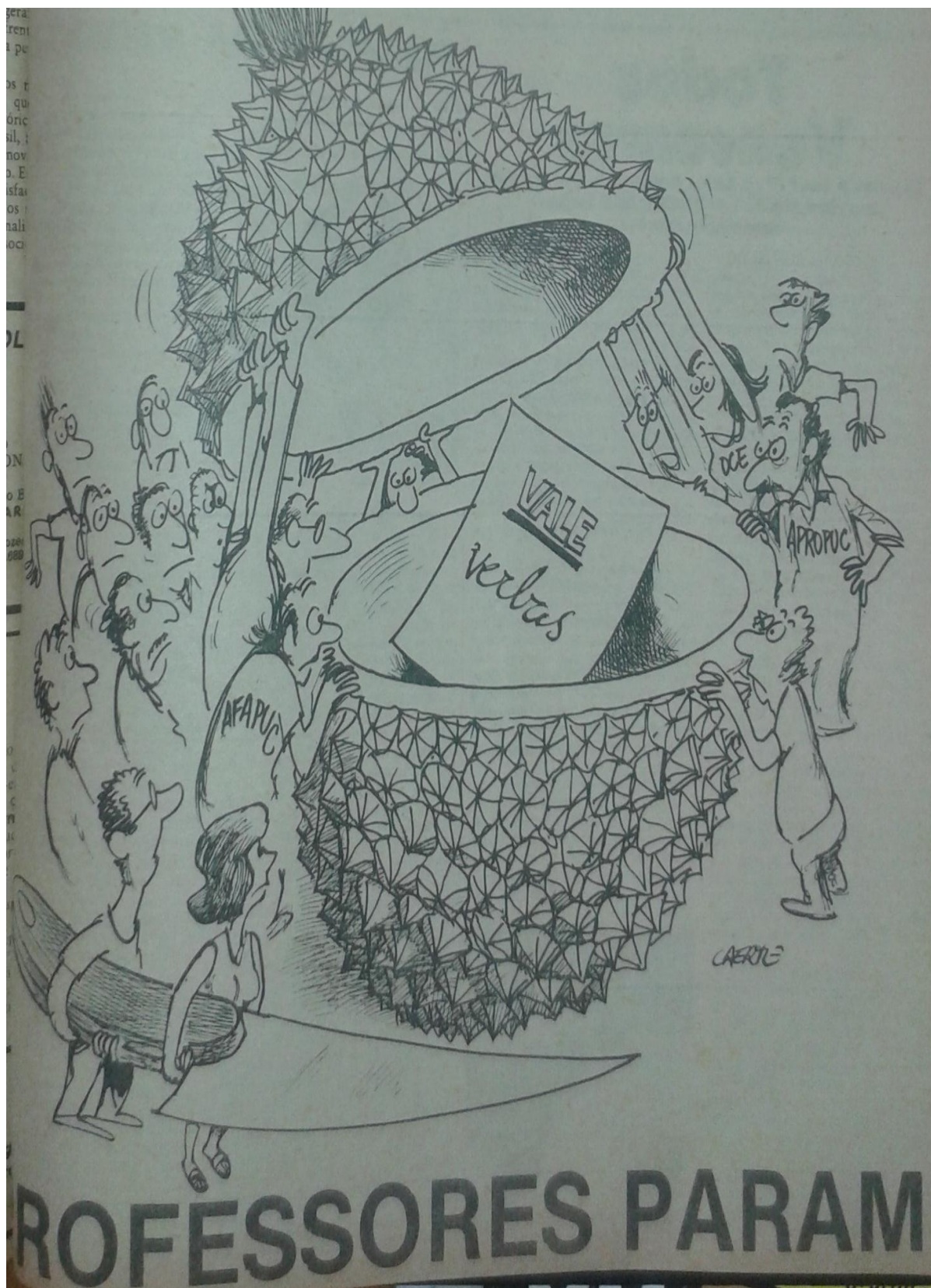
O Jornal Porandubas, na edição de maio, em seu editorial apontou as condições que se encontravam professores, bem como, toda comunidade puquiãna;

A recente greve dos professores foi um momento exigente para todos. Contudo, a vida do corpo docente já trazia suas exigências há muito tempo. Quantos não tiveram que largar para trás a vontade de contribuir com um ensino libertador, criador? Quantos não foram forçados por aluguel, supermercado, o leite das crianças, a mudar de emprego e de proposta de vida? O estômago dos que iam ficando, amassou muita falta de pagamento, muita taxa de juros, muito “desculpe, mas estamos construindo”, muita falta de verba, muita invasão. Correndo entre um emprego e outro, talvez sobrou aos mestres um tempo para reflexão. Foi preciso parar e a parada se fez possível. Nas assembleias promovidas pela Apropuc, a teimosa semente democrática, saída dos paióis da resistência, brotou frutos de participação. Contribui para tanto a informação, desenterrada pelas comissões, fornecida pela Reitoria. A esta coube o papel de interlocutor leal, democrático, preocupado também pelos setores mais necessitados da Universidade.<sup>17</sup>

Como já foi dito, o jornal Porandubas era o periódico oficial da PUC-SP e, naquele momento, traduzia as aspirações democráticas e procurava expressar as opiniões de diversos setores da universidade, de certa forma, era o reflexo de um clima que estava começando a vigorar em todo país, no qual se buscava respirar os ares da liberdade política e social. Sérgio Luna e Laurindo Leal Filho, primeiro e segundo presidentes da associação respectivamente, e boa parte da diretoria, tinham um bom relacionamento com a Reitoria e, talvez, por isso mesmo, esse canal de comunicação foi o primeiro veículo utilizado pela Apropuc para reivindicar assuntos relacionados aos professores, funcionários e do projeto educacional da universidade. (OLIVEIRA, 2105).

---

<sup>17</sup> Jornal Porandubas ano III maio de 1979. Greve dos professores da PUC/SP, p. 2. Anexo II.



Jornal Porandubas 1979 greve professores PUC ano III maio. A greve durou 10 dias, do dia 25 de abril de 1979 ao dia 04 de maio 1979. Charge demonstra a luta da APROPUC no âmbito externo pelas verbas governamentais. Assunto “espinhoso” e polêmico naquele contexto.

Pelos registros que encontramos e analisamos, durante a organização, deflagração, construção e manutenção da greve de 1979, os dirigentes da Apropuc mantiveram o diálogo constante com a professora Nadir Kfoury, então, reitora da PUC-SP.

Segundo OLIVEIRA (2015) o primeiro presidente da entidade, o professor Sérgio Luna e, pelo que pudemos apurar, até mesmo grande parte da diretoria da associação tinha boas relações com a cúpula da direção institucional universitária, favorecendo a comunicação e o estabelecimento de pactos entre a Apropuc e a Reitoria.

Porém, logo depois, em matéria publicada no jornal Porandubas, de maio de 1979, a Reitora Nadir Kfoury comentou sobre a ocorrência e as consequências da greve, o orçamento e a necessidade de verbas que pudessem favorecer, suficientemente, o desenvolvimento das atividades acadêmico-administrativas da PUC-SP. Relatava ainda que a falha na comunicação e a falta de contatos mais aprofundados entre a Reitoria e a nova Diretoria da Associação, que tinha, agora, o professor Laurindo Leal Filho como presidente, tornando o diálogo menos constante e efetivo como aquela nevrálgica situação exigia.

Nadir também aproveitou a entrevista para informar a comunidade acadêmica, que a reitoria “programou reuniões frequentes com a associação para discutir os problemas de forma fundamentada para evitar insuficiências no processo de comunicação”. Na mesma matéria, Nadir Kfoury fez questão de observar que, desde 1976, quando assumiu a Reitoria, o orçamento da universidade estava com um grande “buraco” e que o equilíbrio orçamentário que foi conseguido até 1979 era muito precário para atender as reivindicações dos professores.

Conforme apuramos, naquela conjuntura de busca de alternativas de negociação entre as partes, foram enviadas duas cartas da Reitoria para a Diretoria da Apropuc, informando, oficialmente, que o aumento reivindicado não poderia ser concedido, “de maneira alguma”, com o risco da universidade voltar à condição de quase insolvência do ano de 1976.

Quanto à necessidade de se ampliar o acesso às verbas públicas, por meio da tomada de decisões políticos-governamentais, a Reitora Nadir Kfoury procurava opinar da seguinte forma:

[...] achamos que o governo tem que assumir a parte que lhe cabe, que é definida pela Constituição para garantir a viabilidade das Católicas. Ao preparar elementos com vista ao memorial a ser encaminhado à Presidência da República, evidenciou-se decréscimo assustador da contribuição financeira do MEC na receita das Católicas. Realmente, a ação tem que ser feita junto à Presidência, pois, como vimos nos

jornais do dia 05/05, o próprio ministro da Educação disse ser o orçamento “fragilíssimo e para 1979, difícilimo.”<sup>18</sup>

A Apropuc formou uma comissão de mobilização pela qual procurou estabelecer o contato com outros setores da universidade durante a greve, principalmente com alunos e funcionários para discutir questões pertinentes relativas à universidade e aos interesses específicos de cada parte da comunidade universitária. A questão das verbas era um ponto comum entre a maioria das esferas da instituição. Outro fator que a associação teve como pauta de ação foi o diálogo com os outros campi da PUC-SP na tentativa de instalar subsedes nos campos Paranaguá e Sorocaba.

Neste contato com alunos e funcionários a entidade conseguiu total apoio do Diretório Central de Estudantes (DCE), que fez publicar, no dia 03 de maio de 1979, uma nota no Jornal Porandubas. A nota emitida pela entidade de representação máxima dos estudantes lembrava que o problema dos professores eram os mesmos dos alunos, especialmente as classes lotadas, as penúrias da cantina e a deterioração do nível de ensino. Ao verem os professores em greve, dizia o documento, “ressurgem as imagens de seus próprios movimentos, contra o aumento das taxas escolares, pela melhoria do campus, por mais verbas e também em protesto contra atos arbitrários ao povo brasileiro”.

A nota continuava com os estudantes considerando justa a reivindicação dos professores: e levantavam a inquietante questão, “por que ela não é atendida?” A resposta, segundo a nota, estava “na situação das PUCs que tiveram suas subvenções boicotadas a ponto de em 1978 a verba para a educação ser apenas de 4,71%”.

Por aqueles dias, no caso da PUC-SP, a média das mensalidades era “de CR\$ 1.500,00”. Diante dos altos valores cobrados, os alunos indagavam e faziam um chamado à unidade política da comunidade universitária: “se está quantia não é suficiente para manter salários justos que a Reitoria se junte a nós para reivindicar junto ao MEC mais verbas para a Educação”.

A nota termina reafirmando o apoio do DCE ao movimento dos professores, a intenção de reorganizar as entidades estudantis, a união dos setores e Associações da PUC-SP e a necessidade de mais verbas para a Educação.

Corroborando com a visão dos alunos, de apoio a greve dos seus professores, expressa por meio do DCE, da PUC-SP, mas, procurando estabelecer um juízo mais amplo do papel

---

<sup>18</sup> Jornal Porandubas ano III de maio de 1979, página 4. Anexo II.

social dos professores, Sadi Dal Rosso (2011) em “*Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação*”, aponta que o trabalho docente como reprodutor da sociedade, não esgota sua compreensão. Existe outro espaço para compreender o trabalho dos professores como transformadores da sociedade. O docente é um agente de transformação. O mesmo conceito aplica-se para o sindicato. O sindicato é uma entidade voltada para a transformação da sociedade no sentido de superar os grandes problemas sociais e culturais recebidos das gerações anteriores e perpetuados. Por isso, o papel do sindicato é um papel de contestação e desafio à ordem estabelecida. O sindicato vai além da ordem. Questiona a validade desta ordem e apresenta parâmetros para sua mudança. Esta linha de raciocínio pode ser expandida no sentido de conferir ao sindicato uma tarefa revolucionária. (DAL ROSSO, 2011, p. 25).

O que podemos perceber por meio das fontes empíricas analisadas é que a primeira greve da PUC-SP movimentou todos os setores da universidade. Um grande número de professores que jamais haviam se interessado pelas questões financeiras e administrativas se integraram ao movimento grevista, formaram comissões para discutir as pautas de reivindicação junto a Reitoria desde a assembleia do dia 25 de maio de 1979 quando foi decidida a paralisação. Os funcionários da PUC-SP representados pela Associação dos Funcionários da Pontifícia Universidade Católica (AFAPUC), também se juntaram ao movimento dos professores, dando seu apoio e fazendo divulgação entre os funcionários não associados, reconhecendo a luta dos docentes como parte fundamental para suas próprias reivindicações trabalhistas.

ANTUNES (1994), em sua obra *O que é sindicalismo*, partindo do clássico artigo de Lênin *Sobre as greves*, tece considerações a propósito de a importância desses movimentos paredistas, que nascem da natureza e das contradições do sistema capitalista e significam o início da luta da classe trabalhadora contra toda a estrutura da sociedade. “Durante cada greve cresce e desenvolve-se nos operários a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para a luta contra ele pelos direitos do povo.” (ANTUNES, 1994, p. 30)

Os dias da greve foram de grande movimentação com as Comissões de Mobilização formada pelos professores na Assembleia do dia 25 de abril de 1979 para levantamento e análise de dados. A comissão de mobilização iniciou um trabalho de conscientização entre os professores alheios ao movimento explicando as razões e objetivos da greve. Com essa mobilização, a Apropuc conseguiu a quase que totalidade de paralisação dos professores. O

campus Monte Alegre parou totalmente, mas o campus Paranaguá e o campus Sorocaba obtiveram pouca adesão dos docentes.

O jornal Debate Apropuc, do dia 03 de maio de 1979, na página 3, editou uma matéria sobre o trabalho fundamental de mobilização, que encontrou certa resistência principalmente no campus Sorocaba onde está localizada a Faculdade de Medicina que se considerava isolada (geograficamente) da entidade, mas também porque acreditavam que existiam pontos específicos do curso de Medicina que seriam prioritários face aos outros problemas, então, presentes na pauta de reivindicações.

Na tarde do dia 03 de maio de 1979 foi realizada a Assembleia para deliberar sobre as discussões do quarto encontro entre a diretoria da Apropuc e a Reitoria. Esta entregou uma contraproposta concebida com os seguintes termos:<sup>19</sup>

- a) Continuidade das comissões ao lado da Reitoria e da administração para dar resposta às questões não suficientemente respondidas.
- b) Aumento de Cr\$ 1 mil fixos, a partir de agosto para auxiliar de ensino de 40 horas e proporcional para os de tempo parcial.
- c) Se vier metade da verba pedida de Cr\$ 30 milhões este aumento será garantido; se a verba for maior, haverá nova proposta.
- d) Se não vier, há risco de atraso dos pagamentos de novembro e dezembro, devido a empréstimos que será necessário levantar.
- e) A hora aula passará de Cr\$ 194,00 a Cr\$ 205,00.

Com o passar do tempo, sempre será mais difícil sabermos que influências ocultas exerciam num determinado momento as informações contidas nos periódicos da associação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição dos panfletos de conscientização entre os professores e funcionários, se havia pressão exercida pela reitoria da PUC-SP sobre a diretoria da Apropuc, lembrando, ainda, que uma parte dos membros da diretoria naquele ano tinha um relacionamento de proximidade com os quadros dirigentes da universidade (OLIVEIRA, 2015). E, sobretudo, qual a influência dos membros associados de diversos grupos de esquerda sobre as decisões da associação e principalmente sobre as reivindicações da greve naquele momento. Lembrando que no contexto de 1978 e 1979 as greves pelo país estavam em grande efervescência. Diversos dirigentes de sindicatos, partidos e movimentos

---

<sup>19</sup> Jornal Porandubas 1979 greve professores PUC p. 7, ano III maio. Anexo II.

sociais e estudantis surgiam como grandes lideranças nas greves espalhadas pelo país afora, mas com grande destaque na região do ABC Paulista.

Nesse emaranhado conjuntural, diversos sindicatos, associações, movimentos sociais, suas lideranças e membros sofriam a repressão do Estado. Desde 1976 o professor Laurindo Leal Filho era vigiado pelos órgãos de cerceamento as liberdades democráticas, devido sua participação no Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) definia que o professor Laurindo presidente da Apropuc em 1979 defendia os objetivos e as palavras de ordem do PCB dentro da associação.<sup>20</sup>

Entre 1974 e 1976 o número de presos e pertencentes aos quadros do partido é calculado entre setecentos e mil. O PCB sofreu uma completa desorganização e desestruturação. A partir de 1979, após a Lei da Anistia, o partido começou a organizar seus dirigentes novamente defendendo a unidade de todas as forças de oposição em uma frente ampla para objetivar a conquista da democracia, e iniciou a campanha pela legalização do partido.<sup>21</sup>

Contudo percebemos com esse documento que a atuação do professor Laurindo era muito influente dentro da associação. Em sua ficha no DEOPS, constatamos que ele era jornalista profissional, dirigente sindicalista do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, na chapa Unidade, Participação e Liberdade, dirigente do jornal “Fato Novo do PCB”, membro da omissão de Sindicância do jornal “Unidade”, órgão oficial do sindicato, editor do jornal “Debate Apropuc” nos anos de 1979 e 1980 e vice-presidente do ANDES.

Dessa forma percebemos que a ênfase que a associação dava em seus periódicos em determinados temas, a linguagem e a natureza do conteúdo são destinadas ao público que o jornal pretendia atingir, ou seja, os professores e a comunidade universitária. A mensagem é sempre a de conscientizar, politizar e mobilizar um número cada vez maior de professores e simpatizantes das causas e reivindicações pertinentes ao universo da universidade. E principalmente, o de conseguir angariar o maior número de professores para se tornarem associados no intuito de consolidar a entidade e adquirir força e poder como representação política dos trabalhadores em educação junto à universidade.

---

<sup>20</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP. Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS. Pasta op – 1389. Anexo II.

<sup>21</sup> Disponível em < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica> > 01/jan/2016.

Retomando algumas características do quadro que se configurou sobre a greve, após uma intensa votação na Assembleia da Apropuc do dia 03 de maio de 1979, discutindo a contra proposta da reitoria, ficaram aprovadas as seguintes propostas:<sup>22</sup>

1. Criação de um órgão permanente para reivindicação de verbas do MEC, conforme proposta da Comissão MEC-PUC;
2. Os problemas levantados pela comissão da CLT devem ser encaminhados para um advogado trabalhista, constituído pela Apropuc. Este advogado deverá encaminhar os problemas primeiro para a Reitoria e, se for o caso, depois para a Justiça do trabalho;
3. Prosseguimento do trabalho da Comissão de orçamento, junto a Apropuc, para maior compreensão da realidade da PUC-SP, visando maior participação dos professores em todas as decisões da Universidade.
4. Não aceitação imediata da contra proposta de reajuste pela Reitoria, porque entendemos que ela é apenas uma reabertura de negociações;
5. Marcar outra assembléia deliberativa para daqui 21 dias para analisar os resultados dos trabalhos e negociações realizadas inclusive com relação a contra proposta de reajuste salarial feita pela Reitoria;
6. Retorno às atividades a partir de 6ª feira, dia 4 de maio de 1979, considerando que a Reitoria, ao fazer uma contra proposta, reabriu as negociações.

Foram aprovados ainda os seguintes adendos a essa proposta:

1. Formação de comissão de professores com o objetivo de ampliar a participação dos docentes nas decisões da Universidade e rever a forma de participação do auxiliar de ensino nessas decisões.
2. Elaboração de carta aberta à comunidade acadêmica para explicar as reivindicações dos professores, a situação das condições de trabalho e ensino na Universidade e o processo de condução do movimento, nos próximos dias.

Na avaliação da diretoria da Apropuc, a greve trouxe um legado positivo no que se refere à conscientização dos professores. Segundo o Jornal Debate Apropuc, do dia 3 de maio de 1979, na página 5, o professor e presidente da associação Laurindo Leal Filho faz uma análise apontando uma súbita tomada de consciência dos professores nos nove dias de greve. A greve em sua opinião significou mobilização e não paralisação. O corpo docente despertou

---

<sup>22</sup> Jornal Debate Apropuc nº 3 maio de 1979, p. 05. Anexo II.

para os problemas da universidade, com suas ambiguidades e contradições. Foram dias em que o professor vivendo em toda sua extensão o papel de assalariado, passou discutindo seus vencimentos, debatendo direitos adquiridos e exigindo respeito às conquistas da categoria.

O movimento foi uma forma concreta de aprofundar a consciência dos professores sobre sua situação profissional. Sem falar no ganho político como uma entidade representativa dos professores, que conseguiu unir em sua causa os funcionários com o apoio da Afapuc e dos alunos por intermédio do DCE na universidade. A greve ensinou muitos dos professores universitários que atuavam na PUC-SP que a união dos setores profissionais é uma forma de repensar a luta política e econômica contra a patronal da educação, neste caso, representados pela Fundação São Paulo, mantenedora da instituição, mas trazendo-os também para uma participação ativa e consciente na luta contra o governo ditatorial e antidemocrático que assolava o país naqueles tumultuados dias.

### **3. 3. As greves de 1980 e 1985: permanências e continuidades**

Em linhas gerais podemos dizer que os constantes problemas econômicos e o risco de insolvência que acompanham a PUC-SP, pelo menos desde 1976, ano da fundação da Apropuc, persistiram, gerando as condições para a eclosão da primeira greve, registrada em 1979 e influenciaram para a ocorrência das greves de 1980 e 1985.

Nas palavras de ANTUNES (1991), os anos de 1980 iniciaram-se num quadro de refluxo dos movimentos grevistas, após o ressurgimento das greves a partir do ABC paulista entre os anos de 1978 e 1979. Apesar desse fator a década de 1980 presenciou duas greves na PUC-SP, tamanha a precariedade em que se encontravam os professores para desenvolverem seu trabalho dignamente.

A crise financeira no ano de 1980 levou o jornal Debate Apropuc, tornado público no mês de maio, a produzir uma matéria que delineou alguns pontos sobre esse aspecto. Em sua capa o periódico trazia o seguinte questionamento: “Crise financeira. É o fim da PUC-SP?” No editorial, assinado pelo professor Laurindo Leal Filho, e publicado em sua página 2, a associação apontava para a contradição dos princípios da universidade e da própria Apropuc, de defesa do ensino público e gratuito e o pedido de socorro ao governo. Essa questão na opinião de toda a comunidade puciana tinha de ser debatida e não escamoteada, levando em

conta que a PUC-SP, naquele momento da história educacional brasileira, era conhecida e reconhecida como uma instituição privada que prestava imensuráveis serviços públicos e comunitários.

A matéria continuava apontando a questão das verbas governamentais como necessárias para a viabilidade da universidade, indicando que apesar dessa contradição intransponível, sem esses os valores canalizados pelo Estado, questões elementares, como os salários de professores e funcionários não poderiam ser pagos. A PUC-SP segundo o editorial poderia entrar em colapso financeiro se não fosse concedida uma verba substancial de recursos financeiros:

A falta de opções para sobreviver nos coloca diante de uma séria questão, ainda pouco debatida entre nós, mas fundamental para os rumos da educação brasileira como defender o ensino público e gratuito, pedindo ao mesmo tempo verbas oficiais para escolas particulares?

Em artigo do professor Luiz Pinguelli Rosa e Alexandre Magalhães da Silveira, respectivamente presidente e vice-presidente da Associação de Docentes da Universidade do Rio de Janeiro, reproduzido nesta edição, há uma proposta concreta: as faculdades financeiramente insolventes devem ser encampadas pelo poder público. Seria esta a alternativa que resta para a PUC?<sup>23</sup>

Segundo OLIVEIRA (2015), nessa verdadeira encruzilhada, a Apropuc liderou um movimento pela estatização da universidade, com um intenso debate pela comunidade acadêmica, diferentes posicionamentos discutidos em assembleias de estudantes, professores e funcionários, culminando com uma votação dessa espinhosa questão em plebiscito. A associação chegou a se reunir com os representantes da Unesp, que tinham proclamado publicamente o interesse de contribuir com a superação da crise da universidade católica, pela sua reconhecida importância social e postular os recursos necessários a estadualização da PUC-SP.

Criou-se um movimento democrático na universidade no sentido de transformar a universidade numa escola pública. A premissa era de PUC-SP, objetivamente, existia, como uma universidade pública, não estatal, que tinha uma contradição visceral e determinados tipos de funcionamentos que não são possíveis de ser conservados dentro de uma escola privada.

Uma escola privada tem que ser empresarial e pensar no lucro, portanto, cobrar mensalidades, seus trabalhadores não são chamados a decidirem os rumos administrativos e

---

<sup>23</sup> Jornal Debate Apropuc nº 5 maio de 1980, p. 2. Anexo II.

acadêmicos, políticos e financeiros da instituição, entre outros aspectos que estão presentes nas instituições públicas.

Em que pese a importância dessas polêmicas, para a história da Apropuc e da própria PUC-SP, podemos constatar, na maioria das fontes impressas que consultamos, que a universidade costumeiramente estava em crise financeira, atrasando os salários e tornando precárias as condições de ensino e de trabalho de professores e funcionários, mas, efetivamente, jamais sinalizou que efetuaria as tratativas visando sua estatização.

A atividade dos trabalhadores da educação é uma prática social concreta, dinâmica, multidimensional, interativa, invariavelmente inédita e imprevisível. É um processo atravessado por influências de múltiplos aspectos; políticos, econômicos, sociais, culturais, psicológicos, éticos, institucionais, técnicos, afetivos, estéticos, entre outros. (TARDIF, 2002, p.130).

Sendo assim, a representação da Apropuc a frente das negociações e reivindicações salariais e trabalhistas dos professores da PUC-SP fez parte de um processo histórico complexo, e, portanto, essa associação de professores do ensino superior privado se tornou de fundamental importância para uma categoria que dentro daquela situação possuía pouca ou nenhuma força política para lutar e defender seus direitos.

Segundo matéria no jornal Debate Apropuc, nº 5, de maio de 1980, naquele mesmo ano, as escolas católicas e, mais, especificamente, a PUC-SP, enfrentava sua crise financeira mais grave da história desde sua fundação. A universidade estava com uma dívida de aproximadamente 250 milhões de cruzeiros e um déficit previsto de 109 milhões para o ano de 1980.

O que pudemos constatar em nossa análise é que as verbas do MEC que representavam 76,9% do orçamento geral da universidade no ano de 1962 foram progressivamente reduzidas para 2,4% em 1979. Esse motivo foi o ponto fundamental para as greves que ocorreram na universidade, que exigiu da APROPUC-SP, uma representação muito difícil, dura e responsável, pois, os embates e as reivindicações travadas com a Fundação São Paulo e com a reitoria não dependiam somente destas, mas também, do Estado e das verbas governamentais.

Neste cenário o ano de 1980 foi de grande dificuldade para a universidade e principalmente para os professores que corriam, inclusive, o risco de terem de enfrentarem demissões em massa. A Apropuc havia acabado de eleger uma nova diretoria que se propunha ser fiel aos compromissos firmados com os professores durante a campanha da chapa vencedora, que teve o apoio de 80% dos associados nas urnas. Algumas linhas pertinentes a

sua ulterior atuação foram traçadas em sua carta programa conforme publicado no jornal Debate Apropuc, que culminaram na greve de 1980:

A partir dela traçaram-se as linhas gerais deste ano inicial de trabalhos. No âmbito interno, procuramos da à APROPUC, como prioridade, um papel sindical. Mal iniciamos a gestão, nos colocamos diante de uma campanha salarial com um Sindicato inoperante e nitidamente comprometido com os interesses patronais. Ainda assim, entendendo que apesar das peias legais impostas ao sindicalismo, o caminho de atuação deve ser dentro e não fora das entidades de classe, iniciamos ampla campanha de sindicalização, com funcionária dedicada exclusivamente a esse serviço. Frustradas nossas expectativas de uma negociação mais digna entre o nosso Sindicato patronal, passamos a desenvolver um trabalho interno de reivindicações que culminou com a greve de doze dias no mês de abril. Greve que se comparada à de inúmeras outras categorias – algumas com longa tradição de luta – pode ser considerada vitoriosa. E se não fosse pela conquista salarial para uma parcela do corpo docente, teria sido pela mobilização, politização e conscientização dos professores da PUC, enquanto categoria profissional.<sup>24</sup>

A entidade obteve conquistas importantes na greve de 1980, com o Acordo Trabalhista firmado com a instituição que garantiu férias de 45 dias, estabilidade durante o ano letivo, bolsa de 25% na pós-graduação e o fim dos contratos por tempo determinado.

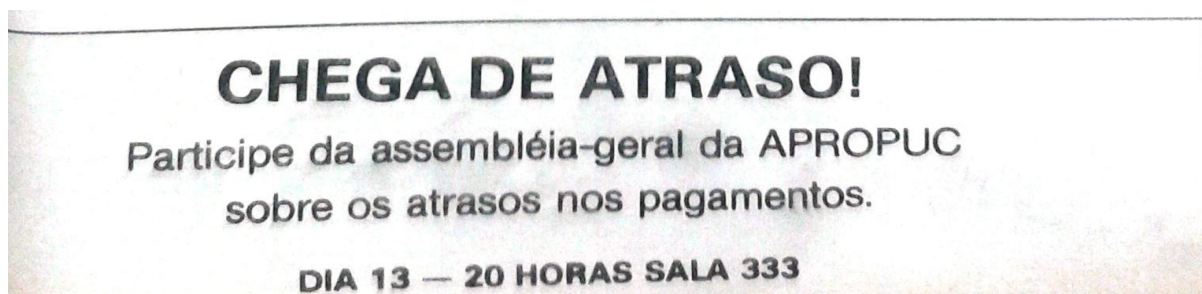
O que nos chamou a atenção na greve de 1980 em relação a greve de 1979, ambas na gestão do professor Laurindo Leal Filho, foi aquela que nos parece demonstrar uma mudança na relação e atuação política da associação junto ao sindicato durante a campanha salarial. Enquanto em 1979 a Apropuc fez uma campanha paralela do sindicato por ter sérias divergências devido ao e o índice de reajuste e por achar que o sindicato defendia os interesses patronais, dessa vez, a associação manteve suas reivindicações aliadas ao Sinpro-SP por entender que a luta deveria ser realizada no âmbito das entidades de classe. Porém, seus principais dirigentes, ainda mantinham a mesma opinião sobre o sindicato ser inoperante e comprometido com os interesses da patronal da educação.

Segundo alguns autores, o sindicato é a expressão de organização dos trabalhadores, de luta, defesa e conquista de direitos. Criado para compensar a debilidade do trabalhador que se vê pulverizado na sua relação contratual com o capital. Por outro lado, é a manifestação política de uma categoria que se associa às lutas e reivindicações de outros trabalhadores, objetivando tratar das questões de trabalho e de ação sindical como dimensão política mais geral. Estas entidades constituem, na análise marxista, elementos da superestrutura

---

<sup>24</sup> Jornal Debate Apropuc nº 5 maio de 1980, p. 6. Anexo II.

articuladoras dos interesses de classe; portanto, “é uma estrutura político-ideológico portadora de uma determinada concepção política”. (RESES, 2011, p. 248)



Debate Apropuc nº 7, maio de 1981, p. 1.

### Sindicalização: Tarefa Urgente

A sindicalização é uma obrigação imediata de todos os professores. No momento em que as mais diversas categorias profissionais de todo o país encaminham através de seus sindicatos, suas lutas por melhores salários e por melhores condições de trabalho, os professores universitários, em grande parte, continuam alheios a esses movimentos. É tarefa urgente o fortalecimento do Sindicato dos Professores, e o primeiro passo para isso é a sindicalização. A APROPUC, através de uma Comissão formada por decisão de Assembleia Geral está tomando todas as providências no sentido de simplificar ao máximo esse processo de sindicalização que, na verdade, dá algum trabalho. Eis as exigências:

Em primeiro lugar é necessário registro como professor na Delegacia Regional do Trabalho. Para conseguir isso são precisos os seguintes documentos:

1. Certificado de professor fornecido pela Universidade.
2. Atestado de antecedentes fornecido pelo DEIC que tem validade de seis meses.
3. Atestado de Saúde, passado por centro de saúde da Secretaria da Saúde, que tem a validade de um ano.
4. Atestado de idoneidade moral, passado por qualquer pessoa conhecida, de preferência feito a máquina, com identificação do atestante de forma legível.
5. Xerox autenticado da carteira de identidade, expedida pela Secretaria de Segurança pública e
6. Requerimento ao Delegado Regional do Trabalho.

De posse do registro profissional torna-se possível a sindicalização. Para isso são necessários estes documentos:

1. Xerox autenticado da página da Carteira Profissional onde se encontra o registro de professor.
2. Xerox autenticado da página da Carteira Profissional que contém o contrato de trabalho.
3. 4 fotos 3 x 4.
4. Proposta a ser preenchida no próprio Sindicato, com a apresentação dos seguintes documentos:
  - carteira de identidade
  - título de eleitor
  - atestado de reservista
  - diploma (n.º de registro no MEC)

O Sindicato fica na Rua 24 de Maio, 104, 6.º andar, telefone 222-0714.

Debate Apropuc nº 2, fevereiro de 1979, p. 02. Em todos os impressos que consultamos a APROPUC-SP faz campanha e mobilização para os professores se sindicalizarem.

Ao longo da década de 1980, o processo da crise financeira brasileira, iniciado a partir do fim do “milagre econômico” foi crescendo trazendo recessão econômica, inflação que atingiu os três dígitos, dívida externa e a especulação financeira que geraram falência de diversas empresas e muito desemprego. Esse cenário dificultou e reduziu ainda mais as verbas do MEC para as católicas.

A PUC-SP nesse período sofria a mais dura crise de sua história como informado anteriormente. O jornal Debate Apropuc, de maio de 1981, descreveu esse momento como sendo um dos piores, “com o déficit financeiro se agravando e atingindo quase duzentos

milhões de cruzeiros, os professores continuavam recebendo baixos salários e sofrendo atrasos nos pagamentos”, que estavam atrasados por alguns meses.

Somados a essa situação os alunos passaram a pagar uma sobretaxa de aproximadamente 15% do valor total da mensalidade, que apesar de baixas em relações a outras universidades particulares, eram suficientemente significativas para a maioria dos alunos da universidade.

Conforme definição de RESES (2011, p. 240), os sindicatos podem desenvolver-se em um contexto de liberdade e organização, mas também, em situações tuteladas pelo poder político, como é o caso do período da ditadura brasileira. Nesta situação os sindicatos e associações adotaram posições de enquadramento e de subordinação das reivindicações dos trabalhadores aos interesses definidos pelo regime político estabelecido.

Dessa maneira, pela interpretação das fontes que consultamos (jornal Porandubas e Debate Apropuc de 1978 a 1985), que a atuação da Apropuc, durante o período estudado por nós, conquistou muitos avanços para a categoria, porém, dentro de um enquadramento onde sua liberdade de atuação alcançava um limite administrativo, jurídico e político nas relações, negociações e reivindicações junto a Fundação São Paulo mantenedora da universidade e com o próprio Sinpro-SP em suas campanhas salariais durante as greves.

Um aspecto importante que devemos discorrer são os constantes diálogos e as diversas tentativas de solucionar o problema das verbas do MEC diretamente com os governos durante o recorte de nossa pesquisa. A reitoria e a Apropuc, formaram diversas comissões para intervir sobre esse assunto, mas como analisamos esse problema nunca foi solucionado, cabendo assim, a Fundação São Paulo, a reitoria e a própria associação dos professores, administrar a difícil tarefa de manter o caráter da PUC-SP, como uma universidade de caráter privado, confessional, sem fins lucrativos e que sempre defendeu o ensino público e gratuito de qualidade. Esse quadro foi gradativamente se deteriorando durante os anos pelas circunstâncias já mencionadas, e cada vez mais a universidade foi se distanciando desse objetivo, inclusive, na contemporaneidade, assumindo posições coercitivas e de controle do trabalho docente que em nada a diferenciam da maioria das instituições do ensino superior privado compromissada com a obtenção do lucro e da concepção de que a educação também é uma mercadoria.

De acordo com Julian Guidin e Savana Diniz Gomes Melo (2011, p. 267), no Brasil o processo de agitação dos sindicatos de trabalhadores em educação se explica pela longa recessão econômica que deteriorou as contas fiscais, dessa forma, os salários dos trabalhadores em educação, a continuidade da expansão do sistema educacional alcançada em parte por meio da redução salarial dos trabalhadores, as altas taxas de inflação que empurravam os trabalhadores a conflitos para a manutenção do poder aquisitivo, e, por fim, os processos de democratização política que possibilitaram a abertura suficiente para que o mal-estar se expressasse e politizasse os movimentos.

Retomando alguns aspectos sobre a greve de 1985, ela demonstrou importantes avanços, tanto para a categoria, quanto para a própria Apropuc, consolidando sua atuação política a associação juntamente com associações docentes (AD's), de diversas universidades particulares, procurou realizar uma campanha salarial unificada reivindicando 100% de reajuste. Em matéria do jornal Debate Apropuc de 1985, especial greve, na página 03, somos informados de que houve uma mobilização das seguintes associações: APROPUC, APROBASP, APROFASP e a regional da ANDES que iniciaram a mobilização para exigir uma clara posição por parte do SINPRO que, então, “costumeiramente se opõe aos interesses dos professores”. A matéria segue ainda relatando que as AD's realizaram uma assembleia, no dia 14 de setembro de 1985, na qual a categoria recusou a proposta de 74% de reajuste oferecido pelas universidades, e exigindo do sindicato uma nova negociação com as mantenedoras. Nessa ocasião fizeram, ainda, uma dura crítica ao Sindicato dos Professores de São Paulo, particularmente, quanto ao descaso com que teria tratado os representantes da categoria que atuavam no ensino superior privado paulistano.

A questão do Sinpro-SP que constantemente era visto nas fontes analisadas (jornais Porandubas, Bebate Apropuc e na própria entrevista do professor Erson Martins Oliveira) como um sindicato inoperante, defensor dos interesses patronais e “pelego”, deve ser analisado com reservas, pois, obviamente, os dirigentes do sindicato dos professores paulistanos defendiam interesses toda a categoria, embora, evidentemente, com restrições ideológicas dos nossos entrevistados que militavam nas fileiras da Apropuc.

Entrementes, Sadi Dal Rosso (2011,p. 26-27) pondera o seguinte:

Na periferia do império, a força do sindicalismo é reduzida, por um lado, pela baixa taxa de assalariamento da população. A não existência da sociedade salarial implica

que a burguesia opera de maneira mais feroz e mais livre de controles. Basta acompanhar os impedimentos sociais, políticos e normativos que o capital que opera nos ramos privados da educação na América Latina impõe aos seus trabalhadores. No Brasil, o sindicalismo de ensino superior foi não poucas vezes objeto de “degolas” completas de suas diretorias sindicais. Não existe direito reconhecido de sindicalização nem de ação política para arregimentar associados ao sindicato, a despeito de a constituição reconhecer a livre organização dos trabalhadores por local de trabalho, bem como de a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelecer que os trabalhadores têm o direito de convidar outros assalariados para filiar-se aos sindicatos. Esta dificuldade estrutural do sindicato acompanha a privação de direitos em outras esferas da sociedade, qual seja a existência de trabalho escravo, a exploração de trabalhadores infanto-juvenis, a precarização do trabalho feminino, a inexistência de sistemas de proteção social, a exclusão social e a reprodução de formas e relações de trabalho superadas historicamente.

De fato, para DAL ROSSO (2011, p. 27) as questões podem ter graus e qualidades diferentes, quando observadas a partir de uma ótica ou de outra. O lugar de fala condiciona o sujeito da fala e sua análise. Sendo assim, percebemos a profunda complexidade das relações que existiam entre Apropuc, Fundação São Paulo e a reitoria. Dentro de um contexto político, econômico e social efervescente que o país passava durante o regime militar.

O Jornal Porandubas, ano IX, de 03 de outubro de 1985, trouxe um balanço do movimento durante a paralisação, dizia ainda a notícia de que após algumas propostas recusadas pela reitoria e dois meses de salários atrasados a Apropuc, realizou, na noite de 14 de setembro de 1985, a sua “Assembleia de Professores que decidiu por 350 votos a zero pela greve imediata”.

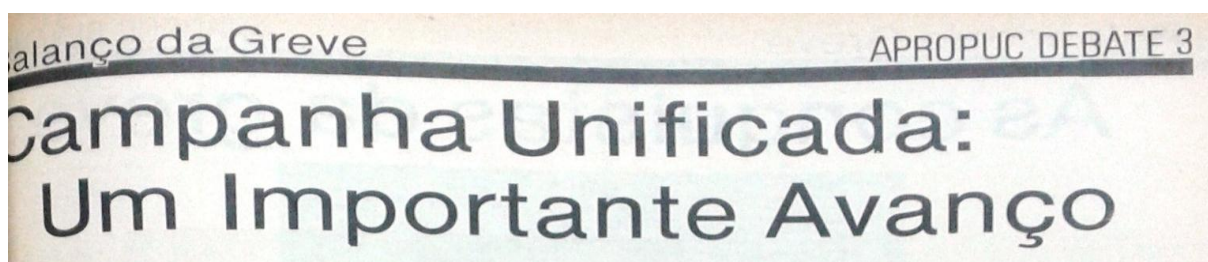
Pelo que pudemos apurar, os dias que transcorreram durante a greve foram de grande mobilização, debate, discussões entre representantes dos professores e da reitoria sobre as condições de trabalho e ensino na universidade, além da questão das verbas públicas como fonte nevrálgica para a saúde financeira da PUC-SP.

Por esses dias, um documento elaborado pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC) foi amplamente divulgado e debatido pelas bases no campus Monte Alegre e demais campi universitários, animando as discussões realizadas ao longo dos dez dias de duração da greve. No dia 20 de setembro de 1985, uma sexta-feira, a Reitoria fez a seguinte proposta: reajuste de 83,5% mais, 3 % de trimestralidade em dezembro, mais 15% de abono em janeiro sobre dezembro, mais 18% de abono em fevereiro, mais 16,8% de reposição condicionada às verbas públicas, além do compromisso de estudar sobre a efetivação da

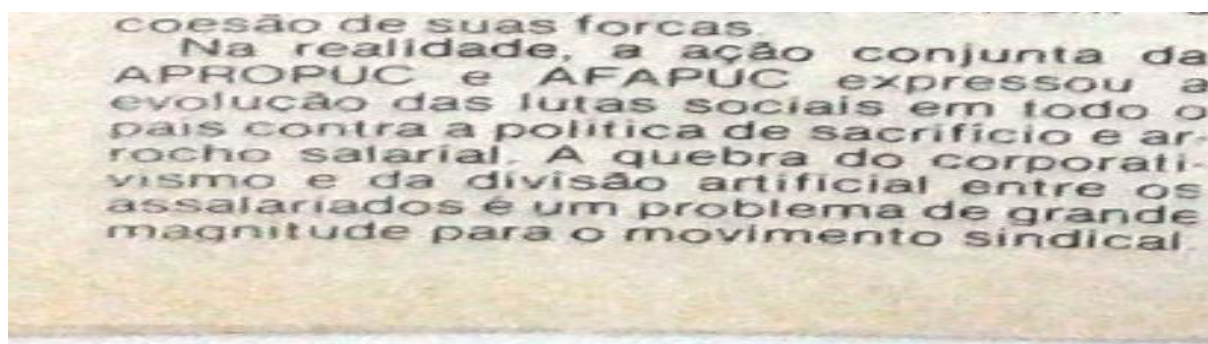
escala móvel de salários para aplicação a partir de março do próximo ano. Colocada essa proposta em assembleia não houve oposição e a greve se encerrou a meia noite do mesmo dia.

Apesar de a diretoria da associação definir que houve avanços, na mesma matéria fica claro que a reivindicação central não foi atendida na sua plenitude, pois, ficou condicionado que a reposição salarial anual de 16,8% só seria possível se a universidade recebesse as verbas durante o período de três anos de gestão da Reitoria naquela época.

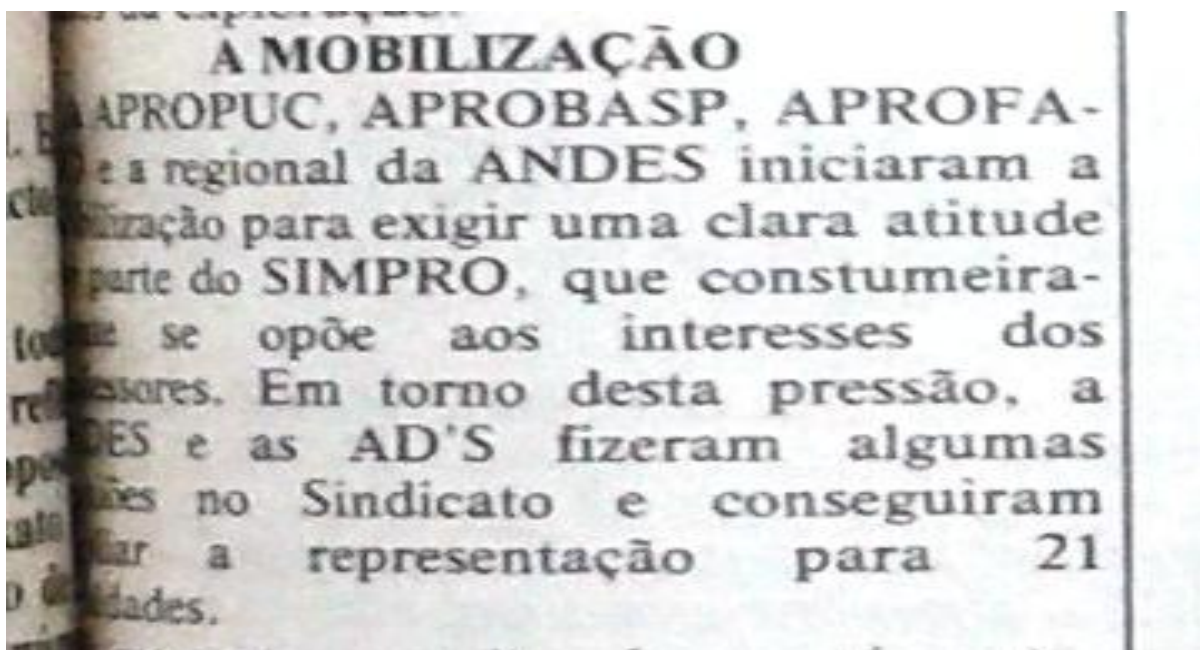
No caderno especial da greve Debate Apropuc, de 1985, na página 04, a associação apresentou um balanço das conquistas e avanços do movimento grevista que durou 10 dias. Para a associação o ganho mais significativo foi no campo político devido à unidade de professores e funcionários, que na visão da Apropuc pela primeira vez quebrou-se a divisão corporativa dos assalariados, para a associação, por meio da greve ficou evidente que as diferenças de função não eliminam o caráter de exploração do trabalho. A matéria segue dizendo que a ação conjunta entre a Apropuc e a Afapuc expressou a evolução das lutas sociais em todo o país contra a política de sacrifício e arrocho salarial.



Debate Apropuc - caderno especial da greve de 1985 p. 3.



Debate Apropuc - caderno especial da greve de 1985 p. 3.



Debate Apropuc – caderno especial da greve de 1985 p. 4.



Jornal Porandubas – Ano IX – 03 de outubro de 1985.

A Apropuc em seu caderno sobre a greve de 1985, mais precisamente, em sua página 06, questiona quem é o patrão dos professores na universidade? Afirmavam ainda que na carteira de trabalho “está escrito Fundação São Paulo (FSP), mas quem é essa desconhecida?”

Na matéria a própria associação respondia essas perguntas dizendo que a FSP “é meramente um artifício jurídico, posto que, é a PUC-SP que mantém a fundação e não o inverso”. Para a Apropuc essa situação gerava uma dificuldade extra nas conversas e que esse ardil era uma estratégia da mantenedora com o objetivo de sem abrir mão da direção, do controle do processo educacional que se desenvolvia na PUC-SP, transferir para os alunos e o Estado toda a responsabilidade sobre os encargos relativos aos custos deste processo, responsabilidade que também seria sua enquanto mantenedora.

Sobre as discussões para a elaboração de um novo estatuto para a universidade com a participação da comunidade universitária que ocorreu na década de 1980 o professor Erson Martins (2015) nos disse em sua entrevista que “(...) se a igreja voltou a intervir voltou a controlar diretamente com a crise econômica, com a crise financeira (...) então ela veio entrou aqui e falou aqui quem manda é nós e acabou...mas antes os setores ligados a igreja aqui eram mais liberais mais democratizantes (...) então a Apropuc ela vai ter também essa função política”.

A Fundação São Paulo foi criada em 10 de outubro de 1945, ficou resolvida de um acordo com deliberação dos Srs. Arcebispo e Bispos do Estado de São Paulo em reunião coletiva do Episcopado Paulista, realizada na capital paulista em 22 de abril de 1945, data comemorativa do bicentenário da criação do Bispado de São Paulo. No ato da sua gênese estiveram presentes, além de seu instituidor, o Curador de Resíduos, Dr. Azor Montenegro, representando o Ministério Público e como testemunhas, o Prof. Dr. André Franco Montoro e o advogado, Dr. José Feliciano Ferreira da Rosa Aquino, que viria a ser o primeiro funcionário contratado da instituição.<sup>25</sup>

Dessa forma podemos definir que a PUC-SP pertence à Igreja como os documentos nos demonstram, porém, não podemos deixar de ter em mente que assim como, o itinerário trilhado pela Apropuc se confunde com a própria história da PUC-SP, a Fundação São Paulo, também nasceu praticamente junto à universidade e não somente pelas mãos da Igreja, mas também, pelo Poder Público. Lembrando que a história é a tentativa de interpretar a vida e os seus personagens, nem sempre conseguem trilhar os caminhos que desejam, aliás, como

---

<sup>25</sup> Disponível em: <[http://www.pucsp.br/fundasp/a\\_fundacao/historico.html](http://www.pucsp.br/fundasp/a_fundacao/historico.html)> 08/dez/2016.

quaisquer uns de nós, estão sujeitos às contradições, as vicissitudes e os ditames políticos, ideológicos, econômicos e sociais de sua própria época.

### **3. 4. A presença da Apropuc na formação da ANDES.**

A atuação da Apropuc, desde a sua gênese, não se limitou apenas pelas questões trabalhistas dos professores da PUC-SP. As características de sua atuação política foram muito além da definição do que é um sindicato formulado pelos Webbs; “um sindicato é uma associação contínua de assalariados com o objetivo de manter ou melhorar as condições de suas vidas”. (WEBB, F; WEBB, S. 1973 *apud* DAL ROSSO, 2011, p. 113).

Desde 1978 a Apropuc procurou atuar junto aos trabalhadores da educação de diversas instituições de ensino superior do Brasil e de suas AD's envidando todos os esforços, políticos e materiais, para a construção de uma entidade nacional. Com um número considerável de associações, organizaram em 1978 o I Encontro Nacional de AD's que reuniu 27 entidades em São Paulo. Posteriormente outros encontros foram realizados, em julho de 1979, na cidade de Fortaleza, setembro do mesmo ano em Salvador, em João Pessoa no mês de fevereiro de 1980, no Rio de Janeiro em julho de 1980 e a última na cidade de Campinas, onde compareceram 64 AD's.

Conforme o jornal Debate Apropuc, nº 4, do mês de dezembro de 1980, na página 08, entre os dias 18 e 20 de março de 1981, seria realizado pela primeira vez o Congresso Nacional de Docentes Universitários, na cidade de Campinas. O objetivo do encontro era decidir sobre a criação de uma entidade nacional da categoria. Foram escolhidos delegados em grande parte das universidades brasileiras para representar seus colegas no Congresso. Os delegados levaram propostas para serem discutidas sobre a necessidade ou não da fundação da entidade nacional e de como seria sua estrutura em caso positivo.

A Apropuc na mesma matéria afirmava sua participação no movimento geral dos professores de todos os graus desde sua fundação no ano de 1976. Em vários momentos seus associados puderam se manifestar contra ou a favor de organizações que unificassem as lutas dos docentes, em suas mais diversas especificidades.

Pelo que pode se lembrando pelo professor Erson (2015), naquela ocasião estavam ocorrendo encontros e reuniões em todo país e a ideia de criar organizações independentes, assim como os centros acadêmicos vinham sendo, rapidamente, disseminadas. Igualmente como a UNE tinha que ser reconstituída era necessário reconstituir o movimento nacional dos docentes. Dessa forma, como resultado desse processo de mobilização dos professores universitários espalhados por todo o Brasil, surgiu a ANDES; como também pode-se dizer que a Apropuc é parte constituinte desse movimento. “Não foi um movimento isolado pequeno aqui na PUC-SP. Houve muitas reuniões aqui na universidade neste período para construir o ANDES”.



Debate Apropuc nº 5, maio de 1980, p. 7. A Apropuc foi convidada pelos organizadores da I Conferência de Educação, realizada na PUC de São Paulo no mês de abril, para coordenar os debates sobre o papel das Associações Docentes Universitárias.

A ANDES nasceu como o fruto de uma dinâmica política pela qual os professores buscavam por meio das associações organizadas transformar a universidade inserindo-a,

definitivamente, na luta pela redemocratização da sociedade brasileira. Por conta disso, no estatuto original dessa entidade tínhamos prescritas as seguintes condições para o seu funcionamento inspirado em valores democráticos:

- Art. 25. O CONAD é composto: I - por um (1) delegado de cada S.SIND ou AD-S.SIND escolhido na forma deliberada por sua Assembleia Geral; II - por um (1) delegado representativo dos sindicalizados, via cada uma das Secretarias Regionais, escolhido na forma deliberada por sua Assembleia Geral; III - por observadores(as) de base das S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz; IV – pelos demais membros em exercício na Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V) dele participam com direito a voz. V - pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz e voto em suas sessões. § 1º. Os demais membros em exercício da Diretoria, cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), podem participar do CONGRESSO na qualidade de delegados ou observadores de suas respectivas S.SINDs ou AD-S.SINDs.<sup>26</sup>

Na pesquisa de Marcelo Siqueira Ridenti (1995), temos a discussão do preâmbulo do Estatuto da Andes, no qual, ficou consignado a importância das AD's e da própria Apropuc na criação da entidade nacional:

A entidade teve seu processo de criação calcado em uma firme organização na base, a partir das ADs – Associação de Docentes, que surgiram em várias universidades brasileiras já em 1976 - *ano de fundação da APROPUC/SP\** - na perspectiva de defesa destas instituições, seriamente abaladas pelas constantes intervenções do regime militar, e na defesa dos interesses dos seus docentes. (RIDENTI, 1995, p. 73)

Nesse processo foi fundado, em 19 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas (SP), a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Ainda sob a pressão do regime militar (1964-1985), o ANDES-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores.<sup>27</sup>

Ao longo de sua curta existência até a fundação da ANDES, a Apropuc já se engajava nas lutas e nos movimentos sociais comprometidos com as causas da grande maioria da população brasileira. A entidade ingressou no amplo movimento social para por fim ao arbítrio e aos tempos de obscurantismo vividos pelo país durante o regime militar. Nesse

---

\* Grifo nosso.

<sup>26</sup> <http://portal.andes.org.br/secretaria/estatuto/sec-est-865676144.pdf>. Pág. 06.

<sup>27</sup> Disponível em: < <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html> > 08/dez/2106.

sentido, a associação se identificou com o papel desenvolvido pelos Sindicatos “autênticos”, por diferentes entidades profissionais, núcleos da Igreja, movimentos como o da Anistia, do Custo de Vida ou em defesa da Amazônia.

Apesar de participar intensamente da construção da ANDES, a Apropuc nunca se filiou a entidade. Esse fato, aparentemente, contraditório foi analisado por Erson Martins de Oliveira, da seguinte forma, na entrevista que nos concedeu:

Eu acho que talvez a Apropuc talvez tenha uma falha aqui que se explica em parte pelo próprio conservadorismo que eu falei dos professores né (...) que era de não atuar mais incisivamente no ANDES fazer parte do movimento nacional (...) tanto é que a Apropuc não é nem filiada até agora eu sempre achei que tinha que filiar ao ANDES né (...) mas eu sempre era a minoria aqui e como o ANDES (...) no começo eu participei de várias reuniões de fundação do ANDES que na época era uma articulação nacional quando estava começando a articulação que depois o ANDES era uma associação que se transformou em um sindicato nacional não é (...) tem duas fases o ANDES antes era uma associação (...) nessa primeira fase a Apropuc chegou a participar eu fui até num congresso que houve em Salvador que não me lembro a data que foi o congresso de Salvador do ANDES onde a Apropuc estava integrada né (...) depois disso também houve uma certa burocratização da associação a associação foi também de certa maneira ficando uma associação mais de escola pública de certa maneira deixou a escola particular de lado também acho que teve esse lado também da política da direção da ANDES de não se esforçar para aglutinar os professores da escola particular nós fizemos a associação nacional mas das escolas federais praticamente né e das estaduais (...) então a Apropuc acabou não se associando até hoje não é associada ao ANDES uma coisa que deveria ter associado. (Anexo I, entrevista, p. 113-114).

O perfil conservador dos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apontado Erson Martins de Oliveira, como um dos fatores principais da não filiação da Apropuc a ANDES pode ser explicado, tendo como referências, as definições Amarílio Ferreira Júnior e Marisa Bittar (2006), inseridas nas páginas de *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*.

Os autores, no capítulo que trata da origem social do professor, nos dizem que durante a vigência do chamado “milagre” econômico entre os anos de 1968 e 1974, a modernização acelerada aumentou a produção da vida material de um lado, e de outro, ampliou organicamente as classes médias. Neste período houve um crescimento de profissionais liberais, técnico-científicos e nas ocupações burocráticas. A modernização transformou o país numa sociedade urbana e industrial complexa e diferenciada que agravou a desigualdade social entre os milhões de pobres e os pouquíssimos ricos. A classe média tradicional que antes era quase a totalidade na profissão docente com o fim do “milagre” econômico começa a se proletarizar e perder seu status e poder econômico.

A nova burguesia emergente na década de 1970 começou a almejar fazer parte do sistema produtivo internacional, imiscuir nos negócios da educação, na administração comércio e no sistema financeiro. Essas transformações sociais também acabaram por atingir as chamadas classes médias e pode nos ajudar a explicar o conservadorismo dos professores na PUC-SP e a sua não filiação a ANDES até os dias atuais.

No modo de produção capitalista clássico, as duas classes sociais antagônicas são a burguesia e proletário fabril. Contudo, a sociedade capitalista é constituída por uma estrutura de classes sociais muito mais complexa do que todos os outros modos de produção anteriores; não só porque incorporou as classes sociais das relações pré-capitalistas de produção, mas sobretudo, porque engendrou uma vasta e heterogênea composição social das classes médias que se situam entre a burguesia e o proletariado fabril. (FERREIRA, 1998, p. 55).

Podemos definir que os professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mergulhados nesse dinamismo societal, eram oriundos das camadas tradicionais e de uma pseudo *nova* classe média que emergia na conjuntura política, econômica e cultural naquele momento da história brasileira. A falta de engajamento e a indiferença em atuar junto a ANDES pode ser um fator da claudicante representação política dos professores da Apropuc apontada por Erson Martins Oliveira e Maria Beatriz Costa Abramides<sup>28</sup>, nomeadamente, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, junto à universidade e também em relação a sua atuação fora dos limites do campus no processo de reorganização política e partidária que haveria de recrutar muitos dos seus quadros dirigentes, constituindo-os em representantes legislativos e membros dos poderes executivos, quando não assumindo postos de relevo no seio da universidade brasileira.

---

<sup>28</sup> Graduação (1971), mestrado (1992) e doutorado (2006) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assistente doutora da PUCSP desde 2010. Professora desde 1981 na Graduação e, a partir de 2012, na Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. Atual diretora da APROPUC-SP.

## **Considerações finais**

A Apropuc foi construída em um contexto histórico em que a sociedade brasileira atravessava um momento de inquietude política e social, marcado pela perspectiva de superação do estado ditatorial militar, instalado pela força em 1964, fruto das lutas e movimentos sociais que percorriam o país de norte a sul; mas também das desconfianças causadas pelo comportamento dúbio dos generais presidentes que, ao mesmo tempo, falavam da distensão e abertura política e reprimiam os movimentos dos estudantes e trabalhadores.

A situação histórica que a viu nascer, também registra a presença de grupos que haviam optado pela luta armada para combater os arbítrios da ditadura, porém, essa presença era cada vez mais residual na cena política. O que ganhavam as ruas eram as campanhas pela reorganização da sociedade civil, pela anistia ampla e irrestrita, os movimentos de reorganização políticos partidários e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que pudesse garantir as liberdades políticas, econômicas e sociais ao país. Não bastasse tudo isso, aquele foi um tempo histórico marcado pelo agravamento da crise econômica que se manifestava no crescente endividamento externo, no arrocho salarial, na carestia social e naquilo que ficou conhecido como o colapso do milagre econômico brasileiro.

De fato, a história da Apropuc se confunde com a própria história das retomadas dos movimentos dos trabalhadores que paravam suas máquinas, faziam greves e proclamava a democracia como algo inerente a conquista de melhores condições de vida e do usufruto dos direitos sociais.

Este também foi um tempo que os movimentos estudantis e dos trabalhadores da educação saíram as ruas em defesa da escola pública e, gradativamente, foram engrossando e massificando os movimentos civis que postulavam o reestabelecimento das eleições diretas para presidente da república.

Estudar a história da Apropuc, mesmo que de forma parcial e concisa como fizemos é uma grande oportunidade de apreendermos como se deu a presença e a importância das ações associativistas, sindicais, políticas e de uma parcela dos professores universitários brasileiros, naquele momento nevrálgico da chamada transição brasileira. Sim, porque muitos dos seus protagonistas foram os mesmos que estiveram na linha de frente da urdidura e na organização

de muitas dessas ações que trouxeram para a cotidianidade social a possibilidade da vigência histórica da democracia no Brasil.

Foram esses professores que colaboraram na organização e participaram ativamente das campanhas em defesa dos direitos civis, denunciaram os arbítrios da ditadura, convocaram assembleias e manifestações públicas contra o descalabro da dívida externa, do descontrole inflacionário, da miséria, do arrocho salarial e da abertura econômica aos grandes grupos transnacionais que procuravam obter o pleno controle da economia mundial.

A fortuna documental e o resgate da memória daqueles que colocaram na ordem do dia a criação e a consolidação política da Apropuc, é um retrato vivo desse significativo momento da história social da educação brasileira e da forma como inscreveram e registraram a sua presença em suas páginas.

Ao revisitá-los, criticamente somos instados a refletir sobre a importância e o papel que entidades, como é o caso da Apropuc, tiveram na aglutinação, na politização e na disseminação das problemáticas que seriam cruciais para ruptura com o estado ditatorial e a construção da democracia no Brasil. Estudar a sua história também, é uma excelente oportunidade para dimensionarmos as condições laborais que são dadas aos professores universitários atuantes em uma das mais importantes universidades confessionais brasileiras. Na medida em que, o aparecimento, o desenvolvimento e a consolidação da Apropuc estão intimamente vinculados à necessidade que os trabalhadores têm de se organizarem para defenderem os seus mais elementares direitos profissionais e trabalhistas.

Em que pese o reconhecimento e a valorização de toda importância cultural, educacional e acadêmica da PUC-SP para a sociedade brasileira, as condições de trabalho dos seus funcionários e professores é algo que não pode ser desconsiderado. Logo, ao estudar os caminhos e as vicissitudes dessa entidade, necessariamente, trazemos à tona conflitos que as relações de trabalho produzem no âmago da sociedade capitalista na qual, essa universidade finca suas raízes mais profundas e históricas.

Por fim, também é importante mencionar que pelo caráter comunitário e a predominância de uma atmosfera democrática nos campi da PUC-SP acabaram por produzir algumas relações de caráter dúbio ou mesmo contraditório entre os artífices da associação, os representantes da reitoria e da própria Fundação São Paulo em diferentes momentos do período histórico que tivemos a oportunidade de analisar. Nomeadamente naqueles instantes

em que a crise da PUC-SP fez emergir a necessidade de uma frente única formada pelos estudantes, professores, funcionários, mantenedores e a própria reitoria da universidade na busca de soluções e da superação dos impasses em que estava mergulhada essa indispensável instituição do ensino superior na contemporaneidade do Brasil. Esses foram momentos difíceis e ásperos, de duros embates políticos e de concepção sindical, mas que foram imprescindíveis para o amadurecimento da argúcia e da combatividade que dimensionaram e temperaram a presença da Apropuc no cenário educacional brasileiro.

## Referências Bibliográficas

---

ABRAMIDES, Beatriz. *Depoimento: decomposição da Universidade brasileira: a situação da PUC*. In *Temporalis*: Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 287-295, jan./jun. 2013.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ANTUNES, Ricardo C. *O que é sindicalismo*. São Paulo : Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_, Ricardo C. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

BAUER, Carlos. *Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros: A hegemonia vermelha*. São Paulo: Editora Pulsar, 1995.

BAUER, Carlos. *A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador* / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: lembrança dos velhos*. 3ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CARR, E. H. *Que é História*. Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a ed. 1982.

DAL ROSSO, Sadi. *Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação*. In *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl, LENIN, Vladimir, TROTSKY, Leon. *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2008.

FERREIRA Jr., Amarílio. BITTAR, Marisa. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 – 1985)*. São Paulo: Edições Pulsar, 2006.

FERREIRA Jr., Amarílio. *Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar*. In *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998, 304f. Tese (Doutorado em Historia Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FRIGOTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

- GASPARI, Elio, *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. IV, 2004.
- GERAB, Wiliam Jorge. ROSSI, Waldemar. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GINDIN, Júlían. *Sindicalismo docente e Estado – As práticas sindicais do magistério no México, Brasil e Argentina*, Rio de Janeiro, Uerj, 2006, dissertação de mestrado em educação.
- GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi (orgs.). *Associativismo e sindicalismo em educação – teoria, história e movimentos. Biblioteca “Sindicalismo em educação”* volume 2. Brasília: Paralelo 15, 2013.
- GINDIN, Julián; MELO, Savana Diniz Gomes. *A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina*. In *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005
- HIRO, Cássio Hideo Diniz. *História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983)*. / Cássio Diniz, 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Educação, São Paulo, 2012. Orientador: Carlos Bauer de Souza.
- LEFEBVRE, Henri. *Logica forma/Logica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 312p.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Escorpião, 1974.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 2v, 966p.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008
- MATOS, Alessandro Rubens de. *Trajetória do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (SINPEEM): 1986-2004*. Dissertação de mestrado, São Paulo: UNINOVE, 2010.
- MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 160p.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 246p.
- O. V. FERREIRA, Marcia. *Somos todos trabalhadores em educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas* / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., reimpressão. — São Paulo : Contexto, 2008.

PUC-SP : *65 anos de história, tradição e vanguardismo, 1946-2011* / Odilo Pedro Scherer... et al. — São Paulo : EDUC, 2011.

RÊSES, Orlando da Silva. *Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica do Rio de Janeiro*. In Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *ANDES: representação política e sindical de professores universitários*. Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1995, pp. 72-80.

SAMARA, Eni de Mesquita. *História & Documento e metodologia de pesquisa* / Eni de Mesquita Smara e Ismênia Silveira Truzzi Tupy. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Éder Fernando. *O ensino superior no Brasil e os Acordos MEC-USAID: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a natureza e especificidade da educação*. Em aberto, Brasília, nº. 22. jul./ago. 1984.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do “longo século XX” brasileiro*. In O legado educacional do século XX no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Robson Santos Camara. *O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato*. Tese de doutorado. UnB, Universidade de Brasília, 2013.

TARDIF, M. *Saberes Docentes e Formação Docente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VELLOSO, J., 1987, *Política Educacional e Recursos para o Ensino: o salário-educação e a Universidade Federal*, *Cadernos de Pesquisa*, nº 61, maio, pp. 3-29.

## **Sites consultados**

<http://www.pucsp.br/linha-do-tempo>

<http://www.apropucsp.org.br/hist%C3%B3ria-estatuto-e-acordos-internos>

[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf).

<http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>

[http://www.pucsp.br/fundasp/a\\_fundacao/historico.html](http://www.pucsp.br/fundasp/a_fundacao/historico.html)

## **Anexo I**

### **Transcrição de entrevistas**

---

***Entrevistado: Prof. Erson Martins de Oliveira. Um dos fundadores da APROPUC, atua na direção da entidade ainda nos dias de hoje. Possui doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2003). Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária. Atuando principalmente nos seguintes temas: realismo.***

Emerson: Qual seu nome a cidade onde nasceu? Onde trabalhou?

Erson: Meu nome é Erson Martins de Oliveira. Trabalhei aqui na PUC por trinta e dois anos e a (...) então eu participei praticamente de um período de (...) de muita riqueza política aqui na PUC que foi o momento em que iniciou o momento da chamada democratização do país e a PUC tem uma participação nesse momento né (...) da chamada democratização. Inclusive eu estava aqui também nesse período quando o Erasmo Dias invadiu a universidade e(...) e também peguei a fase de declínio né (...)

Emerson: Em setenta e sete? O Erasmo Dias invadiu?

Erson: Em setenta e sete (...) então é isso quanto a minha biografia a essência dela é essa.

Emerson: Vou fazer alguns apontamentos da época da formação da PUC. O senhor participou do movimento estudantil. Quais eram as principais bandeiras do movimento estudantil no seu tempo?

Erson: Eu participei na época que existia primeira a chamada corrente Frente (...) Frente Socialista (...) Frente Socialista que é da USP depois se transformou Liberdade e Luta (...) Liberdade e Luta foi uma corrente que esteve vinculada ao que hoje é uma corrente chamada O Trabalho que está dentro do PT (...) chamava Liberdade e Luta e nesse momento a questão fundamental eram as liberdades democráticas que havia a ditadura militar e os centros acadêmicos foram abolidos e viraram diretórios acadêmicos então havia nesse período de 76, 77, 78, toda uma campanha por reconstituir os centros acadêmicos (...) e era uma campanha nacional que se fazia para varrer os diretórios acadêmicos e era a ação da ditadura as leis da ditadura (...) e criar os centros acadêmicos (...) então isso foi muito importante na Liberdade e Luta (...) a imprensa fazia uma chacota né (...) chamava Libelu (...) que era a maneira de desprezar (...) mas Liberdade e Luta foi um movimento muito significativo não é (...) que estava ligado a corrente trotskista que se reivindicava do trotskismo na época não é (...) e a outra...essa era uma linha de ação (...) a outra linha de ação era reconstruir a UNE não é (...) fazia parte a UNE e os aluninhos de base que eram os Centros Acadêmicos e esse movimento nas universidades de certa maneira ele estava ligado com o que já estava passando no movimento operário que era também recuperar os sindicatos dos interventores (...) então o movimento estudantil nesse período ele foi muito importante nas juntas democráticas né (...) de colocar abaixo a ditadura militar (...) tanto é que Liberdade e Luta que era a corrente que eu participava foi a primeira corrente a levantar a bandeira fora ditadura militar abaixo a ditadura militar (...) eu me lembra que na época tinha outras correntes tinha a Caminhando que era mais ligado ao PC do B né (...) havia o Refazendo que era mais ligado ao pessoal que

vinha da AP da Ação Popular e o Liberdade e Luta eram as três correntes mais fortes nacionais (...) e a bandeira de abaixo a ditadura militar foi gritado aqui na frente do Tuca (...) e o pessoal que era do PC do B que era o Caminhando (...) olha vocês não podem falar aqui porque vocês vem com essa bandeira do abaixo a ditadura militar né (...) aqui nós estamos pela democratização (...) aí nós falamos não (...) nós vamos falar sobre a democratização também e tal né (...) aí fizemos um acordo com eles e eles falaram então vai falar um (...) aí inclusive esse orador que foi o professor Futi hoje ele é coordenador de pós graduação não sei o que ele é da Unicamp né (...) então ele foi lá orientado falou óh (...) abaixo a ditadura militar (...) aí ele subiu aqui na frente do Tuca né (...) Tuca estava cheio lotado sabe de estudante aquela plenária enorme assim...ele subiu (...) e bá e bá e bá e terminou (...) abaixo a ditadura militar (...) e pá (...) aí o bandeira pegou aí nenhuma corrente mais conseguiu nenhuma deixou falar (...) aí a ditadura estava já em declínio mesmo.

Emerson: Isso foi mais ou menos quando?

Erson: Ah não lembro sou meio ruim de data (...) você vai ter que pesquisar.

Emerson: Aproximadamente foi entre 77 e 78 não é?

Erson: É por aí (...) nessa data aí (...) mas é bom você investigar o ato do Tuca. Só procurar quando foi o ato do Tuca que você vai saber. Tem um jornal que chama Porandubas acho que você vai ver alguma coisa.

Emerson: Inclusive o senhor citou o Porandubas interessante eu cheguei dar uma olhada antes a APROPUC foi fundada em 1976 não é?

Erson: É.

Emerson: Antes ela tinha dentro do jornal Porandubas. O jornal Porandubas era da PUC não é?

Erson: Era da Puc era jornal oficial.

Emerson: E a associação ela consegue mesmo assim fazer as suas reivindicações dentro do jornal da própria PUC não tinha nenhum problema assim na questão da gestão assim? Por que o jornal era da PUC não é? Não era propriamente da associação não é?

Erson: É que o Porandubas ele apareceu como jornal da instituição mas ele tinha aquela feição meio democrática que expressasse todas as opiniões né (...) porque era o reflexo de um clima que estava no país onde precisava respirar a liberdade então tinha essas contradições não é (...) de ser oficial mas ao mesmo tempo expressar um certo início de movimento interno.

Emerson: Minha pergunta foi exatamente porque tem uma edição de quando começa o Debate Apropuc não é (...) que é até numa edição do Porandubas tem um edital que a Apropuc coloca dizendo assim agora nós somos independentes não fazemos mais parte do jornal da PUC, agora nós somos independentes. Deixa entender que ouve uma cisão (...)

Erson: Não (...) não é que há cisão é que as forças internas aqui o pessoal docente como não tinha o canal se utilizava do Porandubas entendeu (...) como não havia outro...conforme foi criando um movimento mais articulado internamente como expressão da vida política lá fora

né porque o que acontecia na PUC era um reflexo do que estava acontecendo em geral no país com o declínio da ditadura né (...) então aí o núcleo de professores inclusive estava o Mercadante nessa época (...) o Mercadante é dessa época não sei se você pesquisou aí (...)

Emerson: Sim eu cheguei achar, sim a professora Regina estava comentando ela estava meia brava com ele....

Erson: É então (...) por exemplo até hoje está aqui dentro da PUC o professor Sergio Luna seria bom você entrevistar ele porque ele estava bem na frente da articulação e você pode ver também com a Priscila...a Priscila também é dessa época (...) o Sérgio Luna se você conseguir uma entrevista com ele, ele é uma boa pessoa certamente acho que ele vai te atender (...) ele foi um dos articuladores e como o Sérgio Luna tinha uma certa relação institucional né (...) porque eu já não eu era mais da Esquerda né (...) a Priscila também ela vinha da Convergência Socialista que virou PSTU (...) não sei se você conhece a Priscila, ela foi diretora aqui todo esse tempo aqui...então vai surgindo a idéia de que era preciso ter uma organização própria dos professores aqui que seria uma associação porque o sindicato é um sindicato extremamente fechado pelegos etc...e também estava ocorrendo em todo país a idéia de criar organizações independentes assim como os centros acadêmicos tinham se reconstituído né...assim como a UNE tinha que ser reconstituída tinha que se reconstituir o movimento nacional dos docentes (...) você vai ver que vai surgir o ANDES também certo (...) e a APROPUC então vai nascer como parte desse movimento não foi um movimento isolado pequeno aqui (...) não ele foi parte desse movimento.

Emerson: Criação do ANDES né?

Erson: Do ANDES sim a Apropuc teve reuniões aqui particulares para construir o ANDES teve aqui mesmo na universidade nesse período.

Emerson: E a Apropuc então dentro desse movimento ela se fortaleceu dessa maneira?

Erson: Se fortaleceu dessa maneira até que convocamos uma reunião com o pessoal mais antigo e chegamos a conclusão...tem o professor Alipio também foi muito importante (...) professor Alípio foi da primeira diretoria também né (...) o Sérgio Luna acho que foi o primeiro presidente da Apropuc se não me falha a memória (...) na sua pesquisa você achou isso aí?

Emerson: Ainda não estava até perguntando para a Lenilda agora se existe a ata né de fundação?

Erson: Ah então (...) essa é uma parte da história que a própria Apropuc não fez vocês estão fazendo (...) O Sérgio Luna é tua fonte você vai procurar ele e se você sentar com ele (...) ele tem uma memória boa e ele vai te orientar bem nisso aí (...)

Emerson: Podemos considerar que a APROPUC foi consolidada politicamente entre 1976 e 1985?

Erson: Assim que ela surgiu que houve a assembléia que a gente aprovou a ideia de uma fundação da associação me parece que houve uma direção provisória que depois se fez a eleição (...) eu se não me engano eu não participei na primeira diretoria direto mas eu participava do conselho dela (...) o pessoal do conselho eu era da linha de frente...eu era um

dos principais (...) acho que na segunda diretoria depois que eu comecei a participar né...mas a Apropuc ela tem uma particularidade que eu falei para você de expressar um movimento mais geral da democratização do país porque (...) porque ela confundiu um pouco com a história da própria PUC (...) porque a PUC acabou sendo a universidade que sediou um encontro para reconstituir a UNE e por isso foi a universidade que sofreu a intervenção do Erasmo Dias foi uma violência danada né (...) então a PUC se transformou num pontal nacional de todas as faculdades era um baluarte né...era uma escola particular etc etc (...) então ela se destacou com uma importância assim incrível era de um lado a USP que o movimento estudantil reanimou e começou a ter greves do movimento estudantil na época (...) a greve na FAO nessa época né (...) e eram todas reivindicações políticas que se fazia contra a intervenção militar e a PUC das particulares é aquela que apareceu porque (...) porque tinha uma ala da igreja que era a ala do Dom Evaristo Arns não é (...) que se engajou para a democratização (...) então se a igreja apoio a ditadura militar o golpe militar de 64 depois uma ou outra ala dela vai recuperar o espaço perdido pela direita da igreja (...) e a PUC é praticamente um instrumento (...) então você imagina com essa ação da igreja a universidade virou um burburinho virou uma vida política (...) tinha uma vida política aqui intensa...hoje a PUC é uma escola morta né...mas na época era todas assembleias eram reuniões e era assembleia estudantil era reunião de coisa e vinha gente de fora e eram palestras (...) todas as coisas políticas concentravam na PUC (...) então a APROPUC ela nasceu nesse caldeirão nesse bojo.

Emerson: Fica evidente pelo que o senhor apontou que a APROPUC não surge meramente como uma associação que busca reivindicações trabalhistas, melhores condições de trabalho e salário não é? Podemos dizer que ela surge mais pelas questões da redemocratização?

Erson: A Apropuc foi bem assim. Depois que ela vai assumir esse caráter sindical (...) inicialmente não (...) ela era muito mais uma expressão política dessa maneira do que uma organização sindical não é...tanto é que Sérgio Luna, Alípio né eles sempre (...) principalmente o Alípio ele tinha muita ligação com a instituição (...) eles eram da APROPUC mas eram muito ligados a instituição (...) diferente da minha militância na Apropuc da Priscila que era uma militância da Esquerda que passava por outro caminho (...) então a Apropuc na sua origem ela esteve vinculada a instituição né (...) a independência dela é um processo que vai se dar ali (...) então ela se confundia...a democratização da PUC trazia a chamada Apropuc tanto é que ela vai ser importante na discussão de mudar o estatuto da PUC e ser a primeira universidade para intervenção para reitor (...) a Apropuc jogou um papel de motivar de mobilizar para que houvesse eleição para reitor na universidade brasileira para você ter idéia e está ligado a Apropuc foi um movimento que a Apropuc fez (...) tanto é que foi aprovado um estatuto a Apropuc se meteu inclusive junto com as forças (sic) né (...) de modificar o estatuto fizeram um estatuto muito mais democrático vamos dizer assim sempre pondo aspas no democrático né (...) mas muito mais do que tinha o estatuto anterior que tinha a intervenção da fundação diretamente da igreja (...) então se pretendia um movimento aqui gera muito mais um movimento civil do que da igreja...olha aqui uma contradição (...) tanto é que essa contradição foi resolvida com a intervenção da igreja (...) se a igreja voltou a intervir voltou a controlar diretamente com a crise econômica com a crise financeira né (...) então ela veio entrou aqui falou aqui quem manda é nós e acabou (...) mas antes os setores ligados a igreja aqui eram mais liberais mais democratizantes (...) então a Apropuc ela vai ter também essa função política.

Emerson: O que o senhor pode dizer sobre a greve dos professores em 1979? Teve a campanha salarial em 1978 e a greve em 1979? Foi a primeira greve não é?

Erson: Então aí o que acontece (...) é foi a primeira greve (...) aí a Apropuc (...) essa função política que ela teve de democratização da universidade né (...) inclusive eu uso a palavra democratização tudo porque é o termo corrente aí certo (...) por isso que eu estou sempre falando democratizar entre aspas porque eu nunca achei que democratizou de fato (...) mas essa ideia de uma associação que tivesse uma função mais cultural mais política (...) de política universitária de política cultural de repente ela começa ver que ela exercia um papel sindical (...) então como o sindicato é um puta sindicato pelegão não fazia nada não fez nada até hoje (...) então o que acontece ela começa expressar os problemas salariais os problemas trabalhistas (...) então a Apropuc começa atuar no sentido de ter um contrato de trabalho (...) inclusive aqui a PUC conseguiu um contrato de trabalho que era um contrato excepcional que era contrato por tempo (...) você tinha (...) então você tinha tempo integral que era 40 horas depois você tinha 30, 20, 10 (...) não tinha acabou com professor hora aula (...) essa foi umas das conquistas aqui que nenhuma universidade...que universidade que tem que não é professor hora aula (...)isso foi uma conquista da Apropuc não é (...) e é claro que havia uma certa (...) como o reitor passou a ser eleito então começou a ter uma pressão da base sobre o reitor então foram cedendo (...) mas como é uma escola (...) como a PUC era subsidiada pelo governo né...havia um subsídio do governo né (...) enquanto o governo subsidiava era possível avançar nas condições de trabalho...no momento que o governo cortou tudo isso daí e ela teve que viver das mensalidades dos alunos teve que suspender mensalidade e começou a retroceder as conquistas tanto é que hoje está desintegrado...era nesse contexto (...) a PUC era super subsidiada pelo governo...pois ela podia manter esse papel aí distinto das outras faculdades mercantilistas tanto é que nós falávamos não a PUC não é uma universidade mercantilista e pá pá pá (...) a mensalidade era baixa dos alunos né (...) porque ela estava naquela ideia da escola que era tipo pública...era privada e pública ao mesmo tempo (...) era privada porque tinha uma fundação etc (...) mas era pública e o estudante pagava pouco tinha essa ideia até existia uma tese aqui de transformar ela de direito público né...continuava privada sobre controle da igreja da fundação mas ela seria pública quer dizer passava o governo a pagar as mensalidades todos né (...) tornava pública até rolou essa tese né (...) chegou a ter quando a crise aprofundou a Apropuc liderou um movimento pela estatização da PUC (...) foi liderado pela Apropuc em assembléia e tudo e houve votação houve um plebiscito (...) esse plebiscito depois seria bom você localizar a época foi a Apropuc que liderou isso daí né (...) nós chegamos até reunir com o professor Nader que era da Unesp (...) e na época a Unesp tinha interesse de estadualizar a PUC (...) então chegou até ser votado a estadualização da PUC para você ter ideia né (...) como se criou um movimento democrático aqui nesse sentido né (...) de uma escola pública teve um movimento muito forte aqui de como transformar a PUC em uma escola pública (...) nossa ala ala mais conseqüente da luta pelo ensino público sempre falava né (...) essa é uma escola que tem uma contradição tem determinados tipos de funcionamento que não é possível de ser conservado dentro de uma escola privada...porque a escola privada tem que ser empresarial não tem jeito a PUC era uma ilha dentro das escolas particulares tudo isso foi um debate dentro de um período interessante para sua pesquisa.

Emerson: A aderência dos professores na fundação da Apropuc foi grande? Foram professores de todas as áreas?

Erson: Foi grande (...) foi grande (...) ela tinha de todas as áreas viu foi muito boa a aderência inclusive as assembléias da Apropuc eram assembléias que reuniam 300 professores 250 professores eram assembléias massivas tinham assembléias massivas né (...) inclusive acabaram influenciando até sobre maneira instrutiva né nesse período (...) então houve uma adesão bastante grande tinha muito sócio hoje parece que foi caindo foi caindo eu não tenho os dados estatísticos (...) parece que houve um declínio.

Emerson: Esse declínio o senhor tem uma hipótese? Esse declínio ele parte após...

Erson: Não o declínio é devido justamente essa contradição que a Apropuc ela reflete muito essa contradição que é assim como escola particular ou ela avançava no sentido da escola pública ou ela retrocederia as formas mercantis mais atrasadas e ela então passou a (...) porque os professores na realidade o quadro docente tem mentalidade mercantil (...) os professores das escolas particulares tem a mentalidade da escola particular eles não defendem a escola pública (...) então em certo momento o movimento estudantil é que deu toda a pressão para a defesa da escola pública foi o movimento estudantil (...) arrastava mais ou menos os professores (...) e até se admitia que fosse assim mas até que chegou o impasse quando se disse olha não tem jeito de estatizar tal tal tal (...) então a partir daí esse assunto encerrou depois que houve esse plebiscito aí a igreja falou eu não vou entregar para ninguém a escola é minha eu sou o proprietário e acabou e o movimento então se esgotou nele mesmo a partir disso a contradição se manifestou (...) aí começou um processo de regressão você vai ver um período aí da demissão quando houve a crise mesmo que demitiram mais de 500 professores e funcionários esse é um tópico da história que é importante aí você tem que pegar os editoriais da Apropuc né (...) o jornal desse período né...então a Apropuc ela passou a defender posições que se chocam com a certa indisposição do professor universitário de assumir posições sindicais claras (...) então há um certo individualismo do professor universitário (...) então ele teria que vir a assembleia ele teria que coletivizar ele teria que se submeter a democracia de uma assembleia ele teria que partir para a greve ele teria que fazer os enfrentamentos (...) mas esse professor da aula não sei aonde da não sei que lá tal certo (...) ele está vinculado aqui a seu departamento ele segue mais o departamento do que a força de uma associação né (...) então esse professor a Apropuc não conseguia mais refletir né (...) dada a contundência você imagina demitindo professores a Apropuc não conseguiu paralisar a universidade para você ter uma ideia quando antes ela paralisava a universidade pelo salário por isso por aquilo (...) quando vieram as demissões a ideia era que não tem jeito tem que demitir mesmo né certo (...) porque todo mundo quer livrar sua pele então a Apropuc ficou isolada de sua própria base dos próprios professores né (...) essa é uma contradição que a associação vive (...) agora politicamente ela não cedeu né (...) tem que aceitar as condições da fundação tudo (...) a Apropuc não (...) nós não aceitamos (...) claro ela teve inclusive houve retrocessos trabalhistas aqui e a Apropuc não conseguiu fazer nada porque os professores não se mobilizavam convocava a assembleia chamava o pessoal para organizar tudo e o pessoal não estava mais disposto aquela mobilização (...) então por isso que a Apropuc tem dois grandes períodos o período do seu nascimento e auge do problema da democratização da reconstrução das lutas sindicais etc e o momento quando começa o declínio quando a PUC está voltando a sua mercantilização (...) momentos bem distintos.

Emerson: Quais eram as principais tendências políticas que atuavam no interior da associação na fundação?

Erson: É que aqui na Apropuc é assim...o que existia era a militância mais individualizada do que propriamente uma organização (...) eu participei num certo momento do Liberdade e Luta eu participei da fundação do Jornal O Trabalho depois eu participei da fundação da Causa Operária e hoje sou do POR (...) então aqui na universidade tinha vários contatos professores que compartilhavam com as idéias revolucionárias tudo mas eram mais simpatizantes que compravam jornal etc (...) não se dispunham a se organizar e a mesma coisa acontecia com o pessoal do PSTU por exemplo que era Convergência Socialista que tinha a Priscila que era Convergência Socialista que também os professores universitários era muito difícil fazer essa

organização (...) então quem de fato mais dava o tom político a Apropuc era esse setor ligado aos intelectuais da PUC que foram ex militantes da Ação Popular por exemplo a Téia já faleceu (Maria Tereza não sei o que) faleceu ela foi assim uma pessoa de grande importância infelizmente ela faleceu muito cedo porque ela veio da Ação Popular (...) então não havia uma corrente política hegemônica havia militantes e esse quadro de professores né (...) ou que foram ex militantes aí inclusive outros que foram ligados ao PCB que também já não estavam no PCB nem eram mais propriamente do PCB (...) então tinha que era da igreja (...) mas você tinha também as alas da igreja da teoria da libertação nesse momento era forte a teoria da libertação aqui (...) então eles participavam eles eram atuantes...então não tinha uma corrente nem trotskista nem stalinista nenhuma que fosse a direção da associação.

Emerson: Qual foi o posicionamento da Apropuc diante das crises enfrentadas pela PUC em relação a Fundação São Paulo?

Erson: Uma coisa importante a Apropuc sempre manteve a independência né inclusive o isolamento dela se deve a política de ela não ceder eu sempre falei isso na diretoria da Apropuc aqui é melhor se os professores quiserem extinguir a Apropuc que extinga mas a gente não venda a alma não (...) sempre na contramão da própria passividade porque criou uma passividade dos professores né (...) então a Apropuc intervém em todos os momentos contra a intervenção da fundação e sempre defendendo o ensino público (...) dizendo que tem (...) que se não defender o ensino público (...) se não defender o ensino público não tem saída (...) bateu sempre nessa tecla se nós não defendermos o ensino público vai mercantilizar inevitavelmente você pode verificar os editais da época isso era uma linha constante né...isso se choca como eu falei com a mentalidade mercantilista que o professor universitário tem (...) não falo só da PUC falo geral né (...) quem é que defende o ensino público verdadeiramente nas universidades (...) nem dentro da universidade pública né (...) os caras privatizam lá dentro lá dentro eles privatizam (...) então a Apropuc ela sempre se posicionou contra a qualquer retrocesso nos contratos de trabalho né (...) e chamava para organizar para fazer assembleias vinha poucas pessoas etc (...) continuava nessa linha né (...) então a Apropuc você pode ver isso nos documentos inclusive quando os estudantes ocupavam aqui a reitoria sempre quando houve ocupação da reitoria estudantil a Apropuc sempre apoiou embora nós achávamos que as vezes teve uma das ocupações a última ocupação foi uma que fizeram meio às escondidas ninguém sabia direito que ia ocupar foi um grupo pequeno ocupou a margem da massa estudantil mesmo assim né a posição da Apropuc foi de não condenar tinha que defender a reitoria tinha que atender as reivindicações dos estudantes etc (...) então acho que onde até foi minha gestão até quando estive aqui a Apropuc sempre se pautou por essa independência.

Emerson: Na sua opinião qual o papel que a Apropuc vem desempenhando na história dos trabalhadores em educação aqui em São Paulo propriamente?

Erson: Eu acho que talvez a Apropuc talvez tenha uma falha aqui que se explica em parte pelo próprio conservadorismo que eu falei dos professores né (...) que era de não atuar mais incisivamente no ANDES fazer parte do movimento nacional (...) tanto é que a Apropuc não é nem filiada até agora eu sempre achei que tinha que filiar ao ANDES né (...) mas eu sempre era a minoria aqui e como o ANDES (...) no começo eu participei de várias reuniões de fundação do ANDES que na época era uma articulação nacional quando estava começando a articulação que depois o ANDES era uma associação que se transformou em um sindicato nacional não é (...) tem duas fases o ANDES antes era uma associação (...) nessa primeira fase a Apropuc chegou a participar eu fui até num congresso que houve em Salvador que não me

lembro a data que foi o congresso de Salvador do ANDES onde a Apropuc estava integrada né (...) depois disso também houve uma certa burocratização da associação a associação foi também de certa maneira ficando uma associação mais de escola pública de certa maneira deixou a escola particular de lado também acho que teve esse lado também da política da direção da ANDES de não se esforçar para aglutinar os professores da escola particular nós fizemos a associação nacional mas das escolas federais praticamente né e das estaduais...então a Apropuc acabou não se associando até hoje não é associada ao ANDES uma coisa que deveria ter associado.

Emerson: As entidades sindicais dos trabalhadores em educação elas tiveram papel decisivo na fundação da CUT? Qual o balanço histórico dessa trajetória?

Erson: Até onde eu conheço a Apropuc não teve uma participação assim com relação a construção da CUT ela não foi parte integrante assim (...) ela acabou sendo quase que o movimento de uma associação muito ligada a PUC eu até falava nós temos que achar um jeito de sair dos muros da PUC a associação tem que ser né (...) mas claro não basta vontade política os próprios professores tinham que ter uma evolução política enquanto continuasse como uma casta de (...) uma classe média desligada do que se passa na vida real tratando de sua vida acadêmica ali então a associação praticamente ela ficava amarrada porque a vida política de um sindicato e tudo ela depende dos trabalhadores também né (...) não simplesmente da sua direção né (...) porque a Apropuc essa é exatamente a contradição porque ela tinha uma direção avançada para uma base extremamente conservadora que não aceitava não aceitou o caminho da sua direção ao contrário que as vezes acontece em outros lugares que tem uma base que é avançada que tem uma pelegada uma burocracia extremamente que amarra tudo (...) hoje a gente está vendo esse BPE que eles estão fazendo que não é uma política dos operários dos trabalhadores (...) então a Apropuc não teve essa importância não (...) diretamente né como parte do movimento social.

Emerson: Como se deu essa aproximação do movimento trotskista internacional? Quais são as grandes virtudes e marcos históricos e políticos e limitações nesse processo na Apropuc?

Erson: Não a Apropuc nunca teve uma influência trotskista tem uma minoria (...) o papel nosso aqui foi de lutar muito pela independência da associação tanto é que todos aqueles que tiveram na origem da Apropuc seguiram um caminho (...) depois que eles foram abandonando a direção e ficou a direção com o núcleo pequeno que tem posições avançadas como essa da independência que vinham de vários caminhos por exemplo até hoje (...) você pega a Bia a Bia vem lá da Ação Popular ela passou pelo O Trabalho (risos) e continua independente mas continuou com o classismo dela aquela visão sem se corromper como muitos se corromperam você vê a Priscila que veio da Convergência Socialista etc etc permaneceu né (...) depois vieram outros como tinha esse núcleo eu a Priscila a Bia né...que conservamos isso aí os outros independentes que iam chegando mas ou menos seguiam o caminho que a gente estabelecia...então na verdade não teve (...) se for a PUC.

Emerson: Agora a mesma pergunta. Mas agora fora da PUC. Como se deu essa aproximação do movimento trotskista internacional e o PT? Quais são as grandes virtudes e marcos históricos e políticos e limitações dentro do período histórico de 1976 a 1985?

Erson: Nesse período é um período que acabava de passar por uma grande derrota política que foi o movimento da guerrilha urbana da década de 1970 quer dizer essa derrota (...) quer dizer começou em 64 (...) os movimentos estudantis os movimentos sociais permaneceram (...) 68

houve a dureza da ditadura não é (...) vem aí o marco de endurecimento da ditadura e vem o movimento da luta armada (...) o movimento da luta armada que a gente chama de foquista foi o último respiro que se teve nesse período então a derrota aí foi total não é (...) quando em 76 começa reanimar o movimento (...) você vê que isso foi depois de praticamente a derrota final do movimento foi de 73 não é isso...três anos depois já estava começando a restabelecer né (...) começava reanimar o movimento social né (...) depois vamos para 78 depois você vai ver 79 e em 80 um período áureo um período bom de enfraquecimento da ditadura e a volta dos movimento (...) então a Esquerda de uma lado ela se dilacerou e de outro ela começou renascer e onde que começa ressurgir os grupos trotskista porque foi interrompido nesse processo né (...) porque o trotskismo vem da década de trinta e ele é interrompido na década de trinta quarenta ele não consegue se armar absolutamente nada na década de cinquenta que vem o posadismo que foi uma tentativa de reorganizar mas não havia nada de trotskismo no posadismo era só a máscara só o nome (...) então na verdade o trotskismo mesmo no Brasil ele não chegou a ser uma corrente política não chegou a história prova isso (...) bom nesse período de setenta começa nascer a Liga Comunista que vai ser depois a Convergência Socialista vai virar depois o PSTU né (...) começa surgir O Trabalho vai ser a fusão do grupo Primeiro de Maio (...) eu venho do grupo Primeiro de Maio né (...) da fração bolchevique do Rio Grande do Sul né (...) e o grupo Outubro que era um grupo pequenininho de intelectuais ligados lá na França aos franceses que vai formar o jornal O Trabalho (...) então nesse período aí o que se chama de trotskismo na verdade eram correntes que estavam dando seus primeiros passos mas eles tinham influências externa influência da Argentina no Brasil influência do morenismo ou influência européia que era influência da parte internacional que era do Pierre Lambert o próprio (sic) estava isolado nunca chegou ter essa influência então quando se fala qual a participação do trotskismo no PT é muito duvidoso nós do POR dizer que teve influência trotskista porque nós não qualificamos de trotskista nossa divergência é exatamente essa então se eu responder qual a influência do trotskismo eu falaria uma coisa equivocada então eu acho o que existiam era que essas correntes já expressavam suas origens centristas porque elas originaram sem programa o PSTU e a Convergência Socialista nunca teve programa até hoje o PSTU não tem programa (...) programa como revelação das leis históricas da revolução proletária no país não tem reivindicações isso todo mundo tem reivindicação não é programa né (...) o programa é toda uma conceituação toda uma explicação do processo da revolução é a defesa da revolução proletária né (...) e como essas correntes não tinham esse programa elas dispensaram uma posição de Esquerda dentro do PT e essa posição de Esquerda dentro do PT vai mostrar a suas fragilidades como por exemplo nunca entenderam que o Lula era um caudilho que ele como força eleitoral ele ia adaptar ao Estado profundamente isso nós já falávamos nessa época mas o PCO o PSTU estampavam nos seus jornais votem em Lula por um governo dos trabalhadores né (...) então eles estavam completamente equivocados (...) nós do POR falávamos não (...) nessa época nós rompemos com o PT (...) porque nós tínhamos o Causa Operária que fazia uma revisão do seu programa (...) realmente defendia um governo camponês depois virou governo dos trabalhadores tem uma diferença muito grande uma coisa e outra (...) trabalhador vai desde o camponês até classe média (...) operário é classe operária tem uma relação na produção...camponês é pequeno proprietário portanto ele tem uma visão de se tornar proprietário então classes sociais muito bem claras então essas correntes não tinham uma boa fundamentação por isso eles nunca defenderam um programa revolucionário dentro do PT nunca defenderam...defendiam uma posição mais a esquerda das tendências por exemplo com as coligações e tal (...) como vai coligar com o PMDB? Nós sabemos que são partidos burgueses...então a esquerda tinha esse papel de esquerdizar o PT mas não de defender um programa revolucionário (...) então eu acho que o trotskismo influenciou nada no PT não existia esse trotskismo.

## **Anexo II**

### ***Arquivo da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (APROPUC-SP)***

---

#### **a) Jornais impressos**

Debate Apropuc, especial greve de 1985. 08 p.  
Debate Apropuc nº 1, maio de 1978, 08 p.  
Debate Apropuc nº 2, fevereiro de 1979, 08 p.  
Debate Apropuc nº 3, maio de 1979, 08 p.  
Debate Apropuc nº 4, setembro de 1979, 08 p.  
Debate Apropuc nº 4, dezembro de 1980, 08 p.  
Debate Apropuc nº 5, maio de 1980, 08 p.  
Debate Apropuc nº 7, maio de 1981, 08 p.  
Debate Apropuc nº 8, setembro de 1981, 08 p.  
Debate Apropuc nº 9, abril 1982, 08 p.  
Debate Apropuc nº 10, junho 1982, 08 p.  
Debate Apropuc nº 11, março 1983, 08 p.  
Debate Apropuc nº 12, maio 1983, 08 p.  
Debate Apropuc nº 13, junho de 1983, 08 p.  
Debate Apropuc nº 14, junho de 1985, 08 p.  
Porandubas - nº 5, setembro de 1977 12 p.  
Porandubas - nº 6, outubro de 1977 12, p.  
Porandubas - nº 13, agosto de 1978 12, p.  
Porandubas - Ano II - outubro de 1978 foto 19, 12 p.  
Porandubas - Ano II - novembro de 1978, 12 p.  
Porandubas - ano III Agosto de 1979 12 p.  
Porandubas - ano III Setembro de 1979 13 p.  
Porandubas - ano III Novembro 1979 12 p.  
Porandubas - ano III Dezembro 1979 12 p.  
Porandubas - III, maio 1979 - especial greve dos professores PUC 12 p.  
Porandubas - ano IV Abril 1980 13 p.

#### **b) Atas – fontes manuscritas**

Livro de Atas das Assembleias Gerais da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (APROPUC-SP) de 1976 a 1979.

FILHO LAURINDO LEAL SN 2579

filho de Laurindo Leal e Ida Kauffmann  
nascido em 23.04.45, natural de Santos/  
SP, residente rua Grauna 419, apto 27,/  
SP

Em 05.08.76 - através do PB 157-2/IV COMAR, o Cmdo do  
IV Zona Aérea, solicita informações do nominado que é  
sócio do jornal "MOVIMENTO", editado pela Editora de/  
Livros, jornais e Revista.

Pasta Ministério da Aeronautica 03-A doc. 06

Em 02.09.76 - através do Informe da Divisão de Infor-  
mações comunica: "Consta que o nominado concorreu a /  
diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais/  
de São Paulo em eleição realizada em 01 a 03.04.75. /  
Concorreu pela Chapa VERDE, constituída por adptos e/  
simpatizantes da esquerda, e a referida chapa tam a..  
segue versos.

Ref.rec. do jornal Folha de S.Paulo, intitulado: "PREFEITURA DE SÃO  
PAULO TROCA QUATRO SECRETÁRIOS", onde consta que a prefeita Luiza En-  
dina anunciou ontem a substituição de quatro secretários que vão con-  
correr a eleição para a Câmara Municipal. Além destas substituições,  
que já eram esperadas, a prefeita também anunciou o nome do nominado  
como SECRETÁRIO DE ESPORTES. (17-D-13-11.598).

-Referente ao recorte de jornal "DIÁRIO POPULAR", intitulado :  
"ERUNDINA EMPOSSA HOJE NOVA EQUIPE DE GOVÊRNO", onde consta que :  
Na secretaria Municipal de Esportes Recreação e Laser, será efetiva-  
do o jornalista ( O nominado ) que vinha respondendo interinamente  
pela secretaria desde fevereiro do ano passado, quando então o secre-  
tário, o verador Juarez Soares, reassumiu suas funções na câmara Munic-  
cipal. (17-D-13-11.624).

Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS. Pasta op – 1389. Ficha do professor Laurindo Leal Filho e do professor Sérgio Luna, 1976.

OLIVEIRA , Erson Martins de

(Básico/Arte)-Secretário da Associação dos Professores da PUC.

Julho/85-Ref. a panfleto contendo a composição da diretoria da Chapa "APROPUC e a Luta Continua", que concorrerá nas eleições nos dias 24 e 25/6/85 sendo que o nominado é o 1º secretário da chapa. (13-E-0-559)

10.04.86-Ref. ao recorte do O Estado de S. Paulo, intitulado: "Funcionários da PUC não aceitam reajuste. Um dia de paralisação"; onde consta que o nominado destacou que a categoria não aceita "o raciocínio do pacote econômico de que o que importa agora é a inflação zero, sem a preocupação com o índice inflacionário anterior". (17-D-13-5855)

LUNA

SÉRGIO VASCONCELOS

sem dados qualificativos

É nominado como presidente da APROPUC - SP (Associação dos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,) , foi um dos signatários da carta enviada ao Sr. Ministro da Educação lamentando a "escalada de violência contra a Universidade".-. A carta refere-se ao movimento estudantil que estava proibida, realizada na USP em 21.09.77 e na PUC em 22.09.77

Pasta Estudantes nº 3 doc. 136

OLIVEIRA , Erson Martins de

(Básico/Arte)-Secretário da Associação dos Professores da PUC.

Julho/85-Ref. a panfleto contendo a composição da diretoria da Chapa "APROPUC e a Luta Continua", que concorrerá nas eleições nos dias 24 e 25/6/85 sendo que o nominado é o 1º secretário da chapa. (13-E-0-559)

10.04.86-Ref. ao recorte do O Estado de S. Paulo, intitulado: "Funcionários da PUC não aceitam reajuste. Um dia de paralisação"; onde consta que o nominado destacou que a categoria não aceita "o raciocínio do pacote econômico de que o que importa agora é a inflação zero, sem a preocupação com o índice inflacionário anterior". (17-D-13-5855)

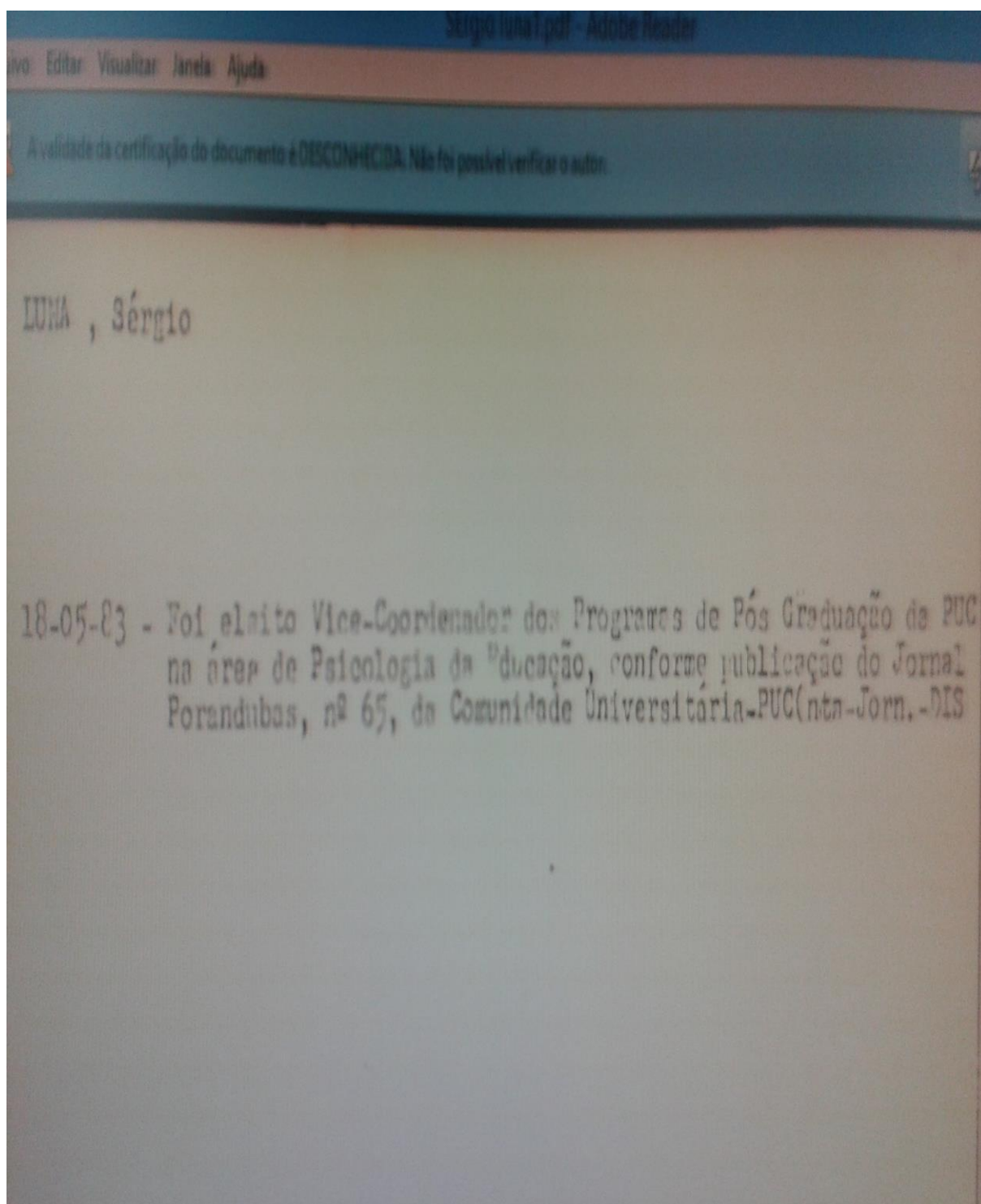
LUNA

SÉRGIO VASCONCELOS

sem dados qualificativos

É nominado como presidente da APROPUC - SP (Associação dos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,) , foi um dos signatários da carta enviada ao Sr. Ministro da Educação lamentando a "escalada de violência contra a Universidade".-. A carta refere-se ao movimento estudantil que estava proibida, realizada na USP em 21.09.77 e na PUC em 22.09.77

Pasta Estudantes nº 3 doc. 136



Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP. Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS. Pasta op – 1389. Ficha dos professores Erson Martins Oliveira e Sérgio Luna, 1983.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA  
COMANDO GERAL DO AR  
IV COMANDO AEREO REGIONAL  
QUARTEL GENERAL  
ESTADO-MAIOR - 2a. Seção

São Paulo, 12 FEV 79

AO ARQUIVO GERAL - OP - OS

São Paulo, 20 de fevereiro de 1979

O DIRETOR DO DEOPS.

1. ASSUNTO. . . . . ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PUC/SP
2. ORIGEM. . . . . CISA RJ (PB nº 072, de 29 JAN 79)
3. DIFUSÃO. . . . . II EX-ASP/SNI-DPF/SP-DEOPS/SP-PMESP.
4. DIFUSÃO ANTERIOR. . . . . X X X
5. REFERÊNCIA. . . . . Informação nº 1690/DEOPS/SP, de 20 NOV 78

PEDIDO DE BUSCA Nº 005/812/115 COMANDO MAIOR

A I - DADOS CONHECIDOS

1- Em 08, 09 e 10 NOV-78, a APROPUC/SP elegeu sua administração:

Presidente	X LAURINDO LEAL FILHO
Vice-Presidente	X SILVIA TATIANA MAURER
1º Secretário	X ROXANE HELENA RODRIGUES ROJO
2º Secretário	X PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS
1º Tesoureiro	X FERNANDO NOBRE CORTESE
2º Tesoureiro	X GLEISA MORENO MAFFEI ROSA
Suplentes	X RINALDO SERGIO VIEIRA ARRUDA
	X JOÃO BATISTA MAZZIEIRO
	X VERA LUCIA VIEIRA

2- A chapa eleita está vinculada aos objetivos do PCB. Seu presidente, LAURINDO LEAL FILHO registra, no CISA, militância no PCB. Possuem ainda registros no CISA: FERNANDO NOBRE CORTESE e RINALDO SERGIO VIEIRA ARRUDA.

II - DADOS SOLICITADOS

- 1- Dados de qualificação e antecedentes dos nominados.
- 2- Outros dados julgados úteis.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DES-  
TE DOCUMENTO (Art. 12 - Dec. nº  
79.099/77 - Regulamento para Salvaguarda  
de Assuntos Sigilosos).

Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP. Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS. Pasta op – 1389, de 12 de fevereiro de 1979, onde toda a diretoria da Apropuc e principalmente seu presidente Laurindo Leal Filho são vigiados pelo regime ditatorial brasileiro.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL — DOPS  
SÃO PAULO

SG-ESP-1389  
N.º 10.000.000  
Eleições APROPUC

Sub-Chefia: DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA - DOPS -

DATA: 13/11/80	INVESTIGAÇÕES N.º 826	RELATÓRIO FEITO POR Investigadora Estagiária
ASSUNTO: Observação junto ao campus da PUC- Eleição da APROPUC		DIRIGIDO Ao Delegado Ti- tular da Divisão de Ordem Polí- tica - Dr. Silvio Pereira Macha- do.

anotado  
D.O.P. 24-281  
Ruf

Cumprindo determinações de V.S. de realia-  
zar observações na PUC, à respeito da movimentação no local nos dias 06  
e 11, 12, 13/11, venho informar o que apurei.

No debate realizado no dia 06/11 com os  
candidatos a nova Diretoria da APROPUC e todos os docentes da Universi-  
dade, foram debatidos os seguintes pontos: a autonomia e democratiza-  
ção da Universidade, mais verbas para a Educação, Melhores salários e  
condição de trabalho; também discutiram as atuações da antiga Diretoria  
da APROPUC.

Quanto à votação e eleição da nova Dire-  
toria da APROPUC, não houve problemas, pois, havia apenas uma chapa:  
CHAPA 1, e essa chapa é uma continuação da que estava na antiga Direto-  
ria. A única mudança feita, foi em relação aos componentes da nova cha-  
pa. São pessoas novas, de uma chapa nova, mas que foram indicadas pelos  
próprios membros da antiga Diretoria. E isso se deu, justamente, porque  
a CHAPA 1 tem os mesmos princípios e objetivos da antiga Diretoria.

A presença dos professores às urnas, foi  
uma prova de apoio a atual política da Universidade, pois como só  
havia uma chapa, esta já estava eleita.

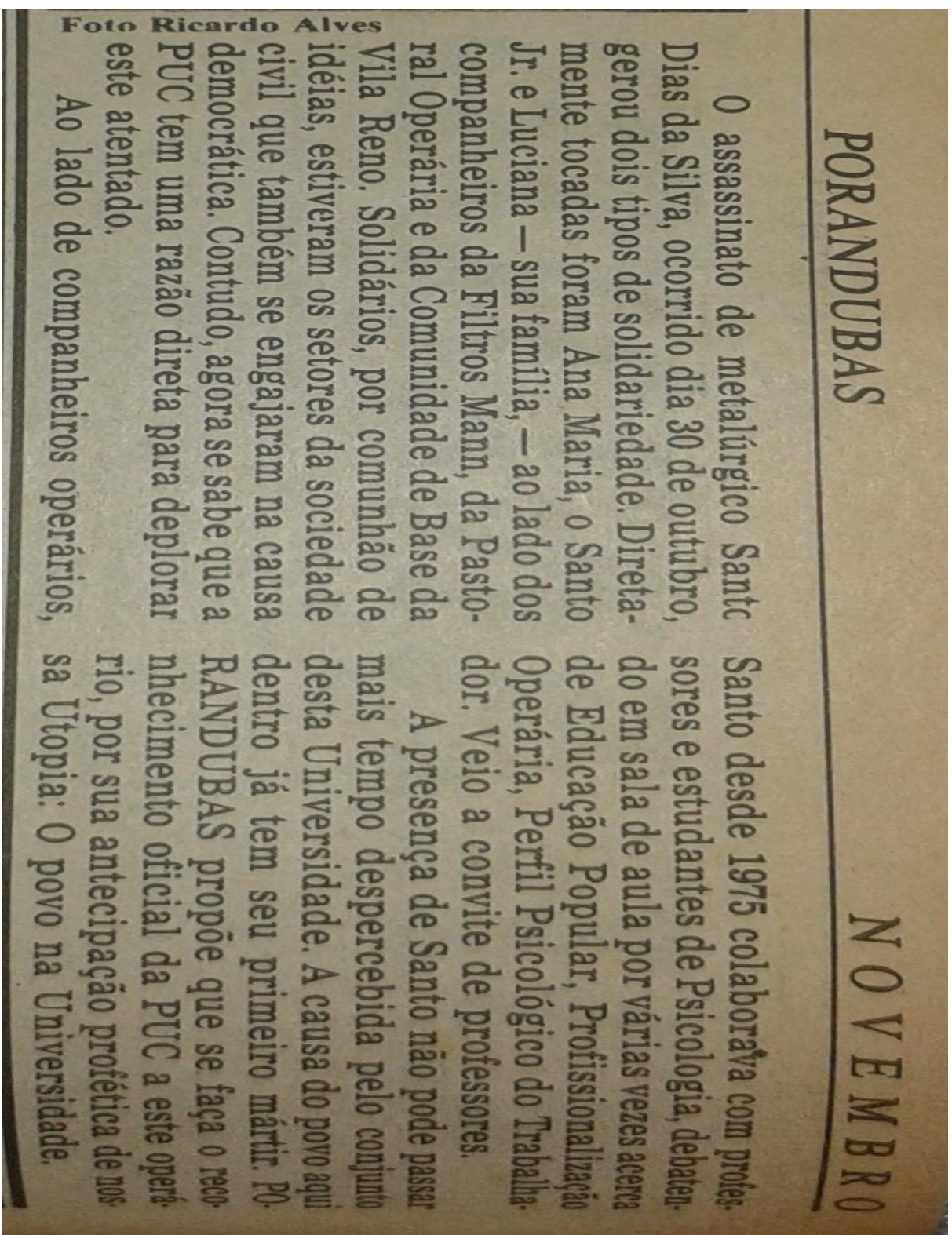
CHAPA 1

PRESIDENTE: Aloisio Mercante Oliveira (Depto de Economia e Ciência Social)  
VICE-PRESIDENTE: Teresa Maria A. Pires Serio (Depto de Métodos e Tec-  
nicas).  
SECRETÁRIO: Maria da Graça Marchina (Depto de Psicologia Social)  
SECRETÁRIO: Maria Eliza Mazzilli Pereira (Depto de métodos e Tecni-  
cas)  
TESOUREIRO: Marcio Percival Alvez Pinto (Depto de Economia)  
TESOUREIRO: Maria Amália Pie Abib Andery (Depto de Métodos e Tecni-  
cas)

"A entidade será democrática, trabalhando  
em conjunto todos os professores e lutando por uma sociedade democrá-  
tica, justa e igualitária.", são palavras que compõe a carta programa,  
que segue anexo.

Era o que tinha a informar.

Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP. Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS. Pasta op – 1389, de 13 de novembro de 1980, onde toda a diretoria da Apropuc e principalmente seu presidente Laurindo Leal Filho são vigiados pelo regime ditatorial brasileiro.



Porandubas - ano III Novembro 1979 p. 02.  
Assassinado do metalúrgico Santo Dias da Silva.

## **1977: os estudantes v**

O ano de 1977 foi marcado pelo reaparecimento, nas ruas, do movimento estudantil e pela truculenta repressão que se abateu sobre ele, culminando com os acontecimentos de 22 de setembro, com a invasão da PUC. Já no início de 77, o Centro de Física e Matemática da USP foi invadido durante a madrugada e teve suas instalações depredadas e nas paredes pichada a sigla do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Outra invasão já havia ocorrido em maio de 1976 na Faculdade de Economia da USP, quando as urnas contendo os votos do primeiro dia de votação para o DCE-livre da USP foram roubadas. Tais fatos nunca foram devidamente esclarecidos.

No dia 30 de março, tropas policiais ocuparam o Largo do Arouche para impedir uma concentração de estudantes, que se realizaria em frente à Secretaria da Educação, para reivindicar maiores verbas para o setor. Dezenas de estudantes foram detidos e encaminhados ao DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), onde foram interrogados e fichados. Nesse mesmo dia, uma passeata com cerca de 5.000 estudantes dirigiu-se para o Largo de Pinheiros, onde foi lida uma carta-aberta à população.

**“HOJE, CONSENTE QUEM CALA”**

Debate Apropuc nº 4, setembro de 1979, p. 4. Invasão da PUC/SP pela polícia militar sob comando de Erasmo Dias.

idade Católica de São Paulo -  
APROPUCSP - em nome de  
todos os professores da Uni-

maio, à todas as unidades da  
Universidade a primeira  
conclusão do seu trabalho.

## EDITORIAL

Este não é mais um jornal da Universidade ou sobre a Universidade. De fato, ela possui seus próprios canais de comunicações e nós não pretendemos substituí-los. Nosso objetivo é marcar esta publicação como o instrumento da APROPUC para divulgação de suas atividades, preocupações, análises e propostas de soluções.

Sua criação responde a uma dupla necessidade. Em primeiro lugar, salda o compromisso assumido pelo Conselho Diretor em seu programa de trabalho. Em segundo lugar, e sem dúvida alguma pelas mesmas razões que nos levaram a propô-lo em nosso programa, este jornal representa uma das formas mais imediatas de que dispomos de atingir a maioria dos objetivos desta Associação. Ao endossar o estatuto da APROPUC comprometemo-nos, entre outras coisas, a **congregar** nossos colegas - desta e de outras instituições - e desenvolver sua participação nos vários aspectos da vida universitária e a mantê-los informados sobre a legislação trabalhista e de ensino. Seria ingênuo imaginar que conseguiríamos fazê-lo simplesmente através de um jornal; mas seria extremamente tolo desprezar um dos meios mais diretos de expressão e **comunicação**.

Com exceção de seu diretor responsável, toda a equipe do jornal tem as mesmas habilidades jornalísticas que nós outros, professores e pesquisadores - que eles também são. Todavia, a gratificação desse trabalho dependerá menos do reconhecimento de que «até que saiu um bom trabalho» e mais da certeza de que o recado foi dado, os objetivos foram cumpridos.

Conselho e diretoria da APROPUC responderão pelo conteúdo do jornal. Mas só poderemos responder pela representatividade das posições assumidas na medida em que ele funcionar mais como uma ponte do que como um veículo, mais como um fórum de debates do que como uma cátedra.

Sérgio V. Luna

**APROPUC**  
**DEBATE**

Órgão Oficial da Associação dos Professores da

Debate Apropuc nº 1 maio de 1978, p. 2. Editorial informativo sobre a independência da associação por meio do Jornal Debate Apropuc em relação a Universidade, indicando que a partir daquele momento esse instrumento seria para as reivindicações e preocupações dos professores.

# Salário em dia. Até quando ?

Em janeiro, uma surpresa para os professores da PUC: os salários saíram antes do dia 10. Para quem o atraso já havia se tornado rotina, a notícia não deixava de causar algum espanto. Mas a experiência de longos anos de filas, vales e protelações ainda fazia com que muitos perguntassem: agora os salários estão em dia, mas isso dura até quando? Até a primeira queda mais forte no total arrecadado com as mensalidades dos alunos?

Essas perguntas ainda não foram respondidas. Por isso os professores continuam com «um pé atrás». É arriscado confiar num salário que depende, quase que exclusivamente, das mensalidades dos alunos. Segundo o vice-reitor administrativo da PUC, Prof. Armando Caropreso, «em 1977, a média mensal da folha de pagamentos foi de 10 milhões de cruzeiros, praticamente igual a média mensal dos pagamentos efetuados pelos alunos». Isso explica a impossibilidade da PUC pagar, todos os meses, os salários dos professores até o dia 10, como manda a lei. E que os alunos também tem o dia 10 como prazo final para o pagamento das suas mensalidades, sem multa. Assim é preciso que os alunos paguem, para que os professores recebam. Esse precário equilíbrio financeiro justifica o temor de que os salários possam, a qualquer momento, sofrer novos atrasos no seu pagamento.

A própria administração da PUC não esconde essa possibilidade. Para o vice-reitor administrativo a situação fica mais difícil a partir de agosto, quando a receita da Universidade cai. «São as desistências, os trancamentos, ou o término de cursos no meio do ano», diz ele. Mas se as perspectivas ainda são incertas, não

resta dúvida de que a coisa já esteve bem pior. A tal ponto de, em outubro de 1975, um grande número de professores só ver numa greve a solução para os seus dramáticos problemas financeiros.

## PAGOU NA JUSTIÇA

«Naquela época - conta o Dr. Mário Carvalho de Jesus, advogado dos professores - estivemos com o então Secretário Executivo da Fundação São Paulo, Fernando Duval, onde mostramos que nossa intenção era evitar a greve, mas para isso seria necessário que ele encontrasse uma solução urgente para o problema dos atrasos de pagamento». Essa foi a primeira vez que os professores tomaram uma



Carvalho de Jesus.  
«A PUC confessou o erro de 74»

posição coletiva e passaram a agir em conjunto, embora atrasos como os de 1975, em torno de dois meses, não fossem nenhuma novidade. «Naquele momento - lembra o advogado dos professores - a situação de muitos docentes era extremamente delicada, com muita gente pagando juros em bancos para saldar compromissos mensais e vendo-se na iminência de perder carros, residências e outras coisas por atraso no pagamento das prestações».

A ação conjunta, a ameaça de greve e a constituição de um advogado surtiram algum efeito. Na justiça, a PUC pagou os salários atrasados. Mas as multas, que deveriam incidir sobre pagamentos feitos fora do prazo, não vieram. A administração sustentou que elas eram ilegais. Nessa época, muitos professores perguntavam: se é ilegal cobrar 2,5 por cento ao mês sobre salários atrasados, é legal cobrar dez por cento dos alunos sobre mensalidades atrasadas um dia? E a situação tornava-se ainda mais absurda quando um professor era ao mesmo tempo aluno. Na primeira condição ele não recebia e quando recebia seu dinheiro já vinha desvalorizado em um ou dois meses. Na segunda condição ele era obrigado a pagar e se não o fizesse a multa era impiedosa.

## UMA TRÉQUA

Com a mudança da Reitoria, os processos contra a PUC foram suspensos. «Resolvemos dar um voto de confiança à nova direção» explica o Dr. Mário Carvalho de Jesus. Mas até hoje o problema de multa não foi resolvido. Segundo ele, agora que o diálogo ficou mais fácil, será feita nova proposta para «regularizar» o pagamento da multa daqui para frente. Tentaremos mostrar a PUC que



ela deve rever sua posição no sentido de garantir aos professores uma pontualidade nos pagamentos do salário. Se essa pontualidade não for cumprida, a Universidade pagaria uma multa de mais ou menos três por cento ao mês, que equivale aos juros médios de uma caderneta de poupança, menos que os juros bancários. Mas o advogado dos professores admite a possibilidade da PUC não aceitar essa proposta. «Se isso ocorrer, diz ele, nós retomaremos o processo anterior que foi suspenso em consideração à nova Reitoria».

Por ele a PUC estaria obrigada a pagar 3,3 por cento do salário do professor, por dia de atraso. A administração considerou essa punição ilegal, mas eu tenho o exemplo do dissídio coletivo da

## MÁRIO SÉRGIO: «Sou um boia-fria da educação»

«Os meus credores não querem saber se a PUC tem uma missão histórica no processo de construção da realidade brasileira. Eles querem receber o que eu devo».

Esse desabafo é do professor Mário Sérgio que trabalha quarenta horas na PUC, ganhando 7.700 cruzeiros líquidos. Com mulher, um filho e quatro empregos ele pode não ser o professor padrão da PUC, mas também não deve estar muito longe dele. Mário Sérgio diz que essa preocupação com os credores gera uma intranquilidade pessoal que acaba prejudicando o seu trabalho. Para contornar a situação ele dá aula em mais três escolas. Com isso resolve o problema com os credores, mas acaba tendo o seu trabalho ainda mais prejudicado, sem tem-

po para estudar ou para preparar melhor as aulas.

AD - Como você vê a situação salarial da PUC?

MS - Acho que a Universidade Católica é uma das que remunera mais baixo. Até certo ponto ela desvaloriza o profissional, provocando uma evasão de professores para outras faculdades que pagam mais. Qualquer Faculdade paga mais de cem cruzeiros a hora. A PUC paga menos do que o primeiro e o segundo graus do Estado. Paga até menos do que o primeiro grau da Prefeitura. Isso caracteriza a desvalorização do profissional porque força o indivíduo a não se dedicar à PUC, tanto quanto desejaria. Ele é obrigado, mesmo contrariando os seus ideais, a procurar outros empregos. A lei proíbe que o professor com

contrato de tempo integral tenha outro emprego, na Universidade Federal. Mas com esse salário não é possível.

Soubes que houve uma promessa da Reitoria de que até 1979 continuaríamos recebendo apenas o que fosse determinado pelo governo. Depois então haveria um reajuste para compensar a situação desses anos todos. Isto nos leva a ter alguma esperança. Confiamos na Reitoria e sabemos das dificuldades que ela enfrenta.

AD - Que idéia você faz dessas dificuldades?

MS - É o acúmulo de uma dívida que deve ser paga. Ela foi contralida para a construção do prédio novo e foi legada pela Reitoria anterior. Outras dificuldades: recebe verbas exiguas do MEC, contrariando as leis brasilei-



ras que dizem que essas verbas devem atender não só às universidades públicas, mas também às particulares.

Há alguns anos atrás a verba do MEC representava 40 por cento do orçamento da PUC e agora só chega aos quatro por cento.

AD - A que você atribuiria isso?

MS - Ao fato da Universidade ter-se voltado para a realidade e a distribuição de verba obedecer a uma política mais global. E também à posição da Igreja frente ao processo histórico brasileiro de hoje. Agora, eu acho que essas dificuldades são administrativas. Elas não justificam o atraso. Apenas explicam. O atraso do salário é inadmissível. Ninguém tem o direito de atrasar o salário, muito menos a Universidade, onde se discutem justamente os problemas da nossa realidade. Exatamente por isso a Universidade não pode esquecer os dentro de casa.

Debate Apropuc nº 1 maio de 1978, p. 6. Entrevista com o professor Mário Sérgio Cortella, onde reivindica o pagamento dos salários atrasados.

Perus, em que a justiça do trabalho estipulava uma multa de 3,3 por cento ao dia, caso o pagamento não fosse feito até o dia dez de cada mês, e se ele não saísse até o dia 20, estava prevista e autorizada a greve».

Hoje, não resta dúvida, a situação melhorou. De acordo com o Prof. Armando Caropreso, em 1978 os salários deverão ser pagos sempre até o dia 15 de cada mês. «Isso é consequência - segundo ele - de uma série de medidas de economia tomadas pela atual administração. O equilíbrio foi conseguido graças a um corte de despesas com o pessoal administrativo. Em 1977 nenhum funcionário foi demitido, simplesmente não foram preenchidas as vagas daqueles que pediram demissão. Além disso a mudança da Faculdade de Psicologia para o campus Monte Alegre e a mudança do DERCIC para o Itirapuera representa-

ram fortes medidas de economia. Só o aluguel do antigo prédio do DERCIC rende um milhão de cruzeiros mensais para a PUC». Essas medidas permitem que outros compromissos da PUC sejam saldados sem afetar a folha de pagamento. «Acabou o fantasma da venda do prédio da Paulista», lembra o professor Caropreso. Durante muito tempo aquela propriedade da PUC, onde funciona o Restaurante Tiberio, era apontada como a salvação de todos os males. Quando o prédio fosse vendido não faltaria mais dinheiro. «Apesar de ainda não termos conseguido vendê-lo diz o professor Caropreso - atingimos o equilíbrio orçamentário. Esta venda só servirá para cobrir os deficits. Já amortizamos, no ano passado, doze milhões de dívidas. Ainda restam trinta milhões que foram transformados em dívidas de médio e longo prazo».



Prédio da Paulista: sumiu o fantasma

Para o professor o atraso de salários traz uma grande insegurança. Programar a vida numa situação de salário irregular é impossível. O meu senhorio, a Light, os meus credores não querem saber se a PUC tem uma missão histórica na realidade brasileira. A intranquilidade prejudica o trabalho. E é bom a gente lembrar que o contrato de trabalho tem dois lados: se eu não der aula, sou uma sanção. Isso deve ser recíproco.

AD - Como seria essa reciprocidade?

MS - Veja, além do ideal educacional, a Universidade é uma empresa capitalista, que funciona em moldes capitalistas. Eu também, afora meus ideais educacionais - que são os mesmos da Universidade sou um profissional. Então deve-se seguir, no mínimo, a legislação: para cada dia de atraso nos salários, deve-se pagar juros e correção monetária. O justo

seria que a Universidade pagasse a mesma taxa que tenho que pagar quando atraso o pagamento da mensalidade do pós-graduação: dez por cento. Isto seria justiça equitativa.

Nessa história de atrasos existem outros absurdos. Um deles é o vale. Vale é uma quantia que você recebe antes de completar o mês de salário. No nosso caso esse «vale» é dado depois do dia dez. Não aceito que chamem meu salário de vale. Lá na tesouraria nem deixei que escrevam vale no papel quando vou reclamar meu salário atrasado. Nunca me foi negado aquilo que eles chamam de vale. Mesmo assim considero a situação humilhante para um profissional que cumpriu suas obrigações no período de trabalho.

AD - Você costuma recorrer à tesouraria frequentemente?

MS - No ano passado, todos os meses. Passou o dia 10 eu ia reclamar. Afinal a Univer-

sidade não é católica e a Campanha da Fraternidade deste ano não prega justiça e trabalho para todos? Este ano a PUC superou as expectativas com o salário de janeiro saindo antes do dia 10. Isto era expectativa: será que é uma situação duradoura ou momentânea?

AD - Qual a época em que você se viu em maiores dificuldades financeiras?

MS - Foi no final do ano passado. A situação dos salários era irregular. Meu filho nasceu em dezembro. Tive muitas despesas com o parto porque recorri a hospital particular já que não confio na assistência médica da PUC. A Intermédica São Camilo é inoperante e não é de confiança. Meu exame de admissão foi ridículo: o médico nem prestou atenção. Ele estava conversando com dois outros médicos enquanto me examinava. Soube de colegas que foram desatendidos, que tiveram exa-

mes de sangue trocados e consequentemente diagnósticos errados.

No final do ano passado tive de recorrer a empréstimos particulares, pagando os juros de praxe. A imagem que faço é aquela de colono na fazenda que tem que comprar todos os produtos na venda onde é mais caro e está sempre devendo para o patrão. Eu me sinto um boia-fria da educação. Faço empréstimos para cobrir o atraso de salários, quando vem o salário ele só cobre as despesas normais e não os juros, para os quais eu tenho de recorrer a outros empréstimos. E é claro que não posso recorrer aos colegas por que todos estão na mesma situação. Ainda assim acredito na atual Reitoria. Ela parece estar bem intencionada.

AD - Em sua opinião, o que a Reitoria poderia fazer?

MS - O encargo não pode ficar só com os alunos. Mas

As respostas certamente não devem ser procuradas apenas dentro da Universidade. Afinal ela faz parte de algo mais amplo que se convencionou chamar de «sistema educacional brasileiro». E é dentro dele que se determina o que é mais importante, em termos de educação, para o país: se o aumento desordenado de escolas, com objetivos unicamente comerciais, ou se a implantação de verdadeiros centros universitários de ensino e pesquisa que possam atuar de maneira crítica, livres das limitações impostas pelo poder. Há 14 anos a primeira alternativa vem tendo ampla prioridade. E nela a PUC não se insere. Por isso, as verbas oficiais que seriam a saída para o dilema - «o que aumentar: salários dos professores ou mensalidades dos alunos?», vem diminuindo. No ano passado o MEC concedeu à PUC de São Paulo 11 milhões de cruzeiros apenas cerca de 5 por cento da receita anual. Quantia insignificante quando se sabe que há alguns anos atrás ela representava quase 40 por cento do orçamento da Universidade.

Nesse quadro, o temor dos professores diante da possibilidade de novos atrasos se justifica. Apesar dos salários estarem em dia, nunca se sabe se amanhã o número de alunos continuará sendo o suficiente para, com suas mensalidades, cobrir a folha de pagamento. Uma boa administração pode levar a uma estabilidade financeira. Mas só ela não resolve. Um trabalho tranquilo e produtivo dos professores só será conseguido quando ocorrerem profundas alterações políticas no país, que, por sua vez, redimensionem os objetivos da política educacional como um todo, desvinculando a educação do lucro.

(Reportagem de Sérgio Ozella e Lucia Helena Mucupouçã. Texto de Luciano Leal Filho)

Debate Apropuc nº 1 maio de 1978, p. 7. Entrevista com o professor Mario Sérgio Cortella, onde reivindica o pagamento dos salários atrasados.

# Nosso direito as verbas públicas

A crescente expansão da PUC de São Paulo tem colocado esta Universidade em posição de destaque dentro do sistema universitário paulista e brasileiro. A PUC-SP desde 1946, ano de sua fundação, tem prestado relevantes serviços à comunidade paulista e desempenhado honrosamente sua função social de preparar e formar profissionais, cientistas e pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento.

No período de 1972 a 1978 o total de alunos da Universidade passou de 10.169 a 14.859, o que representa uma significativa parcela dos universitários paulistas. Somente nos cursos de Pós-Graduação instituídos na Universidade desde 1968, o número de alunos nesse mesmo período apresentou um aumento de aproximadamente 740 por cento, com 3.096 alunos no ano de 1978.

Debate Apropuc nº 3, maio de 1979, p. 05.

O crescente desenvolvimento desta Universidade, acompanhado de esforços para a manutenção de um bom nível de ensino, obviamente esta na dependência de crescentes elevações de custos de expansão, operação e manutenção.

Esta Universidade, como instituição privada que presta um serviço público à comunidade, dispõe de duas fontes de rendimento como forma de cobrir seus custos operacionais, de manutenção e de expansão. A primeira delas é interna constituída não só pelas crescentes anuidades pagas pelos alunos (que constitui a maior parte do orçamento real interno: 82,30 por cento em 1968 e 60,10 por cento em 1978), como a constante deterioração dos salários de seu corpo docente.

A segunda fonte, a externa, advém de recursos do próprio poder público, aqui representado pelo Ministério da Educação e Cultura. Este órgão que em 1962 chegou a subsidiar 76,47 por cento do orçamento geral da PUC-SP, no ano de 1978 participou com a aviltante cifra de 3,58 por cento do orçamento geral desta Uni-

versidade. Quando transformamos este índice e comparamos com outras Universidades públicas, a situação nos parece ainda mais absurda: por exemplo, no ano de 1975, o custo anual de cada aluno para a PUC de São Paulo era de 14.541 cruzeiros, dos quais 611 cruzeiros eram devidos a subvenção do MEC. Um aluno da USP ou um aluno da UNICAMP, nesse mesmo ano, custavam ao poder público respectivamente 37 mil e 63 mil cruzeiros.

Essa constante discriminação e diminuição de suplementação orçamentária por parte do MEC para esta Universidade em particular e para a Universidades católicas de maneira geral obriga-nos a nos transformar em verdadeiras empresas comerciais, objetivo assumido por diversas escolas particulares de São Paulo. E é justamente porque repudiamos essa perspectiva que hoje o salário do nosso corpo docente é cerca de 20 por cento inferior ao de outras Universidades do mesmo porte; as anuidades pagas por nossos alunos atingem níveis suportados apenas por pequenas elites de nossa sociedade e, finalmente, o nosso deficit orçamentário vem crescendo desde 1973, atingindo este ano, segundo a previsão, aproximadamente 100 milhões de cruzeiros.

Este crescente e humilhante queda de recursos públicos atribuídos a PUC SP faz, portanto, com que seus esforços de prestar um serviço público e, desta forma, cumprir seu papel social e cultural, recaiam quase que integralmente sobre aqueles que compõem esta instituição.

Segundo constatamos, não há nenhum critério objetivo para a distribuição de verbas públicas ao ensino, tanto público como privado. Não sabemos, por exemplo, o que leva o MEC a conceder uma subvenção x a uma Universidade e uma subvenção y a outra semelhante. Não podemos contar com a presença dessa verba porque não ficam claras as razões do Ministério para concedê-la ou negá-la. Na verdade não se ignora a ligação do MEC a outros ministérios, com os quais se articula e dos quais depende. Entretanto uma política educacional não se efetiva se, levando em conta esse contexto e esses limites, não se organiza de modo sistemático e claro.

Devemos reforçar, portanto, nosso empenho no sentido de exigir que se cumpram as disposições constitucionais do Estado com relação à concessão de verbas para as entidades de ensino particular e que se esclareçam os critérios segundo os quais estas verbas vem sendo distribuídas.

(Esta é uma análise da Comissão de Verbas destinada a abrir o debate junto aos professores da PUC de São Paulo e de outras Universidades Católicas sobre o problema).

# A contra-proposta da Reitoria

1. Prosseguimento dos trabalhos das três comissões de professores (orçamento, verbas públicas, legislação trabalhista), junto a Reitoria e a administração para levantar mais dados sobre a situação econômico, financeira e administrativa da PUC. Esse dados seriam transmitidos ao corpo docente em nova reunião geral.

2. Aumento de mil cruzeiros fixos, a partir do mês de agosto, para os auxiliares de ensino com tempo integral e aumento proporcional para os professores da mesma categoria que tenham

regime de tempo parcial ou hora-aula (que passaria de 194 cruzeiros, para 205 cruzeiros).

A Reitoria, ao fazer essa contra-proposta, informou que ela seria concedida dentro do seguinte quadro financeiro: se o MEC concedesse a verba de 30 milhões de cruzeiros solicitada pela PUC o aumento poderia ser superior ao oferecido; se concedesse a metade, 15 milhões, a contra-proposta feita estaria coberta e se não viesse nada poderiam ocorrer atrasos nos pagamentos de novembro e dezembro.

## A resposta da Assembléia

Considerando que nossas questões não foram respondidas pela Reitoria, propomos:

1. Criação de um órgão permanente para reivindicação de verbas do MEC, conforme proposta da Comissão MEC-PUC;

2. Os problemas levantados pela comissão da CLT devem ser encaminhados para um advogado trabalhista, constituído pela Apropuc. Este advogado deverá encaminhar os problemas primeiro para a Reitoria e, se for o caso, depois para a Justiça do Trabalho;

3. Prosseguimento do trabalho da comissão de orçamento, junto a Apropuc, para melhor compreensão da realidade da PUCSP, visando maior participação dos professores em todas as decisões da Universidade.

4. Não aceitação imediata da contra-proposta de reajuste salarial apresentada pela Reitoria porque entendemos que ela é apenas uma reabertura de negociações.

5. Marcar outra assembléia deliberativa para daqui a 21 dias para analisar os resultados dos trabalhos e negociações realizadas inclusive com relação a contra proposta de reajuste salarial feita pela Reitoria;

6. Retorno as atividades a partir de 6<sup>a</sup>. feira, dia 4 de maio de 1979, considerando que a Reitoria, ao fazer uma contra-proposta, reabriu as negociações.

Foram aprovados ainda os seguintes adendos a esta proposta:

1. Formação de comissão de professores com o objetivo de ampliar a participação dos docentes nas decisões da Universidade e rever a forma de participação do auxiliar de ensino nessas decisões.

2. Elaboração de carta aberta à comunidade acadêmica para explicar as reivindicações dos professores, a situação das condições de trabalho e ensino na Universidade e o processo de condução do movimento, nos próximos dias.



# Apropuc

## Esperanças e Angústias

Reunimos 3 professores para avaliar a situação geral dos docentes, da Associação. O papo transbordou para a democracia na sociedade, na PUC e problemas específicos como o do auxiliar-de-ensino. Com vocês, Sérgio Luna — presidente em fim-de-exercício, que aqui não representa a Diretoria; Laurindo Leal F — o Lalo, que com um grupo planeja nova chapa; Sandra — que participou como "povo".

### PARTICIPAÇÃO NO ATACADO E NO VAREJO

Porandubas: Como vocês sentem a participação do professor?

Sérgio: Esta pergunta é difícil. Nós-Universitários, Professores, APROPUC — estamos num momento também difícil. Tivemos momentos de participação intensa — tipo invasão — e outras ocasiões de muita discussão — tipo atraso de salário. Mas o alcance dessa movimentação e sua manutenção traz dúvidas. Acontece que o problema não desaparece, ele tem consequências a longo prazo e nessa hora a participação cai. Por isso a resposta é difícil: a participação oscila e tende a mais a ser uma reação a um problema urgente do que levar suas consequências à frente. A meu ver, uma entidade deveria sobretudo levantar os dados dos problemas, suas análises, mais do que levar adiante seu encaminhamento, como parece que tem acontecido. O levar pra frente não é feito pelos professores ou pela comunidade: o encaminhamento sobra para uma diretoria ou para uma pessoa. Uma comissão é mais eficiente que uma comunidade mas se essa comissão de desfazer, a probabilidade de que ninguém vá cobrá-la é muito grande.

### OS FILHOS DE 64

Porandubas: Quer dizer, tem gente querendo heróis, né?

Sérgio: A gente não está precisando de grandes líderes: analisando a história dos professores em geral, vemos que faltam condições no passado das pessoas de se fazer alguma coisa. Por exemplo, na época da invasão sugeriu-se a criação da CEI (Comissão Especial de Inquérito). Muito bem, vamos fazer a CEI. Só que basicamente a Diretoria, teve que tocar os encaminhamentos. Mas chegou o momento crucial de levar pessoas a escreverem e a assinar um relatório sobre o que sofreram. Não foi fácil: é violenta a desproporção entre os muitos que falaram e os poucos que escreveram. Dentre os que escreveram, precisávamos de alguns que fossem à CEI dar seu depoimento pessoal. Aí a dificuldade triplicou. Não é má vontade das pessoas. Os atuais professores na faixa entre 28 e 32 anos — que é muito grande — em 64 estavam no ginásio ou pouco mais. Esse pessoal não teve a boa fase pré-64 da Universidade. Você não pode esperar de um professor que só viveu uma fase de tortura, de repressão, que vá tranquilamente à Assembleia Legislativa dar seu testemunho de espancamentos, perante deputados da ARENA, MDB e DOPS que estará gravando tudo.



SÉRGIO



SANDRA



LALO

### BASES E VANGUARDAS

LALO: É frustrante marcar uma assembleia sobre coisas importantes, como luta salarial, e ter 30 a 40 professores de um total superior a mil. Este fato deve ser analisado dentro do contexto da sociedade mais ampla à qual foram impostos 14 anos de silêncio que destreinou todas as categorias profissionais de qualquer participação. Além disso, parte dos professores tem vínculo frágil com a Universidade e com sua profissão: esta é um apêndice da atividade profissional "verdadeira". Esta reconscientização do que é uma democracia começou em 74 — com a maciça votação anti-governo. De lá para cá tornaram-se mais amplos os canais de participação surgidos da própria base: a APROPUC é um exemplo disso. Se esses canais surgiram com ajuda de uma vanguarda, hoje essa vanguarda tem que ampliar a participação, sob risco de se isolar das bases. Chegou a hora de se institucionalizarem canais formais de representação, tipo comitês de fábricas. Em níveis de professor, deveria haver representantes das unidades menores da Universidade, como Departamentos. Queremos assim comprometer — num 1º momento o maior número de pessoas com a Associação, criando-se um processo de multiplicação.

### AUXILIAR DE ENSINO: O MAIS LESADO

Sandra: Quero trazer um caso concreto, do qual eu participei. Era uma comissão sobre enquadramento, que acabou se perdendo por falta de apoio da APROPUC. Conseguir alguns dados dentro desta Universidade é

uma dificuldade imensa. Em 68 participei ativamente e até hoje trago esse espírito mas não consigo atuar por causa das minhas condições de trabalho aqui. Por isso é que não se leva adiante o espírito que uniu a todos no 22 de setembro.

Não nos falta um líder. Falta é um pouquinho de abertura que me vai levar a dar o passo. Essa abertura não vejo na associação. No caso da comissão de enquadramento de que participei, com o tempo sobram apenas 3 ou 4 pessoas, que montaram um projeto baseado numa pesquisa. Esta proposta acabou sendo levada diretamente à Comissão de Enquadramento Oficial, que pelo menos a estudou.

SÉRGIO: O que a Sandra falou tem que ser faturado, pois ela se envolveu pessoalmente como membro de uma comissão. Contudo, deve ser colocado em contexto mais amplo. O momento de montagem dessa comissão nos encontramos desanimados. Quem levantou esse problema foram os auxiliares de ensino, os mais lesados nessa brincadeira toda de enquadramento. Com um excesso de trabalho, mínimo de dinheiro e máximo de requisitos como o Pós-Graduação que é caro. Então, agora em maio/78, a gente comprou mais essa briga e nos vimos sem retaguarda, com menos de 30 pessoas presentes numa mesa-redonda. Nessa reunião o representante mais difícil de conseguir foi justamente o auxiliar de ensino.

Nesse momento, tínhamos muitos problemas ao mesmo tempo, inclusive eleições. Ou a gente segurava a proposta, para pensar nela mais tarde, ou mandava para o Conselho de Ensino e Pesquisa do jeito que veio, com a ressalva de que a Diretoria da APROPUC não a tinha discutido. Esta última foi a nossa posição.

### O QUE APROPUC CONSTRUÍU

Sérgio: Nosso trabalho como Diretoria, não conseguiu conciliar as prioridades de um programa amplo com as milhares de questões tratadas pelas Assembleias. Então eu desenvolvi o problema, "como apoiar uma diretoria que acabou reduzida a 4 pessoas, encarregada de 50 decisões de assembleia". Além disso, nossas 40 horas permanecem, nossas Pós-Graduações, etc.

Às vezes tenho a impressão de que a APROPUC cresceu mais fora do que dentro da PUC. Por exemplo, nos debates da Semana da PUC, percebi que professores sequer sabiam da existência da entidade. No entanto, ela é convidada por grupos como o Centro de Estudos da Religião para o culto do Prof. Douglas. Custo de Vida, Comitê pela Anistia, e outros movimentos desvinculados da Universidade, arrastam a APROPUC desde a primeira hora.

Mas a APROPUC também é considerada na PUC, sendo convocada por vários órgãos da Universidade para dar contribuição, embora ela esteja à margem da estrutura. Vários professores recorreram a nós devido a problemas trabalhistas.

### "DCE — LIVRE DOS PROFESSORES"?

LALO: A APROPUC surgiu quando os salários estavam 3 meses atrasados. Pergunto ao Sérgio: havia um projeto mais amplo? Combateu-se na USP esse tipo de associação como se fosse um "DCE-Livre dos Professores", à margem da estrutura oficial. Assim, com um projeto meio nebuloso, sem democracia no País e uma FEDERAÇÃO DE PROFESSORES pelega muita coisa se canalizou para a APROPUC. Vocês foram chamados a se manifestarem sobre carestia,

anistia, demissão de professor, (Sérgio ate Dia Nacional da Saúde).

LALO... e outras coisas. Fica difícil definir o papel da Associação e cobrar sua Diretoria de compromissos que não assumiu.

SÉRGIO: A APROPUC começou de uma forma meio estranha. Em vez de chapas, programas, o pessoal que começou pensando numa perspectiva de entidade, já ficou na Diretoria Provisória de 3 meses e teria ficado de vez se não se tivessem negado a isto. Fica patente um esquema de acomodação. O programa de trabalho da Diretoria eleita foi montado em base a respostas de questionários. Outra coisa muito dolorida foi que a Diretoria não foi montada sobre o esquema de afinidades, mas a partir de pessoas mais votadas, numa composição aleatória. Por sorte que não nos desgastamos, conseguindo entender-nos bem. O terceiro problema é que nos percebemos respondendo ao "que vai acontecer hoje à noite". Entre decidir "não participaremos de nada que não venha com antecedência de 30 dias" ou "participar de tudo o que der, pra na última hora a gente decidir se vale a pena ou não", optamos por esta possibilidade. A cada comparecimento nosso, era um rabo de um ano, com comissões, documentos.

### E OS PROXIMOS DOIS ANOS?

LALO: Há um grupo que vem se reunindo para estudar a atuação eventual de uma nova Diretoria. Convocamos abertamente a todos os professores, evitando uma chapa tirada do bolso do colete, ir lá concretizar. Discutimos pontos mínimos comuns e nesse processo devem surgir os possíveis nomes para uma chapa. Assim evitamos uma falta de identidade política, e até pessoal, entre os membros de uma chapa.

Nossa discussão dividiu-se em 3 pontos: funcionamento interno e atuação da APROPUC, depois o problema das condições de ensino e trabalho do professor e finalmente nossa luta pela democratização ao lado dos outros setores. Quanto ao primeiro ponto, pretendemos criar canais de representação para forçar maior participação dos professores. Queremos também tomar maior parte possível nas decisões da Universidade, não através da APROPUC, mas pela democratização da PUC. Esta situação só será conseguida através de uma reforma dos Estatutos. Talvez a Associação perca no futuro algumas das suas funções, quando os professores tiverem atuação ampliada nas decisões da Universidade. Outro ponto importante é incentivar ao máximo a inscrição dos colegas na APROPUC.

### RELAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

SÉRGIO: Não falo da relação com a Associação de funcionários porque até agora não existia. Quanto aos alunos, há propostas, como mais verbas, sobre taxa endossáveis. Contudo, às vezes — como numa greve — a melhor maneira de endossar é não participar. Nessa hora temos que continuar trabalhando, porque é o professor em sala-vazia que justifica uma greve. Também enquanto não nos organizamos nem tivermos ideia clara do que vai em outros setores — operário por exemplo — a participação direta pode arrapalhar. Para mim endossar não significa fazer o mesmo que o outro faz; mas é organizar-se e ver de que forma específica se é afetado por problemas comuns.

...E'A EPIDEMIA ANUAL DE OUTUBRITE!



Porandubas - Ano II - outubro de 1978, p. 04. Entrevista com os professores Laurindo Leal Filho, Sérgio Luna e Sandra. Sobre a situação de precarização geral dos docentes da universidade e a situação dos auxiliares de ensino um dos mais lesados nesse processo.

# NOSSAS ELEIÇÕES DIRETAS

Ainda não chegamos ao ideal de democracia sequer universitária. Contudo, de setembro a novembro estão programadas eleições de funcionários (já realizada, a 28 de setembro), de alunos (várias datas) e professores (dias 8 a 10/nov. das 9 às 21,30h, exceto Sorocaba que se encerra às 19h.). Estão sendo enviadas circulares pela APROPUC para cada professor. As eleições serão por chapas, votadas como um todo, com os cargos de Presidente, Vice, Secretário (1º e 2º), Tesoureiro (1º e 2º) e Suplentes (três). A inscrição das chapas deverá ser feita de 16 a 24 de outubro na nova sede da APROPUC, r. Cardoso de Almeida. Quem quiser votar e ainda não é sócio, ainda dá tempo: filie-se até 24/10. A apuração dos votos será dia 11/11 a partir das 9 horas. Hoje votamos para as entidades, quem sabe amanhã para Reitor?

Porandubas - Ano II - outubro de 1978, p. 04.

## QUEBRANDO O GELO

A situação econômica não destoa do resto da PUC. Os salários de funcionários e professores são baixos e atrasados (recentemente festejaram o recebimento de maio). Os residentes tiveram que impetrar mandato para que seu salário fosse aumentado para Cr\$ 2.300,00. Faltam estágios, existindo poucos convênios, como é o caso do existente entre o Depto. de Patologia e a Divisão Nacional do Cancer que fornece medicamentos gratis, verba para equipamento, para que sejam autopsiados indigentes e atendidos pedidos de perícia policial-gratuita. Por estas dificuldades tentou-se várias vezes a federalização da Escola devido à necessidade urgente de se resolver a questão econômica.

Contudo, o isolamento começa a dar sinais de terminar. A Reitoria já foi lá duas vezes, o Prof. Casemiro dá aula de Patologia no Pós-Med e o Pe. Enzo vai realizando um eficiente trabalho de convivência com alunos e professores.

Um dos fatores de hostilidade foi a elevação em cerca de 150% das mensalidades, há mais ou menos 6 anos. Também pesa a distância física e sobretudo a falta de maior permanência dos professores que, na maioria, "dão sua aulinha e se mandam", o que impede a criação de maior ambiente universitário. Fato significativo foi a eleição, pela primeira vez, de um assistente como paraninfo. O escolhido, prof. Jerônimo Stecca, já começou os festejos oferecendo dia 28-8 um churrasco aos doutorandos do fim do ano. Prof. Stecca é da opinião que a geração intermediária dos professores precisa assumir urgente a causa da Escola.

# NOSSO MILAGRE ECONÔMICO

Dia 29/8 a Reitoria convocou os diretores de centro, chefes de faculdades e de departamentos mais os chefes do pessoal administrativos para uma reunião. Estava-se cumprindo uma promessa feita em dezembro do ano passado de que após um prazo médio seria respondida uma questão crucial: "A PUCSP É VIÁVEL ECONOMICAMENTE?". Acerca desta viabilidade sua-da/demorada/complexa o **Prof. Armando Caropreso**, Vice-Reitor Administrativo:



(Foto Xavier)

**PORANDUBAS:** Quais as medidas tomadas para conseguir o equilíbrio orçamentário?

**PROF. CAROPRESO:** Preliminarmente deve-se esclarecer que a FUNDAÇÃO SÃO PAULO (FSP), por não ter fins lucrativos necessita de uma análise diversa de empresas cujo objetivo é o lucro. Nestas pretende-se a multiplicação do patrimônio, ao passo que a FSP orienta sua administração no sentido de preservação e uso do patrimônio na realização de suas finalidades existenciais. O objetivo principal da administração em 1977 é o equilíbrio entre as receitas operacionais e o custeio da Universidade: esta meta é prioritária e essencial para a sobrevivência da PUC como Instituição Educacional, para o pagamento absolutamente em dia do pessoal e o cumprimento assumido com os fornecedores. Por outra parte, determinamos absoluta contenção e austeridade nas despesas, chegando a transferir qualquer gasto que não implique em solução de continuidade das atividades normais da PUC.

**PORANDUBAS:** A FSP ainda tem dívidas? De que ordem?

**CAROPRESO:** A FSP encerrou seu balanço de 1976 com um passivo de Cr\$ 44,5 milhões. Há também uma dívida com o FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FAS) que correspondia a Cr\$ 60 milhões além da correção monetária, dívida esta acrescida em Cr\$ 15 milhões que atenderam ao déficit de 1976. Atualmente o passivo financeiro da FSP é de Cr\$ 32,5 milhões, originado de débitos com fornecedores, encargos sociais e financiamentos bancários. Contudo, esses compromissos estão devidamente equacionados para seu pagamento.

**PORANDUBAS:** É verdade que 80 funcionários que cancelaram contrato no início do ano não foram substituídos?

**CAROPRESO:** Adotamos o critério de que somente seriam substituí-

**PORANDUBAS:** Quais as medidas econômicas futuras?

**CAROPRESO:** É preciso lembrar que contamos com duas dificuldades. Primeiro as anuidades dos alunos, que correspondem a 64% do total das receitas operacionais previstas no corrente ano financeiro (ao lado de outras fontes como rendas patrimoniais e de serviços e subvenções federais), foram congeladas pelo MEC num aumento de 35% sobre o ano passado, enquanto pedimos 45% e ainda não fomos atendidos. Além disso, o pedido de verba de Cr\$ 15 milhões foi atendido até agora em Cr\$ 7 milhões e no dizer do DAU, "é muito difícil chegar aos Cr\$ 15 milhões. Segundo, a venda do imóvel da Avenida Paulista por Cr\$ 25 milhões foi embargada, contra todas as expectativas, pelo Juiz da 2.ª Vara da Família e das Sucessões. Se a operação se desse, teríamos o equilíbrio orçamentário completo. Já recorreremos da sentença e a resposta vai demorar, na melhor das hipóteses, 2 meses podendo durar 5.

No momento pretendemos continuar...

# ESTAMOS EM CAMPANHA SALARIAL

de março é a data do nosso reajuste salarial. Quanto iremos receber a partir do mês que vem? Uma pergunta como essa deveria estar amplamente debatida por todos os professores do ensino particular de São Paulo. Afinal dela depende nossa sobrevivência. Se estivessemos melhor organizados estes seriam dias de grande movimentação, com toda a categoria acompanhando em Assembleia permanente, as negociações dos seus representantes sindicais com os representantes dos patrões. Mas, infelizmente, isso ocorre. E por certo a grande maioria dos professores só saberá o quanto passou a receber, a partir de março, quando for buscar o pagamento.

Quem decide quanto devemos ganhar? Como isso é feito? Como é calculado nosso reajuste? Será que nenhum professor tem curiosidade em fazer essas respostas? A primeira resposta parece que não. Mas se formos analisar o problema com mais cuidado veremos que são usados todos os meios para que esses problemas não sejam discutidos por ninguém.

Principalmente pelos seus mais diretos interessados.

As dificuldades começam na legislação que dá ao governo o direito de estabelecer índices mensais de reajuste salarial. Nada deve ser discutido. De gabinetes inacessíveis vem as decisões. Só resta cumpri-las. Aos trabalhadores não é dado sequer o direito de perguntar se aqueles índices são realmente baseados na elevação do custo de vida.

De dois anos para cá, no entanto, as coisas mudaram. Os trabalhadores, melhor organizados, passaram a contestar esses índices e reiniciaram uma prática tradicional e nada revolucionária, ao contrário, perfeitamente capitalista que é a da negociação direta. Ela é simples: o sindicato dos trabalhadores convoca sua categoria, discute e aprova suas reivindicações e as leva para o sindicato patronal. A obtenção dessas reivindicações vai depender da mobilização e da organização da categoria que, para pressionar os patrões, pode se utilizar do legítimo direito de greve.

## E OS PROFESSORES?

Mas isso ocorre em categorias altamente conscientizadas e possuidoras de sindicatos autênticos cujos dirigentes apesar de todo o atrelamento da estrutura sindical ao Ministério do Trabalho, buscam uma atuação independente. Infelizmente não é o nosso caso. Os professores universitários só a partir do ano passado passaram a ser representados por um Sindicato, reunindo todos os níveis docentes. Somos cerca de 60 mil no estado, mas apenas dois mil professores são sindicalizados. E é esse Sindicato que vai decidir junto com os patrões quanto devemos receber a partir de março. Seu presidente, José Leopoldino de Carvalho, não está nem um pouco interessado em saber a nossa opinião sobre as negociações salariais. Na última semana de dezembro perguntamos a ele quando seria a primeira assembleia para discutir a questão do reajuste e ele informou que não sabia. Logo no início de janeiro, aproveitando a desmobilização causada pelas férias, ele — como manda a lei — publicou um edital convocando

a Assembleia para o dia 11 de janeiro. Segundo o presidente do Sindicato esse edital foi publicado num jornal de grande tiragem: A Gazeta. Resultado: a Assembleia foi realizada, foram tiradas reivindicações e o Sindicato vai levá-las, em nosso nome, aos patrões.

## AS "NOSSAS" REIVINDICAÇÕES

O Sindicato está apresentando como reivindicações da categoria um reajuste de 50 por cento (embora o Presidente tenha dito que ficaria satisfeito com um reajuste de cinco por cento acima do índice oficial, o que não passaria dos 47 por cento), pagamento de hora-atividade (uma hora a mais para cada dez horas-aula) e pagamento de atividades realizadas fora do período letivo (exceto provas e exames).

Na questão do índice, que mais diretamente nos interessa, fica a pergunta: porque 50 por cento? Baseados em que os dirigentes sindicais chegaram a esse número? A Apropuc já havia se manifestado sobre o cálculo do índice, atendendo decisão de sua Assembleia, solicitando ao Sindicato que ele fosse baseado nos cálculos feitos pelo DIEESE, único órgão cujos dados podem ser recebidos sem desconfiança pelos trabalhadores. Isso não foi feito e o índice surgiu como mágica.

A nós da Apropuc só restou um caminho: iniciar uma campanha salarial paralela a do Sindicato. Nos filiamos ao DIEESE e estamos esperando os resultados dos seus cálculos para sabermos quanto perdemos, aqui na PUC, nos últimos 15 anos e dessa forma, em cima de dados concretos, estipulamos as nossas reivindicações de reajuste. Mas para obtê-los não basta apresentá-los bem arrumadinhos e bem fundamentados. É necessário que a categoria esteja mobilizada e exerça forte pressão no sentido de obter aquilo que esta reivindicando.



Debate Apropuc nº 2, fevereiro de 1979, p. 03. Campanha salarial paralela ao Sindicato devido divergências entre Apropuc e Sinpro/SP, sobre os índices de reajuste salarial.

# Agora temos um sindicato. Mas ele nos representa?

No passado os professores constituíam uma das categorias profissionais deste país, mas não impedida, no entanto, de anualmente fosse dada a cada um a contribuição

Os professores recebiam, em absoluto nada. Desde então, com a criação de um único de professores da Rede Particular de Ensino, os universitários passaram a fazer parte de classe. Resta saber se ele efetivamente os representa. A Profa. Ana Mercedes, da Faculdade de Educação da PUC, que participou de oposição nas eleições de 1978, conta aqui como foi a luta para a criação do Sindicato dos Professores e como representante da

Em maio do ano passado foi criado, através de uma portaria do Ministério do Trabalho de agosto de 1975, o Sindicato único de professores da Rede Particular de Ensino de S. Paulo.

Este sindicato surgiu da fusão dos dois anteriormente existentes, o SINPRO (Sindicato dos Professores do 1º e 2º Graus) e o SPEC (Sindicato dos Professores do Ensino Comercial).

Este fato representou para nós um acontecimento importante, uma vez que os dois sindicatos anteriores não abrangiam toda a categoria, excluindo, por exemplo, os professores universitários. Desta forma, a criação do sindicato único, englobando toda a categoria, representaria a oportunidade de os professores universitários terem seu direito sindical assegurado.

Entretanto, a simples criação desse sindicato, através de uma portaria, não garante que esse órgão seja realmente representativo da categoria. Considerando as condições atuais dos sindicatos dos trabalhadores em geral, sabemos que a luta por um sindicato livre e realmente representativo se faz necessária para todas as categorias.

Para os professores essa luta se iniciou com o movimento pró chapa de oposição ao sindicato. Este movimento teve como um dos objetivos

a formação de uma chapa que concorresse nas eleições para a diretoria do novo sindicato.

O sindicato único foi dirigido por uma junta provisória de maio a outubro de 1978, quando se realizaram as eleições.

Durante este período, o movimento pró chapa de oposição procurou mobilizar a categoria para a participação na formação da chapa e nas eleições. Nesse sentido, realizaram-se diversas assembleias com representantes de inúmeras escolas, inclusive escolas superiores, para a discussão e elaboração de uma plataforma que contivesse as principais reivindicações dos professores da rede particular.

Alguns professores da PUC participaram dessas assembleias levando as posições tiradas em reuniões e assembleias promovidas pela APROPUC.

Entretanto, o objetivo principal do movimento pró chapa de oposição era mobilizar a categoria em relação aos sérios problemas de falta de condições de trabalho e de falta de uma representação sindical efetiva.

Assim sendo, paralelamente à elaboração da plataforma e formação da chapa, o movimento discutiu, tomou posição e se lançou em algumas das principais lutas da categoria.

Inicialmente, o movimento lançou a campanha pelos 20% de aumento salarial, tendo em vista a precariedade dos salários dos professores em geral e considerando ainda que esta era uma reivindicação de toda a classe trabalhadora. Quando os professores da rede oficial de ensino entraram em greve (agosto de 78), numa tentativa de unificar a luta dos professores em geral, o movimento organizou uma assembleia de toda a rede particular. Nessa Assembleia, os professores decidiram paralisar as aulas por um dia, como forma de apoio à greve da rede oficial e como forma de discutir e tomar posição quanto às reivindicações da rede particular, inclusive o aumento de 20%.

O movimento promoveu também uma campanha de sindicalização, esclarecendo os professores sobre a necessidade de se sindicalizar e participar do sindicato, a fim de torná-lo realmente representativo.

Com relação às eleições, o movimento, depois de elaborada e aprovada em um congresso geral a plataforma, constituiu uma chapa de oposição — CHAPA 2 — com representantes de várias escolas. Depois de constituída a chapa, o movimento de oposição empenhou-se na campanha eleitoral, promovendo a divulgação e discussão da plataforma

da chapa 2 em diversas escolas.

As eleições realizaram-se em 26, 27 e 28 de outubro. Participaram 839 professores e foi eleita a chapa 1 para diretoria do Sindicato. (Os resultados da eleição: chapa 1 — 572 votos; chapa 2 — 255 votos; nulos — 9 votos; brancos 3 votos). A chapa 1 (atual diretoria, que tomou posse no dia 17/11) tem entre seus componentes elementos das antigas diretorias sindicais.

Esse breve histórico nos dá um quadro geral de como se encontra atualmente o sindicato dos professores. Temos um sindicato com aproximadamente 1.200 associados, dos quais 839 votaram nas últimas eleições. A categoria é composta, em S. Paulo, por cerca de 60.000 professores.

Diante disso, cabe perguntar: Qual a representatividade desse sindicato? Que papel teria, nesse momento, o movimento de oposição?

O movimento de oposição fez uma avaliação dos resultados das eleições e concluiu pela necessidade de continuar sua luta pela mobilização da categoria, em torno das reivindicações básicas dos professores: melhores condições de trabalho e remuneração; contra o arrocho salarial; direito de greve; fortalecimento e democratização do sindicato; pela liberdade, autonomia e unidade sindical; por uma nova política educacional.

# POSIÇÃO DA REITORIA

**Dona Nadir comenta a greve, o orçamento e a necessidade de verbas**



A Reitora Nadir Kfoury

## MELHOR COMUNICAÇÃO

Quanto ao movimento em si, considero positiva a tendência de setores a assumirem a Univ. como um problema de todos nós. Quando da nossa posse, em 1976, declarei que a PUC só seria viável a médio prazo com a participação de todos. Em nossa correspondência com a APROPUC sempre nos pusemos à disposição. cremos que um dos elementos que precipitou os fatos foi a falha de comunicação entre Reitoria e APROPUC pois ficaram faltando contatos mais aprofundados desde a posse da nova Diretoria da Associação. Programamos reuniões mais frequentes com aquela Diretoria a fim de garantir uma discussão realmente fundamentada dos problemas, evitando distorção e insuficiências no processo de comunicação.

Entendemos nossa presença à frente da Univ. como um serviço à comunidade como um todo. Nosso compromisso de ajudar a criar condições a todos os que aqui trabalham, no momento se volta em especial ao aspecto administrativo-financeiro. Contudo, para que cumpramos este compromisso, é necessário um clima de confiança, fundamentado em todas as informações necessárias. Sem esta confiança, nosso esforço não poderá realizar-se nem seguir adiante.

## ORÇAMENTO INSTÁVEL

Através de uma compreensão melhor da situação financeira da PUCSP ao longo dos últimos 2,5 anos, conseguimos uma clara visão das limitações de nosso orçamento. É verdade que, de um lado, conseguimos superar o grande

“buraco” que encontramos em 1976; não cremos ser do interesse de ninguém voltar àquela situação. O equilíbrio orçamentário conseguido é realmente precário. Como Professores encarregados da direção desta Universidade, a Reitoria julga seu dever para com os colegas não aumentar essa fragilidade. Por isso é que afirmamos em nossas 2 cartas à Apropuc, que o orçamento não poderia de maneira alguma comportar o aumento reivindicado, mas que estaríamos dispostos, ao longo do exercício, a estudar um possível aumento. A Comissão de Orçamento criada pela Apropuc, está em condições objetivas de julgar as conseqüências de uma política salarial além das possibilidades orçamentárias. Esperamos que ela acompanhe nossas decisões e informe objetivamente os colegas sobre o andamento do exercício. A quota fixa de Cr\$ 1.000,00 que sugerimos em nossa contraproposta não terá contrapartida na receita, exceto se o MEC aumentar a verba de ajuda à Univ. doando os Cr\$ 30 milhões pedidos. Que fique claro: aumento de despesas que permanecem a descoberto significa um reinício de instabilidade. Até que ponto é interessante para nós, como assalariados, e para a instituição correr este risco?

## COM A PALAVRA O MEC

Por outro lado, achamos que o governo tem que assumir a parte que lhe cabe, que é definida pela Constituição para garantir a viabilidade das Católicas. Ao preparar elementos com vista ao memorial a ser encaminhado à Presidência da República, evidenciou-se um decréscimo assustador da contribuição financeira do MEC na receita das Católicas. Realmente, a ação tem que ser feita junto à Presidência, pois, como vimos nos jornais do dia 5/5, o próprio ministro da Educação disse ser o orçamento “fragilíssimo e para 1979, difícil limo”.

Temos procurado dignificar a função do professor, através do enquadramento na carreira: isto também representa uma significativa melhoria salarial.

Preocupa-me ao ver que enquanto eu recebo Cr\$ 41 mil como titular, 700 funcionários nossos ganham menos de salários mínimos. Assim é que os aumentos deveriam ser escalonados, pois que a receita da PUC vai principalmente para os que ganham mais. Essa situação, que não é específica da PUC, reflete a má distribuição de renda da sociedade.

Porandubas 1979 greve professores PUC p. 4, ano III maio.

# DCE

## APÓIA

Moção lida na assembleia dia 3/5

A nota do DCE lembra que os problemas dos professores são os mesmos dos alunos, especialmente as salas lotadas, as penúrias da cantina e a deterioração do nível de ensino. Ao verem os professores em greve, ressurgem as imagens de seus próprios movimentos, contra aumento de taxas escolares, pela melhoria do campus, por mais verbas e também em protesto contra atos arbitrários feitos ao novo brasileiro.

«Quem não se lembra, diz a nota, de setembro de 1977, quando realizamos o 3º Encontro Nacional de Estudantes, no caminho da reconstrução da UNE, tivemos nosso campus universitário barbaramente invadido e saqueado e vários professores espancados também. A indignação que via-

mos em seus rostos era a mesma indignação que sentíamos em nossos corações...» Os estudantes prosseguem considerando justa a reivindicação dos professores: por que ela não é atendida? A resposta, segundo a nota, está na situação das PUCs que tiveram suas subvenções boicotadas a ponto de em 78 a verba para educação ser de 4,17%. «No caso da PUCSP, a média das mensalidades é de Cr\$ 1.500,00. Se esta quantia não é suficiente para oferecer salários justos... que sejam todos esclarecidos e que a Reitoria se una a nós para reivindicar do MEC mais verbas para a Educação». Referindo-se à Reitoria e ao MEC, a nota afirma que os estudantes querem aulas e professores com melhores condições para administrá-las. A nota termina reafirmando seu apoio ao movimento dos professores, a intenção de reorganizar as entidades estudantis, a união dos setores e Associações da PUC e a necessidade de mais verbas para a Educação.

## assembléias

# O movimento continua

Dia 3/5/79 à noite. Mais de 300 pessoas superlotam o Tuquinha, como já vinham fazendo nas assembléias e debates dos dias anteriores. Desde as assembléias do final do ano passado, passando pela troca de correspondência e contatos com a Reitoria, pelos debates em departamentos e no Conselho de Representantes da APROPUC, um momento novo foi gestado. O interesse e participação foram fazendo a informação ser distribuída. A paralisação para discussão e coleta de dados, por comissões tendo em vista a reivindicação central de aumento escalonado de 20% até 12%, trouxe cada vez mais gente ao debate e conhecimento dos problemas da PUC.

### CONTRAPROPOSTA

Na tarde do mesmo dia 3/5 foi feito o quarto encontro entre a diretoria da APROPUC e a Reitoria. Esta entregou sua contraproposta a ser analisada na assembléia da noite que decidiria a continuidade do movimento. Os termos da contraproposta:

1- continuidade das 3 comissões ao lado da Reitoria e da administração para dar resposta às questões não suficientemente respondidas no dia 2/5.

2- aumento de Cr\$1 mil fixos, a partir de agosto para o auxiliar de ensino de 40 horas e proporcional para os de tempo parcial.

3- Se vier metade da verba pedida de Cr\$30 milhões este aumento será garantido; se a verba for maior, haverá nova proposta.

4- Se não vier, há risco de atraso dos pagamentos de novembro e dezembro, devido a empréstimos que será necessário levantar.

5- A hora-aula passará de Cr\$194,00 a Cr\$205,00.

Esta medida atingiria cerca de 650 auxiliares de ensino, onerando o orçamento em aproximadamente 12 milhões (com encargos). Não haverá repasse para os alunos. Não se trata de antecipação salarial: é aumento mesmo.

Há outra medida que será apresentada à AFAPUC, Associação dos Funcionários: os mesmos Cr\$1 mil para os funcionários que recebem até 8 salários mínimos, num total de 883 pessoas.

### REAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

Os debates se seguiram analisando a contraproposta. Ressaltou-se que o

momento era de avaliar o fundo a situação do auxiliar de ensino, suas condições de trabalho e de representação nas decisões da Univ. Mais da metade do corpo docente pertence a esta categoria que mostrou seu peso e sua disposição de dedicação à carreira universitária.

Houve quem considerasse a contraproposta confusionista, pois divide os professores, dividindo a luta. As outras categorias também não têm um padrão salarial digno na PUC. Apesar de o aumento ser "uma miséria" foi valorizada sua importância como vitória política e uma prova concreta de que a mobilização dos professores conseguiu abertura da Reitoria.

Uma preocupação dos presentes era uma forma de prosseguir e ampliar as mobilizações levando a conquista obtida para outras áreas das condições de trabalho.

### DECISÕES

A profa. Téia apresentou a proposta — que foi aceita — de um grupo de auxiliares de ensino. Esta proposta coincidia no essencial com outra elaborada pelo pessoal do Centro de Educação (divergiam quanto ao dia da volta ao trabalho), apresentada pelo prof. Dermeval. A assembléia decidiu:

1- Constituição de um órgão permanente para conseguir verbas do MEC

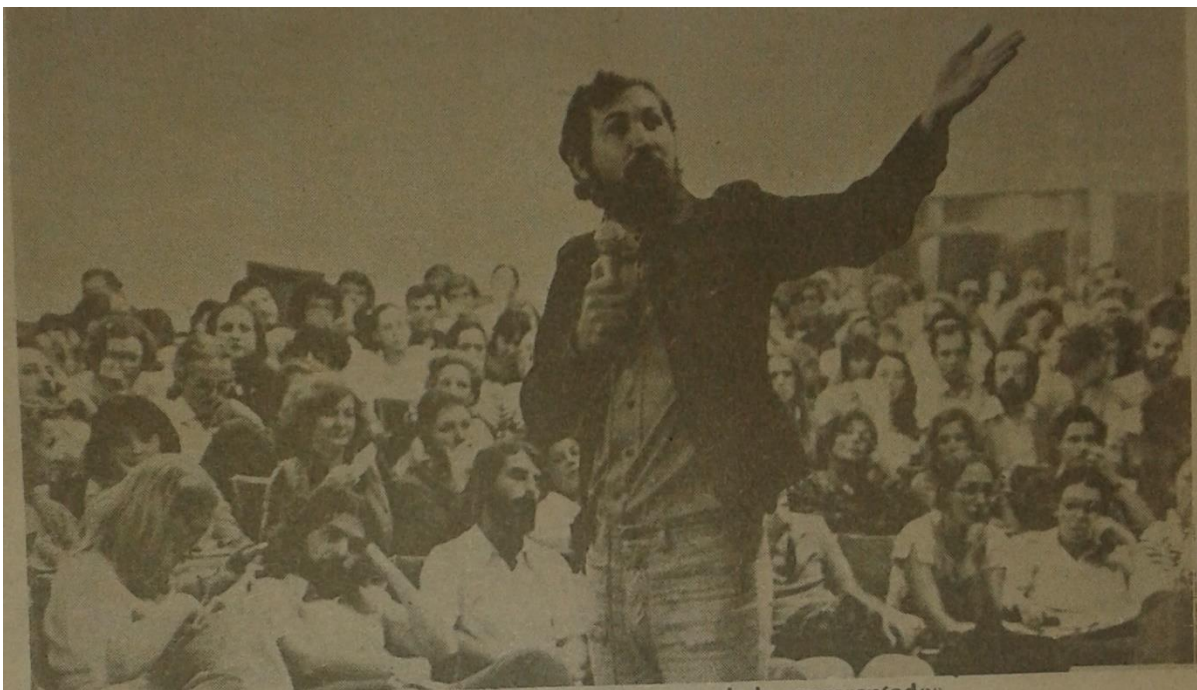
2- A comissão de estudo da CLT encaminhará questões para um advogado trabalhista a ser constituído pela Apropuc que as levará à Reitoria e — se necessário — à Justiça

3- A comissão de orçamento permanecerá junto à Apropuc para possibilitar maior participação dos professores nas decisões da Univ.

4- Não-aceitação imediata da contraproposta da Reitoria pois ela é apenas uma re-abertura das negociações. Haverá uma assembléia deliberativa dentro de 21 dias (a partir de 3/5) para avaliar o movimento e dar tempo para analisar mais detidamente a contraproposta.

5- Volta às atividades acadêmicas dias 4/5 porque com a contraproposta a Reitoria reabriu o diálogo.

Foi aprovada também a elaboração de uma carta aberta aos alunos e à população em geral explicando o movimento além de uma comissão para rever o estatuto quanto à ampliação da participação dos docentes na Univ.



Na mesa-redonda com a Reitoria, Prof. Erson discute os dados apresentados

representados junto a Diretoria da entidade dos professores, foi encampada pela Apropuc. A Assembléia, no entanto, aprovou outra proposta: paralisação do trabalho na quarta-feira seguinte (dois dias depois), com Assembléias Indicativas durante o dia e uma Assembléia Deliberativa a noite.

#### A ASSEMBLÉIA DECISIVA

Desde a invasão da PUC por forças policiais em setembro de 1977 não se realizava uma assembléia tão concorrida como essa. Cerca de trezentos professores lotaram a sala 333, onde durante quatro horas discutiram as propostas indicativas das reuniões diurnas e as que foram sendo formuladas no decorrer dos trabalhos. Ao final foi decidida a deflagração imediata da greve, mantendo a reivindicação escalonada de 20 a

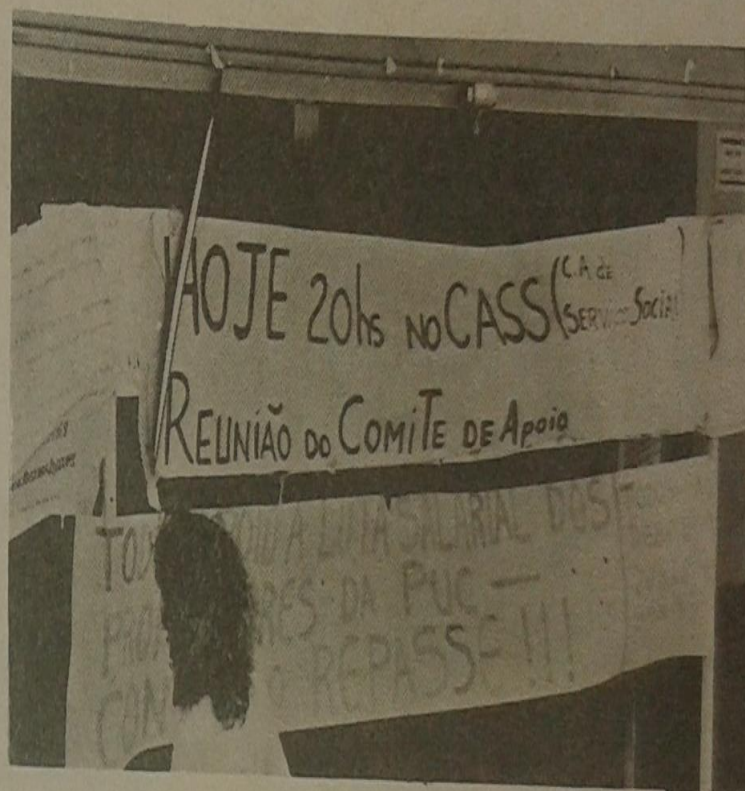
12% e a formação de três comissões de professores que, durante a paralisação, estariam analisando o recebimento de verbas públicas pela Universidade, o cumprimento dos dispositivos da CLT pela PUC e o orçamento da instituição (ver relatos das comissões nas páginas 6 e 7). Ficou decidido ainda a formulação de um convite à Reitoria para que participasse de uma mesa redonda aberta à todos os professores para a apresentação de mais dados sobre a situação econômico, financeira e administrativa da Universidade. Ao mesmo tempo foi marcada nova assembléia para o dia 3 de maio quando seriam analisados os primeiros resultados dos trabalhos das comissões, uma possível contra-proposta de reajuste salarial da Reitoria e o encaminhamento posterior da campanha.

# Mobilização, um trabalho fundamental

Se houve um saldo positivo nessa greve, esse saldo foi o nível de mobilização atingido pelos professores. Com a organização de piquetes, as aulas foram paralizadas rapidamente no Campus da Monte Alegre, possibilitando, dessa forma, que os grevistas começassem a articular as Assembléias, além de saírem para os Campus da Marques de Paranaguá e Sorocaba, para terem a adesão de seus professores.

Nesse sentido, a atuação da Comissão de Mobilização, formada na Assembléia de 25 de abril, foi fundamental. Se na Monte Alegre os problemas foram menores, o mesmo não se pode dizer do movimento da Marques de Paranaguá. Uma comissão formada por oito professores foi encarregada de tentar a adesão dos colegas à greve. No primeiro momento a intenção era convidá-los para uma reunião e discussão sobre seus problemas, esperando que eles aderissem à paralisação.

As dificuldades começaram a aparecer: a desmobilização existente naquele Campus, tornou o diálogo difícil, o que fez com que as paralisações ocorressem por períodos de aula, sempre convocadas pelos "piquetes". Os professores da



Marcelo Bretas

Marques de Paranaguá, não chegaram a fazer nenhuma assembléia. Conversavam sobre os seus problemas com o pessoal do piquete que era da Monte Alegre, mas não discutiam entre si.

Mais difícil que o Campus da Paranaguá, foi a tentativa de se estender a greve ao Campus de Sorocaba. Não só porque a Faculdade de Medicina se considera isolada da APROPUC — mas também porque acreditam que existem pontos específicos do curso de

Medicina que são prioritários face a outros problemas.

Em Sorocaba, o trabalho da comissão de mobilização foi de mostrar que os profissionais que lá trabalham também são professores, e professores da PUC. Apesar de todas as dificuldades, o saldo desses contatos foi positivo, abrindo inclusive caminho para concretização de uma das metas da atual diretoria da APROPUC que é a da instalação de sub-sedes nos campi Marques de Paranaguá e Sorocaba.

# Greve, uma decisão histórica

Um fato inédito na vida da PUC: seus professores entram em greve reivindicando melhores salários. Nunca, mesmo em dramáticas situações de longos atrasos nos pagamentos, chegou-se ao recurso extremo da greve e a única paralisação do corpo docente ocorreu no passado, mas no sentido de apoiar a greve dos professores de 1º e 2º graus.

A decisão de greve foi tomada na Assembléia Geral da Apropuc realizada na noite do dia 25 de abril, uma quarta-feira. Ela foi o desfecho quase natural de um longo processo de reivindicações salariais que se iniciou automaticamente ao final do ano passado. Quando, por força de um acordo entre a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e o Sindicato Patronal, foi concedido um reajuste de 5% em setembro do ano passado, a Apropuc realizava gestões junto a Reitoria no mesmo sentido, mas em bases mais elevadas. Após a decisão, segundo a Reitoria, representou ônus muito grande, já que o aumento era extensivo à todos os funcionários da Universidade, incluindo os altos salários. Diante disso acenou-se com a possibilidade de, neste ano, ser concedido um reajuste de dez por cento além do acordo da categoria para os auxiliares de ensino, a parte do corpo docente remunerada na Universidade. A campanha salarial foi criada visando um reajuste que, por parte, viesse a compensar as perdas salariais dos anos anteriores. O mínimo para isso seria um aumento geral de vinte por cento que, segundo estudos da Comissão de Salários da Apropuc, colocaria os

professores da PUC de São Paulo em situação de igualdade com as Universidades brasileiras que pagam menos ao seu corpo docente. A Reitoria respondeu a essa reivindicação informando que não haviam condições financeiras para o seu atendimento. Essa resposta foi dada depois de duas reuniões de membros da diretoria da Apropuc com os vice-reitores da Universidade.

Diante dessa primeira negativa, a Assembléia Geral da Apropuc resolveu reformular a proposta inicial reivindicando um reajuste escalonado de 20 a 12% de acordo com as diferentes categorias salariais. Outra vez a Reitoria informou que não poderia atender ao pedido dos professores diante do quadro financeiro da Universidade, não apresentando nenhuma contra-proposta que pudesse ser levada a Assembléia Geral da Apropuc.

Foi nesse clima de impasse que se realizou a Assembléia Geral do dia 23 de abril, uma segunda-feira. Ela foi precedida de uma reunião do Conselho de Representantes da Apropuc, no sábado, que decidiu apresentar uma proposta de greve imediata. Essa posição, por refletir a opinião dos departamentos

## No centro da contradição

Só há um meio de todos os professores receberem o salário deste mês: a liberação do auxílio de 40 milhões prometido pelo MEC. A constatação é da Reitoria que admite o colapso financeiro da Universidade, caso esses recursos não sejam concedidos. O próprio Ministério da Educação reconhece a existência da crise, que não é só da PUC, e solicita recursos extraordinários à Secretaria do Planejamento para socorrer cerca de 800 escolas particulares em todo o país.

A falta de opções para sobreviver nos coloca diante de uma séria questão, ainda pouco debatida entre nós, mas fundamental para os rumos da educação brasileira: como defender o ensino público e gratuito, pedindo, ao mesmo tempo, verbas oficiais para escolas particulares?

Em artigo dos professores Luiz Pinguelli Rosa e Alexandre Magalhães da Silveira, respectivamente presidente e vice-presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reproduzido nesta edição, há uma proposta concreta: as faculdades financeiramente insolventes devem ser encampadas pelo poder público. Seria essa a alternativa que resta para a PUC?

A contradição entre os nossos princípios de defesa do ensino público e gratuito e o pedido de socorro ao governo existe, e não pode ser escamoteada. Ela tem que ser enfrentada e debatida, levando-se em conta essas linhas gerais, mas também a situação específica da PUC de São Paulo, reconhecida hoje como Instituição privada que presta serviços públicos. Não se pode, a partir desta Universidade, passar a reivindicações genéricas de verbas para escolas particulares, nem mesmo para as demais Universidades católicas, onde alunos e professores estão muito longe da fiscalização dos recursos por elas utilizados.

Nesse ponto entra a questão da democracia na Universidade, inseparável da captação e gerência das suas verbas. Na PUC hoje, experimenta-se um processo praticamente inédito na Universidade brasileira: professores, alunos e funcionários elaboram os novos Estatutos. Com a federalização, isso seria possível?

As questões estão lançadas e o início do debate travado. Não são questões dos professores das escolas públicas ou das particulares, isoladamente. São problemas que dizem respeito a todos os docentes dispostos a lutar contra a ditadura que se instalou no interior da Universidade brasileira e, ao mesmo tempo, combater a mercantilização do ensino que transformou a educação em dos negócios mais rentáveis deste país, talvez superado apenas pelos motéis de alta rotatividade.

Laurindo Leal Filho, Lalo.

## DEBATE

Nº 5 — MAIO DE 1980

Órgão oficial da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — Redação: Sede da Apropuc  
Editor Responsável: Laurindo Leal Filho  
Colaboraram nesta edição os jornalistas  
Reitor Fracalossi e Sérgio de Oliveira  
Programação Visual e Gráfica: Lúcio Leal Comunicações  
Composição — Impressão: Editora AFA

Associação dos Professores  
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Rua Cardoso de Almeida, 990 — São Paulo, SP  
Endereço para Correspondência: Rua Monte Alegre, 984  
— CEP 05014 — São Paulo, SP

### Diretoria

Presidente: Laurindo Leal Filho  
Vice-Presidente: Silvia Taisiana Maurer Lane  
1º Secretário: Rosane Helena Rodrigues Roxo  
2º Secretário: Pedro Paulo Teixeira Mannes  
1º Tesoureiro: Fernando Nobre Cordeiro  
2º Tesoureiro: Cleia Moreno Maffei Rosa  
Suplentes: Rinaldo Sérgio Vieira Arruda  
João Batista Mazzeiro  
Vera Lucia Vieira

### NOSSO APOIO A GREVE DO ABC

62.330,00, esse o total arrecadado entre os professores da PUC para o fundo de greve do ABC. Essa importância foi conseguida através da doação de uma hora de trabalho de cada professor e da venda de bonus e cartazes. Foram enviados também à Apropuc, que encaminhou ao Comitê de Solidariedade a greve, vários quilos de mantimentos, atendendo ao apelo feito pelos metalúrgicos do ABC que tiveram contra si todo o aparato jurídico-policial do regime.

A Apropuc esteve presente também à grande manifestação do 1º de Maio em São Bernardo. Um grande número de professores integrou-se na passeata que saiu da Igreja Matriz, percorreu as principais ruas da cidade e terminou na concentração do estádio de Vila Euclides.

### EM DEFESA DA AMAZÔNIA

A Apropuc, através de uma comissão de professores, está integrada na campanha em defesa da Amazônia. Por ocasião do II Encontro nacional de Associações de Docentes, realizado em João Pessoa, apresentou moção, aprovada por unanimidade, manifestando sua preocupação diante do Projeto de Lei do Executivo sobre a Política Florestal para a Amazônia, a ser enviado ao Congresso Nacional. O texto desse projeto foi considerado criminoso pelos técnicos da Universidade Federal do Amazonas.

### PROFESSOR DO 3º GRAU

A falta de organização dos professores do ensino superior privado parece ser consequência do alto grau de repressão vivido pela categoria em seus locais de trabalho. Há dados que provam isso: no dossiê sobre demissões elaborado por ocasião do II ENAD, mais de 90% dos casos referiam-se a professores de faculdades particulares; nesse mesmo Encontro, o número de Associações de Docentes de escolas privadas representava apenas um terço do total.

Essa situação fez com que fosse recomendado às Associações de Docentes já constituídas, que estimulassem a formação de entidades semelhantes em outras escolas. Nesse sentido, a Apropuc vem promovendo reuniões de professores de outras escolas superiores particulares da capital, e de municípios vizinhos, no sentido de iniciar uma forma de organização que supere os entraves impostos até agora pelos donos daqueles estabelecimentos de ensino.

A próxima reunião está marcada para o dia 27 de maio, às 19 horas, na sala 22 do Prédio Velho da PUC.



Com a colaboração de amplos setores da sociedade o Fundo de Greve foi fundamental para o sucesso do movimento dos metalúrgicos do ABC.

### COMISSÕES DA APROPUC

As comissões de salários e educação da Apropuc reúnem-se todas as terças-feiras na sala 22 do Prédio Velho, Educação, às 12:30 hs. e Salários, às 17:00. Elas estão abertas à participação de todos os colegas.

### CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

A Secretaria da Apropuc, que funciona no início do corredor do antigo Pós (Cardoso de Almeida, 990), continua encaminhando os processos de registro e sindicalização de professores. Há vários processos parados por falta de alguns documentos. Informações na Secretaria, ou pelo ramal 209.

### CONTRA A TAXA ASSISTENCIAL

Como no ano passado, a Apropuc recomendou aos seus associados o não pagamento da taxa assistencial cobrada pelo Sindicato dos Professores e que deveria ser descontada do salário de maio.

As razões, já expostas no Boletim Apropuc Informa nº 20, resumem-se na nossa discordância quanto à imposição de uma cobrança a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, o que contribui para manter o sindicalismo brasileiro preso ao Estado; no fato do Sindicato dos Professores ser pouco representativo, com cerca de 5 mil associados (os eventuais beneficiários da taxa assistencial) para uma categoria de 60 mil trabalhadores; por ter sido uma decisão tomada numa assembleia que contou com a presença de pouco mais de cem associados; por ser um valor extorsivo (15% do reajuste anual de salários) se comparado com o que é cobrado por Sindicatos autênticos e combativos e por

considerar ilegítima a cobrança de uma taxa sobre um reajuste em que a participação do Sindicato é mínima, já que com a nova política salarial do governo a negociação reduziu-se ao Índice de Produtividade, cabendo a parte substancial do aumento ao INPC, decretado pelo poder executivo.

### DÚVIDAS NO BALANÇO

Na última reunião do Conselho Consultivo de Administração e Finanças da Fundação São Paulo, realizada no dia 14 de maio, a Apropuc apresentou um comentário acerca do balanço da Instituição referente ao exercício de 1979.

Nesse documento, elaborado por uma comissão de professores, são feitas várias perguntas sobre pontos que não ficaram suficientemente esclarecidos. O comentário conclui afirmando que as demonstrações financeiras contidas no balanço "não refletem a situação econômica, financeira, patrimonial e orçamental de forma adequada". Presente a reunião, o Prof. Ary Silvério, Auditor Interno da Fundação São Paulo, solicitou cópia do parecer da Apropuc e comprometeu-se a apresentar as respostas por escrito.

O único conselho a manifestar-se a respeito foi o Professor Nelson Gomes Teixeira que, após elogiar a forma detalhada com que foi apresentado o balanço, cumprimentou a Apropuc pelos comentários acerca daquele trabalho, solicitando cópia do parecer da Associação dos Professores, assim como da resposta do Auditor. O mesmo conselho pediu também que o documento da Apropuc fosse levado ao Auditor Independente, já que faz referência explícita a ele, não concordando com suas conclusões.

Debate Apropuc nº 5, maio de 1980, p. 2. Contradição entre a defesa do ensino público gratuito e necessidade das verbas públicas para a viabilidade econômica da PUC/SP.

## As atividades da Apropuc no primeiro ano da atual diretoria

Há um ano, mais de oitenta por cento dos associados da APROPUC delegavam a um grupo de professores, apoiado por um programa amplamente debatido, a tarefa de conduzir sua entidade neste biênio. A primeira parte da tarefa está chegando ao fim. Numa conjuntura nova, marcada por uma ainda tênue clarificação de posições políticas, mas que já possibilita alguns tipos de definições, a Diretoria eleita procurou manter-se fiel aos compromissos assumidos com os associados, calcando sua atuação exclusivamente sobre sua carta-programa.

A partir dela traçaram-se as linhas gerais deste ano inicial de trabalhos. No âmbito interno, procuramos dar à APROPUC, como prioridade, um papel sindical. Mal iniciamos a gestão, nos colocamos diante de uma campanha salarial emasculada por um Sindicato inoperante e nitidamente comprometido com interesses patronais. Ainda assim, entendendo que apesar das peias legais impostas ao sindicalismo, o caminho de atuação deve ser dentro e não fora das entidades de classe, iniciamos ampla campanha de sindicalização, com funcionária dedicada exclusivamente a esse serviço. Frustradas nossas expectativas de uma negociação mais digna entre o nosso Sindicato e o Sindicato patronal, passamos a desenvolver um trabalho interno de reivindicações que culminou com a greve de doze dias no mês de abril. Greve que, se comparada à de inúmeras outras categorias — algumas com longa tradição de luta — pode ser considerada vitoriosa. E se não fosse pela conquista salarial para uma parcela do corpo docente, teria sido pela mobilização, politização e conscientização dos professores da PUC, enquanto categoria profissional.

Mas os efeitos positivos da greve não param aí. O Acordo Trabalhista, recém-firmado, é fruto daquela mobilização. Nele estão garantidas férias de 45 dias, estabilidade durante o ano letivo, bolsa de 25% nos pós-graduação e o fim dos contratos por tempo determinado. A ação sindical da APROPUC se consubstanciou também na dinamização do seu Departamento Jurídico, sempre à disposição dos professores da PUC, associados ou não.

Outra preocupação foi a de manter os professores mobilizados em torno da APROPUC, ainda que em momentos menos dramáticos do que aqueles representados pela greve. O primeiro

Em Assembléia Geral Ordinária, a atual diretoria da Apropuc apresentou o relatório de suas atividades que foi aprovado na íntegra.

passo nesse sentido foi a implantação do Conselho Consultivo de Representantes de Departamentos, hoje com 25 representantes, e respectivos suplentes, eleitos e em plena atuação. Outra medida foi a prática de reuniões gerais, abertas a todos os professores para discussão das linhas mais amplas de atuação da APROPUC.

Além dessas instâncias, as Comissões criadas durante a greve e as atuais Comissões de Salários e Educação permitiram um envolvimento crescente de professores no trabalho da entidade. Ainda no interior da Universidade, a APROPUC participa da Comissão que fiscaliza o Restaurante, de reuniões com representantes da Intermedica e da Comissão que estuda as questões comunitárias.

A APROPUC realizou este ano ato de repúdio, no segundo ano da invasão da PUC e participou da Semana da Universidade, realizada pelos centros de Educação e Ciências Humanas, além de comparecer em várias assembleias, mesas-redondas e debates promovidos pelos estudantes.

Essas e outras atividades da APROPUC foram divulgadas em três edições de oito páginas do jornal APROPUC DEBATE, o último sobre a invasão, com 5 mil exemplares, e por 13 edições do Boletim APROPUC INFORMA, além de outras formas de comunicação como circulares e convocatórias. Esse trabalho tornou-se viável com a implantação de uma secretaria executiva funcionando em tempo integral e com a aquisição de uma máquina de endereçamento.

A conjuntura passou a exigir cada vez mais das entidades comprometidas com as causas populares. A APROPUC praticamente não deixou de cumprir nenhuma dessas exigências. A começar pela luta em favor da anistia, ampla, geral e irrestrita à todos presos e perseguidos políticos. Demos continuidade ao trabalho da gestão anterior, participando ativamente nessa luta, que culminou com nossa manifestação no Ato Público na Praça da Sé e com os debates sobre a Anistia no interior da PUC, nos dias em que o projeto era votado no Parlamento. Levamos ainda à Brasília, para a Comissão Mista do



Congresso Nacional, o dossiê sobre a invasão da PUC.

Estivemos presentes à posse da UEE e da UNE. Fomos à Piracicaba, convidados pela UEE, para debater a questão do ensino público.

Participamos da fundação do Comitê em Defesa da Amazônia, do Congresso de reconstituição da UNE na Bahia, das manifestações em defesa do menor, do Comitê de Apoio à Greve dos Metalúrgicos, das lutas em defesa dos índios, dos debates sobre a nova CLT, do 1º de Maio unificado em São Bernardo do Campo, da recepção aos exilados, da Semana da Educação da Assembleia Legislativa, do Comitê pelo Ensino Público e Gratuito, do Congresso de Luta contra a carestia, da oposição ao Sindicato dos Professores e organizamos o Núcleo de Professores do Ensino Superior Particular da Cidade de São Paulo.

Negamos o pagamento da taxa assistencial extorsiva exigida pelo Sindicato dos Professores, organizando o movimento da PUC e colaborando com os professores de outras escolas. Organizamos, junto com a ADUSP, o I Encontro Nacional de Associação de

Docentes Universitários, em São Paulo. Participamos da coordenação das Reuniões de AD's em Fortaleza, durante a SBPC. Fomos escolhidos para fazer parte da Comissão Coordenadora Nacional de Associação de Docentes Universitários. Estamos integrados na luta para volta às Universidades dos professores afastados por atos de exceção.

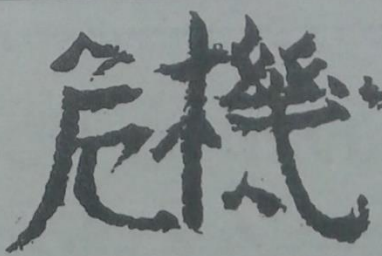
Passamos a reunir, semanalmente, em nossa sede, as 12 Associações de Docentes do Estado de São Paulo para encaminhamento de lutas comuns. Participamos da Reunião Extraordinária de AD's em Salvador, cujos resultados estão no Boletim da Coordenação Nacional enviado a todos os associados da APROPUC junto com o último APROPUC DEBATE. Estivemos presentes à audiência concedida pelo Ministro da Educação à Coordenação Nacional, quando foram apresentadas as restrições das AD's aos ante-projetos conhecidos como Pacote Portella, a dotação orçamentária para a educação e aos empecilhos criados para a volta dos professores aposentados.

Finalmente, ao nível de trabalho conjunto com as outras Associações, participamos do I Encontro Paulista de Associações de Docentes em Piracicaba, onde, entre outras coisas, definimos os rumos de nossa campanha salarial de 1980, agora unificada para todo o Estado.

Esse foi o trabalho. Não da Diretoria, mas da APROPUC. Nele está presente a contribuição de muitos professores que entenderam o papel de sua entidade e vêem nela o instrumento eficaz que se contrapõe a estruturas acadêmicas esclerosadas e torna-se parte de um corpo maior, dito sociedade civil, que começa a se mover no sentido de impor ao Estado os seus próprios desígnios.

Resta-nos um ano de gestão. Se o apoio e a compreensão dos associados se mantiverem no mesmo nível, as metas serão certamente atingidas. Esse apoio supera eventuais incompreensões até mesmo de companheiros que não entenderam a responsabilidade de um mandato eleitoral e se omitiram. Superaremos também isso e, temos certeza, que daqui um ano entregaremos aos nossos sucessores uma APROPUC ainda mais forte, respeitada dentro e fora da Universidade, dignificando nossa categoria profissional e contribuindo para o avanço cada vez maior da organização e das lutas da classe trabalhadora.

# Crise: perigo e oportunidade



No chinês antigo, crise se escrevia com dois caracteres: um significava "perigo" e o outro "oportunidade". Nada mais apropriado para discutirmos a conjuntura atual. Os perigos desta conjuntura estão de um lado na evolução da crise e da política econômica e de outro, nas respostas políticas do regime e na precariedade das iniciativas da oposição democrática.

A economia brasileira atravessa o início de um processo de recessão, a bola de neve já começou a descer a montanha, os problemas já não se limitam à inflação de três dígitos, à dívida externa, à especulação financeira, à produção agrícola. Agora sob pressão dos grandes bancos internacionais, a "opção" por uma política econômica de corte monetarista e de desaquecimento já começa a apresentar seus primeiros resultados: falências, desemprego e isto é a ponta do iceberg. As autoridades responsáveis abandonaram a perspectiva de administrar a crise, procurando garantir uma taxa razoável de crescimento, e escolheram a recessão como terapia, remédio inadequado, porque não resolve os problemas econômicos e só adia a necessidade de soluções alternativas e agravará ainda mais o quadro social e político.

Os "perigos" do ponto de vista político também já começam a aparecer de forma mais visível. As bombas que seriam colocadas no show do primeiro de maio do Rio, pelas mãos de membros do 1º Exército-DOI CODI, começam a trazer à luz do dia o processo que já era sabido, que um setor importante do Regime Militar não pretende esperar

pela tentativa de se transferir a responsabilidade da crise para setores da oposição liberal com as eleições de 1982, procurando dar assim mais alguns passos no sentido de desestabilizar ainda mais esta conjuntura instável.

Os "perigos" estão na inércia da oposição, no divisionismo do movimento social, na incapacidade de sair da fase de denúncia estéril das palavras de ordem principistas e genéricas que a esta altura confundem até mesmo — Derfus — mestre das fórmulas vagas e enigmáticas. A oposição popular se debate de um lado, entre aqueles que, possuídos pelo delírio das pequenas seitas, apostam no caos, nos golpes, na violência conservadoras, generalizada e gratuita que por vezes explode no seio de um povo submetido às mais adversas condições de vida. E de outro, nos que procuram desacreditar a luta como forma de alcançar nossos objetivos, que abandonam e negociam qualquer princípio político para conquistar mais uma polegada de um poder que não faz avançar o movimento, por que não parte dele.

## E as "oportunidades" onde estão?

Antes de mais nada em não se apostar no impasse, por que, temos certeza, a corda arrebentará para o lado mais fraco.

Em se respeitar a autonomia das entidades e do movimento social no processo de construção partidária, não repetindo e generalizando acontecimentos como o deste 1º de maio, onde cada corrente do movimento social substitui a unidade de ação pelos seus interesses imediatistas. Em procurar respostas positivas à crise sem abandonar os princípios e uma visão mais ampla de construção de uma sociedade alternativa.

Está na hora de demonstrarmos que a democracia é a única resposta a este governo que não nos representa, não nos ouve e raramente nos atende. Somente o controle democrático sobre o Estado permitirá uma solução ao impasse que começa a se configurar e assegurará a retomada e a redefinição do processo de expansão, onde o povo possa vir a ser sujeito. Para tanto, e contra tanto, todos nós precisamos começar a exercer a nossa cidadania, fortalecendo os mecanismos e entidades de representação política, tentando evitar que o amanhã volte a ser como antes, que não se retorne ao medo, à opressão e ao silêncio que muito interessa a poucos. E em nossa luta, com certeza o caminho mais curto não é o melhor caminho, porque exige a prática democrática como valor permanente e nela nossa participação coletiva.

E na PUC? Se os perigos não foram afastados, pelo menos as oportunidades estão postas: é pegar ou largar!

Também aqui como na maioria das instituições da sociedade civil vivemos uma conjuntura de crise e transição, de perigos e oportunidades.

A situação financeira continua se agravando, o déficit programado para 1981 chega a quase duzentos milhões de cruzeiros. Os professores permanecem recebendo baixos salários e sofrendo atraso nos pagamentos, que em alguns casos já perdura por mais de um mês. Os alunos se defrontam com uma sobre-taxa de 15% e apesar das mensalidades da PUC serem bem inferiores às outras escolas do ensino superior, são suficientemente elevadas para uma parcela significativa de nossos alunos. O número de estudantes por sala de aula continua se elevando. E entre os funcionários, com exceção de alguns privilegiados que recebem altíssimos salários, a grande maioria encontra todas as dificuldades impostas à classe trabalhadora deste país.

O autoritarismo resiste, no estatuto e regimento interno e se reproduz nas salas de aula, atravessando a instituição de ponta a ponta.

Mas apesar de tantas dificuldades, diferentemente de outras instituições da sociedade civil aqui a cidadania começa a ser ampliada, e o que é mais importante, exercida de forma crescente pelos diferentes setores da comunidade acadêmica.

As eleições que se aproximam para direção de faculdade e representação nos órgãos colegiados parece anunciar alguns avanços expressivos em relação às anteriores, seja nos debates que já se iniciam, na elaboração de programas para as chapas de forma mais ampliada, no nível das discussões.

Paralelamente, o processo de mudanças de estatutos, e a experimentação de novas propostas de gestão dos diversos níveis encerrará uma fase da democratização da Universidade. A participação na discussão sobre estatutos é ainda restrita, mas o envolvimento de novos segmentos da comunidade aumentou bastante com a discussão sobre o Anteprojeto II.

O mais relevante é que a prática da democracia e o exercício da cidadania começam a serem encarados como um momento importante da atividade pedagógica.

Também aqui a democracia é a única resposta às dificuldades que estamos atravessando, uma condição necessária para enfrentarmos uma problemática mais profunda que é a qualidade do ensino e o desenvolvi-

mento da pesquisa. Estamos começando uma nova fase do processo de democratização que exigirá o enfrentamento da questão educacional em toda sua dimensão, dos problemas curriculares de sala de aula à crítica à atual política educacional e construção de uma política alternativa.

A democratização é a resposta à problemática educacional e financeira da Universidade. Todos temos consciência de que a desobrigação do Estado com a educação é a responsável direta pela deplorável situação em que se encontra o ensino no Brasil. Mas precisamos também nos conscientizar que esta desobrigação pode nos dividir. Porém, nem todos tem consciência do quanto esta desobrigação pode nos dividir, os professores recebem baixos salários quando recebem; a solução da reitoria para salvar a instituição da insolvência é o aumento das sobre-taxas, mas esta é a não-solução, pois onera o aluno. O que precisamos é transformar todo este descontentamento existente entre docentes, estudantes e funcionários em uma forma de luta e pressão sobre o Estado no sentido de exigir o cumprimento de uma de suas responsabilidades mais elementares: a educação. Caminharemos separados mas podemos golpear juntos aqueles que são responsáveis pela destruição de tão importante patrimônio de um povo — a educação e a ciência.

De outro lado, as dificuldades financeiras não podem impedir ou inviabilizar nossas reivindicações e conquistas trabalhistas. Precisamos formular propostas realistas mas não admitir de forma alguma a violação de nossos direitos básicos de trabalhadores assalariados. O acordo trabalhista foi uma grande vitória, avança em aspectos inéditos em relação a outras Universidades e mesmo categorias trabalhistas, ao assegurar, por exemplo, a estabilidade provisória por um ano. Agora o que está posto é garantirmos o seu cumprimento, não admitimos de forma alguma que ele seja violado, e junto com isto concentrarmos todos nossos esforços em alcançarmos uma solução satisfatória para a nossa reivindicação mais elementar e vital e que não chegou a haver acordo nas negociações: o pagamento em dia de nossos salários.

Para finalizar, gostaríamos de reafirmar que não podemos mais tolerar e conviver com a atual estrutura administrativa da Universidade, pela sua ineficiência, por seu autoritarismo, por seu profundo divórcio em relação ao processo de democratização.

Será conquistando melhores condições de trabalho que estaremos assumindo nossas responsabilidades como educadores, mas nesta luta precisamos saber considerar que a unidade do diverso, a unidade entre alunos-professores-funcionários é também um princípio fundamental para esta comunidade. Não substituído a nuvem por juízo, expondo de forma implacável do Estado uma revisão de suas prioridades na distribuição e definição das verbas públicas.

A oportunidade de construirmos uma nova Universidade, baseada no exercício da cidadania de cada um de seus membros, no pluralismo, na autonomia e no encaminhamento democrático de nossas reivindicações está posta: é pegar ou largar!

## APROPUC DEBATE

NÚMERO 7 — MAIO DE 1981

Órgão oficial da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Rua Cardoso de Almeida, 990 — São Paulo, SP.

Endereço para correspondência: Rua Monte Alegre, 984

CEP 05014 São Paulo, SP.

Colaboraram nesta edição o jornalista Rilton Fracalossi e os professores Chico Hatkeyama Guimarães, José Gaspar Ferraz de Campos e Marco Antonio Albuquerque.

Programação visual e gráfica: Lucio Leal Comunicações.

Composição: Editora Letra Ltda. Rua Arthur de Azevedo, 1977. Tel. 212-5061. Impressão: Cia. Editora Jorjães, rua Gastão de Cunha, 49 - Tel. 631-8900 - SP.

Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Presidente: Aloizio Mercadante Oliva Vice-presidente: Tereza Maria A. Pires Sêrio

1º Secretário: Maria da Graça Marchina

2º Secretário: Maria Eliza Mazzilli Pereira

1º Tesoureiro: Manoel Percival Alves Pinto

2º Tesoureiro: Maria Amália Pie Abil Andery

1º Suplente: Lucia Helena Vitali Rangel

2º Suplente: Norberto Rodrigues

3º Suplente: Maria Luise Santos Ribeiro

Representantes junto a ANDES:

Lauro de Lual Filho

Departamento cultural: Gilda Gouveia Perosa

Departamento social: Evaldo Sintoni

Departamento de imprensa: Adolpho Pacheco Filho

Comissão de salários: Alberto José de Camargo

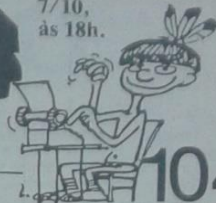
Comissão de educação: Nizka Micheletto

Comissão de defesa dos direitos humanos: Regina Maria Pereira Lopes

Debate Apropuc nº 7, maio de 1981, p. 2. Crise financeira e o risco de insolvência da PUC/SP.

# Porandubas

PAUTABERTA,  
7/10,  
às 18h.



Porã' duba: "causo", informação (em língua tupi)

Jornal da Comunidade Universitária - PUCSP - Ano IX 3/Outubro/1985

## ÊTA GREVE BOA!

A primeira greve conjunta de funcionários e professores, ocorrida de 11 a 20/9, foi uma aula repleta de ensinamentos e conquistas. Nas páginas desta edição especial, você vai ver a avaliação dos segmentos envolvidos. Mas para quem não esteve perto da greve - e também para a posteridade - nossa equipe recolheu as lembranças e montou um DIÁRIO DE CAMPO do movimento.



## EDIÇÃO ESPECIAL

A greve, Passo a Passo  
(p. 2 e 3)

Renascimento da APROPUC  
(p. 4)

A Função dos Funcionários  
(p. 4)

Estudantes Querem Reposição  
(p. 5)

Salário vai atrasar MESMO  
(p. 6)

EDITORIAL

## Abrindo o debate

O APROPUC DEBATE volta a circular após dois anos de hibernação.

A finalidade deste número especial é, conforme deliberação da Assembleia Geral de 25/04/85, que se pronunciou pelo reerguimento da APROPUC, incentivar as discussões sobre os rumos que a entidade deve tomar na conjuntura presente. A curto prazo, tais debates subsidiarão as eleições para a nova diretoria, a serem realizadas nos dias 24 e 25 de junho.

Devido ao marasmo em que nos encontramos, relançar um jornal não nos parecia uma tarefa das mais fáceis. Salário baixo, ciranda diária por vários empregos, crise do projeto educacional poderiam não ser estímulos suficientes para que os professores escrevessem sobre uma entidade esvaziada e cuja direção quase ninguém se dispunha a assumir. Mas ocorreu o contrário. Praticamente todas as pessoas diretamente contatadas dispuseram-se a escrever para o jornal. E a maioria conseguiu fazê-lo de modo a que este número saísse antes do prazo determinado inicialmente.

Por outro lado, os apelos genéricos à participação, por meio de assembleias, reuniões, boletins etc, parecem não ter levado uma única pessoa a escrever no jornal.

Não estará aí uma das razões para o marasmo da APROPUC? Não seria necessário um esquema de organização que tornasse a entidade mais presente, no cotidiano, onde os professores estão (faculdades, equipes etc.)? Com um esquema de mobilização mais ágil, este APROPUC DEBATE teria expressado um leque de posições ainda mais diversificado.

E sempre bom constatar, entre nós, uma disponibilidade que poderá ser melhor utilizada neste momento de reconstrução.

Mas não nos iludamos. Como os artigos deste jornal indicam, os problemas são muito mais complexos. E as propostas de solução extrapolam os aspectos técnicos, passam pelas questões trabalhistas, enveredam pela educacional e adquirem, necessariamente, uma dimensão política. Fica, portanto, impossível dissociar o como fazer do que fazer.

Esperamos que o debate contribua para a formação de chapas dotadas de programas que, longe de serem meros reclames publicitários, apontem caminhos para a superação da crise da APROPUC, de modo a torná-la, de novo, atuante no movimento dos docentes, tanto nesta universidade como ao nível nacional.

### Contrato de trabalho

A Retórica informou publicamente (não leu quem não quis!) que fará nova Deliberação sobre o contrato de trabalho docente para o ano de 1986.

No mesmo comunicado, ela fala em "nossa realidade concreta", "fontes de recursos", "investimentos e rendimentos", "viabilização imediata" etc.

Vendo tudo isso junto no processo de gestação da Deliberação, há quem imagine que, na nova política, o professor só renovará o contrato TP e TI, se comprovar previamente que as horas não aula serão efetivamente usadas para gerar entradas em caixa. Ou se muda para o regime hora-aula.

O prazo para discussão do assunto vai até o próximo dia 30 de junho. (J.J.S.)

### "Nova República"

Transição ou transação? Afinal, o que representa a "Nova República"? No próximo dia 13 de junho, será realizado um debate sobre a questão, com a participação de Florestan Fernandes, Paulo Sérgio Pinheiro e Perseu Abramo. O debate é uma promoção da APROPUC, com apoio do DCE, e será realizado às 20 hs, na sala 333.

### SOS-TUCA

O SOS TUCA está promovendo um concurso literário aberto a to-

da a comunidade da PUC. Os trabalhos deverão ter como tema o TUCA e deverão ser na forma de conto ou poesia. Serão concedidos prêmios para os três primeiros colocados, num total de um milhão de cruzeiros.

### Constituinte e cultura

Será promovido também um debate sobre o tema Constituinte e Cultura, marcado para os dias 14 e 15 de junho, no Marquês de Paraná, em (na Monte Alegre), com a participação dos professores Carlos da Silva Telles, Octávio Faria, Antonio Cândido e Renato Ortiz. O cineasta João Batista de Almeida e a atriz Irene Ravache, entre outros.

## Efetivação de um compromisso

É sempre bom lembrar que os colegas professores presentes à Assembleia que deliberou pela continuidade da APROPUC assumiram na ocasião um compromisso de participação direta no encaminhamento do processo de discussão sobre os destinos da entidade. Processo esse que deveria culminar num outro de natureza eleitoral.

Entendendo que isso seria absolutamente necessário é que sugeri aos demais membros da Coordenação que se convocasse uma reunião com todos os que haviam assinado o livro de presenças, e com tantos outros que, mesmo não presentes à Assembleia, tivessem manifestado interesse em participar. Foram conta-

tadas por telefone 79 pessoas das quais 13 compareceram à referida reunião.

Na ocasião, considerei com os colegas presentes a oportunidade de utilizar o questionário que eu havia elaborado com vistas a uma possível pesquisa de opinião junto a todos os professores da PUC, aproveitando-o de outra maneira, já que a idéia da pesquisa apresentada em reunião da Coordenação não havia sido aprovada.

A nova forma seria a de fazer do questionário um instrumento que cada um multiplicasse e entregasse aos colegas mais próximos, sugerindo que refletissem sobre ele e que se reunissem para trocar opiniões sobre o assunto.

A idéia foi aceita pelos presentes e depois eu a sugeri para aos demais professores compareceres não presentes à reunião. Já recebi informações de que os colegas do Centro de Educação aceitaram a "proposta" e estão empenhados na organização da discussão. Outros, porém, estavam preocupados por não terem recebido, entendendo que fosse uma pesquisa e que não sendo dela excluídos.

Que este instrumento e que venham a ser propostos aos colegas auxiliem na tarefa de efetivação do processo de discussão sobre os destinos da entidade.

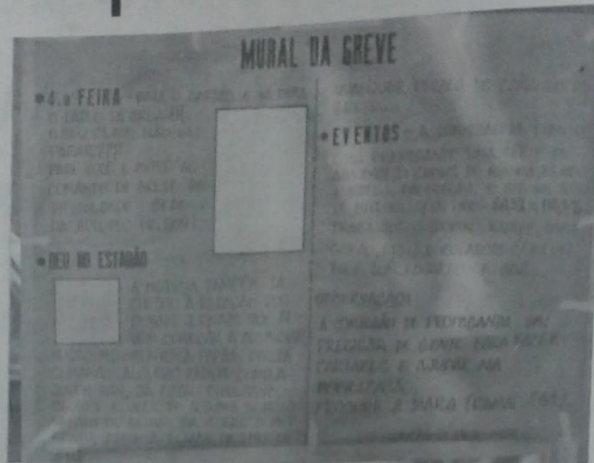
Maria Luísa Santos Rios

## Professor, filie-se à APROPUC

Debate Apropuc – especial greve nº 14 junho de 1985, p. 2.



# As conquistas da greve



A nossa greve de 10 dias foi o resultado da intransigência da Reitoria em atender as reivindicações pleiteadas na Campanha Salarial. Estava mais do que evidente que o INPC de 68,3% era uma verdadeira provocação. A insistência da Reitoria em aplicá-lo somente poderia resultar em uma forte reação dos professores e funcionários.

Já em 1984, a greve dirigida pela APROPUC demonstrou a disposição dos professores em reagir à política de arrocho salarial e à decadência das condições de ensino. Este ano, o movimento grevista se estendeu, englobando professores e funcionários num mesmo movimento e atingindo uma unidade de ação até então nunca vista na PUC.

A coesão de nossas forças obrigou a Reitoria a quebrar sua intransigência e a negociar um acordo minimamente aceitável. Mais um a vez, a greve aliva e a organização independente dos assalariados demonstraram ser o caminho eficaz contra a exploração do trabalho.

## UNIDADE: A MAIOR CONQUISTA

O ganho mais significativo com a greve foi no campo político. Ele se refere à forte unidade alcançada pelos professores e funcionários. Neste aspecto, a vitória foi total. Pela primeira vez, quebrou-se completamente a divisão corporativa dos assalariados. Através da greve ficou evidente que as diferenças de função não eliminam o caráter de exploração do trabalho.

A profunda expropriação sofrida pelos docentes nestes longos anos os deixou nas condições dos funcionários. A unidade alcançada demonstrou que quanto mais se alarga a exploração, mais os trabalhadores tendem à coesão de suas forças.

Na realidade, a ação conjunta da APROPUC e AFAPUC expressou a evolução das lutas sociais em todo o país contra a política de sacrifício e arrocho salarial. A quebra do corporativismo e da divisão artificial entre os assalariados é um problema de grande magnitude para o movimento sindical.

Por essa razão, a unidade alcançada na greve de funcionários e professores foi a realização concreta de uma aspiração geral dos movimentos sociais em pleno crescimento.

Passada a greve, verificamos que os professores e funcionários encontraram uma base comum de mobilização (a luta por melhores condições de trabalho e ensino) que não é passageira, circunstancial, mas que deverá permanecer.

## O RESULTADO ECONÔMICO DA GREVE

Do ponto de vista econômico, a greve resultou num importante avanço. Os 83,5%, correspondentes ao custo de vida, significaram uma reposição real frente aos 68,3% do INPC. Os abonos de janeiro e fevereiro amenizarão o achatamento salarial que se seguirá. A trimestralidade simbólica foi mantida. E a realização da promessa de se estabelecer a escala móvel dos salários dependerá em muito de nossa disposição de luta.

A reitoria lançou a proposta de escala móvel que não pôde ser aceita, pois, nos termos apresentados, perderíamos três meses de reajuste, sem considerar o problema legal colocado. Entretanto, o fato desta questão ter sido colocada como resultado da luta é um passo muito importante, pois se trata de uma reivindicação essencial de todos os trabalhadores.

E fundamental ainda frisar que uma reivindicação central não foi atendida. O condicionamento da reposição salarial de 16,8% à entrada de verbas e 16,8% à entrada de verbas e ao período de 3 anos de gestão da Reitoria é uma situação completamente inoperante.

Devido a todos esses aspectos, consideramos que as conquistas econômicas foram parciais. Sem a greve estaríamos submetidos a um arrocho muito mais intenso. Por essa razão, a não pode ser vista isoladamente dos avanços de nossa organização e do

potencial de luta acumulado pela experiência, ambos fundamentais para mantermos a resistência à exploração.

## QUEM PAGA A CRISE?

A Reitoria insistiu em que os grevistas abrissem mão das reivindicações em função da crise financeira da PUC. Novamente (no passado usou dos mesmos argumentos) a realidade foi invertida. Procurou-se jogar a responsabilidade da crise financeira sobre os ombros dos professores e funcionários. Segundo a Reitoria, esta não poderia atender as exigências dos grevistas porque teve como legado a histórica crise financeira. E, portanto, as reivindicações pleiteadas colocavam em risco a estabilidade da Instituição.

Ora, a Reitoria emitiu que a crise histórica foi sempre mantida com o histórico arrocho salarial dos trabalhadores desta Instituição (sem contar com as altas taxas dos alunos). Logo, está claro que os assalariados não são responsáveis pela crise financeira, mas sim os responsáveis pela crise financeira.

Deste ponto de vista é falso o dilema colocado pela Reitoria: **Todos somos responsáveis pela crise financeira.** A diferença está em que as Reitorias administraram os déficits e real desestabilização está em que os assalariados são colocados a produzir sob degradantes condições de vida e trabalho.

Esta contradição veio à tona com a greve e novamente reaparecerá, pois no caso concreto da PUC, está em questão um negócio mal sucedido de dar o arrocho salarial e golpear ainda mais as condições de ensino, em função da crise financeira, conduzirá a escolas prioritariamente empresariais.

O caminho progressivo que se coloca é o de abrir claramente, e sem receios, a **discussão do ensino público e gratuito** que sem dúvida, terá uma

enorme importância na superação da crise geral do ensino.

Na medida em que os funcionários e alunos continuam a crise da PUC, optando pela via de melhor condições elementares de trabalho, invés de contrapor, como a Reitoria, as condições dos assalariados à estabilidade da instituição, devemos colocar o próprio ensino público em contradição aí é outra e novos rumos.

## A GREVE E OS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Um dos momentos mais importantes da greve ocorreu quando da convocação dos órgãos colegiados. Com esta medida, objetivamos a possibilidade de confrontar representantes eleitos por colegiados e o movimento grevista. Isto porque a Reitoria convocou-os para discutir as condições pleiteadas e a participação na divisão da greve. Para a abertura de uma nova discussão e decisão sobre a greve, através da qual se poderia obter a maioria necessária para a greve, através da qual se poderia obter a maioria necessária para a greve, através da qual se poderia obter a maioria necessária para a greve.

Entretanto, tal movimento não ocorreu. A Assembleia Geral dos professores, com a maioria dos membros, não se reuniu. Os membros da Assembleia Geral (organismo máximo da greve) e a possibilidade de a greve a partir daí ser decidida.

Pela primeira vez na história da PUC, a Assembleia Geral não se reuniu. Pela primeira vez na história da PUC, a Assembleia Geral não se reuniu.

exercida diretamente pela maioria que compõe a Universidade. E não há o exercício mais direto da democracia, isto é, da vontade soberana da maioria, do que uma greve total e uma Assembleia Geral representativa do movimento.

A iniciativa de opor, em nome da democracia, os órgãos colegiados à soberania da Assembleia Geral foi apenas mais uma tentativa para esvaziar o impeto da greve. Assim, esta posição da Reitoria contrariava a verdadeira democracia, que se realizava.

Através da prática pudemos ver que a democracia tem valor para a maioria quando se constitui em um instrumento para o avanço das conquistas progressivas e, portanto, como tal, não pode estar em oposição às aspirações dos assalariados. Caso os órgãos colegiados tivessem sido colocados a serviços da Reitoria contra a greve, na certa estariam mortos como órgãos eleitos diretamente pelos próprios grevistas. Assim, a afirmação da soberania da Assembleia Geral foi responsável também por resguardar a experiência que começa a ser realizada através dos órgãos colegiados, eleitos e paritários.

Os representantes estudantis, não envolvidos diretamente com a greve, compreenderam muito bem a posição da Assembleia Geral e com ela se solidarizaram. foi um importante passo dado pelos três setores que compõem a maioria universitária: professores, funcionários e estudantes. A consolidação deste laço é uma tarefa que permanece em vigor.

#### A CONTINUIDADE DA LUTA

Inúmeras tarefas continuaram abertas após a greve e inúmeros problemas teremos que enfrentar. A permanência de nossa organização e a disposição de mobilização são fundamentais para mantermos as conquistas e prepararmos as novas lutas que certamente serão colocadas brevemente. Nas condições atuais de anarquia econômica do país, as nossas conquistas parciais serão rapidamente consumidas. Neste sentido, a defe-

sa da **escala móvel dos salários** ganhará amplitude em nosso próximo dissídio. A APROPUC manterá constantemente em pauta a adoção da escala móvel, apresentando uma clara proposta na Comissão de Estudo.

Da mesma forma, a questão da crise financeira da PUC poderá ganhar uma amplitude inesperada caso os prognósticos da Reitoria se confirmem. Não podemos nos esquecer que voltamos ao trabalho sob a ameaça de atraso salarial. Somente este fato é suficiente para nos mantermos organizados e mobilizados. É previsível que algumas mudanças poderão ser executadas pela Reitoria, como por exemplo a do **contrato de trabalho**, que envolve diretamente a nossa vida profissional. Ligados a tudo isto, temas como ensino público e gratuito e verbas para as escolas pagas estão em pauta, motivados pela situação deficitária da PUC e pela crise geral de ensino.

Como podemos notar, as inúmeras questões acima apontadas exigem uma ação vigorosa dos professores e funcionários. Para que isto ocorra é necessário que os nossos colegas participem ativamente das reuniões convocadas pela Associação e das comissões que estão sendo formadas.

#### FORTALECER A APROPUC

A APROPUC demonstrou ser vital para a defesa do trabalho e do ensino. Não há nada que possa justificar a desativação de uma organização classista e independente, criada contra a exploração.

Há pouco tempo atrás a APROPUC, passou por uma séria crise de direção, que chegou a ameaçá-la de extinção. Não faltaram aqueles que argumentaram a inocuidade da APROPUC na atual conjuntura. Entretanto, a expressiva votação nas eleições da Associação demonstrou que as bases tinham uma aspiração muito diferente.

A APROPUC foi e continua sendo um importante instrumento de luta independente dos professores. Por essa razão, os nossos colegas não

apenas elegeram uma nova direção, mas a elegeram para enfrentar o arrocho e a crise constantemente ameaçadora da PUC.

O essencial também foi que defenderam a existência da APROPUC, não como organismo burocrático, mas para protagonizar a greve mais vigozosa dos últimos tempos na PUC. E quem fez da greve um extraordinário instrumento de ação foram os próprios professores. Aqueles que vivenciaram a organização de nosso movimento puderam verificar a disposição de trabalho e a firmeza nas discussões sobre a condução da greve.

E verdade que alguns colegas permaneceram passivos à grande movi-

mentação e ao jogo dos conflitos refletidos no processo de negociação com a reitoria. Mas o importante é que o tom da greve não foi dado pela passividade, mas sim pela mobilização e organização.

Sem dúvida, todo esse processo fez crescer a consciência da importância da APROPUC e nos cabe agora fortalecê-la ainda mais, através da participação direta em suas atividades, ampliando o quadro de associados para torná-la ainda mais representativa.

Por tudo isso,

CRUZAR OS BRAÇOS NÃO É A NOSSA

APROPUC



Debate Apropuc – especial greve nº 14 junho de 1985, p. 5. Piquetes durante a greve no campus Monte Alegre.

# Quem é o patrão

APROPUC DEBATE

## Coisas que aprendemos nas campanhas salariais

Aqui na PUC/SP, em ocasião de campanha salarial, ficam frente a frente professores e funcionários de um lado, e reitoria do outro.

Essa situação tem gerado interpretações do tipo: "Estão postos empregados e empregador".

Sendo correta essa denominação no que diz respeito ao primeiro pólo, em relação ao segundo não o é. Isto porque não é a reitoria que nos emprega. Para quem ainda acredita que a denominação está correta em seu todo ou tem alguma dúvida basta dar uma rápida "olhada" no contrato de trabalho e constatar que quem nos emprega é a FUNDAÇÃO SÃO PAULO. Batendo os olhos no "hollerit" fica também sabendo que a empregadora, isto é, a mantenedora da PUC/SP é a referida Fundação.

Diante disso, pelo menos duas perguntas vêm à nossa mente. A primeira delas é a seguinte: Porque, não sendo a reitoria o empregador, ela ocupa o lugar do empregador? A segunda pergunta é: Quem é afinal esse empregador? Quem é afinal essa mantenedora?

Uma resposta mais imediata à primeira questão poderia ser dada afirmando-se que mesmo não sendo a mantenedora, a reitoria nos instantes de negociação salarial passa efetivamente a representá-la, enquanto professores e funcionários se fazem representar por suas respectivas entidades de "classe" (a APROPUC/SP e a AFAPUC/SP).

Não seria mais "lógico" que, em se tratando de uma reitoria eleita diretamente por professores, funcionários e alunos, ela nessas ocasiões fosse a portadora das reivindicações trabalhistas junto a mantenedora, defendendo-as, então, juntamente com as diretorias das entidades?

Poderíamos argumentar que, qualquer que seja o empregador (a mantenedora), é melhor negociar com ele pela mediação da reitoria do que diretamente.

Mas, mesmo que isso seja válido é, a meu ver, absolutamente necessário que todos tenhamos claro quem é o empregador. E aí chegamos na segunda

pergunta feita anteriormente. E aí começam as maiores dificuldades...

Como eu, certamente outros colegas em algumas das tentativas de conhecer "essa desconhecida", tendo consultado colegas que talvez pudessem saber, ouviram que, em verdade, a Fundação São Paulo não passa de um "artifício jurídico" a ponto de, na realidade, a PUC/SP manter a Fundação e não o inverso, ou, em outras palavras, que não passa de uma grande (e pesada...) abstração.

A dificuldade é de tal ordem, pois são tantas as desconversas, são tantas as conversas interrompidas, que chego a supor que essa situação de indeterminação seja produto de uma eficiente estratégia da mantenedora com o objetivo de, não abrindo mão da direção, isto é, do controle sobre o processo educacional que se desenvolve na PUC/SP, transferir para os alunos e para o Estado toda a responsabilidade sobre os encargos relativos aos custos desse processo, responsabilidade essa que em parte também seria diretamente sua, enquanto mantenedora.

Em outras tentativas de conhecer "essa desconhecida" os resultados tem sido mais concretos. Considero, assim, a tentativa que levou a colocar na pauta de discussão do I Encontro de Professores da PUC/SP, em 1982, o item "PUC/SP e a Fundação São Paulo".

Nessa ocasião os organizadores do encontro solicitaram à professora Maria Amélia Azevedo Goldberg uma análise dos Estatutos da Fundação, tendo sido publicada num "Cadernos de Subsídios para o I Encontro".

Tal caderno foi distribuído na ocasião a todos os professoras.

Foi com base nesse material que fiz alguns esclarecimentos e, a partir destes, algumas indagações quando de minha participação de um debate sobre "Verbas para a PUC/SP", durante o período da última greve.

Através desses materiais é que

compreendi que, cabendo à Fundação São Paulo **manter e dirigir** a PUC/SP, cabe à reitoria (na pessoa do reitor) um espaço de decisão efetiva muito pequeno, quase nulo, no caso de sua opinião, enquanto representante dos professores, funcionários e alunos, vir a conflitar com a opinião dos demais membros do Conselho Superior, todos eles membros da hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana em São Paulo.

Fica assim respondida a segunda pergunta: O nosso empregador, ou em outras palavras, a mantenedora da PUC/SP é a Igreja Católica.

Supondo-se, então, que a situação de indeterminação ou de opacidade em torno do que vêm a ser a Fundação São Paulo possa ser produto de uma eficiente estratégia da mantenedora, podemos também supor que a Igreja Católica em nenhum momento deixou de exercer ou perder a direção do processo educacional que se desenvolve na PUC/SP.

Podemos supor, ainda, que essa direção, que é uma função de natureza política, não tem criado maiores problemas, senão os de ordem econômica de uma instituição "eternamente" em crise financeira, para professores, funcionários e alunos, porque tal direção tem um conteúdo que poderíamos chamar de progressista em comparação com outras correntes de pensamentos contidas no interior da Igreja Católica.

As evidências apontam, também, para o fato de nunca ter a mantenedora assumido a responsabilidade direta de participar da manutenção econômica da PUC/SP, como forma de viabilizar (economicamente) uma instituição de ensino superior comprometida com a liberdade de pensamento; e com um consequente pluralismo ideológico, bem como com a liberdade de organização dos segmentos que compõem internamente a universidade.

As evidências apontam, ainda, para o fato de que sempre que assumiu, no

passado e no presente, as responsabilidades de buscar fontes de recursos para o Estado e pelo mecanismo do repasse de verbas públicas para a instituição particular a saída para a solução das dificuldades econômicas.

Tanto assim é que, antes de 1964, o Estado (Governo Federal) chegou a responsabilizar por mais de 70% do orçamento da PUC/SP e agora, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 1, a Associação Brasileira das Escolas Particulares (ABESC) apresenta uma proposta ao Governo Federal no sentido de que participe em até 30% do orçamento de toda escola particular que venha a ser considerada como "comunitária". Há de evidente risco do uso de artifícios de ordem jurídica, por parte dos diferentes grupos para a comprovação que a escola de cada um se enquadra no modelo e de que, consequentemente, venhamos a assistir mais uma vez a divisão de escolas particulares "comunitárias" não indica a referida Associação contrapartida, qualquer alteração dos Estatutos das Fundações. Portanto, abre mão em momento algum da função de controle sobre o processo educacional.

Diante disso, bem como diante do consentimento da Reitoria da PUC com relação a esse documento da ABESC, estou convencida da necessidade de nós, professores, funcionários e alunos decidirmos imediatamente enfrentar o desafio de colocar como tema de reflexão rigorosa o Estatuto da Fundação São Paulo.

Sem isso permaneceremos nessa situação criada para nós mais especificamente a partir de 1982, com a vitória de Franco Montoro para governador do Estado, a afirmar em palavras uma coisa, mas com nosso compromisso com o ensino público gratuito, e afirmar em atos outras coisas, qual seja, a compactação com a existência de uma política de repasses de verbas públicas para as instituições particulares.

Maria Luisa Santos

## Avançar na luta da liberdade Sindical



A última campanha salarial dos professores da rede particular foi pró-diga em boas novas: greves em várias escolas, grande participação da categoria, avanço nas reivindicações salariais. Tudo isso, por sua vez contribuiu para atualizar a questão organizacional em termos bastante concretos:

dicatos" e tendem a criar, na própria luta, suas formas de organização.

Entra-se, assim, numa rota de colisão, pois esses movimentos apontam para a necessidade de um organismo sindical de nível superior, que coordene as lutas das várias escolas num âmbito maior.

Como nos organizarmos para fortalecer nossas lutas intra e inter-escolas?

Que tipos de organização constir para esse objetivo? Que papel jogam nesse processo, por um lado, as associações de docentes e, por outro, o sindicato oficial?

Acredito que uma análise das recentes lutas dos professores poderá fornecer elementos de respostas a essas

Nesta universidade, por exemplo, a APROPUC teve um papel destacado na preparação e na condução da greve. Reciprocamente, a greve fortaleceu a entidade que, até meados do primeiro semestre, estava à beira da dissolução. O importante é que se evidenciaram características positivas da APROPUC tanto na fase de esvaziamento como na subsequente recuperação: trata-se de um organismo que, ao contrário dos "sindicatos" oficiais, só existe com a participação (ativa ou passiva) dos professores.

Também nas outras escolas, as próprias lutas apontaram a necessidade de aprimorar a organização da categoria. E, com isso, floresceram os movimentos pela criação de associações de docentes.

Portanto, o próprio movimento realçou, uma vez mais, a necessidade de organizações bastante ágeis, sem grandes entraves burocráticos, conglômerados pelos professores em luta. Há uma diferença entre estes e o que já é uma tradição nas lutas dos trabalhadores brasileiros. Tem-se, de um lado, já existente e acabada uma aparelhagem na rede de "sindicatos" oficiais, com recursos bilionários extorquidos dos assalariados (vem aí a taxa sindical, mas que, nos momentos de crise, mais nos folheia e bloqueia do que ajuda e dirige. Por outro lado, os movimentos nascem fora desses "sin-

Precisamos de uma entidade estruturada para a luta, desvinculada de quaisquer atividades assistenciais, com estatutos que expressem a vontade de seus associados. De uma entidade que dependa, para sua própria existência, da voluntária sustentação política e material pelos professores, de uma entidade cuja razão de ser derive de nossas lutas. Precisamos, em suma, de um sindicato.

Nossa tarefa é, portanto, construir uma entidade que seja a extensão das AD's e não ingressar em um aparelho que é a negação de tudo o que os professores estão construindo, na luta, em cada escola.

Razões de ordem política também contribuem para atualizar esse objetivo. Frente à nova constituinte, é hora de lutar efetivamente, pela conquista das liberdades democráticas mais caras aos trabalhadores, entre elas a liberdade de organização política e sindical. Como empunhar essa bandeira e, ao mesmo tempo, defender o fortalecimento do SINPRO?

Discutamos fraternalmente com os que viram no esvaziamento da APROPUC um alvissareiro sinal de revitalização da "sociedade civil", mas sempre se dispõem a revigorar o sindicato de Estado. Alertemos aos que, nesses tempos de neo-populismo, pretendem depositar a organização dos trabalhadores nas mãos do aparelho estadual que o futuro que nos acenar acabou que em 1964. Deixemos claro que não diremos, como bois mansos, para os mesmíssimos currais que nos aprisionarão, outra vez, a um passado de triste memória.

É hora de apontar par ao novo. É hora de lançar as bases de um sindicato livre para os professores de São Paulo.

Lúcio Flávio Rodrigues Almeida

## Vamos atuar também no Simpro



Mais uma vez, este ano, a diretoria do SINPRO foi ao DRT e sentou-se à mesa de negociações para assinar um acordo que não representou o desejo da categoria, submetendo-se mais uma vez aos interesses patronais, e obrigando assim, que movimentos isolados de professores partissem para uma luta na conquista de maiores índices.

A divulgação de Assembléia em jornais de pequena circulação, ao longo desses anos todos, foi uma das diversas formas de manobra utilizadas por aquela diretoria a fim de impedir que a categoria pudesse participar massivamente das discussões e reivindicações de seus interesses.

A dificuldade (para não dizer impedimento) no tocante a sindicalização, foi mais um dos artifícios daquela diretoria para impedir a participação dos professores na luta de seus interesses.

O SINPRO possui uma receita substancial recolhida através das taxas assistenciais e dos impostos sindicais que, se investida de forma adequada, poderia fortalecer cada vez mais o movimento da categoria.

Assim, a manobra e omissão do SINPRO têm impedido o avanço da luta.

Concordemos ou não, o SINPRO é ainda o carro chefe que, por lei, decide sobre nossos salários e interesses trabalhistas.

Neste sentido, é preciso sindicalizarmos e não só isso, é preciso tomarmos a direção da entidade, a fim de acabar de uma vez com o peleguismo.

Com a máquina sindical nas mãos, podemos usufruir não só dos direitos

legais como também da infra estrutura ali instalada.

Concordamos que o sindicato está atrelado ao Estado e que, por tanto, sofre ou pode sofrer influência deste.

Todavia, achamos que isso dependerá da diretoria que estiver à frente do Sindicato e como argumento damos o exemplo do episódio da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de S. André (?), onde a diretoria, mesmo tendo sido cassada, deu continuidade ao movimento grevista.

Quanto às AD's, achamos que devem continuar, pois não podemos jogar por terra todos estes anos de organização e conquistas, mas é preciso ver a categoria como um todo, ou seja, é notório que nem todas as escolas possuem AD's, seja pelo receio ou dificuldade de seus professores em se articularem, seja por receio de entrarem em uma entidade não reconhecida pelas leis trabalhistas, seja por sofrerem pressões da entidade mantenedora, seja por problemas financeiros. As dificuldades financeiras encontradas pelas AD's para concretizarem suas lutas são incontestáveis (procurar saber com a APROPUC). E isso, ao nosso ver poderia ser suprimido ou minimizado caso pudessemos utilizar da infra estrutura do Sindicato.

Neste sentido, defendemos a tese de que a sindicalização se faz necessária, entretanto, sem abandonarmos a luta pelo crescimento do número de AD's e de seu fortalecimento. Gostaríamos ao terminar este artigo de propor ainda um debate sobre a importância de ocuparmos outros espaços políticos, ou seja, o dos partidos, pois acreditamos que neles poderemos obter também conquistas ainda maiores, principalmente se levarmos em consideração o movimento pró constituinte deste momento.

Nicola Centrone.

De 18 a 20 de fevereiro do ano que vem estará reunido, pela primeira vez, o Congresso Nacional de Docentes Universitários, na cidade de Campinas. O objetivo do encontro é decidir sobre a criação de uma entidade nacional da categoria. Neste final de ano, em grande parte das universidades brasileiras estão sendo escolhidos os delegados que representarão seus colegas naquele Congresso. Esses delegados deverão levar propostas sobre a necessidade, ou não, da fundação da entidade nacional e, em caso positivo, que estrutura ela deverá ter.

A APROPUC tem participado do movimento mais geral dos professores, de todos os graus, praticamente desde a sua fundação, em 1976. Em vários momentos seus associados puderam se manifestar contra ou a favor de organizações que unificassem as lutas dos docentes, em suas mais diversas especificidades. Dois momentos, ainda du-

Debate Apropuc nº 4, dezembro de 1980, p. 8.

## • **Apropue:**

decidiu-se na Assembleia extraordinária de 3/9, apesar do problemático — e exíguo — número de presentes: promover discussões nos Deptos sobre a viabilidade da PUC e política salarial, além de propor liberação de cheques especiais em atrasos futuros.

# EDITORIAL

# EXTRA

A recente greve dos professores foi um momento exigente para todos. Contudo, a vida do corpo docente já trazia suas exigências há muito tempo. Quantos não tiveram que largar pra trás a vontade de contribuir para um ensino libertador, criador? Quantos não foram forçados por aluguel, supermercado, o leite das crianças, a mudar de emprego e de proposta de vida? O estômago dos que iam ficando, amassou muito atraso de pagamento, muita taxa de juros, muito "desculpe, mas estamos construindo", muita falta de verba, muita invasão. Correndo entre um emprego e outro, talvez sobrou aos mestres um tempo para reflexão.

Foi preciso parar e a parada se fez possível. Nas assembleias promovidas pela Apropuc, a teimosa semente democrática,

saída dos paiois de resistência, brotou frutos de participação. Contribuí para tanto a informação, desenterrada pelas comissões, fornecida pela Reitoria. A esta coube o papel de interlocutor leal, democrático, preocupado também pelos setores mais necessitados da Universidade.

Porandubas, com esta edição produzida em tempo record, pretende ampliar a informação levantada durante a greve. Foi ouvir também variadas opiniões. Deste modo, alargam-se participação e debate. Assim também reafirmamos nosso compromisso de servir à comunidade-PUC como um todo e não apenas a setores específicos. Vai aí o necessário agradecimento final a todos os que ajudaram a encontrar rumos para esta edição.

# Greve e lu

DEPOIMENTO do grupo de professores responsável pelas propostas aprovadas nas Assembléias dos dias 26/4 e 3/5.

## POLITIZAÇÃO

Para começar, achamos que o atual movimento representou um substancial avanço da consciência e do nível de organização dos professores da PUC, e este avanço se deu em relação direta com a luta salarial. Em outras palavras, o avanço se deu junto com o ato do professor se assumir como assalariado, como uma categoria que tem com a "gerenciação" uma relação de patrão e empregado. Tivemos também uma efetiva politização das nossas atitudes frente à Reitoria, a partir de agora olhada criticamente pela maioria dos professores. A forma como nós, trabalhadores do ensino na PUC, assumimos junto com a APROPUC a organização do movimento reflete a elevação de consciência que tivemos e o aumento da politização das relações dentro da Universidade Católica.

Neste sentido, achamos que uma das grandes vitórias deste movimento foi o fortalecimento da nossa entidade representativa, a APROPUC. Se antes ela se movia mais por questões, por assim dizer, éticas, agora ela passa decisivamente para o terreno das reivindicações trabalhistas. Com isso, tivemos o crescimento do número de associados e sucessivas assembléias com número recorde de participantes.

decidiu que P...  
Itacoatiara em julho para treinamen-  
tos na área rural através do PROTER:



### **APROPUC: ASSEMBLÉIAS**

A fim de encaminhar propostas dos docentes para a Reforma dos Estatutos, haverá dia 27/5 três assembleias preparatórias (às 9, 14 e 20h) as quais levantarão propostas para a Assembleia Geral, a se realizar dia 28, 4a. feira às 20 horas.

A comissão de salários, que levanta a situação salarial e financeira da PUC, se tem reunido às terças-feiras às 17 h. na sede. Todos convidados.

### **COMIDA SEM ATRAVESSADORES**

Em Lins existe uma roça comuni-  
tária fruto do trabalho...

## "NÃO QUERENDO SER CHATO, MAS..."



### CURSOS DE EXTENSÃO

O Setor de Cursos de Extensão (SEAE) mudou-se para a sala 6 do Prédio Novo. Contudo, a mudança não foi apenas de local. Trata-se de um remanejamento em que os cursos deverão passar pelos chefes de Departamentos para poderem ser efetivados. Com isto pretende-se ligar mais tais cursos à estrutura acadêmica da Universidade.

### FALTA DE GRANA

Dia 15/4 sala nossa edição anterior. Neste mesmo dia era feita uma mesa redonda em que se reuniam Reitoria, DCE e Associação de Funcionários e Professores. Convidados à mesa, o representante da UEE e José Basílio Siqueira, camponês de Conceição do Araguaia, que pediu apoio ao Sindicato Rural de lá, tendo sido calorosamente acolhido pelas mil pessoas presentes.

Foram lidos pelo Lalo, pres. APROPUC, os manifestos conjuntos assinados por Reitoria e Entidades, em que se mobilizava a Sociedade Civil para cobrar do governo seu dever de democratizar o ensino. A PUC não é uma empresa, mas é lugar onde se gesta a cultura e seu projeto é no sentido de toda a sociedade. Além disso, o alunado já chegou nos limites de suas possibilidades como financiador.

A seguir, Geraldo, pres. AFAPUC reafirmou o que estava nos documentos. Érico, do DCE, lembrou que esta luta não interessa apenas aos estudantes mas ao povo, brutalizado há mais de 16 anos. As reivindicações dos funcionários e professores por melhores salários são justas e motivam uma posição unida de todos os setores por mais verbas. O Vice-Reitor, pe. Edênio, lembrou o papel mais amplo de uma Universidade, que não é apenas ministrar aulas: nossa preocupação é

cur  
2- S  
tati  
ver  
no  
3- E  
alim  
com  
Cea  
vess  
4- I  
goz  
gral  
da  
este  
5- C  
sede  
exis  
pon

Pós-  
caç  
sade  
Pós

...os a impressão de  
...com a Reforma  
...és de baratear os  
...do o pessoal tanto  
...ênico. Um segun-  
...sídios dão índices  
...das anuidades, já  
...te é o problema  
...dio novo também  
...talvez uma comis-  
...ios, professores e  
...blemas da PUC e  
...de forma racio-  
...ssoais. Durante a  
...gou a haver uma  
...fessores e funcio-  
...nalmente todos os  
...ra ao Reitor.  
...ao nosso movi-  
...s. Há uma lista  
...de todos os cen-  
...uma questão de  
...é que a gente seja  
...completamente,



...a mesma ins-  
...em nossos  
...antes prosse-  
...do justa  
...ofessores: por  
...? A resposta,  
...a situação das  
...as subvenções  
...m 78 a verba  
...7%. «No ca-  
...das mensali-  
...00. Se esta  
...para oferecer  
...am todos es-  
...toria se una  
...o MEC mais  
...». Referindo-  
...a nota afir-  
...rem aulas e  
...res condições  
...nota termina  
...o movimento  
...ção de re-or-  
...estudantis, a  
...ssociações da  
...e mais verbas

Xane, Pedro Paulo, Lalo

## assembléias

# O movimento continua

Dia 3/5/79 à noite. Mais de 300 pessoas superlotam o Tuquinha, como já vinham fazendo nas assembléias e debates dos dias anteriores. Desde as assembléias do final do ano passado, passando pela troca de correspondência e contatos com a Reitoria, pelos debates em departamentos e no Conselho de Representantes da APROPUC, um momento novo foi gestado. O interesse e participação foram fazendo a informação ser distribuída. A paralisação para discussão e coleta de dados, por comissões tendo em vista a reivindicação central de aumento escalonado de 20% até 12%, trouxe cada vez mais gente ao debate e conhecimento dos problemas da PUC.

### CONTRAPROPOSTA

Na tarde do mesmo dia 3/5 foi feito o quarto encontro entre a diretoria da APROPUC e a Reitoria. Esta entregou sua contraproposta a ser analisada na assembléia da noite que decidiria a continuidade do movimento. Os termos da contraproposta:

- 1- continuidade das 3 comissões ao lado da Reitoria e da administração para dar resposta às questões não suficientemente respondidas no dia 2/5.
- 2- aumento de Cr\$1 mil fixos, a partir de agosto para o auxiliar de ensino de 40 horas e proporcional para os de tempo parcial.
- 3- Se vier metade da verba pedida de Cr\$30 milhões este aumento será garantido; se a verba for maior, haverá nova proposta.
- 4- Se não vier, há risco de atraso dos pagamentos de novembro e dezembro, devido a empréstimos que será necessário levantar.
- 5- A hora-aula passará de Cr\$194,00 a Cr\$205,00.

Esta medida atingiria cerca de 650 auxiliares de ensino, onerando o orçamento em aproximadamente 12 milhões (com encargos). Não haverá repasse para os alunos. Não se trata de antecipação salarial: é aumento mesmo.

Há outra medida que será apresentada à AFAPUC, Associação dos Funcionários: os mesmos Cr\$1 mil para os funcionários que recebem até 8 salários mínimos, num total de 883 pessoas.

### REAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

Os debates se seguiram analisando a contraproposta. Ressaltou-se que o

momento era de avaliar o fundo a situação do auxiliar de ensino, suas condições de trabalho e de representação nas decisões da Univ. Mais da metade do corpo docente pertence a esta categoria que mostrou seu peso e sua disposição de dedicação à carreira universitária.

Houve quem considerasse a contraproposta confusionalista, pois divide os professores, dividindo a luta. As outras categorias também não têm um padrão salarial digno na PUC. Apesar de o aumento ser "uma miséria" foi valorizada sua importância como vitória política e uma prova concreta de que a mobilização dos professores conseguiu abertura da Reitoria.

Uma preocupação dos presentes era uma forma de prosseguir e ampliar as mobilizações levando a conquista obtida para outras áreas das condições de trabalho.

### DECISÕES

A profa. Téia apresentou a proposta — que foi aceita — de um grupo de auxiliares de ensino. Esta proposta coincidia no essencial com outra elaborada pelo pessoal do Centro de Educação (divergiam quanto ao dia da volta ao trabalho), apresentada pelo prof. Dermeval. A assembléia decidiu:

- 1- Constituição de um órgão permanente para conseguir verbas do MEC
- 2- A comissão de estudo da CLT encaminhará questões para um advogado trabalhista a ser constituído pela Apropuc que as levará à Reitoria e — se necessário — à Justiça
- 3- A comissão de orçamento permanecerá junto à Apropuc para possibilitar maior participação dos professores nas decisões da Univ.
- 4- Não-aceitação imediata da contraproposta da Reitoria pois ela é apenas uma re-abertura das negociações. Haverá uma assembléia deliberativa dentro de 21 dias (a partir de 3/5) para avaliar o movimento e dar tempo para analisar mais detidamente a contraproposta.
- 5- Volta às atividades acadêmicas dias 4/5 porque com a contraproposta a Reitoria reabriu o diálogo.

Foi aprovada também a elaboração de uma carta aberta aos alunos e à população em geral explicando o movimento além de uma comissão para rever o estatuto quanto à ampliação da participação dos docentes na Univ.

# APROPUC *DEBATE*

## Uma Greve Vitoriosa



Balanco Geral  
do Movimento



- Balanco da greve
- Andes
- Polêmica: questão sindical
- Questão das verbas
- Crise no ensino

**A MOBILIZAÇÃO**  
A APROPUC, APROBASP, APROFA-  
e a regional da ANDES iniciaram a  
mobilização para exigir uma clara atitude  
por parte do SIMPRO, que costumeira-  
mente se opõe aos interesses dos  
professores. Em torno desta pressão, a  
ANDES e as AD'S fizeram algumas  
ações no Sindicato e conseguiram  
garantir a representação para 21  
delegados.

Avanço da Greve APROPUC DEBATE 3

---

**Campanha Unificada:  
Um Importante Avanço**

Debate Apropuc especial greve de 1985 p. 3



Depois do II ENAD, as Associações de Docentes voltarão a se reunir em julho, por ocasião da SBPC. A Apropuc levará posições a serem tiradas nas Assembléias marcadas para o mês de junho.

to Econômico e Social.

Volto ao País em 1977, oito anos depois de ter partido, e posteriormente assumiu a coordenação do Curso de Pós Graduação em Economia na PUC.

Também lecionava economia na Fundação Getúlio Vargas e era pesquisador do Cebrap.

**CALIL**



## Associação de Professores: um fato novo na Universidade

A Apropuc foi convidada pelos organizadores da I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo no mês de abril, para coordenar os debates sobre o papel das Associações de Docentes Universitários. Compuseram a mesa, além do presidente da Apropuc, Prof. Laurindo Leal Filho; os professores Jorge Lorenzetti, vice-presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina; Paulo Inácio F. Almeida, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba-Campus João Pessoa e José B. Scheneider, Secretário-Geral da Associação dos Docentes da Unicamp. Aqui está a exposição inicial do presidente da Apropuc.

ras: são político-econômico. De um lado os empresários ensinam-se dos elementos mais combativos que procuram organizar os seus colegas. outro promovem a rotatividade da mão-de-obra para provocar o rebaixamento salarial, na prática infelizmente institucionalizada na sociedade brasileira, e que dela não exclui o professor universitário.

coesão de suas forças.

Na realidade, a ação conjunta da APROPUC e AFAPUC expressou a evolução das lutas sociais em todo o país contra a política de sacrifício e arrocho salarial. A quebra do corporativismo e da divisão artificial entre os assalariados é um problema de grande magnitude para o movimento sindical.

## ACÇÃO CONJUNTA

Em Brasília, conta Eliandre — presidente do DCE —, vimos que o é um Ministério fantoche, quem nas verbas é mesmo o SE-Enquanto esta tem Cr\$ 220 milhões, o MEC tem Cr\$ 2,4. A dotação educação em 1980 é menor ainda do ano passado." Eliandre acha que a Brasília foi infrutífera pois "que as prioridades do país são para educação: o essencial é a mão-de-obra".

Contudo, houve um salto qualitativo nas últimas movimentações. Há uma consolidação de unidade em todos os setores, compreensão da situação e busca de uma solução conjunta. Em Brasília mesmo ficou marcada uma reunião de avaliação da Reitoria e as entidades, a qual se realizou em 27/3. As visões foram bastante convergentes e concretamente propuseram a elaboração conjunta de um manifesto para toda a população (é a Aliança que a Reitoria assina um manifesto conosco). O representante da Reitoria é o Pe. Edênio. Também propomos um debate público a que chamamos a divulgação mais ampla possível.

## AUTOCRÍTICA

Eliandre reconhece que "nos anos anteriores percebíamos no MEC o principal. Contudo na luta concreta contrapúnhamos à Reitoria. Isto, reconhecemos nos boicotes instrumento válido de mobilização das colegas, o que sensibiliza o MEC. A única forma de sermos ouvidos é através da unidade, na oposição ao Regime. Nossa perspectiva principal é não ferir a unidade recém-constituída, além de ampliar o âmbito de atuação, pois todo o povo é afetado pela falta de verbas, a cultura brasileira desta forma é atingida duramente".

A luta contra o repasse é um apêndice anterior, por mais verbas. Muitas vezes não têm condições de pagar 18%, que além disso será mais uma forma de o governo se desencilhar de suas obrigações. Os estudantes devem participar ativamente contra o repasse — os professores, funcionários e a Reitoria podem solidarizar-se conosco porque o repasse é um encargo do governo com a edu-

## A PUC vai fechar Esta nova unidade

### PROFESSORES

Laurindo Leal Filho, o Lalo, presidente da Associação de Professores, é taxativo: "sem recursos externos, a PUC é inviável. A Educação é obrigação do Estado: por isso, a APROPUC nunca descuidou da luta por mais verbas. Assim, nossas atuais manifestações são continuidade de um trabalho anterior, com a única diferença de que agora os outros setores da PUC também levantam o problema publicamente."

### INTRANQUILIDADE

Em 79 houve uma reunião da Coordenação Nacional das Associações de Docentes com o Ministro Portela. Na ocasião, Lalo mostrou a situação específica das Católicas ao Ministro, o qual reconheceu a gravidade do problema dizendo que ele estava nas mãos do Presidente da República. "No entanto, conta Lalo, uma solução a curto prazo não foi obtida e estamos diante da insolvência iminente da Universidade. De um lado, isso traz intranquilidade ao docente quanto a seu salário. Essa intranquilidade se reflete na qualidade de ensino: sabemos de professores que pretendiam dedicar mais tempo à PUC e que se viram obrigados a buscar outras atividades para não serem surpreendidos pela falta de um meio de sobrevivência. De outro lado, a possível interrupção do funcionamento da PUC pode causar pesado ônus à vida cultural do país."

### QUESTÃO PROBLEMÁTICA

"No 2º Encontro Nacional de Associações de Docentes, em João Pessoa, em fevereiro, houve polêmica em torno da reivindicação por mais verbas para o ensino particular, diante da afirmação do princípio de luta por ensino público e gratuito. É uma incoerência lutar por verbas para entidades privadas onde prevalecem critérios comerciais. Esse é o caso da maioria das escolas particulares, onde as verbas atendem mais aos interesses dos proprietários do que dos estudantes e professores."

A PUCSP e umas poucas instituições religiosas são exceções, pois não